



ENGENHARIA  
ARQUITECTURA  
URBANISMO

ÁGUEDA



CÂMARA MUNICIPAL

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL  
ESTRATÉGICA DO PLANO  
DIRETOR MUNICIPAL DE ÁGUEDA**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E CONTROLO  
2012-2019

Setembro 2021



## **Município de Águeda**

# **AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ÁGUEDA**

## **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E CONTROLO 2012-2019**



**Responsável pela emissão do relatório:**

Jorge Henrique Fernandes Almeida (Enf.), Presidente da Câmara Municipal de Águeda

**Equipa responsável na A1V2 Engenharia Civil e Arquitetura, Lda., ao abrigo do contrato de prestação de serviços n.º 131/2020:**

Arq.<sup>a</sup> Urb.<sup>a</sup> Mónica Garcia (Coordenadora do Processo)

M. Eng. Joana Costa (Coordenação Técnica, Engenharia do Território)

Arq.<sup>a</sup> Urb.<sup>a</sup> Eunice Ribeiro (Urbanismo e Planeamento)

Responsabilizo-me formalmente pelo conteúdo e medidas a adotar indicadas neste relatório,

Águeda, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

---

Jorge Henrique Fernandes Almeida (Enf.)

Presidente da Câmara Municipal de Águeda



## ÍNDICE

<b>1. Introdução.....</b>	<b>2</b>
1.1. Plano Diretor Municipal de Águeda – dinâmica e avaliação ambiental estratégica .....	2
1.2. Objetivos .....	3
1.3. Estrutura e conteúdos do relatório de avaliação e controlo .....	4
<b>2. Enquadramento .....</b>	<b>5</b>
2.1. Contexto .....	5
2.2. Implementação do Plano Diretor Municipal .....	13
2.3. Referencial de avaliação da AAE de 2012 .....	15
2.4. Quadro-problema atualizado.....	17
<b>3. Atualização do QRE e condições ou orientações adicionais .....</b>	<b>21</b>
3.1. Atualização do QRE .....	21
3.2. Síntese de objetivos e metas atualizados .....	23
<b>4. Quadro de governança .....</b>	<b>33</b>
<b>5. Indicadores de seguimento .....</b>	<b>36</b>
<b>6. Efeitos significativos no ambiente, previstos e não previstos .....</b>	<b>45</b>
6.1. Nota sobre incertezas e efeitos imprevistos .....	55
<b>7. Diretrizes de seguimento .....</b>	<b>55</b>
<b>8. Recomendações para a AAE .....</b>	<b>56</b>
8.1. Com base na atualização do QRE .....	56
8.2. Com base na análise do contexto e da concretização de efeitos significativos no ambiente .....	59
8.3. Programa de seguimento atualizado .....	67
8.4. Recomendações adicionais .....	74
<b>9. Conclusão .....</b>	<b>75</b>
<b>10. Bibliografia .....</b>	<b>76</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>77</b>

### Índice de Figuras

Figura 1 – Localização do concelho de Águeda no continente. ....	5
Figura 2 - Hipsometria do concelho de Águeda (Fonte: PMDFCI 2020-2029, pág.11).....	6
Figura 3 - Áreas do concelho de Águeda integradas em Reda Natura 2000 e em zona RAMSAR. ....	7
Figura 4 - Classes de Nível 1 da Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2018 (Fonte: base na COS 2018 da DGT).....	8
Figura 5 - Limites administrativos do concelho e freguesias de Águeda, aglomerados urbanos e rurais.....	9
Figura 6 – Estimativas da população residente 2011-2019 (Fonte: INE). ....	10
Figura 7 – Estimativas da população residente 2011-2019 (Fonte: INE). ....	11
Figura 8 – Espaços de atividade económica no concelho de Águeda. (Fonte: Invest in Águeda, <i>website</i> CMA). ....	12
Figura 9 – Carta do modelo territorial estratégico do PDMA (fonte: PDMA).....	14
Figura 10 - Execução das ações do PDMA, por QE (a partir dos trabalhos do REOT – Versão preliminar de 2019)..	15

### Índice de Tabelas

Tabela 1 – Estrutura do relatório de avaliação e controlo. ....	4
Tabela 2 – Total de Unidades patrimoniais classificadas (Fonte: DGPC).....	10
Tabela 3 – Questões estratégicas da AAE do PDMA. ....	13
Tabela 4 – Fatores críticos de decisão da AAE do PDMA e respetivos critérios. ....	16
Tabela 5 – Quadro problema do Concelho de Águeda (produzido com base nos quadros 1 a 11 do Relatório e Plano de Financiamento da Revisão do PDM de Águeda, e atualizado com base nos trabalhos do REOT – Versão preliminar de 2019 de Águeda e da AAE do PDMA). ....	17
Tabela 6 – Planos, programas e estratégias que compõem o QRE .....	21
Tabela 7 – Metas do QRE a considerar na AAE do PDMA, para o FCD 1 Conservação da natureza e biodiversidade	23
Tabela 8 – Metas do QRE a considerar na AAE do PDMA, para o FCD 2 Ordenamento e qualificação do território...	25
Tabela 9 – Metas do QRE a considerar na AAE do PDMA, para o FCD 3 Qualidade ambiental.....	27
Tabela 10 – Metas do QRE a considerar na AAE do PDMA, para o FCD 4 Alterações climáticas e riscos naturais. ...	29
Tabela 11 – Metas do QRE a considerar na AAE do PDMA, para o FCD 5 Desenvolvimento regional e local. ....	31
Tabela 12 – Quadro de governança atualizado.....	33
Tabela 13 – Indicadores de seguimento da declaração ambiental de 2012 .....	36
Tabela 14 – Valores dos indicadores de seguimento entre 2012 e 2019. ....	39
Tabela 15 – Efeitos previstos no relatório ambiental de 2012 para o FCD1 e respetiva concretização com base no painel de indicadores de monitorização. ....	47
Tabela 16 – Efeitos previstos no relatório ambiental de 2012 para o FCD2 e respetiva concretização com base no painel de indicadores de monitorização .....	48
Tabela 17 – Efeitos previstos no relatório ambiental de 2012 para o FCD3 e respetiva concretização com base no painel de indicadores de monitorização .....	49
Tabela 18 – Efeitos previstos no relatório ambiental de 2012 para o FCD4 e respetiva concretização com base no painel de indicadores de monitorização .....	51
Tabela 19 – Efeitos previstos no relatório ambiental de 2012 para o FCD5 e respetiva concretização com base no painel de indicadores de monitorização .....	52
Tabela 20 - Indicadores de seguimento atualizados.....	67



**ACRÓNIMOS:**

<b>AAE</b>	Avaliação Ambiental Estratégica
<b>ABIMOTA</b>	Associação Nacional das Indústrias de Duas Rodas, Ferragens, Mobiliário e Afins
<b>ACOAG</b>	Associação Comercial de Águeda
<b>AdCL</b>	Águas do Centro Litoral, S.A.
<b>ADENE</b>	Agência para a Energia
<b>AdRA</b>	Águas da Região de Aveiro, S.A.
<b>AEA</b>	Associação Empresarial de Águeda
<b>AFBV</b>	Associação Florestal do Baixo Vouga
<b>AFN</b>	Autoridade Florestal Nacional
<b>ANEPC</b>	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
<b>ANI</b>	Agência Nacional de Inovação
<b>APA</b>	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
<b>APAV</b>	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
<b>ARH Centro</b>	Administração da Região Hidrográfica do Centro
<b>ARU</b>	Área de Reabilitação Urbana
<b>BVÁgueda</b>	Bombeiros Voluntários de Águeda
<b>CCDRC</b>	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
<b>CIRA</b>	Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro
<b>CMA</b>	Câmara Municipal de Águeda
<b>CUR-Energia elétrica</b>	Comercializador de último recurso de energia elétrica
<b>CUR-Gás</b>	Comercializador de último recurso de gás
<b>DA</b>	Declaração Ambiental
<b>DGADR</b>	Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural
<b>DGAE</b>	Direção-Geral da Administração Escolar
<b>DGC</b>	Direção-Geral do Consumidor
<b>DGEG</b>	Direção-Geral de Energia e Geologia
<b>DGOTDU</b>	Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
<b>DGPC</b>	Direção-Geral do Património Cultural
<b>DGSS</b>	Direção-Geral da Segurança Social
<b>DGT</b>	Direção-Geral do Território
<b>DRAPC</b>	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro
<b>DRCC</b>	Direção Regional de Cultura do Centro

<b>ECTRI</b>	Estação Coletiva para Tratamento de Resíduos Industriais
<b>EDP</b>	Energias de Portugal, S.A.
<b>EPNA</b>	Equipa de Proteção da Natureza e Ambiente
<b>ERAE</b>	Entidade com Responsabilidade Ambiental Específica
<b>ERSAR</b>	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
<b>ERSUC</b>	Resíduos Sólidos do Centro, S.A.
<b>ESTGA</b>	Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda
<b>FA</b>	Fatores Ambientais
<b>FCD</b>	Fator Crítico para a Decisão
<b>FCT</b>	Fundação para a Ciência e a Tecnologia
<b>GEE</b>	Gases com Efeito de Estufa
<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana
<b>I&amp;D</b>	Investigação e Desenvolvimento
<b>IAPMEI</b>	Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.
<b>ICNF</b>	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
<b>IDAD</b>	Instituto do Ambiente e Desenvolvimento (Universidade de Aveiro)
<b>IEFP</b>	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
<b>IGT</b>	Instrumentos de Gestão Territorial
<b>IHRU</b>	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
<b>IMT</b>	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>INPI</b>	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
<b>IP</b>	Infraestruturas de Portugal, S.A.
<b>IPDJ</b>	Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.
<b>IPMA</b>	Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.
<b>IPSS</b>	Instituições Particulares de Solidariedade Social
<b>ISS</b>	Instituto da Segurança Social, I.P.
<b>LIQ</b>	Laboratório Industrial da Qualidade
<b>MA</b>	Município de Águeda
<b>ONG</b>	Organizações Não Governamentais
<b>ORU</b>	Operação de Reabilitação Urbana
<b>PDM</b>	Plano Diretor Municipal
<b>PDMA</b>	Plano Diretor Municipal de Águeda

<b>PMOT</b>	Planos Municipais de Ordenamento do Território
<b>QE</b>	Questão Estratégica
<b>QRE</b>	Quadro de Referência Estratégico
<b>RA</b>	Relatório Ambiental
<b>REN</b>	Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. / Rede Elétrica Nacional, S.A.
<b>RJIGT</b>	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
<b>RNAE</b>	Associação das Agências de Energia e Ambiente
<b>RSU</b>	Resíduos Sólidos Urbanos
<b>SEPNA</b>	Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente
<b>SIC</b>	Sítio de Importância Comunitária
<b>SIMRIA</b>	Saneamento Integrado dos Municípios da Ria S.A.
<b>SMT</b>	Serviço Móvel Terrestre
<b>SPV</b>	Sociedade Ponto Verde
<b>STEM</b>	<i>Science, Technology, Engineering and Mathematics</i>
<b>TIC</b>	Tecnologias da Informação e Comunicação
<b>UA</b>	Universidade de Aveiro
<b>ZPE</b>	Zona de Proteção Especial

A chave das abreviaturas dos instrumentos que compõem o quadro de referência estratégico é apresentada na Tabela 6, da página 21.



## **Município de Águeda**

### **AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ÁGUEDA**

### **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E CONTROLO 2012-2019**

## 1. Introdução

### 1.1. Plano Diretor Municipal de Águeda – dinâmica e avaliação ambiental estratégica

A 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Águeda foi publicada em 2012 (Aviso n.º 3341/2012, de 1 de março), tendo sido acompanhada de processo de AAE.

O PDM sofreu, entretanto, as seguintes alterações, que não foram acompanhadas de processo de AAE por não estarem legalmente sujeitas a tal acompanhamento:

- 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Correção de Erros Materiais (Declarações de Retificação n.ºs 1189/2014 e 1190/2014, de 21 de novembro).
- 3.<sup>a</sup> Correção material do PDM (Aviso n.º 3760/2016, de 18 de março, e Declaração de Retificação n.º 417/2016, de 21 de abril).
- 1.<sup>a</sup> Alteração do Regulamento do PDM (Aviso n.º 11752/2017, de 3 de outubro).
- Alteração por Adaptação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Águeda, por força da entrada em vigor do Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (Aviso n.º 9916/2019, de 7 de junho).
- Alteração por adaptação por motivo de entrada em vigor da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Águeda (Aviso n.º 5511/2020, de 1 de abril).

Encontra-se em curso a 2.<sup>a</sup> alteração à 1.<sup>a</sup> revisão PDM, necessária para a adaptação do PDM ao novo enquadramento legal do ordenamento do território e urbanismo estabelecido em 2015. A alteração está a ser desenvolvida com acompanhamento por processo de AAE.

Apesar de se terem posto em prática muitas das recomendações de seguimento da AAE do PDM de 2012, desde 2012 não foi publicado nenhum relatório de avaliação e controlo no âmbito do n.º 11 do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, atualizado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. A CMA determinou corrigir essa situação, tendo lançado procedimento em 2019 para contratualizar os trabalhos de avaliação e controlo referentes a todos os anos do período de 2012 a 2019.

Assim, apresenta-se agora o relatório de avaliação e controlo de 2012-2019. Com um programa de seguimento atualizado, e ajustado no sentido de permitir uma avaliação concisa e clara da situação do ambiente no território, com fontes de informação acessíveis, facilita-se a partir de agora a produção anual de um relatório de avaliação e controlo da AAE do PDM pela CMA.

## 1.2. Objetivos

De acordo com a Declaração Ambiental da AAE do PDMA, o seguimento tem como objetivos:

- Acompanhar e validar a avaliação dos efeitos negativos no ambiente, identificados no decurso da avaliação ambiental do plano;
- Avaliar se a aplicação das opções do plano contribui eficazmente para alcançar os objetivos e metas estratégicas definidos;
- Avaliar a eficácia das diretrizes propostas, com vista a minimizar eventuais efeitos negativos e potenciar os efeitos positivos;
- Promover uma maior participação e envolvimento dos agentes com responsabilidades no processo de avaliação ambiental do plano.

O presente relatório é um elemento chave do processo de seguimento, dando resposta aos objetivos preconizados e promovendo uma atualização e ajuste do programa de seguimento perante a evolução do concelho, as alterações aos instrumentos relevantes para o enquadramento estratégico da AAE (incluindo alterações, revisões, substituições e introduções de instrumentos do QRE), a publicação de novas orientações para a AAE e o planeamento, bem como a avaliação da eficiência do próprio programa de seguimento.

### 1.3. Estrutura e conteúdos do relatório de avaliação e controlo

Adotando-se como referência o *Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE* (Partidário, 2012), o seguimento da AAE tem como conteúdos os indicados no quadro abaixo. A estrutura deste relatório pretende dar resposta aos conteúdos do seguimento, com as correspondências indicadas no quadro abaixo.

Tabela 1 – Estrutura do relatório de avaliação e controlo.

<b>Estrutura do relatório de avaliação e controlo</b>	<b>Conteúdos do seguimento</b>
<p><b>Capítulo 1. Introdução</b>            Define objetivos e apresenta a estrutura do relatório</p>	
<p><b>Capítulo 2. Enquadramento</b>            Inclui breve enquadramento e caracterização territoriais, uma atualização do quadro-problema da AAE, uma nota sobre o estado de implementação do PDMA e a apresentação das QA e FCD da AAE de 2012.</p>	
<p><b>Capítulo 3. Atualização do QRE e condições ou orientações adicionais</b>            Inclui resumo das atualizações ao QRE, síntese das metas atualizadas e avaliação do impacte que a alteração do enquadramento deve ter na AAE</p>	<p>c) Verificar alterações no QRE e condições ou orientações adicionais</p>
<p><b>Capítulo 4. Quadro de governança</b>            Avaliação da eficiência do quadro atual e propostas de alteração por evolução das instituições (extinções, mudança de competências ou de nomes), para cobrir novos temas relevantes e para corrigir ineficiências</p>	<p>b) Verificar a eficiência do quadro de governança e de quaisquer alterações institucionais</p>
<p><b>Capítulo 5. Indicadores de seguimento</b>            Valores dos indicadores de monitorização da DA entre 2012 e 2019.</p>	<p>f) Analisar os indicadores de seguimento selecionados (de preferência cerca de 20)</p>
<p><b>Capítulo 5. Efeitos significativos no ambiente, previstos e não previstos</b>            Análise a cada um dos efeitos identificados no RA2012 com base no painel de indicadores definido na respetiva Declaração Ambiental. Análise de incertezas e descrição de efeitos e acontecimentos inesperados.</p>	<p>d) Verificar incertezas e acontecimentos inesperados</p>
<p><b>Capítulo 7. Diretrizes de seguimento</b>            Avaliação da execução do seguimento, por diretriz, e da respetiva eficácia.</p>	
<p><b>Capítulo 8. Recomendações para a AAE</b>            Verificação da adequação dos indicadores perante atualizações do QRE e contexto, perante disponibilidade efetiva de informação, no sentido de facilitar a realização da avaliação e controlo anual, bem como disponibilidade de atualizações anuais dessa informação, para que faça sentido incluí-la num painel de monitorização em contínuo.            Atualizações a incluir na lista de diretrizes de seguimento por força da alteração de enquadramento, e ajustes perante concretização dos efeitos.            Outras recomendações relacionadas com a adoção de melhores práticas entretanto publicadas.</p>	<p>a) Desenvolver, ou rever, diretrizes de seguimento (planeamento, gestão e monitorização)            e) Verificar a adequação dos indicadores de monitorização</p>
<p><b>Capítulo 9. Conclusão</b>            Análise do contributo da AAE para a evolução do território entre 2012 e 2019, nos domínios da sustentabilidade.</p>	<p>g) Verificar a eficiência da AAE – qual foi o valor acrescentado da AAE para a decisão, para o ambiente e para os progressos em direção à sustentabilidade?</p>



## 2. Enquadramento

### 2.1. Contexto

O concelho de Águeda localiza-se na Região de Aveiro (NUTS III), englobada na região Centro (NUTS II), e está subdividido em 11 Freguesias/Uniões de Freguesias. Apesar da ausência de frente atlântica, tem proximidade com a faixa litoral do país.

A sua área de 335Km<sup>2</sup> distribui-se por territórios de natureza diversa, elevados e declivosos a este, e mais planos a oeste, com uma amplitude em termos de altitude dos 5 (em torno da Pateira de Fermentelos) aos 721 metros (na Urgueira) e uma boa proporção do território com declives acima de 20º, representando cerca de 44% da superfície do concelho. Nas áreas planas a oeste, inserem-se a maior parte das atividades agrícolas e estão implementados os grandes aglomerados urbanos. Nas denominadas «zonas serranas» a este, predomina a ocupação florestal e a orografia é mais complexa, ocorrendo zonas de escarpa nos vales dos rios Águeda, Alfusqueiro e Agadão.

O concelho de Águeda apresenta uma hidrografia muito interessante que marca o território do ponto de vista da paisagem e do património natural e histórico-cultural. O rio Águeda é o principal afluente do rio Vouga, nele confluindo a cerca de 2,5km a jusante da Pateira de Fermentelos. Os afluentes do rio Águeda são os rios Cértima, Alfusqueiro e Agadão. O rio Cértima conflui na Pateira de Fermentelos, de sul, e a Pateira desagua no rio Águeda, logo abaixo da Ponte do Requeixo (ver mapa da Figura 1).

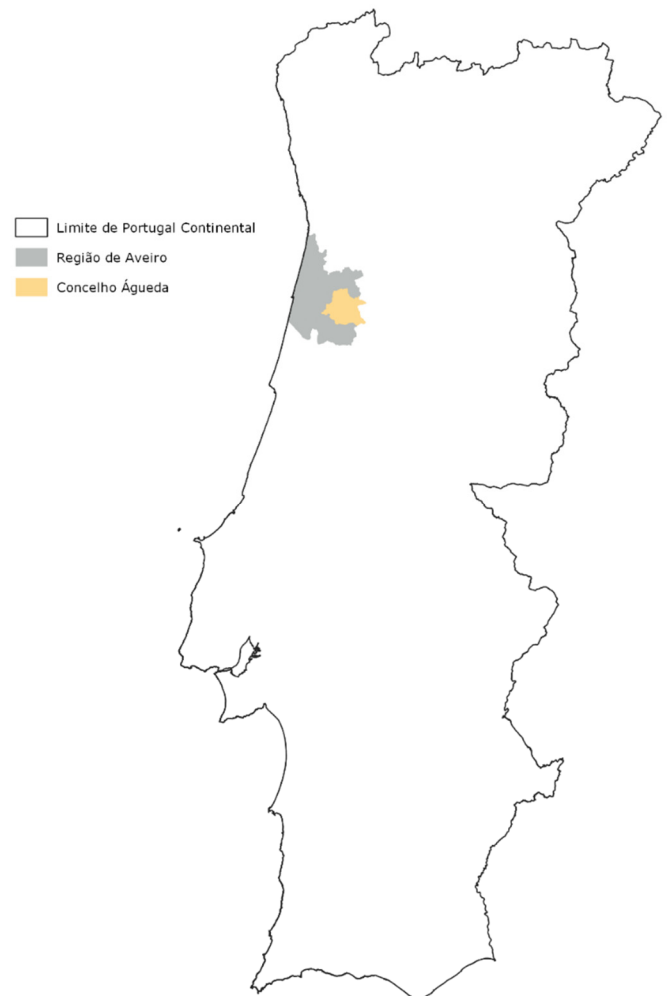


Figura 1 – Localização do concelho de Águeda no continente.

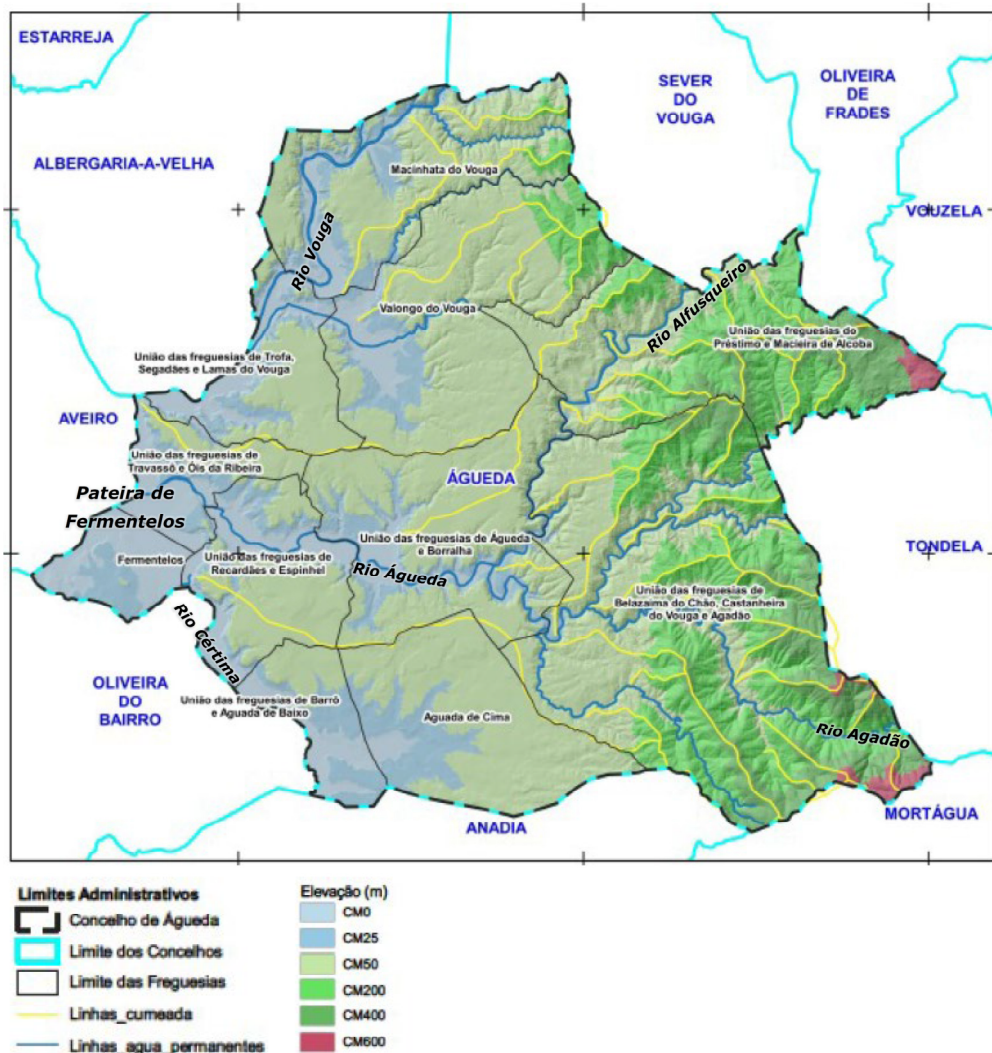


Figura 2 - Hipsometria do concelho de Águeda (Fonte: PMDFCI 2020-2029, pág.11).

O concelho é rico em valores naturais, incluindo habitats protegidos associados ao sistema hídrico, ao longo dos rios Vouga, Águeda e Cértima e na zona da Pateira de Fermentelos, integradas em Rede Natura 2000 e numa zona RAMSAR (ver mapa da Figura 3). Em termos climáticos, o concelho é influenciado pelo Oceano Atlântico, verificando uma elevada humidade relativa e uma temperatura anual amena. A precipitação quando ocorre, nos meses outubro a março, é de elevada quantidade, influenciada sobretudo pela altimetria promovida pela Serra do Caramulo na parte Oriental. Contudo no verão, nos meses julho e agosto, registam-se temperaturas acima da média, épocas de seca e humidades relativas muito baixas e ventos moderados a fortes.

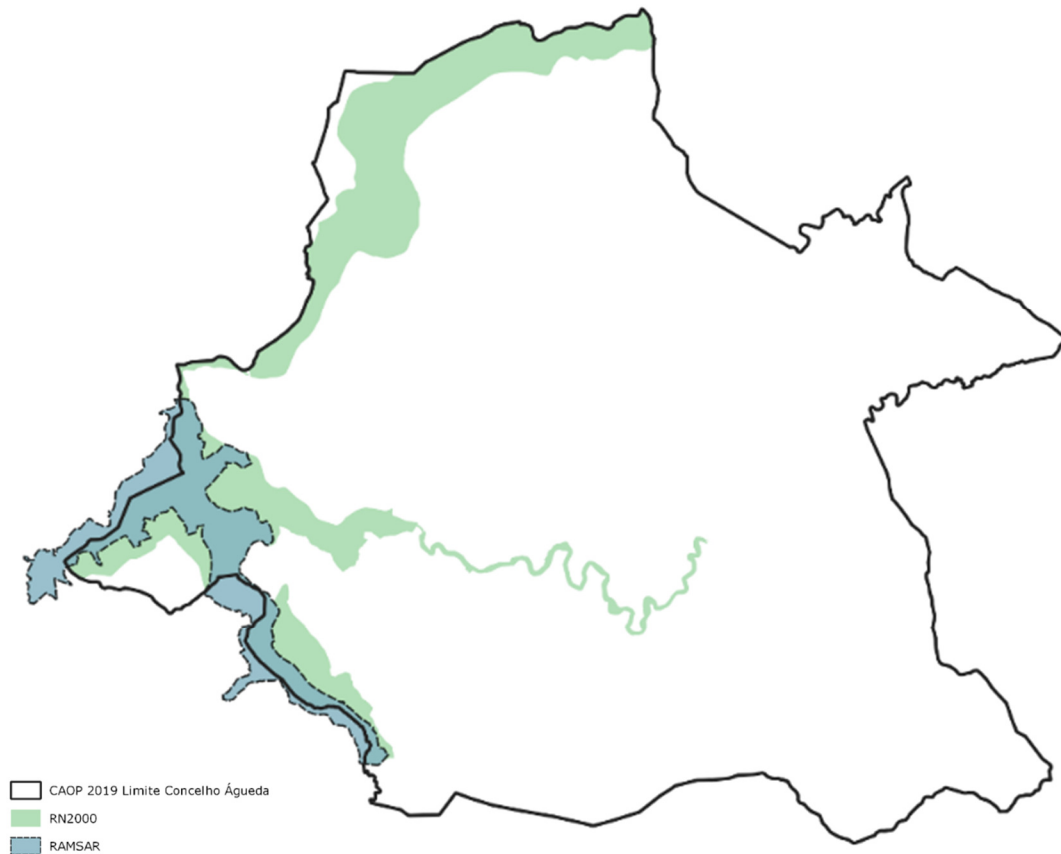


Figura 3 - Áreas do concelho de Águeda integradas em Reda Natura 2000 e em zona RAMSAR.

Em termos de ocupação do solo, é possível identificar a clara demarcação entre as áreas florestais no este serrano e declivoso e as áreas urbanas e agrícolas no Oeste mais plano, com destaque para o plano de água da Pateira de Fermentelos no extremo oeste do concelho. No entanto, as áreas florestais extravasam a zona serrana e ocupam quase 75% do território concelhio.

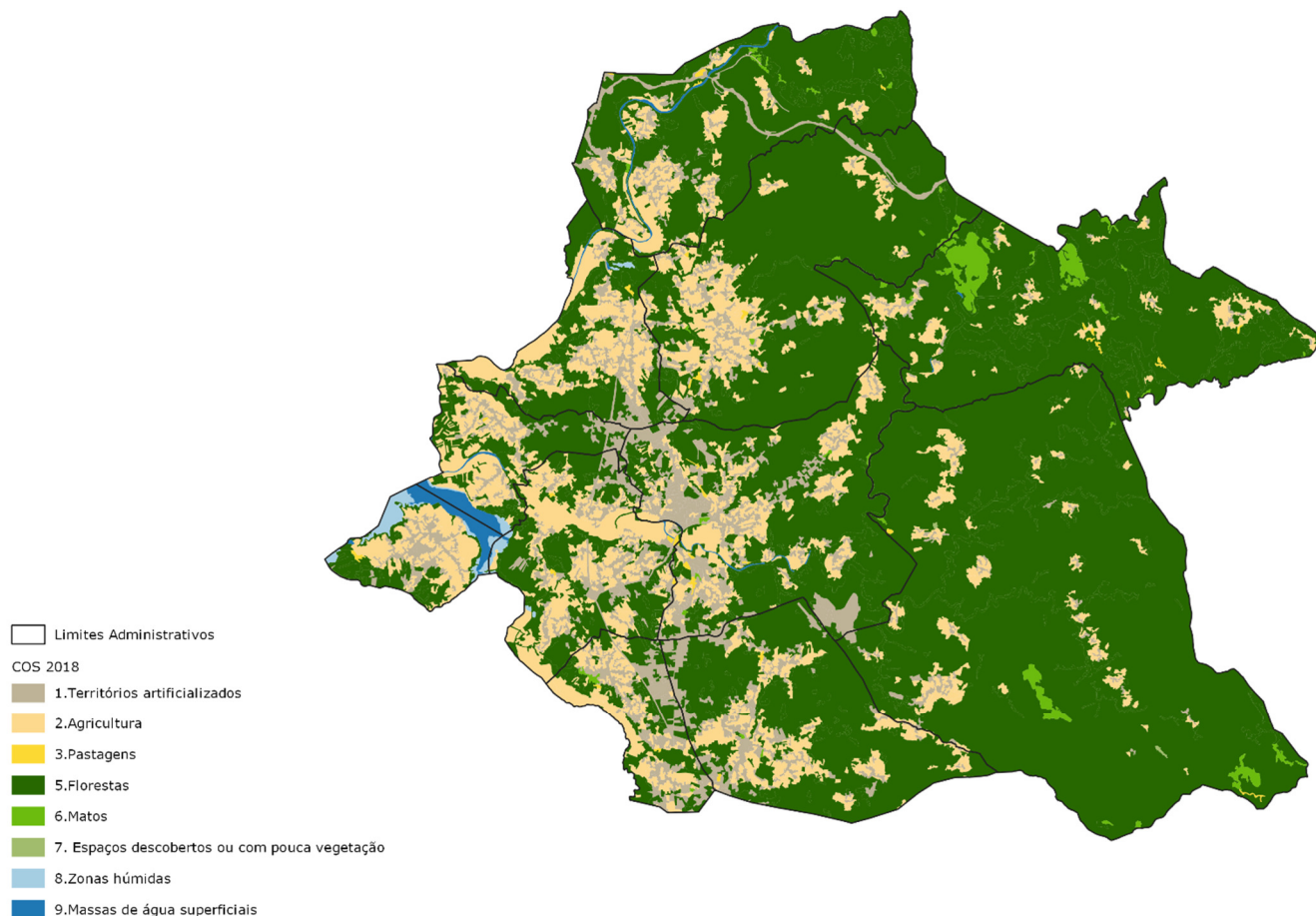


Figura 4 - Classes de Nível 1 da Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2018 (Fonte: base na COS 2018 da DGT).

As áreas urbanas desenvolvem-se principalmente a oeste, com fenómenos de povoamento linear (expressivo ao longo da EN1/IC2) e disperso, ocorrendo ainda pequenos aglomerados a este, nas zonas serranas, associados a ocupações agrícolas e agroflorestais. Como aglomerado principal está a cidade de Águeda, que se desenvolve junto ao rio Águeda, linha ferroviária e IC2/EN1.

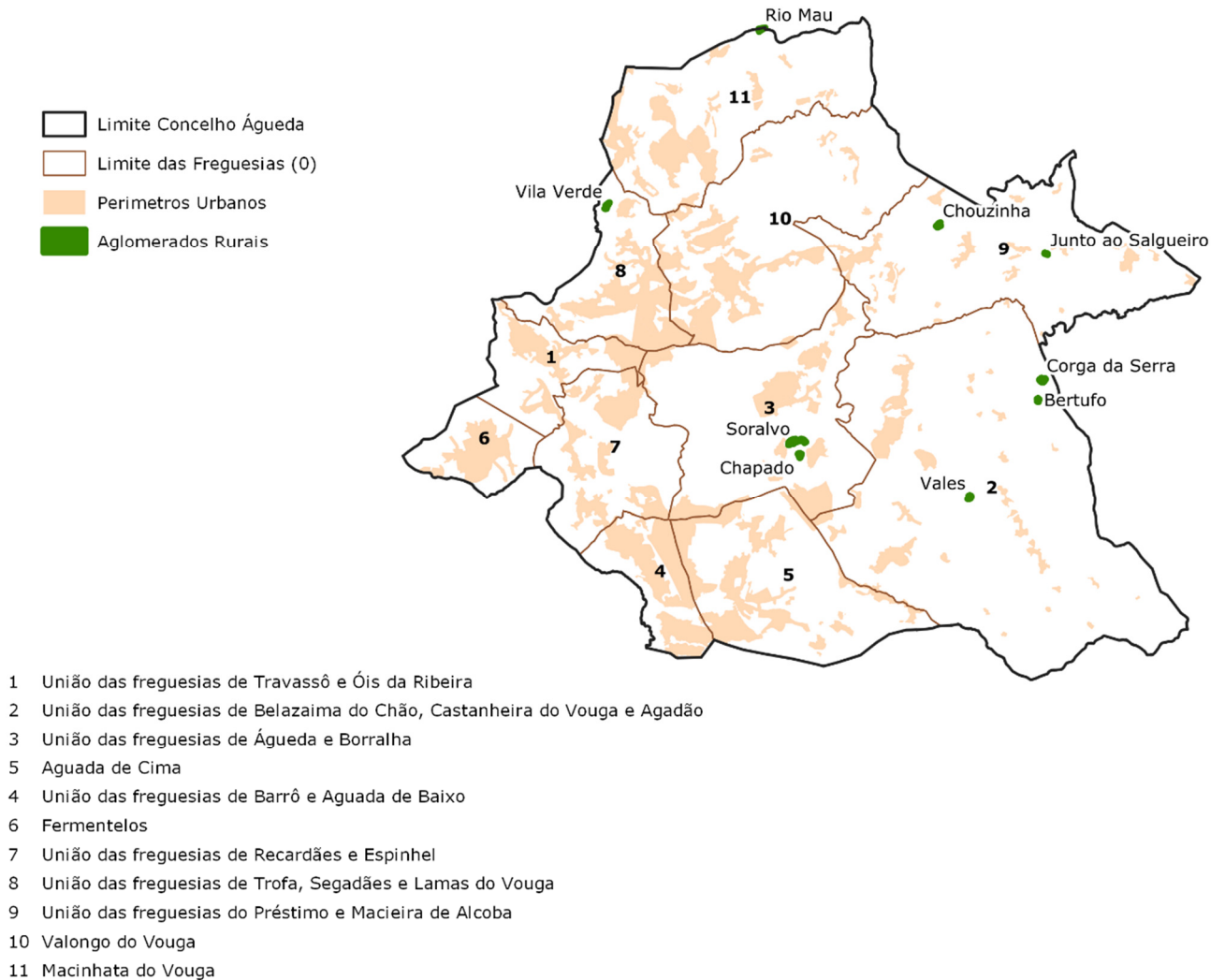


Figura 5 - Limites administrativos do concelho e freguesias de Águeda, aglomerados urbanos e rurais

No que diz respeito às acessibilidades, Águeda está localizada junto à autoestrada A1 e é atravessada a norte pela A25, a oeste pelo IC2 (antiga EN1), estabelecendo importantes ligações regionais. No IC2 confluem várias estradas nacionais e municipais que articulam os diversos aglomerados urbanos concelhios. O concelho também é atravessado a oeste pela linha ferroviária do Vouga, integrando diversas estações e apeadeiros, sendo a mais relevante a da cidade de Águeda.

Relativamente ao património, existem em todo o concelho de Águeda 12 unidades patrimoniais classificadas. As unidades patrimoniais são organizadas pelas seguintes categorias de proteção:

Tabela 2 – Total de Unidades patrimoniais classificadas (Fonte: DGPC)

<b>Categoria de proteção</b>	<b>Unidades</b>	<b>Identificação</b>
Monumento Nacional - MN	1	Igreja da Trofa, compreendendo os túmulos dos Lemos.
Imóvel de Interesse Público - IIP	6	Estação arqueológica do Cabeço do Vouga; Pelourinho de Assequins (localiza-se na Junta de Freguesia/Câmara Municipal); Ponte do Cabeço do Vouga; Pelourinho de Trofa; Pelourinho de Aguada de Cima (localiza-se no Museu de Aveiro); Pelourinho de Serém.
Monumento de Interesse Público - MIP	3	Casa da Borralha, capela e jardim envolvente; Igreja de Santa Maria Madalena, paroquial de Agadão; Igreja de São Pedro, matriz de Belazaima do Chão.
Interesse Municipal - IM	1	Parque de "Alta Vila" (conjunto)
Monumento de Interesse Municipal - MIM	1	Casa da Carapeteira

As freguesias situadas mais no interior do concelho, como Agadão, Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga, Macieira de Alcôba e Préstimo, possuem aglomerados de casas executadas em xisto ou granito que formam conjuntos de valor patrimonial. Ao nível do património arqueológico, são de relevo a Estação Arqueológica do Cabeço do Vouga, Almas Santas do Passal e Mamoas.

No que diz respeito à demografia, o concelho regista uma diminuição populacional desde 2001 até à atualidade, com diminuição da taxa de natalidade, aumento da taxa de mortalidade, e crescentes índices de dependência e de envelhecimento. Ao nível das freguesias, identifica-se que ocorre o fenómeno contrário na Aguada de Cima e em Fermentelos, fruto da localização de áreas industriais e da forte acessibilidade rodoviária, permitindo boas ligações intra e intermunicipais. A freguesia que apresenta menor número de habitantes é a União de Freguesias do Préstimo e Macieira de Alcôba. Verifica-se um despovoamento das aldeias, com abandono das áreas agrícolas e sua reconversão para uso florestal, diminuindo deste modo as atividades rurais tradicionais.

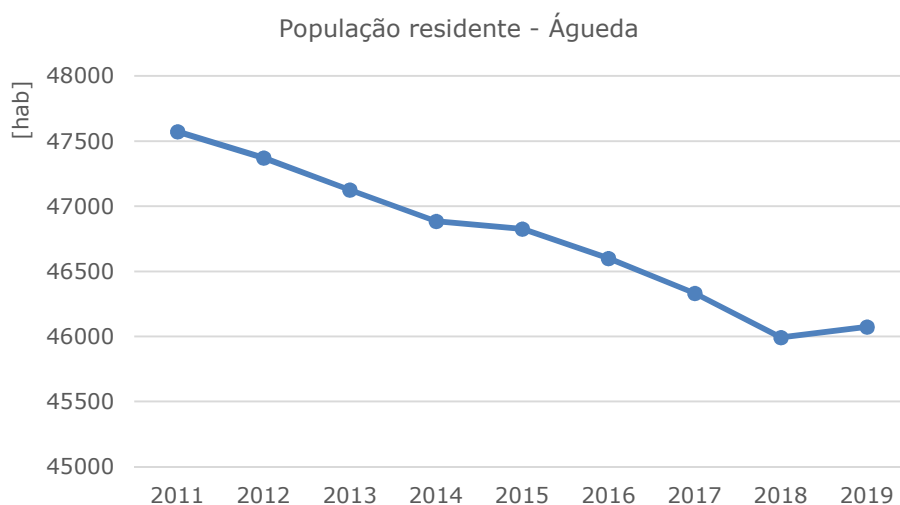


Figura 6 – Estimativas da população residente 2011-2019 (Fonte: INE).

Relativamente à atividade económica, trata-se de um concelho com um grande peso do emprego no setor secundário comparativamente à situação nacional ou mesmo regional, conforme indicam os dados dos Censos de 2011.

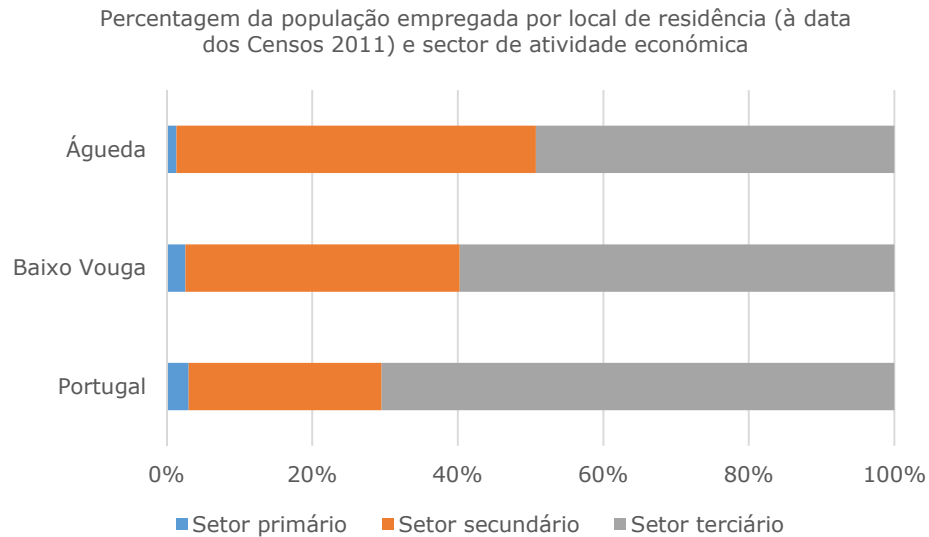


Figura 7 – Estimativas da população residente 2011-2019 (Fonte: INE).

Considerando apenas os dados relativos à população empregada por conta de outrem por serem os disponíveis fora de anos censitários, regista-se uma manutenção dos pesos relativos do emprego nos setores primário (1%), secundário (64-63% em 2013 e 2018, respetivamente) e terciário (35-36% em 2013 e 2018, respetivamente).

A forte dinâmica industrial e empresarial do concelho é promovida pela boa acessibilidade e pelas infraestruturas disponíveis. Atualmente no concelho estão sedeadas cerca de 5555 empresas, das quais 13% no ramo das indústrias transformadoras (INE, 2019). Em termos de especialização económica, destacam-se as dos setores da mobilidade, habitat e iluminação/eficiência energética. Em todo o território do concelho estão integrados nove Espaços de Atividade Económica e um Parque Empresarial. Os Espaços de maior dimensão são os da E.N.1 Norte e o da E.N.1 Sul e os de menor dimensão são os de Agadão e o de Belazaima do Chão (*Invest in Águeda*, CMA). De acordo com a informação do relatório de avaliação e controlo mais recente da AAE do Plano de Pormenor do Parque Empresarial do Casarão (PEC), de génese municipal, este conta atualmente com uma ocupação de cerca de 44%.

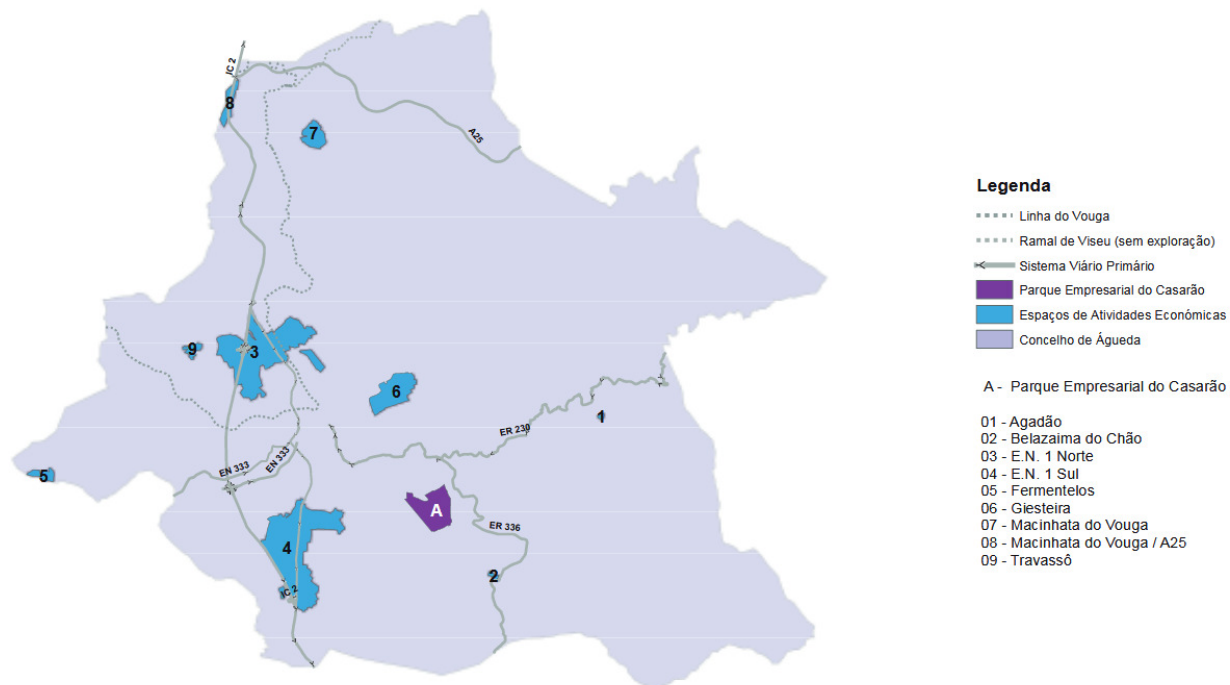


Figura 8 – Espaços de atividade económica no concelho de Águeda. (Fonte: Invest in Águeda, *website* CMA).

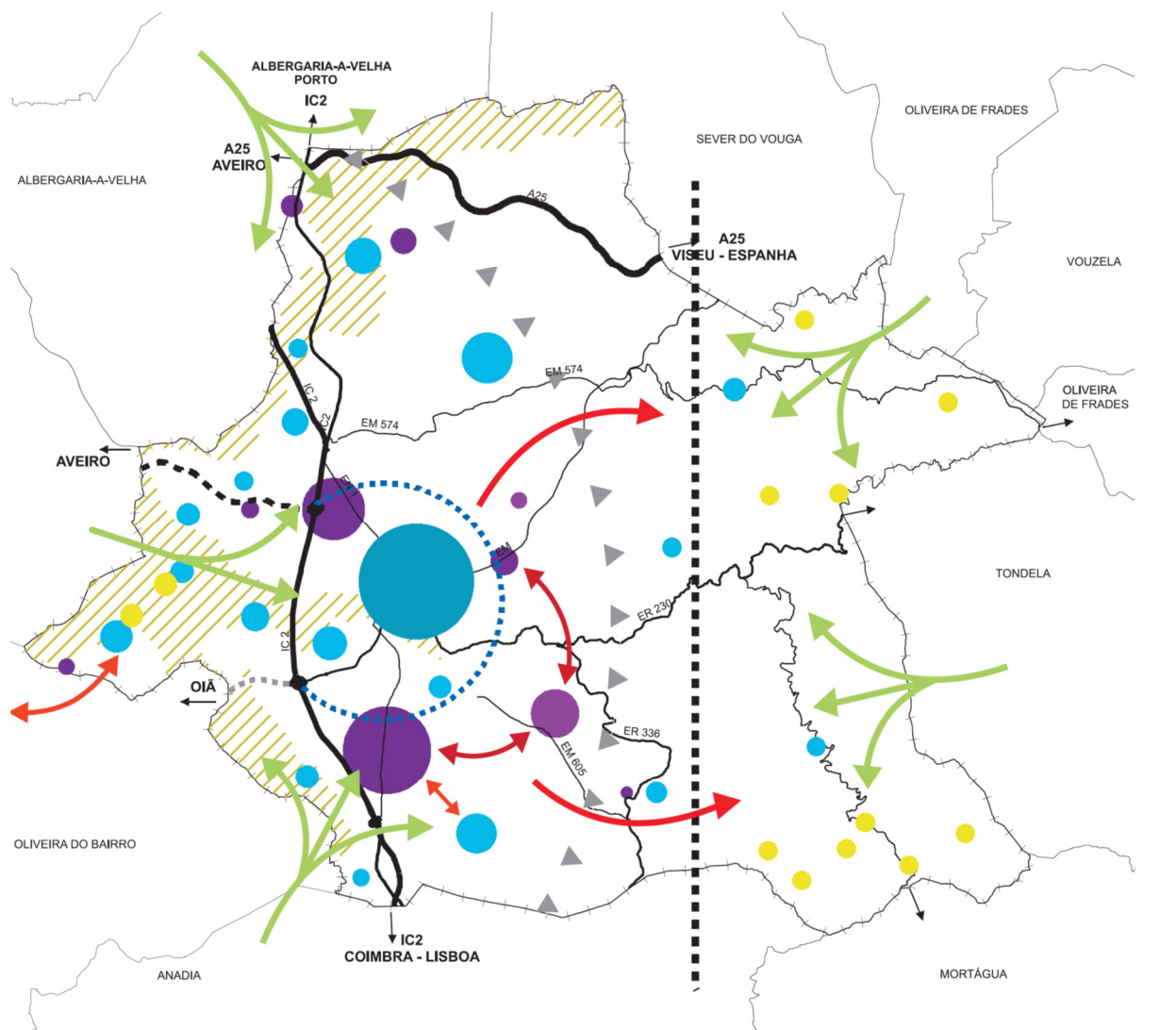


## 2.2. Implementação do Plano Diretor Municipal

As questões estratégicas da AAE do PDMA são as apresentadas na tabela seguinte, correspondentes aos eixos estratégicos do PDM associados a uma proposta de modelo territorial (Figura 9) que se tem vindo a concretizar desde 2012.

Tabela 3 – Questões estratégicas da AAE do PDMA.

<b>Questão Estratégica</b>	<b>Estratégias</b>	<b>Sub estratégias</b>
<b>QE1</b>	Qualificação industrial	Promoção do potencial produtivo e empreendedor. Inovação do produto. Qualificação de recursos humanos. Diversificação do tecido industrial. Qualificação dos espaços industriais.
<b>QE2</b>	Reforço da coesão social	Reforço da cidadania. Reforço da rede social. Requalificação da imagem do Concelho.
<b>QE3</b>	Valorização e requalificação ambiental/turismo	Qualificação do património ambiental e edificado. Política florestal. Revitalização do sistema hídrico. Conservação da natureza e biodiversidade.
<b>QE4</b>	Revitalização agrícola	Diversificação agrícola. Promoção do potencial agrícola. Reestruturação das estruturas agrícolas.
<b>QE5</b>	Potenciação energética e valorização de resíduos	Aumento da eco-eficiência. Promoção das energias renováveis. Promoção da educação ambiental. Valorização energética de resíduos. Reestruturação do sistema de recolha de resíduos.
<b>QE6</b>	Reestruturação do modelo de ordenamento	Combate à especulação imobiliária / política de solos. Requalificação de infraestruturas e equipamentos. Qualificação urbana.



**Legenda**

	Cidade de Águeda		Rede Viária Existente		Captação População / Investimento
	Agglomerados Populacionais	<b>Rede Viária Proposta</b>			Inversão População
	Agglomerados com Potencial Turístico		Via de Cintura Externa		Ligação Estratégica (Económica)
	Espaços Industriais		Ligação Aveiro - Águeda		Ligação Estratégica Populacional (Social e Económica)
	Espaços Industriais Municipais		ER 333 (2ª Fase)		Potenciação Florestal
	ZPE da Ria de Aveiro e Sítio Rio Vouga		Limite Concelho		

Figura 9 – Carta do modelo territorial estratégico do PDMA (fonte: PDMA).

De acordo com os trabalhos do REOT – Versão preliminar de 2019, desde 2012 há já franca execução das ações do PDM enquadradas na QE2 – Coesão social –, mas reduzida execução das associadas às restantes QE, em especial da QE4 – Revitalização agrícola.

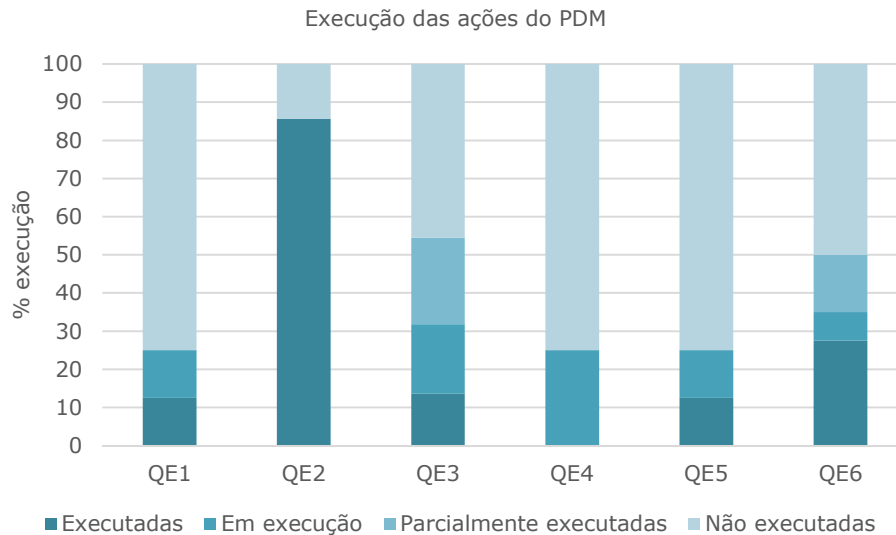


Figura 10 - Execução das ações do PDMA, por QE (a partir dos trabalhos do REOT – Versão preliminar de 2019).

Nota: Os trabalhos do REOT – Versão preliminar de 2019 distinguem ações *parcialmente executadas* de ações *em execução* porque as primeiras, apesar de incompletas, não continuam em execução.

### 2.3. Referencial de avaliação da AAE de 2012

A AAE definiu como fatores críticos de decisão e respetivos critérios os apresentados na tabela abaixo. O presente relatório realiza a avaliação e controlo no âmbito deste referencial, adotando os indicadores de seguimento definidos pela declaração ambiental emitida em 2012.

O relatório apresenta ainda uma proposta de alteração à estrutura do referencial apresentado (FCD e critérios) e ao painel de indicadores tendo em conta as alterações do QRE, as melhores práticas e orientações técnicas entretanto publicadas, e a própria evolução da situação no território.

Tabela 4 – Fatores críticos de decisão da AAE do PDMA e respetivos critérios.

<b>Fator Crítico de Decisão</b>	<b>Descrição</b>	<b>Critérios</b>
<b>FCD1</b> Conservação da natureza e biodiversidade	Neste âmbito, são avaliados os efeitos das disposições do plano ao nível da sustentabilidade dos recursos biológicos e renováveis, nomeadamente no que se refere à definição da Rede Ecológica Municipal (e corredores verdes), bem como áreas protegidas e áreas classificadas, em particular na Rede Natura afeta ao Concelho de Águeda (ZPE da Ria de Aveiro e ZEC do Rio Vouga e ZEC da Ria de Aveiro). São ainda considerados os efeitos sobre as espécies faunísticas e florísticas com estatuto de proteção, bem como sobre as consideradas como invasoras.	Ecosistemas e habitats
		Floresta
<b>FCD2</b> Ordenamento e qualificação do território	Este fator avalia a organização do espaço biofísico concelhio, no âmbito da política, uso e ocupação do solo, de acordo com as suas capacidades e vocações, considerando também os aspetos que conduzem à melhoria e valorização das componentes do território municipal, em particular as que promovem a coesão territorial com um aumento da capacidade e suporte de vida dos cidadãos, sejam elas relativas a infraestruturas, património histórico e arqueológico, cultural, entre outros. No âmbito da avaliação, é ainda considerada a questão dos equipamentos e espaços públicos de utilização coletiva, do solo disponível para edificar, entre outros.	Política e ocupação de solo
		Coesão territorial
		Qualificação urbana
<b>FCD3</b> Qualidade ambiental	Neste fator é avaliada a qualidade e evolução das principais variáveis da componente ambiental (ar, água e solo), nomeadamente em que medida todas as disposições introduzidas contribuem para a melhor gestão dos recursos hídricos, dos resíduos, do solo e da qualidade do ar.	Qualidade do ar
		Resíduos
		Recursos hídricos
		Ruído
<b>FCD4</b> Alterações climáticas e riscos naturais	Aqui são avaliados os efeitos das disposições do PDM no aumento da eficiência energética e na redução das contribuições para as alterações climáticas, avaliando, assim, as mudanças significativas na composição atmosférica concelhia, e que poderão conduzir à redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa (maioritariamente associadas ao consumo energético e aos processos industriais, com bastante peso em Águeda). Entendeu-se completar este fator com a componente dos riscos naturais, dada a relevância com que ocorrem no território concelhio (cheias e incêndios), e uma vez que pode também a ocorrência de incêndios florestais contribuir para a degradação da qualidade ambiental (referida no fator anterior), bem como para a emissão de GEE, em particular de CO <sub>2</sub> . Este fator avalia assim a intensidade e periodicidade da ocorrência dos referidos riscos e em que medida os seus efeitos poderão ser mitigados pelas disposições do PDM.	Solo
		Eficiência energética
		Alterações climáticas
		Cheias
<b>FCD5</b> Desenvolvimento regional e local	Permite avaliar as disposições do PDM com vista ao melhoramento do sistema de interligação entre as componentes biofísica, demográfica e socioeconómica da região, perspetivando o seu desenvolvimento. Alguns dos aspetos que integram esta avaliação residem no aumento da competitividade e dinâmica empresarial, no desenvolvimento humano e na dinâmica turística associada à diversa oferta da região, quer em termos ambientais, quer patrimoniais.	Incêndios
		Competitividade e dinâmica empresarial
		Desenvolvimento humano
		Dinâmica turística

## 2.4. Quadro-problema atualizado

Tendo em conta a evolução do concelho aferida com base nos trabalhos do REOT – Versão preliminar de 2019 e da AAE (avaliação e controlo e relatório ambiental da alteração ao PDM em curso), foi possível atualizar o Quadro-Problema do concelho. Todas as alterações estão documentadas no ANEXO 1 – *Quadro-Problema anotado* e, para uma leitura mais aprofundada, estão fundamentadas no ANEXO 7 – *Fundamentação da atualização do Quadro-Problema da AAE*. O Quadro-Problema atualizado é apresentado na tabela seguinte.

Tabela 5 – Quadro problema do Concelho de Águeda (produzido com base nos quadros 1 a 11 do Relatório e Plano de Financiamento da Revisão do PDM de Águeda, e atualizado com base nos trabalhos do REOT – Versão preliminar de 2019 de Águeda e da AAE do PDMA).

PRINCIPAIS PROBLEMAS	PRINCIPAIS SENSIBILIDADES
<p><b>Vulnerabilidade social:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Envelhecimento e diminuição da população.</li> <li>– Litoralização da população.</li> <li>– Fraca escolarização e qualificação da população.</li> <li>– Mercado de aluguer de habitação reduzido e oferta de fogos a custos controlados insuficiente.</li> <li>– Equipamentos capazes de servir a população de forma satisfatória, mas revelando elevadas taxas de ocupação e necessidade de melhorias, e que se podem tornar insuficientes face ao envelhecimento da população.</li> <li>– Desenraizamento dos naturais relativamente ao Concelho.</li> <li>– Aumento da população migrante</li> </ul> <p><b>Degradação ambiental:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Assoreamento, destruição e desvio de linhas de água. Poluição do sistema hídrico.</li> <li>– Cheias e inundações, nomeadamente nas áreas urbanas.</li> <li>– Perda de biodiversidade devido à deficiente gestão do Espaço Florestal, à proliferação de espécies exóticas e à insuficiente falta de proteção dos habitats e espécies classificadas.</li> <li>– Florestação intensiva em regime de monocultura de eucalipto.</li> <li>– Baixas taxas de separação e valorização de resíduos.</li> <li>– Existência de locais ilegais de deposição de resíduos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Património cultural material e imaterial.</li> <li>– Habitats protegidos associados ao sistema hídrico (Rede Natura 2000).</li> <li>– Floresta.</li> <li>– Zona serrana.</li> <li>– Biodiversidade faunística e florística.</li> <li>– Coesão social.</li> </ul> <p><b>PRINCIPAIS RISCOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Exclusão social da população idosa.</li> <li>– Êxodo rural e degradação do tecido urbano na zona serrana.</li> <li>– Fuga da população com maior escolarização/qualificação e dos jovens, face ao elevado custo da habitação.</li> <li>– Destruição de pessoas e bens pelas cheias e inundações.</li> <li>– Assoreamento e destruição progressiva do sistema hídrico, com depleção da biodiversidade.</li> <li>– Aumento das áreas aridas face à composição da floresta.</li> <li>– Substituição dos solos rurais por matos face ao abandono das atividades agrícolas e povoações.</li> <li>– Fuga de investimento face ao valor do solo industrial e à falta de ligações rápidas à A1/Sul e conseqüente aumento da taxa de desemprego, tendo em conta o peso que o sector secundário tem em termos de emprego no Concelho.</li> </ul>

- Abandono dos barreiros/pedreiras sem ações de recuperação.
- Insuficiente taxa de cobertura de saneamento.
- Sistema de monitorização dos gases emitidos e GEE existente, mas com fraco desenvolvimento.
- Utilização de agroquímicos sem controlo.
- Promiscuidade da agropecuária com as áreas urbanas.
- Espaços naturais com poucos equipamentos de apoio, desadequado das necessidades dos utilizadores.

**Debilidades económicas, na indústria e no aproveitamento de recursos:**

- Minifúndio, ordenamento agrícola pouco desenvolvido, áreas florestais em meio urbano.
- Fileira florestal pouco organizada do ponto de vista produtivo e insuficiente exploração de recursos florestais com reduzida diversidade dos produtos agrícolas.
- Envelhecimento da população dedicada à agricultura e associações agrícolas com deficiente capacidade técnica e poucos recursos.
- Reduzido investimento da indústria em fatores avançados de competitividade, incluindo insuficiente articulação com as universidades e centros de saber.
- Baixo nível de instrução / qualificação da mão-de-obra, quadros superiores insuficientes.
- Problemas de acessibilidade aos principais eixos viários do país.
- Problemas de legalização de instalações industriais. Insuficiente inovação e promoção turística e dos produtos endógenos / típicos.

- Aumento do congestionamento automóvel, nomeadamente nas vias de acesso intermunicipal.
- Descaracterização do tecido urbano com o aumento das descontinuidades tipológicas.
- Perda da memória cultural comum (edificado, usos e costumes).
- Degradação, delapidação e descaracterização do património.
- Aumento contínuo das emissões de GEE.
- Dependência das flutuações dos valores de mercado dos combustíveis fósseis.
- Diminuição do associativismo.
- Diminuição da coesão social.

**PRINCIPAIS POTENCIALIDADES**

- Grandes movimentos pendulares diários de entrada no Concelho.
- Peso significativo da população em idade escolar (3º CEB e Secundário).
- Presença da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda (ESTGA) (formação e fomentador de mercado de arrendamento).
- Número significativo de proprietários de alojamentos com menos de 30 anos.
- Existência de necessidades para habitação a custos controlados.
- Potencial de pesca em águas interiores no sistema hídrico extenso e diversificado.
- Património natural de relevo, Zona de Proteção Especial da Ria de Aveiro, Zonas Especiais de Conservação da Ria de Aveiro e Rio Vouga, Pateira de Fermentelos, biodiversidade faunística e florística (elevado potencial turístico associado ao impulsionar do turismo de natureza e ecoturismo).
- Abundantes recursos geológicos (barro) / Presença da Área de Argilas Cativas.
- Existência de sistemas de tratamento de efluentes industriais – ECTRI.
- 73% do Concelho coberto por manto florestal.
- Grandes empresas do ramo florestal a operarem no Concelho e capacidade científica instalada.
- Elevado potencial para o recreio e lazer nos espaços florestais.

**Insuficiência da infraestruturção e do sistema de transportes:**

- Deficiente ligação rodoviária ao nó da A1, a Aveiro e a Coimbra.
- Deficitárias ligações internas este-oeste, sobretudo na zona serrana.
- Linha de caminho-de-ferro com reduzida atratividade comercial.
- Rede de transportes públicos deficitária.
- Grande utilização do automóvel nos movimentos pendulares.
- Insuficiência da infraestruturção e do sistema de transportes, com necessidade de requalificação das vias, ocorrência de conflitos peão/automóvel e tempos de viagem pouco otimizados.
- Insuficiente cobertura do sistema de saneamento (apenas 78% do Concelho).
- Rede de gás natural ainda muito reduzida no Concelho.

**Elevados consumos energéticos e emissões:**

- Elevado consumo de combustíveis fósseis.
- Reduzida utilização das fontes de energia renováveis na produção e consumo.
- Grande peso do sector industrial no consumo de energia.

- Solos com elevado potencial agrícola, para vários setores.
- Projetos de emparcelamento dos rios Águeda e Vouga.
- Projetos integrado de conservação da natureza LifeÁgueda, na reversão da degradação ambiental.
- Estrutura agrícola com capacidade de potenciação para a produção biológica.
- Denominações de Origem Controlada (raça marinhoa, vinho da Bairrada...).
- Forte presença industrial (Concelho líder no distrito com posição de destaque na região e no País) e economia de aglomeração.
- Disponibilidade de solo industrial infraestruturado, com preços acessíveis, captação de investimento e realocação de indústria.
- Freguesias de Aguada de Cima e de Fermentelos como lugares atrativos para novas áreas habitacionais. (boa acessibilidade ao emprego).
- Atratividade do parque habitacional pela sua idade média inferior à nacional e regional.
- Elevada taxa de atividade, forte espírito empreendedor.
- Cultura técnica industrial de base.
- Oferta de emprego (operários/quadros técnicos).
- Diversidade produtiva na indústria transformadora.
- Sector elétrico, mobiliário e ferragens líder ao nível nacional.
- Boa ligação rodoviária a Espanha através da A25.
- Potencialidade na expansão do Aeródromo de Águeda para serviços comerciais e combate a incêndios.
- Atravessamento do Concelho pela Linha do Vouga.
- Rede viária que permite que os principais centros urbanos estejam ligados por distâncias inferiores a 15 minutos.
- Taxa de cobertura de abastecimento de água elevada.
- Bom sistema de tratamento em alta dos efluentes.
- Aumento progressivo da rede de acesso SMT e acesso à Internet.
- Extensa mancha urbana ribeirinha passível de se apresentar como elemento de qualificação do espaço urbano existente.

#### **Ocupação urbana dispersa e desarticulada:**

- Povoamento linear disperso e desarticulado, com discontinuidades funcionais e tipológicas.
- Aumento da dispersão associada à minoria das funções rurais.
- Hierarquia viária pouco legível e desarticulada da respetiva hierarquia dimensional.
- Misturas morfotipológicas.
- Espaços intersticiais subaproveitados (frentes de quarteirões fechadas).
- Espaço público escasso e informe.
- Perímetros urbanos desarticulados dos espaços urbanos existentes e das necessidades reais das populações.
- Desarticulação dos tecidos urbanos com a hidrografia envolvente.
- Insuficientes condições de mobilidade nos aglomerados urbanos.
- Elevado custo do solo urbano.
- Elevado custo da habitação.

#### **Insuficiente valorização do património:**

- Degradação progressiva dos Imóveis de Interesse Histórico-Cultural.
- Falta de conhecimento do património existente pela população do Concelho.
- Insuficiente valorização do património edificado e imaterial.
- Insuficiente valorização do património arqueológico existente.
- Degradação de núcleos tradicionais com características arquitetónicas singulares (aldeias de xisto e granito).
- Existência de elementos dissonantes nas construções de valor patrimonial subsequentes a reabilitações e restauros mal projetados.
- Núcleos museológicos a necessitarem de valorização e requalificação.

- Espaços intersticiais, a ocupar, como alternativa à expansão dos perímetros urbanos.
- Existência de equipamentos dinamizadores da qualificação urbana.
- Pequenos aglomerados na zona serrana constituídos por construções em xisto e granito, formando conjuntos de valor patrimonial com potencial turístico.
- Alguns exemplos de relevo do património edificado (séc. XVII e XVIII), e várias classificações incluindo 3 Monumentos de Interesse Público e 1 de interesse Municipal.
- Património arqueológico, história industrial e componente ferroviária forte.
- Hospital distrital com valências diversas e lista de espera reduzida.
- Várias IPSS de apoio à infância e à terceira idade, algumas com cariz inovador.
- Bons equipamentos de ensino e formação, equipamentos culturais e de apoio à comunidade (biblioteca, fórum da juventude, entre outros).
- Grande número de equipamentos de culto.
- Existência de equipamentos com potencial desportivo e turístico, como o Crossódromo (com a associação aos desportos motorizados) e o Aeródromo.
- Potencial nos desportos radicais.
- Recursos fluviais extensos e associados à tradição nos desportos associados à água.
- Crescimento do número de visitantes no concelho.
- Elevado número de coletividades com maturidade e capacidade inovadora, capazes de contribuir para maior coesão social, preservação da cultural tradicional, projeção da imagem do Concelho e criação de grandes eventos a vários níveis (artístico, recreativo, desportivo).
- Potencial de utilização da rede hídrica para instalação de mini-hídricas, regime de ventos e altimetria favoráveis à instalação de parques eólicos, extensa mancha florestal com potencial de produção de biomassa, boas condições de exposição para energia solar térmica e setor agropecuário com resíduos para produção de biogás.



## 3. Atualização do QRE e condições ou orientações adicionais

### 3.1. Atualização do QRE

Identifica-se um grande desenvolvimento no QRE do PDMA desde 2012, com a revisão, alteração e publicação de novos documentos de orientação estratégica, principalmente ao nível nacional. O QRE atualizado está na tabela seguinte, apresentando-se no ANEXO 2 uma versão desta tabela com notas sobre a dinâmica de cada um dos instrumentos que compõem o QRE, nomeadamente quais foram adicionados, retirados, revistos, substituídos, retificados e quais estão em revisão. As orientações principais do QRE estão indicadas no ANEXO 3.

Note-se que este relatório se preocupou com a atualização do QRE, reunindo-se os instrumentos considerados mais relevantes para a sustentabilidade do PDM de Águeda. No entanto, dada a melhor prática de limitar a consideração de macropolíticas às 10-15, no máximo 30, mais importantes, deve ser realizado no próximo exercício de AAE um trabalho adicional de análise de sobreposições e repetições, além do que já foi realizado, no sentido de reduzir as tabelas síntese de orientações e metas do subcapítulo seguinte a um conjunto mais conciso de prescrições que enquadre de forma focada o trabalho da AAE.

Tabela 6 – Planos, programas e estratégias que compõem o QRE

#### Quadro de Referência Estratégico (QRE)

Âmbito: <b>Nacional</b>	
<b>Documento</b>	<b>Abreviatura</b>
Plano Nacional da Água 2022-2027	PNA
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	PNUEA
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020	PENSAAR
Plano Nacional Energia Clima 2030	PNEC
Compromisso para o Crescimento Verde 2020-2030	CCV
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020	ENAAC
Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas 2020-2030	P-3AC
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050	RNC2050
Estratégia Nacional para o Ar 2020	ENAR
Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2014-2020	PNGR
Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 2020+	PERSU 2020+
Estratégia Portugal 2030	EPT2030
Programa Nacional de Reformas 2016-2023	PNRef
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030	ENCNB 2030
Plano Setorial Rede Natura 2000	PSRN2000

Âmbito: **Nacional**

<b>Documento</b>	<b>Abreviatura</b>
Estratégia Nacional para as Florestas 2030	ENF
Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território 2030	PNPOT
Estratégia Nacional para as Cidades Sustentáveis 2020	ENCS
Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020	PETI3+
Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030	ENMAC
Estratégia Turismo 2027	ET27
Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios	PNDFCI
Plano Rodoviário Nacional	PRN 2000
Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva	ENPCP

Âmbito: **Regional**

<b>Documento</b>	<b>Abreviatura</b>
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4)	PGRH
Plano Regional do Ordenamento do Território do Centro	PROT-C
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral	PROF-CL
Plano de Gestão dos Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis 2016-2021	PGRI
Plano Regional Desenvolvimento Turístico do Centro 2020-2030	PRDT
Plano Distrital de Emergência e Proteção Civil de Aveiro	PDEPC

Âmbito: **Municipal/Intermunicipal**

<b>Documento</b>	<b>Abreviatura</b>
Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios	PMDFCI
Agenda 21 Local	A21L
Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro	PIMT-RA
Plano de Adaptação às Alterações Climáticas do Município de Águeda	PAAC-MC
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Águeda	PMEPC

### 3.2. Síntese de objetivos e metas atualizados

Verifica-se que o QRE não se reorientou, identificando-se sim que:

- Aumentou o foco nas alterações climáticas, nomeadamente o papel dos planos na mitigação e na adaptação do território aos seus efeitos, tendo sido definidas novas exigências em termos de metas nacionais para eficiência energética e emissões de CO<sub>2</sub> e produzidas orientações para vários domínios no sentido de aumentar a resiliência dos territórios, principalmente para os domínios dos riscos naturais e mistos, da proteção dos recursos hídricos e solo e da floresta.
- Ganhou um novo tema, a economia circular, que vem dar seguimento aos objetivos de redução de resíduos já preconizados no QRE de 2012 com uma abordagem económica global.
- São agora mais exigentes os objetivos em termos de formação e educação da população em geral e em setores particulares.
- Desenvolveram-se orientações específicas para a mobilidade ciclável, e acrescentou-se ao foco crescente sobre os modos ativos de transporte e respetiva infraestrutura a introdução de soluções de partilha de veículos (*carsharing, bikesharing*), de soluções de transporte flexível e de mobilidade elétrica.
- Com a entrada em vigor do novo enquadramento legal da política de solos, ordenamento do território e urbanismo e a publicação do novo PN POT, bem como de um conjunto de outros instrumentos focados no desenvolvimento sustentável, reforçam-se as orientações acerca da contenção de perímetros urbanos e a promoção da regeneração e reabilitação urbana.

As tabelas seguintes identificam as principais orientações e as metas atualizadas a considerar pela AAE do PDMA, por Fator Crítico de Decisão. No capítulo 8 são indicadas as ações a introduzir na AAE em virtude da atualização do QRE.

Tabela 7 – Metas do QRE a considerar na AAE do PDMA, para o FCD 1 Conservação da natureza e biodiversidade

#### FCD1 Conservação da natureza e biodiversidade

Orientações de ambiente e sustentabilidade	Metas
<p>Proteger e restaurar os ecossistemas naturais, por forma a garantir a conservação do capital natural e assegurar a provisão dos serviços dos ecossistemas deles dependentes, incluindo o apoio a projetos de conservação ativa e a promoção da participação de jovens da proteção e conservação da natureza e ainda a remuneração dos serviços prestados pelo capital natural.</p> <p>Otimizar a conectividade ecológica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Espécies e habitats com estado de conservação “favorável” no país: 96 espécies e 53 habitats em 2030, garantindo que, em 2020, todas as espécies e habitats mantêm ou melhoram o seu estado de conservação em relação a 2012 (CCV, para 2030).</li> <li>• Estado de conservação dos habitats florestais na Rede natura: evolução positiva de 2013 para 2020 (ENF).</li> </ul>

## FCD1 Conservação da natureza e biodiversidade

### Orientações de ambiente e sustentabilidade

Aprofundar o contributo da agricultura e da silvicultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade.

Fomentar o associativismo florestal e incremento da área florestal com planos de gestão, melhorando a produtividade dos povoamentos

Incentivar o papel da bio-economia através do aumento da florestação ativa, promoção de práticas silvícolas mais eficientes e valorização dos serviços de ecossistemas. Dinamizar do mercado da biomassa florestal.

Aumentar a superfície média das áreas de gestão florestal, aumentando a superfície sob gestão conjunta.

Promover sistemas florestais articulados com o ordenamento cinegético e silvo pastoril em sistemas de produção, numa lógica de aumento de rendimento, DFCI e promoção da biodiversidade, incentivando ainda o aproveitamento do mel, das plantas aromáticas e medicinais e dos cogumelos no quadro dos sistemas de exploração florestal a promover.

Prevenir a instalação e expansão de espécies exóticas invasoras e de doenças e pragas agrícolas e florestais, bem como recuperar e reabilitar os ecossistemas florestais afetados.

Recuperar e reabilitar os ecossistemas após fogos.

### Metas

- Habitats/Áreas florestais de elevado valor natural beneficiadas e mantidas, entre 2014 e 2020 no país: 30 mil hectares (ENF).
- Limite máximo de área a ocupar por eucalipto para efeitos de aplicação do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na sua redação atual, para o concelho de Águeda: 20700 hectares, correspondente ao valor já atingido em 2010 (PROF-CL).
- Variação da superfície a ocupar pelas várias espécies florestais na região do PROF, para 2050 (PROF-CL):
  - Acácias: -100%
  - Azinheira: +560%
  - Carvalhos: +223%
  - Castanheiro: +380%
  - Eucaliptos: -3%
  - Outras folhosas: +15%
  - Outras resinosas: +2%
  - Pinheiro-bravo: -3%
  - Pinheiro-manso: +171%
  - Povoamentos ardidos: 0%
  - Sobreiro: +10500%
  - Matos: -30%
  - Pastagem: +59%
- Redução da área de distribuição geográfica das espécies exóticas invasoras (face ao ano de referência): 10% (P-3AC, para 2030).
- Aumento substancial da percentagem de floresta regenerada após incêndio para 80-100% (ENF, para 2030).
- Volume de madeira e outros produtos florestais certificados transacionados no mercado, face a 2010, até 2020: aumento de 50% (ENF).
- Área florestal gerida de forma agrupada face a 2014, em 2030: +40% (ENF).
- Área florestal inscrita em ZIF até 2020: +30% (ENF).

Tabela 8 – Metas do QRE a considerar na AAE do PDMA, para o FCD 2 Ordenamento e qualificação do território.

**FCD2 Ordenamento e qualificação do território**

**Orientações de ambiente e sustentabilidade**

Melhorar a rede de infraestruturas de transporte, incluindo medidas para aumentar a mobilidade ferroviária os acessos a áreas de acolhimento empresarial consolidadas para redução de tempos de ligação.

Promover as transferências modais através da melhoria da oferta e do acesso ao transporte público, com serviços de boa qualidade e adequados à procura, e incentivando a intermodalidade no sistema de transporte coletivo.

Regular e promover novas formas de mobilidade, incluindo o transporte flexível e os serviços de partilha de veículos (carsharing, bikesharing), com enfoque na mobilidade elétrica.

Promover a mobilidade ativa, reforçando o seu papel no sistema de deslocações urbanas, incluindo a qualificação da rede pedonal, a massificação do estacionamento para bicicletas, o desenvolvimento de redes de ciclovias, a implementação de zonas sem carros, zonas 20 e zonas 30, a correção de interseções menos seguras e confortáveis para ciclistas, a adoção de índices de caminhabilidade, entre outros.

Aumentar a segurança rodoviária.

Promover a qualidade urbana.

Promover a utilização sustentável e racional do território numa perspetiva de maior coesão e valorização territorial, conter a dispersão do edificado, protegendo os terrenos rústicos envolventes da urbanização avulsa e discriminando positivamente a ocupação dos vazios urbanos existentes, sem prejuízo da possibilidade de eventuais e excepcionais necessidades de crescimento, devidamente enquadradas e programadas.

Investir na reabilitação de zonas urbanas degradadas, na reabilitação urbana nos centros históricos e em áreas urbanas e periurbanas com carências multidimensionais, fomentando a recuperação, beneficiação e reconstrução do edificado, a requalificação e reconversão de zonas

**Metas**

Para os sistemas de saneamento, as principais metas são:

- Atingir 100% de alojamentos abrangidos por serviços com avaliação satisfatória no indicador Acessibilidade física do serviço (PENSAAR 2020)

Para o sistema de transportes e mobilidade, as principais metas são:

- Repartição modal:
  - a) A pé – 22% (PIMTRA, para 2023, viagens intra-concelhias).
  - b) Em bicicleta - 9% (PIMTRA, para 2023, viagens intra-concelhias); 7,5% (ENMAC, para 2030, país); 9% (ENMAC, para 2030, cidades nacionais).
  - c) Em transporte coletivo – 7% (PIMTRA, para 2023, viagens intra-concelhias).
  - d) Em transporte individual – 50% (A21L); 62% (PIMTRA, para 2023, viagens intra-concelhias).
  - e) Outras combinações – 1% (PIMTRA, para 2023, viagens intra-concelhias).
- População residente servida por TP (% da população residente na área de influência dos 400 m da rede TP, com pelo menos 2 serviços por hora) no período escolar (PIMTRA, para 2023).
  - a) Período de ponta da manhã (PPM) – 52%
  - b) Corpo do dia (CD) - 34%
- Passageiros/km transportados no país nos serviços públicos de transporte de passageiros: +15% em relação a 2013 (PETI3+, para 2020); 15 296 milhões (CCV, para 2030).
- Extensão total de ciclovias no país: 10 000 km (ENMAC, para 2030).

## FCD2 Ordenamento e qualificação do território

### Orientações de ambiente e sustentabilidade

industriais abandonadas e a qualificação do espaço público e das infraestruturas, garantindo condições de conservação, segurança, salubridade, estética, paisagem e ambiente.

Apoiar a diversidade de atividades dentro das áreas urbanas.

Fomentar a criação, qualificação, integração, acessibilidade e legibilidade dos espaços exteriores urbanos, constituindo sistemas de espaços coletivos, nomeadamente praças, passeios arborizados, áreas pedonais, zonas de acalmia de tráfego, hortas, jardins, quintas e parques, valorizando as suas funções enquanto áreas livres de recreio, lazer, sociabilidade, cultura e desporto, potenciando o seu papel no equilíbrio microclimatológico, dos ecossistemas, dos ciclos biogeoquímicos, da biodiversidade e da paisagem, e contribuindo para a infraestrutura verde.

Reduzir a vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor e ao aumento da temperatura máxima.

Reduzir a intensidade carbónica do parque de edifícios (residencial e serviços) e promover a renovação energética do parque imobiliário e os edifícios NZEB (*near zero energy buildings*).

Melhorar a articulação urbano-rural, explorando as complementaridades económicas, sociais e culturais que resultam dessa relação de proximidade e melhorando as condições de transporte e logística.

Potenciar espaços silvestres periurbanos e metropolitanos, criando ou requalificando parques de recreio e lazer, parques florestais de uso múltiplo e redes de percursos nas áreas de influência das cidades, aumentando a sensibilização da população urbana para os valores naturais.

Valorizar e aproveitar as amenidades rurais associadas à agricultura, floresta, espaço não agrícola nem florestal, e aos povoados rurais.

### Metas

- Capitação da rede ciclável estruturante (mobilidade quotidiana e mista) (m / 100 habitantes) – 131 m/100 habitantes (PIMTRA, para 2023).
- Redução continuada do número de vítimas de acidentes rodoviários e do número de atropelamentos (PIMTRA, para 2023); redução da sinistralidade rodoviária de ciclistas em 50% (ENMAC, para 2030).

Para o setor da construção, as principais metas são:

- Peso da reabilitação no conjunto do sector da construção: 23% (CCV, para 2030).
- Taxa de recuperação de edifícios face ao total de licenças concedidas pela CMA para construção – >25% (A21L).

No âmbito do modelo de ordenamento, acrescenta-se a seguinte meta:

- Percentagem de área florestal em espaço urbano e periurbano, até 2020: 10% (ENF).

Tabela 9 – Metas do QRE a considerar na AAE do PDMA, para o FCD 3 Qualidade ambiental.

### FCD3 Qualidade ambiental

Orientações de ambiente e sustentabilidade	Metas
<p>Aumentar e melhorar os espaços verdes.</p> <p>Reduzir os impactes ambientais associados ao setor dos transportes, promovendo uma repartição modal mais equilibrada e incentivando o uso dos modos suaves, incluindo medidas como a criação de zonas de emissões reduzidas, entre outras.</p> <p>Atingir o bom estado de todas massas de água, evitando qualquer degradação adicional, e assegurar as disponibilidades de água para utilizações atuais e futuras, nomeadamente através de intervenções nos sistemas de saneamento.</p> <p>Aumentar a eficiência da utilização da água, reduzindo a pegada hídrica das atividades e eliminando os desperdícios, reduzindo a níveis aceitáveis as perdas de água nos sistemas (dando prioridade para os que são potencialmente mais significativos).</p> <p>Reduzir ao mínimo o uso da água potável em atividades que possam ter o mesmo desempenho com águas de qualidade alternativa e de outras origens que não a rede pública de água potável, promovendo a utilização de água da chuva e a eventual reutilização de águas residuais tratadas, bem como a utilização em unidades industriais de águas residuais ou remanescentes, provenientes de outros processos nos sistemas de aquecimento, arrefecimento e na lavagem de equipamentos.</p> <p>Prevenir a produção de resíduos, aumentar as taxas de reciclagem e reduzir muito significativamente a deposição de resíduos em aterro, incluindo medidas de consolidação e otimização da rede de gestão de resíduos e de promoção do fecho do ciclo dos materiais (com simbioses industriais, por exemplo).</p>	<p>Para o ar, as principais metas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Máximo de 2 dias em média com IQAr - Índice de Qualidade do Ar "fraco" ou "mau" (CCV, para 2030).</li> <li>• Redução de emissões de NOX: -0,32 kT (PETI3+, para 2013-2020).</li> <li>• Redução de emissões de partículas: -0,031 kT (PETI3+, para 2013-2020).</li> </ul> <p>Para os resíduos, as principais metas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Incorporação de resíduos na economia: 86% (CCV, para 2030).</li> <li>• Percentagem de redução de resíduos produzidos pelo país face ao valor de referência de 2008-2012 (16,8Mt): 15 % (PNGR, para 2020).</li> <li>• Redução mínima da produção de resíduos por habitante de 10% em peso relativamente ao valor verificado em 2012 (PERSU, para 2020).</li> <li>• Produção máxima de resíduos urbanos por habitante, por ano: 416kg (A21L, para 2016).</li> <li>• Quociente entre a valorização (exceto valorização energética) e a produção de resíduos: 68 % (PNGR, para 2020).</li> <li>• Fração reciclável dos resíduos urbanos: 53 % (PNGR, para 2020).</li> <li>• Garantia, a nível nacional, da reciclagem de, no mínimo, 70%, em peso dos resíduos de embalagens (PERSU, para 2020).</li> <li>• Um aumento mínimo global para 50% em peso relativamente à preparação para a reutilização e a reciclagem de resíduos urbanos, incluindo o papel, o cartão, o plástico, o vidro, o metal, a madeira e os resíduos urbanos biodegradáveis (PERSU, para 2020).</li> <li>• Redução dos resíduos urbanos biodegradáveis destinados a aterro para 35% da quantidade total, em peso, dos resíduos urbanos biodegradáveis produzidos em 1995.</li> </ul>

### FCD3 Qualidade ambiental

#### Orientações de ambiente e sustentabilidade

Promover a valorização económica dos recicláveis e outros materiais do tratamento dos resíduos urbanos.

Promover a agricultura biológica, de conservação e de precisão.

Implementar técnicas de conservação e de melhoria da fertilidade do solo.

#### Metas

- Gerar uma tendência crescente na % de lamas valorizadas relativamente a volumes produzidos nos sistemas de saneamento (PENSAAR, para 2020).

Para o solo, as principais metas são:

- Aumentar a Superfície Agrícola Útil dedicada à agricultura biológica para 10% (A21L).
- Stock e fluxo anual de carbono orgânico no solo e na biomassa florestal em 2025, face a 2010: aumento (ENF).
- % da área arborizada nas zonas sensíveis para a proteção do solo no âmbito da conservação do regime hídrico, em 2020, face a 2010: aumento de 10% (ENF).

Para os recursos hídricos, as principais metas são:

- Eficiência nacional no consumo de água:
  - a) Setor urbano: 80% (PNUEA, para 2020); 85% (P-3AC, para 2030).
  - b) Setor agrícola: 65% (PNUEA, para 2020); 80% (P-3AC, para 2030).
  - c) Setor industrial: 85% (PNUEA, para 2020); 90% (P-3AC, para 2030).
- Atingir 80% de alojamentos abrangidos por serviços com avaliação satisfatória nas perdas reais de água (PENSAAR, para 2020).
- Água não faturada no total da água colocada na rede: máximo de 20% (CCV, para 2030).
- Totalidade das massas de água do concelho em Bom estado (A21L, até 2015).
- Percentagem de massas de água superficiais com Bom estado na RH4: 83% em 2021 e 100% em 2027 (PGRH).
- Percentagem de massas de água subterrâneas com Bom estado na RH4: 91% em 2021 e 100% em 2027 (PGRH).
- Gerar uma tendência crescente na água residual reutilizada/recolhida (PENSAAR 2020); 10% das águas residuais tratadas são reutilizadas (A21L, para 2013).



Tabela 10 – Metas do QRE a considerar na AAE do PDMA, para o FCD 4 Alterações climáticas e riscos naturais.

**FCD4 Alterações climáticas e riscos naturais**

<b>Orientações de ambiente e sustentabilidade</b>	<b>Metas</b>
<p>Investir na utilização e diversificação de energias renováveis, reduzir o consumo de energia e melhorar a eficiência energética.</p> <p>Adaptar o território à mudança climática.</p> <p>Explorar o potencial associado à valorização da tecnologia dos biocombustíveis como fonte de energias renováveis e à valorização da produção de combustível derivado de resíduos designadamente no âmbito da pré-deposição em aterro de resíduos sólidos urbanos e no aproveitamento do seu potencial energético.</p> <p>Articular as políticas de gestão e ordenamento florestal com as políticas energéticas.</p> <p>Reduzir os impactes ambientais associados ao setor dos transportes, promovendo uma repartição modal mais equilibrada e incentivando o uso dos modos suaves.</p> <p>Reduzir as emissões de CO2.</p> <p>Aumentar a capacidade de sumidouro natural da floresta e de outros usos do solo.</p> <p>Promover a resiliência e adaptabilidade dos sistemas hídricos, naturais e humanizados, para minimizar as consequências de riscos associados a alterações climáticas, fenómenos meteorológicos extremos e outros eventos.</p> <p>Melhorar a capacidade de previsão para a adequada gestão do risco de inundação, criando sistemas de alerta.</p> <p>Melhorar o ordenamento do território e a gestão da exposição nas áreas inundáveis e a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas áreas de possível inundação, incluindo a redução de zonas impermeáveis, a plantação de espécies autóctones, o desenvolvimento de ecoparques, a renaturalização de zonas específicas, e a necessidade de condicionar o uso</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Emissão nacional de gases com efeitos de estufa: redução de 45% a 55% face a 2005 (PNEC, para 2030), para 39-48MtCO2eq (trajetória RNC2050, para 2030), 22-30MtCO2eq (RNC2050, para 2040), 9-13 MtCO2eq (RNC2050, para 2050).</li> <li>• Sequestro de carbono nacional: 9-13 MTCO2 (RNC2050, para 2050).</li> <li>• Eficiência energética: redução de 35% no consumo energético face às previsões de 2007 (PNEC, para 2030), para uma intensidade energética de 101tep/M€ PIB (CCV, para 2030).</li> <li>• Energias renováveis: 47% da produção (PNEC, para 2030).</li> <li>• Energias renováveis: 31% do consumo (A21L, para 2020) e 40% (CCV, 2030).</li> <li>• Energias renováveis nos transportes: 20% do consumo (PNEC, para 2030).</li> </ul> <p>Em relação a cheias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução do n.º de pessoas afetadas em episódios de cheias e inundações em zonas de risco identificadas nos Planos de Gestão de Riscos de Inundações (face ao anterior ciclo dos PGRI): 25% (P3-AC, para 2030).</li> </ul> <p>Em relação a incêndios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quantidade de infraestruturas, previstas em PMDFCI, executada: 100% (ENF, para 2025).</li> </ul>

#### FCD4 Alterações climáticas e riscos naturais

##### Orientações de ambiente e sustentabilidade

do solo em zonas suscetíveis a inundações, e de observar distâncias entre os aglomerados urbanos e as albufeiras.

Introduzir condicionantes de uso do solo nas zonas definidas como de elevada suscetibilidade sísmica e de elevada suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes em especial nas áreas urbanas. Definir, nas zonas de elevada suscetibilidade, as medidas preventivas relativamente à segurança de pessoas e bens face à instabilização de vertentes, as quais poderão incluir: Proibição da construção de hospitais, escolas, edifícios com importância na gestão da emergência e edifícios de habitação; Realização de obras de estabilização e reforço a fim de aumentar a segurança de estruturas já existentes.

Introduzir restrições de uso do solo em zonas de influência de infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos e garantir distâncias de segurança entre os estabelecimentos industriais e as zonas residenciais, vias de comunicação, locais frequentados pelo público e zonas ambientalmente sensíveis.

Aumentar a resiliência do território aos incêndios através da promoção da gestão florestal e intenção preventiva, incluindo o planeamento de intervenções estruturantes em áreas agrícolas e florestais e da gestão de faixas de combustível.

##### Metas

- Implementação das faixas de gestão de combustível do concelho, num total de 4123,96 hectares (PMDFCI, para 2029).
- Construção de novos pontos de água no concelho, num total de 3 (PMDFCI, para 2029).
- Manutenção da rede viária florestal do concelho, num total de 103,2 km (PMDFCI, para 2029).
- Manter os tempos de intervenção em incêndios para uma primeira intervenção até 20 minutos e eliminar os tempos de intervenção superiores a 60 minutos (PMDFCI, para 2020-2029).
- Reduzir os incêndios com áreas superiores a 1000 hectares, atingindo uma média menor que 1476 hectares (PMDFCI, para 2020-2029).
- Reduzir a área ardida em espaços florestais a menos de 1800 hectares (PMDFCI, para 2020-2029).
- Reduzir o número de reacendimentos para menos de 10 (PMDFCI, para 2020-2029).

Tabela 11 – Metas do QRE a considerar na AAE do PDMA, para o FCD 5 Desenvolvimento regional e local.

### FCD5 Desenvolvimento regional e local

Orientações de ambiente e sustentabilidade	Metas
<p>Encorajar o mercado de produtos locais e regionais.</p> <p>Promover e coordenar novas oportunidades de investimento e desenvolvimento em torno da qualidade do património natural, construído e cultural.</p> <p>Promover as simbioses industriais (urbanas, locais, regionais) e inserir o concelho em redes de produção do conhecimento do sistema universitário e politécnico da Região Centro e da rede de instituições de base tecnológica que organizam a oferta de serviços avançados às empresas inseridas nos principais sistemas produtivos da Região.</p> <p>Apoiar o desenvolvimento de clusters industriais em novas áreas de desenvolvimento tecnológico, fomentar e apoiar a constituição de redes e nichos de empreendedorismo e inovação urbana ao nível local, dinamizando territórios-piloto de teste e demonstração, laboratórios vivos urbanos, incubadoras de negócios e ninhos de empresas, e promovendo a integração urbana de parques empresariais e tecnológicos.</p> <p>Promover a transição para uma economia competitiva, circular, resiliente e neutra em carbono, gerando mais riqueza, emprego e bem-estar.</p> <p>Reestruturar a indústria tradicional forte e internacionalizada.</p> <p>Difundir e reconhecer as empresas com boas práticas de responsabilidade social e ambiental.</p> <p>Apoiar a estruturação de economias de base comunitária, promovendo o comércio de proximidade e o emprego local, nomeadamente mediante o recurso a sistemas de incentivos que promovam a dinâmica económica e o emprego.</p> <p>Favorecer a instalação de novos residentes, permanentes ou temporários, nomeadamente os jovens e qualificados, portadores de ideias de negócios, partindo de estratégias de atração e apoio à localização empresarial e institucional.</p> <p>Promover uma nova oferta de habitação pública (habitação social e habitação a custos acessíveis) e reabilitar o parque público de habitação existente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• VAB “verde” – 3400 milhões de euros (CCV, para 2030).</li> <li>• Volume de exportações equivalente a 50 % do PIB (EPT2030) e Exportações “verdes” de 1280 milhões de euros (CCV, para 2030).</li> <li>• Pessoas ao serviço em postos de trabalho “verdes” – 151 000 pessoas (CCV, 2030).</li> <li>• Aumentar a produtividade nacional dos materiais para 1,72 €PIB/kg de material consumido (CCV, para 2030).</li> <li>• Aumento da despesa total em investigação e desenvolvimento (I&amp;D) para 3 % do produto interno bruto (PIB) (EPT2030).</li> <li>• Redução da percentagem de adultos, incluindo jovens, em idade ativa sem o nível de ensino secundário (EPT2030).</li> <li>• Alcançar um nível de 60 % dos jovens com 20 anos que frequentem o ensino superior e 50 % dos graduados de educação terciária na faixa etária dos 30 -34 anos (EPT2030).</li> <li>• Taxa de emprego da população de 20 a 64 anos de 75% (PNRef, para 2020).</li> <li>• Pessoas em risco pobreza ou exclusão social no país (variação face a 2008) de -200 mil (PNRef, para 2020).</li> <li>• Envolver 1000 cidadãos por ano em processos de voluntariado e de consulta pública (A21L).</li> </ul>

## FCD5 Desenvolvimento regional e local

### Orientações de ambiente e sustentabilidade

Fortalecer a participação pública e o desenvolvimento de processos inclusivos de cidadania e sensibilização, incentivando abordagens inclusivas, inteligentes e sustentáveis de base comunitária, que tirem partido e reforcem a capacidade instalada do tecido associativo e da rede de intervenção pública locais.

Aplicar o conceito de modos de vida sustentáveis, que incorpore as desigualdades sociais e o acesso diferenciado aos recursos e bens, combatendo as desigualdades e discriminação, promovendo a inclusão e a luta contra a exclusão e respondendo às necessidades específicas e emergentes dos idosos, crianças, jovens, famílias e cidadãos com mobilidade reduzida.

Desenvolver unidades de saúde e equipas especializadas de socorro e emergência que cubram de forma eficaz e densa os municípios com maior vulnerabilidade social, bem como aumentar a resiliência do sistema de saúde.

Apostar na visibilidade e atratividade internacional dos espaços de valia ambiental e nos ativos culturais e patrimoniais, incluindo a promoção da oferta e qualificação dos serviços no domínio do Turismo de Natureza, que concorram para a gestão sustentável dos territórios e salvaguardem o património natural e identidade cultural.

Valorizar e capacitar os recursos humanos do setor do turismo.

Estruturar, qualificar e posicionar os produtos turísticos, desenvolver e qualificar a oferta e criar redes de *stakeholders* e empreendedores do setor.

Favorecer os movimentos, já hoje com grande expressão, de visitantes ligados a alojamentos familiares de uso sazonal ou temporário, mitigando por outro lado essa sazonalidade do turismo através da aposta nos segmentos urbanos como o turismo cultural, de negócios, de saúde, através da estruturação dos serviços urbanos de apoio à atividade turística da região urbana funcional, envolvendo as comunidades locais nestas estratégias.

### Metas

- Número de dormidas anuais no turismo nacional: 80 milhões de dormidas/ano (ET27, para 2027).
- Receitas do turismo nacional: 26000 milhões de euros (ET27, para 2027).
- Trabalhadores na atividade turística com habilitações do ensino secundário e pós-secundário no turismo: 60% (ET27, para 2027).
- Índice de sazonalidade do turismo nacional: 33,5% (ET27, para 2027).
- Percentagem de empresas do turismo que adotam medidas de utilização eficiente da energia: > 90% (ET27, para 2027).
- Percentagem de empresas turísticas que promovem uma utilização eficiente da água nas suas operações: > 90% (ET27, para 2027).

## 4. Quadro de governança

Foram realizadas as atualizações do quadro de governança resultantes da evolução das instituições (extinções, mudanças de competências ou de nomes). Além disso, no sentido de promover uma maior eficiência da AAE, acrescentam-se algumas correções:

- Introdução da AFBV como parceiro a envolver nas questões da floresta e alterações climáticas;
- Introdução do ICNF nas questões do FCD1 associadas à qualificação industrial;
- Introdução da APA nas questões do FCD4;
- Introdução da GNR/SEPNA nas questões da qualidade ambiental associadas à indústria e agricultura;
- Introdução da DRCC nas questões do FCD2.

Tabela 12 – Quadro de governança atualizado.

<b>FATORES CRÍTICOS</b> Critérios	<b>ENTIDADES CONSTITUENTES DO QUADRO DE GOVERNANÇA</b>
<b>QE1. QUALIFICAÇÃO INDUSTRIAL:</b> Promoção do Potencial Produtivo e Empreendedor   Inovação do Produto   Qualificação de Recursos Humanos   Diversificação do Tecido Industrial   Qualificação dos Espaços Industriais.	
FCD1: Conservação da Natureza e Biodiversidade	CMA   CCDRC   ICNF   AFBV   Universidades/UA.
FCD2: Ordenamento e Qualificação do Território	CMA   IAPMEI   AEA   CCDRC   Universidades/UA   AdRA   AdCL   Empresas/Associações Empresariais.
FCD3: Qualidade Ambiental	CMA   ECTRI   AdRA   AdCL   CCDRC   ERSUC   LIQ   Empresas/Associações Empresariais   AEA   GNR/SEPNA.
FCD4: Alterações climáticas	CMA   DGEG   APA   Universidades/UA   Empresas/Associações Empresariais   AEA.
FCD5: Desenvolvimento Regional e Local	CMA   IAPMEI   AEA   IEFP   Centro de Formação Profissional de Águeda   ESTGA/UA   ABIMOTA   ACOAG   LIQ   Empresas/Associações Empresariais   INPI.

**FATORES CRÍTICOS**

**Critérios**

**ENTIDADES CONSTITUINTES DO QUADRO DE GOVERNANÇA**

**QE2. REFORÇO DA COESÃO SOCIAL:** Reforço da Cidadania | Reforço da Rede Social | Requalificação da Imagem do Concelho.

FCD1: Conservação da Natureza e Biodiversidade	CMA   Juntas de Freguesia   ICNF   AFBV.
FCD2: Ordenamento e Qualificação do Território	CMA   CCDRC   Juntas de Freguesia   ACOAG   Turismo Centro de Portugal   Segurança Social   DGPC   DRCC   Autoridade de Saúde.
FCD3: Qualidade Ambiental	CMA   CCDRC   AdRA   AdCL.
FCD4: Alterações climáticas	CMA   CCDRC   ICNF   AFBV.
FCD5: Desenvolvimento Regional e Local	CMA   Operadores hoteleiros e de restauração   ACOAG   Turismo Centro de Portugal   Juntas de Freguesia   União Concelhia das IPSS de Águeda   IPSS de Águeda.

**QE3. VALORIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL / TURISMO:** Qualificação do Património Natural e Edificado | Política Florestal | Revitalização do Sistema Hídrico | Conservação da Natureza e Biodiversidade.

FCD1: Conservação da Natureza e Biodiversidade	CMA   CCDRC   ICNF   APA   ONG   Universidades/UA   Cooperativas/Associações de produtores florestais   AFBV   Turismo de Portugal.
FCD2: Ordenamento e Qualificação do Território	CMA   CCDRC   Turismo de Portugal   DGPC   DRCC.
FCD3: Qualidade Ambiental	CMA   APA   CCDRC   Universidades/UA   CIRA   AdRA   AdCL.
FCD4: Alterações climáticas	CMA   CCDRC   ICNF   Cooperativas/Associações de produtores florestais   AFBV   ANEPC   Universidades/UA.
FCD5: Desenvolvimento Regional e Local	CMA   CCDRC   Turismo de Portugal.

**QE4. REVITALIZAÇÃO AGRÍCOLA:** Diversificação Agrícola | Promoção do Potencial Agrícola | Reestruturação das Estruturas Agrícolas.

FCD1: Conservação da Natureza e Biodiversidade	CMA   DRAPC   ICNF   AFBV.
FCD2: Ordenamento e Qualificação do Território	CMA   DRAPC   DRCC.
FCD3: Qualidade Ambiental	CMA   DRAPC   Cooperativas/Associações de agricultores (de Águeda)   Central Termoelétrica de Mortágua   GNR/SEPNA.
FCD4: Alterações climáticas	CMA   DRAPC   ICNF   AFBV.
FCD5: Desenvolvimento Regional e Local	CMA   DRAPC   CCDRC   Cooperativas/Associações de agricultores (de Águeda)   AgroBio   IIEFP.

**FATORES CRÍTICOS**

**Critérios**

**ENTIDADES CONSTITUINTES DO QUADRO DE GOVERNANÇA**

**POTENCIAÇÃO ENERGÉTICA E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS:** Aumento da Ecoeficiência | Promoção das Energias Renováveis | Promoção da Educação Ambiental | Valorização Energética de Resíduos | Reestruturação do sistema de recolha de resíduos.

FCD1: Conservação da Natureza e Biodiversidade

CMA | DRAPC | ICNF | AFBV.

FCD2: Ordenamento e Qualificação do Território

CMA | CCDRC | DRCC | ERSUC, Universidades/UA.

FCD3: Qualidade Ambiental

CMA | CCDRC | Universidades/UA | ERSUC | EDP | DGEG | GNR/SEPNA | APA | SPV.

FCD4: Alterações climáticas

CMA | DGEG | ERSE | ERSUC | Universidades/UA | Empresas/Associações empresariais | AEA | APA | ADENE | RNAE | REN | Associações Locais | EDP | Produtores florestais | AFBV | Central Termoelétrica de Mortágua | CUR-Energia elétrica | CUR-Gás.

FCD5: Desenvolvimento Regional e Local

CMA | EDP | DGEG | ERSUC | ONG | Juntas de Freguesia | SPV | Universidades/UA | IIEFP.

**REESTRUTURAÇÃO DO MODELO DE ORDENAMENTO:** Combate à Especulação Imobiliária/Política de Solos | Requalificação de Infraestruturas e Equipamentos | Qualificação Urbana.

FCD1: Conservação da Natureza e Biodiversidade

CMA.

FCD2: Ordenamento e Qualificação do Território

CMA | DGT | AEA | AdRA | AdCL | EDP | IP | DGPC | CCDRC | REN | DGSS | IPDJ | Operadores de Telecomunicações | CIRA.

FCD3: Qualidade Ambiental

CMA | CCDRC | ICNF | Universidades/UA | AdRA | AdCL | EDP.

FCD4: Alterações climáticas

ANEPC | AEA | APA | EDP.

FCD5: Desenvolvimento Regional e Local

CMA | CCDRC | DGT | DGPC | DRCC | Associações Locais | Turismo de Portugal.

## 5. Indicadores de seguimento

Apresenta-se de seguida o painel de indicadores de seguimento da declaração ambiental de 2012 (Tabela 13) e a sua evolução entre 2012 e 2019 (Tabela 14). Para uma leitura mais aprofundada, apresentam-se os critérios, fontes e métodos adotados na medição de cada um dos indicadores no ANEXO 8 – *Critérios de medição dos Indicadores da Declaração Ambiental de 2012*.

Na tabela seguinte, a coluna à direita indica uma síntese da avaliação da evolução do indicador ao longo do período 2012-2019. Em geral, os indicadores evoluíram positivamente, como esperado, com destaque para o crescimento da certificação de floresta no município, para a redução do custo do solo industrial e o arranque da deslocalização de empresas de espaços residenciais para espaços de atividades económicas, para o grande aumento da proporção de alojamentos servidos por infraestruturas de drenagem de águas residuais, para as ações de prevenção e controlo de incêndios e cheias e para a redução da taxa de desemprego. Dos 31 indicadores, 9 apresentam evolução negativa ou parcialmente negativa, destacando-se os associados à prevalência das florestas de eucalipto e da pequena expressão dos povoamentos de espécies autóctones, bem como à área ardida, o associado ao consumo de água e ausência de valorização das águas residuais e o associado ao elevado custo do solo para habitação e o associado à redução do comércio extra-UE.

A avaliação da evolução dos indicadores deve ser enquadrada nos efeitos que eles pretendem medir, pelo que se remete a sua análise para as tabelas do capítulo seguinte.

Tabela 13 – Indicadores de seguimento da declaração ambiental de 2012

FCD	Indicadores de monitorização	Avaliação 2012-2019
FCD1 Conservação da natureza e biodiversidade	<b>IM01</b> Corredores verdes.	<b>MANTÉM</b>
	<b>IM02</b> Área classificada e área protegida no concelho.	<b>POSITIVO</b>
	<b>IM03</b> Povoamentos de espécies autóctones.	<b>NEGATIVO</b>
	<b>IM04</b> Ações de gestão na Rede Natura 2000.	<b>POSITIVO</b>
	<b>IM05</b> Florestas certificadas no município.	<b>POSITIVO</b>
FCD2 Ordenamento e qualificação do território	<b>IM06</b> Parques empresariais de génese municipal e habitação a custos controlados	<b>POSITIVO</b>
	<b>IM07</b> Empresas deslocalizadas para os Parques Empresariais.	<b>POSITIVO</b>
	<b>IM08</b> Níveis de infraestruturização do concelho.	<b>POSITIVO</b>
	<b>IM09</b> Número de equipamentos sociais.	<b>POSITIVO</b>
	<b>IM10</b> Taxa de visitação de núcleos patrimoniais.	<b>POSITIVO</b> (absoluto) <b>NEGATIVO</b> (taxa variação anual)
	<b>IM11</b> Património classificado.	<b>POSITIVO</b>
	<b>IM12</b> Custo médio do solo.	<b>POSITIVO</b> (indústria) <b>NEGATIVO</b> (habitação)
FCD3 Qualidade Ambiental	<b>IM13</b> Qualidade do ar e ruído.	<b>MANTÉM</b> (ar) <b>SEM INFORMAÇÃO</b> (ruído)



	<b>IM14</b>	Qualidade dos recursos hídricos.	<b>POSITIVO</b>
	<b>IM15</b>	Taxa de consumo e valorização da água.	<b>NEGATIVO</b>
	<b>IM16</b>	Valorização dos resíduos.	<b>POSITIVO</b> (valorização multimaterial e orgânica, resíduos para aterro) <b>NEGATIVO</b> (valorização energética)
	<b>IM17</b>	Bolsa de Carbono.	<b>NEGATIVO</b>
	<b>IM18</b>	Expansão urbana.	<b>NULO</b> (perímetros urbanos sem alteração)
	<b>IM19</b>	Consumo de energia.	<b>POSITIVO</b>
	<b>IM20</b>	Zonas de intervenção florestal.	<b>MANTÉM</b>
FCD4 Alterações climáticas e riscos naturais	<b>IM21</b>	Área florestada com eucalipto.	<b>NEGATIVO</b>
	<b>IM22</b>	Prevenção de riscos naturais.	<b>POSITIVO</b>
	<b>IM23</b>	Área ardida.	<b>NEGATIVO</b>
	<b>IM24</b>	Edifícios certificados energeticamente.	<b>POSITIVO</b>
	<b>IM25</b>	Número de empresas.	<b>POSITIVO</b>
	<b>IM26</b>	Dinâmica empresarial (novas patentes, empresas e países de exportação).	<b>POSITIVO</b> (invenções, e comércio intra-UE) <b>NEGATIVO</b> (comércio extra-UE)
FCD5 Desenvolvimento regional e local	<b>IM27</b>	Taxa de desemprego.	<b>POSITIVO</b>
	<b>IM28</b>	Nível de ensino da população.	<b>SEM INFORMAÇÃO</b>
	<b>IM29</b>	Equipamentos e serviços de utilização coletiva.	<b>POSITIVO</b>
	<b>IM30</b>	Dinâmica turística (fluxos de turistas e proveitos hoteleiros).	<b>POSITIVO</b>
	<b>IM31</b>	Novos projetos turísticos no concelho.	<b>POSITIVO</b>



Tabela 14 – Valores dos indicadores de seguimento entre 2012 e 2019.

		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019			
<b>unidades</b>												
FCD1	<b>IM01</b>	ha	17539	17539	17539	17539	17539	17539	17539	17539	<b>MANTEM</b>	Hectares de área de Estrutura Ecológica Municipal.
	<b>IM02</b>	ha	3934	3934	4108	4108	4108	4108	4108	4108	<b>POSITIVO</b>	Hectares de área classificada e área protegida no concelho (apenas existem classificadas, RN2000).
	<b>IM03</b>	ha	4169	-	-	3965	-	-	3625	-	<b>NEGATIVO</b>	Hectares de área de Florestas de Castanheiros; Florestas de Outras Folhosas; Florestas de Pinheiro Bravo; Florestas de Outras Resinosas e Outros Carvalhos da COS 2010, 2015 e 2018. O valor de referência para o ano de 2012 é o da COS de 2010.
	<b>IM04</b>	n.º	3	3	5	30	29	35	69	83	<b>POSITIVO</b>	Informação fornecida pela CMA.
	<b>IM05</b>	%	-	-	-	-	-	8,29	10,01	12,17	<b>POSITIVO</b>	Proporção de floresta certificada pela PEFC (como a PEFC apenas contabiliza áreas certificadas por NUTSIII, apresentam-se valores aproximados correspondentes às áreas de floresta da AFBV certificadas pela PEFC), acumulado. A proporção de floresta certificada foi calculada em relação à totalidade de áreas de floresta do município da COS de 2018.
	<b>IM05</b>	%	-	5,91	-	-	8,34	-	-	10,57	<b>POSITIVO</b>	Proporção de floresta certificada pela FSC Portugal, acumulado. A proporção de floresta certificada é calculada pela FSC Portugal em relação à totalidade de áreas de floresta do município da COS de 2018.

		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019			
<b>unidades</b>												
FCD2	<b>IM06</b>	n.º	0	1	1	1	1	1	1	1	POSITIVO	Número de Parques empresariais de génese municipal, 1 Parque, aquando da construção das infraestruturas urbanas que possibilitavam a implementação de unidades nos lotes.
		n.º	75	-	-	75	-	-	-	102	POSITIVO	Número de fogos de Habitação a custos controlados. Informação através do INE para os anos de 2012 e 2015 Fogos de habitação social (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Destino dos fogos; Anual - INE, <i>Inquérito à caracterização da habitação social e Estratégia Local de Habitação (R02) de fevereiro de 2020 para o ano de 2019.</i>
	<b>IM07</b>	n.º	-	-	-	-	-	-	5	6	POSITIVO	Número de empresas realocadas no parque empresarial municipal, tendo como fonte de informação o Relatório de Monitorização da AAE do PP do PEC de 2019. Para o ano de 2017 não há dados; para os anos de 2018 e 2019 utilizou-se o valor do Relatório de Monitorização de 2019.
	<b>IM08</b>	%	60	68	68	-	73	77	78	82	POSITIVO	Percentagem corresponde à proporção de alojamentos servidos por infraestruturas de drenagem de águas residuais. O valor de 2012 corresponde ao valor de 2011, pois é inexistente o valor para o ano referente (INE)
	<b>IM09</b>	n.º	29	-	-	-	-	-	-	38	POSITIVO	Número de equipamentos sociais 2011 (fonte RA do PDMA2012) e 2019 (cartografia temática e informação associada, CMA)
	<b>IM10</b>	n.º	-	-	-	-	17425	30435	57898	49756	POSITIVO	Número de visitas aos núcleos patrimoniais (CMA)
		Ta	-	-	-	-	-	0,75	0,90	-0,14	NEGATIVO	Taxa variável anual, cálculo através dos dados fornecidos pela CMA.
	<b>IM11</b>	n.º	10	11	12	12	12	12	12	12	POSITIVO	Número de imóveis de Património classificado. Fontes: cartografia temática e informação associada (CMA, com base no PDM2012 e diplomas de classificação entretanto publicados,); fichas disponibilizadas no <i>website</i> da Direção Geral do Património e da Cultura.
	<b>IM12</b>	€/m²	40 a 75				24,2	-	-	24,8	POSITIVO	Custo médio do solo (euro por m²) para áreas Industriais, dados recolhidos do Relatório de Monitorização de 2018 e 2019 da AAE do PP do PEC.
		€/m²	190,3	186,5	189,5	193,5	199,0	210,5	225,0	-	NEGATIVO	Custo médio do solo (euro por m²) para áreas habitacionais. Valor apurado através da extração de 25% (valor do terreno nos termos do n.º 1 do artigo 39.º do Anexo I - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis) dos <i>Valores médios de avaliação bancária dos alojamentos por m²</i> do PORData.

		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019								
<b>unidades</b>																	
FCD3	<b>IM13</b>	<b>kton</b>	-	-	-	193	-	192	-	-	<b>MANTEM</b>	Quilotoneladas de CO2e. Aos valores da qualidade do ar foram retirados os valores provocados por fogos florestais (com fogos florestais: 2015=197 kton CO2e   2017=228 kton CO2e), informação sobre emissões espacializadas 2015-2017 da APA.					
		<b>%</b>	33	-	-	-	-	-	-	-	<b>NULO</b>	Taxa de habitantes exposta a índices de ruídos elevados (Diurno), com base na BGRI de 2011 e Mapas de Ruído de 2008 (fontes de dados não atualizadas desde 2011/2008).					
		<b>%</b>	38	-	-	-	-	-	-	-	<b>NULO</b>	Taxa de habitantes exposta a índices de ruídos elevados (Noturno), com base na BGRI de 2011 e Mapas de Ruído de 2008 (fontes de dados não atualizadas desde 2011/2008).					
	<b>IM14</b>	<b>Bom e Superior %</b>	51,9				71,2				-	<b>POSITIVO</b>	Proporção da superfície das massas de água superficiais (% da área total), Classificação do estado global, para os intervalos temporais de 2013-2015 e 2016-2018, informação disponível no INE <i>Proporção da superfície das massas de água superficiais (% da área total) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Classificação do estado global; Trienal.</i>				
		<b>Inferior a Bom %</b>	48,1				28,8				-						
	<b>IM15</b>	<b>m³/h</b>	32,3	34,3	35	37,6	38,2	39,5	39,4	40,4	<b>NEGATIVO</b>	Metros cúbicos por habitante, informação disponível no INE, <i>Água distribuída por habitante (Série 2011) (m³/hab.) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento.</i>					
		<b>%</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>NEGATIVO</b>	Percentagem de Águas reutilizadas do sistema de saneamento por ano, informação indicada pela ADRA.					
	<b>IM16</b>	<b>t</b>	-	-	-	<b>16080</b>	<b>15201</b>	<b>15821</b>	<b>16497</b>	<b>17213</b>	-	Total de toneladas (t) de Resíduos urbanos geridos, informação disponível no INE, <i>Resíduos urbanos geridos (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de destino (resíduos); Anual.</i>					
		<b>t %</b>	-	-	-	5836	36	5150	34	5609	36	4953	30	5202	30	<b>POSITIVO</b>	Toneladas (t) e percentagem (%) de Resíduos urbanos geridos para Aterro.
		<b>t %</b>	-	-	-	571	4	14	0	0	0	10	0	12	0	<b>NEGATIVO</b>	Toneladas (t) e percentagem (%) de Resíduos urbanos geridos para Valorização energética.
<b>t %</b>		-	-	-	8101	50	8403	55	8538	54	9573	58	9944	58	<b>POSITIVO</b>	Toneladas (t) e percentagem (%) de Resíduos urbanos geridos para Valorização orgânica.	
<b>t %</b>		-	-	-	1572	10	1634	11	1673	11	1961	12	2054	12	<b>POSITIVO</b>	Toneladas (t) e percentagem (%) de Resíduos urbanos geridos para Valorização multimaterial.	
<b>IM17</b>	<b>t</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>NEGATIVO</b>	Toneladas (t) de Co2 consumidas (a Bolsa Municipal de Carbono não foi executada).						
<b>IM18</b>	<b>ha</b>	6171,83								<b>NULO</b>	Hectares de área dos perímetros urbanos que integram apenas as áreas de solo urbano urbanizado, não integrando o solo urbanizável do PDM de 2012 (medido sobre cartografia temática e informação do PDM2012, CMA)						
	<b>ha</b>	2898,78	-	-	2960,60	-	-	3163,92	-	-	-	Hectares de área dos territórios artificializados da COS. O valor de referência para o ano de 2012 corresponde à COS de 2010, os restantes referem-se à COS do ano correspondente – 2015 e 2018.					

		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019			
unidades												
FCD4	IM19	106 kWh	241	235	235	239	242	255	288	280	NEGATIVO	Consumo eléctrico em milhões de quilowatt-hora (106 KWH), informação disponível no INE, <i>Consumo de energia eléctrica (kWh) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de consumo; Anual - DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia eléctrica.</i>
		Nm³ 1000 h	526	505	482	463	415	448	433	438	POSITIVO	Consumo de gás natural por 1000 habitantes (Nm³), informação disponível no INE, <i>gás natural e Consumo de gás natural por 1000 habitantes (Nm³) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia eléctrica e gás natural.</i>
	IM20	ha	0	0	0	0	0	0	0	0	MANTEM	Hectares de área de ZIF, a informação disponibilizada pela AFBV e pelo ICNF indica a não existência de ZIF (Zonas de intervenção florestal).
	IM21	ha	19834	-	-	20138	-	-	20706	-	NEGATIVO	Hectares de área de Florestas de Eucalipto, valor apurado através da medição das áreas das manchas de Florestas de Eucalipto das COS de 2010, 2015 e 2018. O valor de Florestas/Povoamentos, medidos pela COS de 2010 corresponde ao valor de referência para o primeiro ano de avaliação (2012).
	IM22	n.º	1	1	1	3	1	1	1	3	POSITIVO	Número de intervenções concluídas no intervalo de tempo 2012 a 2019 do <i>Plano Geral de Drenagem da Cidade</i> e da lista das <i>Ações de controlo de Cheias</i> do PDM2012 (conforme quadro 22 do Relatório e Programa de Financiamento). Para o apuramento do número cruzaram-se as intervenções indicadas nos planos, com o plano de execução de empreitadas (CMA) para verificação das empreitadas com indicação de "Receção provisória", tendo a CMA contribuído com informação adicional para a contabilização das ações do PDMA2012.
		ha	514,3	612,6	736,4	893,5	1008,7	1110,6	1592,3	1905,4	POSITIVO	Hectares de área de Faixas de Gestão de Combustível executadas, valores acumulados (CMA)
	IM23	ha	1153	100	12	27	7221	333	12	1514	NEGATIVO	Hectares de área ardida, informação disponível no INE, <i>Superfície ardida (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo de superfície ardida; Anual - ICNF, DRRF RAA, IFCN RAM, Estatísticas florestais.</i>
IM24	n.º	-	-	568	559	567	630	632	665	POSITIVO	Número de certificados de edifícios emitidos por ano, informação disponível em <a href="https://www.sce.pt/estatisticas/">https://www.sce.pt/estatisticas/</a>	

		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019				
FCD5	<b>IM25</b>	n.º	4822	4985	5053	5238	5389	5502	5422	5555	POSITIVO	Número de empresas, informação disponível no INE, <i>Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) e Forma jurídica; Anual - INE, Sistema de contas integradas das empresas.</i>	
	<b>IM26</b>	n.º	4	6	3	11	9	5	7	1	POSITIVO	Número de Pedidos de Invenções Nacionais apresentados por residentes no Concelho de Águeda, informação disponibilizada pelo INPI.	
		MCex	80,2	80,2	80,4	72,8	62,2	66,3	67,6	65,1	NEGATIVO	Milhões de euros em Comércio EXTRA-EU, informação disponível no INE, <i>Exportações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de comércio e Tipo de bens (Nomenclatura combinada - NC2); Anual - INE, Estatísticas do comércio internacional de bens.</i>	
		MCin	195,3	214,6	226,2	234,9	242,9	268,4	315,3	357,4	POSITIVO	Milhões de euros em Comércio INTRA-EU, informação disponível no INE, <i>Exportações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de comércio e Tipo de bens (Nomenclatura combinada - NC2); Anual - INE, Estatísticas do comércio internacional de bens.</i>	
	<b>IM27</b>	%	8,1	8,7	7,2	6,4	5,2	4,2	3,0	2,9	POSITIVO	Taxa de desemprego, informação disponível no PORDATA.	
	<b>IM28</b>	2011	Nenhum	Básico - 1.º ciclo	Básico - 2.º ciclo	Básico - 3.º ciclo	Secundário	Pós-secundário	Superior	-	-	Percentagem de população por nível de escolaridade no ano 2011. A atualização dos dados para este indicador pelo INE depende dos Censos (Decenal) pelo que os valores disponíveis são iguais para todos os anos a monitorizar. Informação disponível no INE, <i>População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Nível de escolaridade mais elevado completo; Decenal.</i>	
		%	18	28	16	17	12	1	8	-	-		
	<b>IM29</b>	n.º	16	-	-	-	-	-	-	-	17	POSITIVO	Número de unidades/equipamentos de Saúde – Hospitais; Centros saúde; Extensões/UCSP (Estudos setoriais do PDMA2012 e CMA, 2019).
		n.º	52	-	-	-	-	-	-	-	41	NEGATIVO	Número de unidades/equipamentos de Educação – Jardim de Infância; Rede de educação pré-escolar pública e privada; 1º ciclo do ensino básico; 2º e 3º ciclo do ensino básico e secundário; Ensino superior (Estudos setoriais do PDMA2012 e CMA, 2019).
		n.º	33	-	-	-	-	-	-	-	38	POSITIVO	Número de unidades/equipamentos de Solidariedade e Segurança Social – Apoio à infância; apoio a pessoas com grau de deficiência; apoio à terceira idade (Estudos setoriais do PDMA2012 e CMA, 2019).
n.º		2	-	-	-	-	-	-	-	2	MANTEM	Número de unidades/equipamentos de Formação Profissional – Centro de Emprego, Centro de Formação Profissional (Estudos setoriais do PDMA2012 e CMA, 2019).	
n.º		61	-	-	-	-	-	-	-	107	POSITIVO	Número de unidades/equipamentos de Desporto – Equipamentos Desportivos Especiais para Espetáculos; Equipamentos Desportivos Especializados; Grandes Campos de Jogos; Pequenos campos de Jogos; Pavilhões e Salas de Desporto; Piscinas Cobertas; Piscinas ao Ar Livre (Estudos setoriais do PDMA2012 e CMA, 2019). No ano de 2019 foram contabilizadas as unidades integradas em associações.	
n.º		27	-	-	-	-	-	-	-	37	-	Número de unidades/equipamentos de Administração – Conservatórias; Repartição de Finanças e a Tesouraria da Fazenda Pública; Segurança Social;	
n.º													

		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019		
											Tribunais; Câmara Municipal e Juntas de Freguesia (Estudos setoriais do PDMA2012 e CMA, 2019).
	n.º	188	-	-	-	-	-	-	206	-	Número de unidades/equipamentos de Culto – Igrejas; Capelas; Capelas mortuárias, parte inseridas em igrejas/capelas e as restantes em cemitérios (Estudos setoriais do PDMA2012 e CMA, 2019).
	n.º	13	-	-	-	-	-	-	12	-	Número de unidades/equipamentos de Correios (Estudos setoriais do PDMA2012 e CMA, 2019)
	n.º	55	-	-	-	-	-	-	64	POSITIVO	Número de unidades/equipamentos de Cultura e Recreio – Arquivo municipal, biblioteca municipal, fórum da juventude, museus, auditórios e salas polivalentes (Estudos setoriais do PDMA2012 e CMA, 2019).
	n.º	1	-	-	-	-	-	-	1	MANTEM	Número de unidades/equipamentos de Feiras e Mercados (Estudos setoriais do PDMA2012 e CMA, 2019).
	n.º	7	-	-	-	-	-	-	10	POSITIVO	Número de unidades/equipamentos de Segurança Pública e Proteção Civil – GNR Postos territoriais; Quarteis Bombeiros; Postos de vigia; Unidade local de proteção civil; Cruz Vermelha Portuguesa (Estudos setoriais do PDMA2012 e CMA, 2019).
	n.º	34	-	-	-	-	-	-	88	POSITIVO	Número de unidades/equipamentos de Recreio e Lazer - Praias fluviais; Parque Urbanos; parques de merendas e largos ou praças com estruturas de apoio; entre outros (Estudos setoriais do PDMA2012 e CMA, 2019).
	Total	489	-	-	-	-	-	-	623	POSITIVO	Total do número de unidades/equipamentos. Para o ano de 2012 utilizaram-se os estudos setoriais do PDM de 2012, para o ano de 2019 a cartografia temática disponibilizada pela CMA e a informação associada. Tendo em conta a diferença de critérios entre as duas fontes de informação, em algumas categorias não foram contabilizados componentes de 2019 que não se encontravam indicadas nos critérios dos estudos setoriais nomeadamente nos equipamento de Culto: cruzeiros, alminhas, <i>templetas</i> e capelas privadas
IM30	n.º	3040	4348	6367	7958	6978	9620	36276	32968	POSITIVO	Número de visitantes ao posto de turismo (CMA)
	VAB	438219	579618	685064	779468	901248	1090127	1137802	1571852	POSITIVO	Valor acrescentado bruto (€) dos Alojamentos turísticos, informação disponível no INE, <i>Valor acrescentado bruto (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) - Alojamentos turísticos.</i>
IM31	n.º	1	-	-	3	2	4	5	5		Número de novos registos de empreendimentos turísticos, informação disponibilizada no <i>website</i> do Turismo de Portugal.
	n.º	-	1	-	-	3	1	-	1	POSITIVO	Número de infraestruturas turísticas/lúdicas. Relativamente aos percursos pedestres a medição não teve em conta os que foram encerrados nos períodos seguintes ( <i>website</i> CMA).
	n.º	3	3	3	4	4	5	5	5		Número de grandes eventos de animação realizados ( <i>website</i> CMA)



## **6. Efeitos significativos no ambiente, previstos e não previstos**

A tabela que se segue apresenta os efeitos descritos nos capítulos respetivos do Relatório Ambiental de 2012 em formato de tabela, associando-lhes os FA, QE, Indicadores de Monitorização e as Diretrizes de Seguimento correspondentes. Serviu de base ao trabalho de avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente da implementação do PDM, estando apresentadas nas duas colunas da direita a análise da concretização dos efeitos com base no painel de indicadores de monitorização e algumas notas sobre os indicadores e diretrizes de seguimento, com vista à atualização programa de seguimento da AAE. As propostas de reformulação de indicadores e diretrizes que resultam desta análise são apresentadas no capítulo 8.



Tabela 15 – Efeitos previstos no relatório ambiental de 2012 para o FCD1 e respetiva concretização com base no painel de indicadores de monitorização.

FCD	Critérios de avaliação	Efeitos descritos no RA2012		Fatores ambientais afetados	QE Prosseguidas Afetadas	Indicadores de monitorização	Diretrizes de seguimento	Concretização dos efeitos com base no painel de indicadores de monitorização	Notas sobre indicadores e diretrizes de seguimento
		Positivo	Negativo						
FCD1	Conservação da natureza e biodiversidade	Ecossistemas e habitats	<p>Geração de um <i>continuum naturale</i> entre áreas classificadas e outros espaços naturais, dentro e fora da estrutura urbana. Erradicação da fragmentação de habitats e ecossistemas, minimizando os impactos sobre o meio.</p>	<p>Biodiversidade Fauna Flora Água Paisagem</p>	<p>QE3</p>	<p>IM01 Corredores verdes.  IM02 Área classificada e área protegida no concelho.  IM04 Ações de gestão na Rede Natura 2000.</p>	<p>8. Implementar ações de revitalização e proteção de património edificado e dos recursos naturais, promoção, entre outros, da recuperação gradual das linhas de água e das faixas ripícolas contíguas.  9. Definir critérios para o desenvolvimento de atividades e equipamentos turísticos em áreas sensíveis (como os espaços Rede Natura 2000), de forma a assegurar a integridade biofísica e paisagística dos ecossistemas.  10. Desenvolver e implementar ações de proteção e conservação da biodiversidade concelhia de espaços naturais não classificados.  11. Promover o reordenamento cinegético no Concelho.  12. Requalificar espaços verdes e de utilização coletiva, em termos de estrutura verde (promovendo a gestão ecossustentável, através da aplicação de boas práticas ambientais, a adoção de redes secundárias de rega) e de mobiliário urbano para utilização comunitária, em momentos de lazer e convívio.  13. Fomentar a dinamização de atividades ligadas ao rio, criando ainda espaços qualificados que funcionem como âncoras junto à frente ribeirinha.  14. Assegurar a continuidade dos corredores ecológicos até ao rio, dinamizando espaços de acesso e fruição sustentável do mesmo.</p>	<p>Os corredores verdes definidos no PDMA de 2012 não foram alterados, mantendo-se a salvaguarda de continuidade em sede de plano.  Desde 2012, a área classificada aumentou, com a classificação do SIC Ria de Aveiro.  A CMA regista um número crescente de ações de gestão anuais na Rede Natura 2000 ao longo do período em estudo.</p>	<p>Os indicadores IM01 e IM02, referem-se a delimitações que sofrem pequena dinâmica. Apesar das delimitações e classificações terem um impacto determinante na proteção dos ecossistemas e habitats (efeitos que se pretende monitorizar), como indicadores não são capazes de dar informação sobre o real estado da conservação dessas áreas.  Da mesma forma, o IM04 permite aferir se está a ser realizado trabalho de conservação, no entanto não informa sobre os seus efeitos.</p>
			<p>Salvaguarda das espécies florísticas e faunísticas que ocorrem nos principais núcleos de conservação, áreas naturais, em particular zonas húmidas, da pressão antrópica das áreas adjacentes, permitindo o fluxo entre os corredores estabelecidos.</p> <p>Melhoria do controlo de incêndios com repercussões ao nível da fauna e da flora nestas áreas.</p> <p>Ameaça à conservação e proteção de importantes valores da fauna pela sobreposição de zonas de caça com áreas classificadas</p> <p>O desenvolvimento de iniciativas turísticas em áreas classificadas pode ter repercussões ao nível da conservação e integridade biofísica de zonas sensíveis.</p>						
		Floresta	<p>Qualificação do coberto florestal do Concelho com o fomento da diversificação de culturas florestais.</p> <p>Efeitos positivos da implementação da Bolsa de Carbono Municipal na geração de interesse e investimento da indústria para a qualificação e revitalização de áreas verdes e florestadas, contribuindo, por exemplo, para recuperação de áreas ardidas e criação de bosques de espécies autóctones.</p>	<p>Biodiversidade Fauna Flora Solo Atmosfera Fatores climáticos</p>	<p>QE3</p>	<p>IM03 Povoamentos de espécies autóctones.  IM05 Florestas certificadas no município.</p>	<p>4. Incentivar a gestão florestal com o aumento da capacidade de sumidouro de carbono dos sistemas naturais presentes, reajustando o coberto florestal no sentido de criarem-se núcleos de espécies arbóreas autóctones.  15. Incentivar o desenvolvimento de atividades típicas no meio rural, apostando na preservação de tradições, métodos de cultivo e culturas tradicionais, visando a criação de "produtos" turísticos atrativos nestes espaços.  30. Desenvolver Guias de Boas Práticas para a implementação das estratégias aos níveis agrícola e silvícola.</p>	<p>Decresceu a área de povoamentos de espécies autóctones, contrariamente ao efeito previsto.  Aumentou substancialmente a área de floresta certificada no município.</p>	<p>Necessário reforçar ações no âmbito da diretriz 4, associada à floresta com espécies autóctones.</p>

Tabela 16 – Efeitos previstos no relatório ambiental de 2012 para o FCD2 e respetiva concretização com base no painel de indicadores de monitorização

FCD	Critérios de avaliação	Efeitos descritos no RA2012		Fatores ambientais afetados	QE Prosseguidas Afetadas	Indicadores de monitorização	Diretrizes de seguimento	Concretização dos efeitos com base no painel de indicadores de monitorização	Notas sobre indicadores e diretrizes de seguimento
		Positivo	Negativo						
FCD2	Ordenamento e qualificação do território	Política e ocupação de solo	Repercussões positivas ao nível dos mercados imobiliários (na especulação imobiliária e nas políticas de solo) Redução no preço de venda do solo Regularização do preço do solo urbano e do mercado imobiliário	População Bens materiais	QE1 QE6	IM06 Parques empresariais de génese municipal e habitação a custos controlados IM07 Empresas deslocalizadas para os Parques Empresariais IM12 Custo médio do solo	1. A par com a criação dos parques empresariais de génese municipal, incentivar a deslocalização de unidades industriais localizadas em áreas urbanas e florestais para áreas industriais devidamente adequadas à atividade. 26. Desenvolver no Concelho fatores de atratividade para as gerações mais jovens, incentivando a sua participação ativa e sentido de identidade pelo Município.	O custo médio do solo (medido por proxy – ver Tabela 14) para indústria revela tendência decrescente, conforme esperado. Foi implementado um parque empresarial de génese municipal (o PEC), que atraiu já a deslocalização de 11 unidades industriais/empresariais, com novas ocupações em 2018 e 2019. O custo médio do solo (medido por proxy) para habitação revela tendência crescente, contrariamente ao esperado. O número de fogos de habitação a custos controlados cresceu ligeiramente desde 2012.	Se por um lado cada parque industrial oferece oportunidades de aglomeração únicas (pelo que pode interessar saber o número de parques), é um indicador incompleto para a avaliação dos efeitos esperados associados ao aumento da oferta. O número de deslocalizações para parques empresariais também se revela incompleto na avaliação do efeito pretendido de libertar os espaços urbanos e florestais de unidades industriais, já que apenas se medem as deslocalizações para o PEC. A atratividade do município para empresas e famílias está a ser avaliada unicamente pelo custo do solo. Os fatores que afetam o custo da habitação são variados, pelo que poderá não ser por via de alterações ao programa de seguimento que se induz um efetivo decréscimo do preço. O PDM poderá reforçar a ação no âmbito das diretrizes de seguimento n.º 26 e 29, proporcionando programas de apoio à habitação jovem e desenvolvimento dos equipamentos de apoio às famílias.
			Aumento da oferta de espaços devidamente qualificados para acolher as unidades empresariais Deslocalização de unidades industriais/empresarias para os parques empresariais Município torna-se mais competitivo e atrativo em termos empresariais Aumento da atratividade das áreas urbanas para acolher novos habitantes e fixação de jovens famílias						
		Coesão territorial	Melhoria da qualidade de vida das populações, com provisão de infraestruturas e equipamentos adequados Melhoria da mobilidade A implementação de medidas de conservação da natureza e biodiversidade acarreta impactes negativos relacionados com a construção de novas infraestruturas viárias Aumento da atratividade de investimento na recuperação do edificado e qualificação do espaço público na região interior Impactes socioeconómicos positivos ao nível das populações na região interior Aumento da ocupação das aldeias serranas	População Saúde humana Bens materiais Paisagem Património cultural	QE2 QE6 QE3	IM08 Níveis de infraestruturização do concelho IM09 Número de equipamentos sociais	6. Reforçar a rede de transportes públicos, bem como a rede de pistas cicláveis e pedonais, aumentando a oportunidade de utilização de outros meios de transporte, desincentivando a utilização frequente do meio de transporte privado e movido a partir de combustíveis fósseis. 7. Criar ações incentivadoras da recuperação, regeneração e ocupação de construções abandonadas e/ou degradadas nos núcleos históricos. 8. Implementar ações de revitalização e proteção de património edificado e dos recursos naturais, promoção, entre outros, da recuperação gradual das linhas de água e das faixas rípicolas contíguas. 15. Incentivar o desenvolvimento de atividades típicas no meio rural, apostando na preservação de tradições, métodos de cultivo e culturas tradicionais, visando a criação de "produtos" turísticos atrativos nestes espaços. 24. Promover e divulgar formas de minimização, valorização e reciclagem, bem como adequar o sistema de gestão de RSU às necessidades concelhias. 25. Concluir a cobertura do Concelho no que diz respeito a infraestruturas, incentivando a efetiva ligação de edifícios à rede de saneamento e tratamento de águas residuais e de abastecimento de água. 26. Desenvolver no Concelho fatores de atratividade para as gerações mais jovens, incentivando a sua participação ativa e sentido de identidade pelo Município. 27. Desenvolver e promover as atividades e produtos tradicionais/típicos do Município. 29. Criar e/ou reforçar redes sociais intra-concelhias e inter-freguesias, no combate a desigualdades e assimetrias de oportunidades, em áreas sociais de apoio à criança, ao	A proporção de alojamentos servidos por sistema de saneamento aumentou 22 pontos percentuais, para uma cobertura de 82%, ainda aquém da cobertura ao nível da região de Aveiro (e do continente), mas com bom progresso. Desde 2019, há mais 9 equipamentos sociais no concelho.	O indicador IM08 Níveis de infraestruturização do concelho é extremamente abrangente, pelo que se selecionou como tema de análise a cobertura das infraestruturas de saneamento no concelho, já que este é indicado como crítico no quadro problema. A melhoria da mobilidade deve ser medida desejavelmente por indicadores específicos da área da mobilidade. Não foi executado nenhum dos projetos viários do PDM2012. Esta situação não é atribuível a qualquer condicionante associada à proteção ambiental, pelo que não ocorreu até agora o efeito negativo previsto. O indicador IM09 Número de equipamentos sociais não informa acerca da adequação das valências e respetivas capacidades à situação social do concelho. Os efeitos socioeconómicos positivos nas populações do interior/serranas, e a recuperação do edificado e espaço público nessas áreas não são medidos. No âmbito da diretriz de seguimento n.º 6, avançar com o observatório da mobilidade e incluir nos seus trabalhos uma avaliação das necessidades em termos de rede viária, tendo em conta os projetos já planeados e executados

FCD	Critérios de avaliação	Efeitos descritos no RA2012		Fatores ambientais afetados	QE Prosseguidas Afetadas	Indicadores de monitorização	Diretrizes de seguimento	Concretização dos efeitos com base no painel de indicadores de monitorização	Notas sobre indicadores e diretrizes de seguimento
		Positivo	Negativo						
Qualificação urbana				População Bens materiais Paisagem Património cultural	QE6 QE3	IM10 Taxa de visitação de núcleos patrimoniais IM11 Património classificado	idoso, ao deficiente, áreas de desenvolvimento como desportivas e culturais, bem como de educação e saúde.  7. Criar ações incentivadoras da recuperação, regeneração e ocupação de construções abandonadas e/ou degradadas nos núcleos históricos.  8. Implementar ações de revitalização e proteção de património edificado e dos recursos naturais, promoção, entre outros, da recuperação gradual das linhas de água e das faixas rípicolas contíguas.  12. Requalificar espaços verdes e de utilização coletiva, em termos de estrutura verde (promovendo a gestão ecossustentável, através da aplicação de boas práticas ambientais, a adoção de redes secundárias de rega) e de mobiliário urbano para utilização comunitária, em momentos de lazer e convívio.	Aumentou muito significativamente o número de visitantes dos núcleos patrimoniais do concelho.  Houve duas novas classificações de património desde 2012.	e os dados da mobilidade recolhidos.  Não é avaliada a situação dos espaços de onde saem as indústrias que se realocizam
		Qualificação de áreas urbanas e de outras tipologias de solos que não os destinados ao uso industrial alavancada pela realocização de indústrias							
		Degradação das estruturas onde atualmente as unidades empresariais funcionam e que serão abandonadas Maior deterioração da imagem, qualidade e descaracterização desses espaços							
		Aumento da visitação dos núcleos patrimoniais							

Tabela 17 – Efeitos previstos no relatório ambiental de 2012 para o FCD3 e respetiva concretização com base no painel de indicadores de monitorização

FCD	Critérios de avaliação	Efeitos descritos no RA2012		Fatores ambientais afetados	QE Prosseguidas Afetadas	Indicadores de monitorização	Diretrizes de seguimento	Concretização dos efeitos com base no painel de indicadores de monitorização	Notas sobre indicadores e diretrizes de seguimento						
		Positivo	Negativo												
Qualidade ambiental	Qualidade do ar	Melhoria na qualidade do ar Redução das emissões de gases poluentes, em particular de CO2		Atmosfera Fatores climáticos Saúde humana	QE3 QE6	IM13 Qualidade do ar e ruído	1. A par com a criação dos parques empresariais de génese municipal, incentivar a deslocalização de unidades industriais localizadas em áreas urbanas e florestais para áreas industriais devidamente adequadas à atividade.  4. Incentivar a gestão florestal com o aumento da capacidade de sumidouro de carbono dos sistemas naturais presentes, reajustando o coberto florestal no sentido de criarem-se núcleos de espécies arbóreas autóctones.  6. Reforçar a rede de transportes públicos, bem como a rede de pistas cicláveis e pedonais, aumentando a oportunidade de utilização de outros meios de transporte, desincentivando a utilização frequente do meio de transporte privado e movido a partir de combustíveis fósseis.  14. Assegurar a continuidade dos corredores ecológicos até ao rio, dinamizando espaços de acesso e fruição sustentável do mesmo.  22. Dinamizar e promover a utilização da Linha do Vouga em alternativa ao automóvel.	Não se regista redução significativa na emissão de CO2 desde 2012. Se se considerarem os fogos florestais, as emissões aumentaram (os outros poluentes apresentados no documento consultado apresentam pequenas reduções quando se descontam os fogos florestais)	O indicador é muito abrangente, tendo-se selecionado a emissão de CO2 por estar destacada no relatório ambiental. Procurou-se avaliar o índice de qualidade do ar, no entanto não existem estações no concelho, pelo que se optou por avaliar as emissões especializadas disponibilizadas pela APA para 2015-2017.  Uma análise do documento das emissões especializadas da APA (incluindo outras além do CO2) permite identificar que a indústria tem reduzido as suas emissões, e que o crescimento se deve essencialmente aos fogos florestais, bem como, em menor escala, aos setores residencial e serviços, transportes e agricultura.						
		Aumento dos níveis de emissões de gases nas áreas restritas à atividades industriais													
										Criação de sinergias para a valorização dos resíduos gerados. Recolha e utilização mais eficiente dos resíduos produzidos Aumento na taxa de separação e valorização dos resíduos.		Água Solo Fatores climáticos Saúde humana Bens materiais	QE3 QE1 QE6	IM16 Valorização dos resíduos	2. Promover o desenvolvimento de programas e projetos como o RICÁgueda e alguns projetos no âmbito do programa europeu URBACT, entre outros que já decorrem em Águeda, que promovam a inovação e a lógica de disseminação do conhecimento e da transferência de saber entre as entidades, agentes e empresas existentes no Município, fomentado a criação de redes formais e informais a este nível.  24. Promover e divulgar formas de minimização, valorização e reciclagem, bem como adequar o sistema de gestão de RSU às necessidades concelhias.
		Melhoria da qualidade dos recursos hídricos, bem como o seu uso eficiente Menor ocorrência de focos de poluição da água		Água Solo Fatores climáticos Saúde humana	QE3 QE6	IM14 Qualidade dos recursos hídricos IM15 Taxa de consumo e valorização de água	8. Implementar ações de revitalização e proteção de património edificado e dos recursos naturais, promoção, entre outros, da recuperação gradual das linhas de água e das faixas rípicolas contíguas.  12. Requalificar espaços verdes e de utilização coletiva, em termos de estrutura verde (promovendo a gestão	A evolução da qualidade das massas de água no concelho é positiva.  A água distribuída por habitante aumentou, indício (não	O indicador IM15 Taxa de consumo e valorização de água, na sua componente de consumo foi medido pela água distribuída por habitante, o que não permite tirar conclusões sobre a eficiência no uso da água por setor.						
		Adoção de boas práticas agrícolas com impacto positivo sobre os recursos hídricos													

FCD	Critérios de avaliação	Efeitos descritos no RA2012		Fatores ambientais afetados	QE Prosseguidas Afetadas	Indicadores de monitorização	Diretrizes de seguimento	Concretização dos efeitos com base no painel de indicadores de monitorização	Notas sobre indicadores e diretrizes de seguimento
		Positivo	Negativo						
							<p>ecossustentável, através da aplicação de boas práticas ambientais, a adoção de redes secundárias de rega) e de mobiliário urbano para utilização comunitária, em momentos de lazer e convívio.</p> <p><b>13.</b> Fomentar a dinamização de atividades ligadas ao rio, criando ainda espaços qualificados que funcionem como âncoras junto à frente ribeirinha.</p> <p><b>14.</b> Assegurar a continuidade dos corredores ecológicos até ao rio, dinamizando espaços de acesso e fruição sustentável do mesmo.</p> <p><b>16.</b> Promover o potencial agrícola concelhio, através de sessões de esclarecimento e da realização de formação específica em termos de técnicas, práticas e rentabilidade das culturas, com vista na revitalização e melhoramento da atividade agrícola concelhia, nomeadamente da agricultura biológica.</p> <p><b>17.</b> Desenvolver e implementar um programa municipal de acompanhamento e gestão ambiental das atividades agrícolas, de modo a contribuir para a redução da contaminação do solo e aquíferos.</p> <p><b>25.</b> Concluir a cobertura do Concelho no que diz respeito a infraestruturas, incentivando a efetiva ligação de edifícios à rede de saneamento e tratamento de águas residuais e de abastecimento de água.</p> <p><b>30.</b> Desenvolver Guias de Boas Práticas para a implementação das estratégias aos níveis agrícola e silvícola.</p>	conclusivo) de menor eficiência no uso da água.	Propõe-se o reforço das seguintes diretrizes de seguimento com ações no sentido de promover mais eficazmente a eficiência hídrica nos vários setores: para o urbano, diretriz 12 (redes secundárias de rega) e 25 (aposta no controlo de perdas de água), para o agrícola, diretrizes 16 e 30 (orientações e formação para uma agricultura mais sustentável).
	Ruído	Redução dos índices de ruído a que as populações estão expostas	Aumento dos níveis de emissões de ruído nas áreas restritas à atividades industriais	População Saúde humana	<b>QE3</b>	<b>IM13</b> Qualidade do ar e ruído	<p><b>6.</b> Reforçar a rede de transportes públicos, bem como a rede de pistas cicláveis e pedonais, aumentando a oportunidade de utilização de outros meios de transporte, desincentivando a utilização frequente do meio de transporte privado e movido a partir de combustíveis fósseis.</p> <p><b>23.</b> Implementar medidas relacionadas com a redução do ruído.</p>	<p>No PEC, a exposição ao ruído é monitorizada em sede de avaliação e controlo da AAE, sendo os resultados até agora satisfatórios.</p> <p>Cerca de um terço dos habitantes está exposto a ruído elevado no seu alojamento (dados de partida).</p>	<p>A avaliação do ruído depende dos mapas de ruído e da espacialização da informação sobre residentes, ambos elementos com períodos de atualização quase idênticos ao da vigência do PDM, pelo que não é desejável enquadrá-los num painel de avaliação anual.</p> <p>Alargar o âmbito da diretriz 23. Implementar medidas relacionadas com a redução do ruído para que inclua a efetiva monitorização periódica do ruído, em particular junto a zonas sensíveis, e a sua mitigação.</p>
	Solo	Menor ocorrência de focos de poluição do solo	Adoção de boas práticas agrícolas e diversificação de culturas florestais com impacte positivo sobre o recurso solo	Água Solo Bens materiais Fatores climáticos Saúde humana Paisagem	<b>QE3</b> <b>QE6</b> <b>QE4</b>	<b>IM18</b> Expansão urbana	<p><b>4.</b> Incentivar a gestão florestal com o aumento da capacidade de sumidouro de carbono dos sistemas naturais presentes, reajustando o coberto florestal no sentido de criarem-se núcleos de espécies arbóreas autóctones.</p> <p><b>16.</b> Promover o potencial agrícola concelhio, através de sessões de esclarecimento e da realização de formação específica em termos de técnicas, práticas e rentabilidade das culturas, com vista na revitalização e melhoramento da atividade agrícola concelhia, nomeadamente da agricultura biológica.</p> <p><b>17.</b> Desenvolver e implementar um programa municipal de acompanhamento e gestão ambiental das atividades agrícolas, de modo a contribuir para a redução da contaminação do solo e aquíferos.</p> <p><b>30.</b> Desenvolver Guias de Boas Práticas para a implementação das estratégias aos níveis agrícola e silvícola.</p>	Houve um aumento de 265 hectares na área artificializada.	O indicador não permite avaliar o estado do solo.

Tabela 18 – Efeitos previstos no relatório ambiental de 2012 para o FCD4 e respetiva concretização com base no painel de indicadores de monitorização

FCD	Critérios de avaliação	Efeitos descritos no RA2012		Fatores ambientais afetados	QE Prosseguidas Afetadas	Indicadores de monitorização	Diretrizes de seguimento	Concretização dos efeitos com base no painel de indicadores de monitorização	Notas sobre indicadores e diretrizes de seguimento
		Positivo	Negativo						
FCD4 Alterações climáticas e riscos naturais	Eficiência energética	Gestão mais eficiente do consumo energético concelho Criação de oportunidades para a exploração do potencial de produção de energias renováveis.		Atmosfera Fatores climáticos Saúde humana Bens materiais	QE5	IM19 Consumo de energia IM24 Edifícios certificados energeticamente	19. Avaliar e promover o potencial de aproveitamento de recursos endógenos -de energias renováveis, nomeadamente de origem eólica, hídrica, solar e florestal. 20. Promover a certificação energética de edifícios (residenciais, turísticos e industriais), bem como implementar sistemas de iluminação pública mais eficiente do ponto de vista energético. 21. Implementar o Plano de Desenvolvimento da Sustentabilidade Energética do Concelho	O consumo de energia total do concelho sofreu aumento considerável, de quase 15%. Uma análise por setor permite observar que contribuem para esse aumento os setores agrícola, com um crescimento de mais de 600%, e o setor industrial, com um crescimento de 24%; o setor doméstico mantém-se e a iluminação pública e de edifícios do estado reduzem significativamente, em 17% e 40%, respetivamente; o setor não doméstico também reduziu em 21% o seu consumo energético.  O número de edifícios certificados energeticamente tem vindo a aumentar gradualmente.	Não está a ser avaliada a implementação do aproveitamento de energias renováveis. O indicador consumo energético poderia dar informação mais relevante ao longo do tempo caso fosse especificado com o setor de consumo e, no doméstico, o consumo por habitante. Tendo em conta a obrigatoriedade da certificação energética nas transações, o indicador Edifícios certificados energeticamente informa pouco sobre a eficiência do parque habitacional.
	Alterações climáticas	Redução da dependência (e consumo) de combustíveis fósseis Redução das emissões de GEE		Atmosfera Fatores climáticos Saúde humana	QE5	IM20 Zonas de intervenção florestal IM21 Área florestada com eucalipto	4. Incentivar a gestão florestal com o aumento da capacidade de sumidouro de carbono dos sistemas naturais presentes, reajustando o coberto florestal no sentido de criarem-se núcleos de espécies arbóreas autóctones. 6. Reforçar a rede de transportes públicos, bem como a rede de pistas cicláveis e pedonais, aumentando a oportunidade de utilização de outros meios de transporte, desincentivando a utilização frequente do meio de transporte privado e movido a partir de combustíveis fósseis. 22. Dinamizar e promover a utilização da Linha do Vouga em alternativa ao automóvel.	Não há ZIF no concelho e a área florestada com eucalipto tem vindo a aumentar.	Estes indicadores não estão a medir os efeitos previstos para o critério em causa. São indicadores do critério floresta e deverá ser avaliada a sua manutenção nesse âmbito.
	Cheias	Com a diminuição de áreas ardidas, promove-se menor velocidade de escorrência nas encostas e transporte de sedimentos para o leito dos cursos de água, e retardamento ou impedimento de cheia com intensidade a jusante destas áreas  Risco de cheia e a sua intensidade		Água Solo Fatores climáticos Bens materiais	QE6 QE3	IM22 Prevenção de riscos naturais	5. Reforçar a rede de vigilância e prevenção de acidentes naturais, promovendo a partilha de informação e meios de prevenção e combate a incêndios na floresta e cheias, entre as entidades com responsabilidades específicas 18. Evitar a programação de infraestruturas em leito de cheia que possam ser suscetíveis de degradação e/ou impacte ao nível do escoamento da água aquando de inundação.	Não foram ainda completadas nenhuma das intervenções preconizadas no plano de drenagens da cidade de Águeda para prevenção e proteção contra inundações. Realiza-se anualmente pelo menos uma ação de limpeza dos rios, e foram finalizadas no período em análise duas obras de controlo de cheias preconizadas no PDM2012.	O indicador é pouco específico, tendo-se considerado que inclui ações de prevenção e intervenções de proteção.  Não dá informação sobre a ocorrência de cheias e inundações e seus efeitos no território.
	Incêndios	Diminuição do número de ignições e área ardida. Impactes significativos da diversificação do coberto florestal ao nível do controlo de incêndios Efeitos positivos da implementação da Bolsa de Carbono Municipal na geração de interesse e investimento da indústria para a prevenção de incêndios A mancha florestal contígua aos municípios vizinhos comporta riscos ao nível da propagação de incêndios, nomeadamente dada a ocorrência de incêndios florestais intermunicipais que evoluem para as áreas florestadas do Concelho localizadas, sobretudo, na região nascente.		Biodiversidade Fauna Flora Solo Fatores climáticos Atmosfera Bens materiais	QE3	IM22 Prevenção de riscos naturais IM23 Área ardida	4. Incentivar a gestão florestal com o aumento da capacidade de sumidouro de carbono dos sistemas naturais presentes, reajustando o coberto florestal no sentido de criarem-se núcleos de espécies arbóreas autóctones. 5. Reforçar a rede de vigilância e prevenção de acidentes naturais, promovendo a partilha de informação e meios de prevenção e combate a incêndios na floresta e cheias, entre as entidades com responsabilidades específicas.	Têm vindo a ser implementadas a bom ritmo as faixas de gestão de combustível do PMDFCI. A área ardida tem variado de forma significativa, sem tendência de diminuição.  Desde 2012, regista-se uma média de cerca de 1300hectares de área ardida com um desvio padrão de 2300hectares (dispersão acentuada com valor extremo em 2017), e uma mediana de cerca de 220 hectares.	O indicador é pouco específico. Considerou-se que inclui os riscos mistos (nota-se ainda que não estão contemplados os riscos tecnológicos no conjunto de critérios, mas que tal seria desejável dada a prevalência da indústria no concelho)  Deve ser mantido o desenvolvimento de ações no âmbito da diretriz n.º 5 e analisada a necessidade de reforço da mesma no próximo período de avaliação, com a entrada em vigor do novo PMFCI revisto.

Tabela 19 – Efeitos previstos no relatório ambiental de 2012 para o FCD5 e respetiva concretização com base no painel de indicadores de monitorização

FCD	Critérios de avaliação	Efeitos descritos no RA2012		Fatores ambientais afetados	QE Prosseguidas Afetadas	Indicadores de monitorização	Diretrizes de seguimento	Concretização dos efeitos com base no painel de indicadores de monitorização	Notas sobre indicadores e diretrizes de seguimento
		Positivo	Negativo						
FCD5 Desenvolvimento regional e local	Competitividade e dinâmica empresarial	Impactes positivos ao nível do crescimento do tecido industrial e da economia Instalação de novas empresas de diferentes ramos e de formação. Consolidação e expansão das existentes		População Bens materiais	QE1	IM25 Número de empresas IM26 Dinâmica empresarial (novas patentes, empresas e países de exportação)	2. Promover o desenvolvimento de programas e projetos como o RICÁgueda e alguns projetos no âmbito do programa europeu URBACT, entre outros que já decorrem em Águeda, que promovam a inovação e a lógica de disseminação do conhecimento e da transferência de saber entre as entidades, agentes e empresas existentes no Município, fomentado a criação de redes formais e informais a este nível. 3. Adequar a dinamização de cursos de formação profissional e tecnológica às tipologias económicas emergentes no Município.	O número de empresas tem tendência crescente quebrada apenas de 2017 para 2018. As exportações para dentro da UE aumentaram substancialmente, mas regista-se uma redução das exportações para fora da UE a partir de 2014. No concelho, têm origem vários pedidos de patentes, com algumas concessões anualmente, no entanto, não está estabelecida uma tendência.	Como indicador, o número de empresas não permite caracterizar o crescimento do tecido industrial e em particular das empresas de alta tecnologia. Sendo o resultado do número de empresas criadas menos as extintas, também não permite concluir acerca da dinâmica empreendedora. Estes indicadores também não permitem avaliar o efeito do crescimento do rendimento na exploração silvícola. No âmbito da avaliação e controlo dos próximos anos, é necessário acompanhar e avaliar com maior detalhe e o devido enquadramento o crescimento do número de empresas, que aparentemente retomou em 2019.
		Instalação de empresas de base tecnológica ou com tecnologias mais avançadas							
		Aumento das fontes de rendimento dos produtores de lenho							
FCD5 Desenvolvimento regional e local	Desenvolvimento humano	Geração de emprego e de mão-de-obra qualificada dentro e fora do Município Aumento da qualificação		População Saúde humana Bens materiais Património cultural	QE2 QE1	IM27 Taxa de desemprego IM28 Nível de ensino da população IM29 Equipamentos e serviços de utilização coletiva	3. Adequar a dinamização de cursos de formação profissional e tecnológica às tipologias económicas emergentes no Município. 15. Incentivar o desenvolvimento de atividades típicas no meio rural, apostando na preservação de tradições, métodos de cultivo e culturas tradicionais, visando a criação de "produtos" turísticos atrativos nestes espaços. 16. Promover o potencial agrícola concelhio, através de sessões de esclarecimento e da realização de formação específica em termos de técnicas, práticas e rentabilidade das culturas, com vista na revitalização e melhoramento da atividade agrícola concelhia, nomeadamente da agricultura biológica. 26. Desenvolver no Concelho fatores de atratividade para as gerações mais jovens, incentivando a sua participação ativa e sentido de identidade pelo Município. 27. Desenvolver e promover as atividades e produtos tradicionais/típicos do Município. 28. Valorizar o capital humano, através da criação de mecanismos de participação e discussão pública de assuntos e temáticas importantes para o Município. 29. Criar e/ou reforçar redes sociais intra-concelhias e inter-freguesias, no combate a desigualdades e assimetrias de oportunidades, em áreas sociais de apoio à criança, ao idoso, ao deficiente, áreas de desenvolvimento como desportivas e culturais, bem como de educação e saúde.	A taxa de desemprego no concelho é francamente baixa, e em tendência decrescente. Para o nível de ensino da população, apenas há dados dos Censos 2011, reveladores de uma muito fraca formação no concelho, com apenas 21% da população com o ensino secundário ou superior. O número de equipamentos aumentou de forma significativa no geral, tendo-se reduzido os do domínio do ensino (em consequência de reestruturação aquando da construção dos centros escolares, com concentração dos alunos num menor número de equipamentos).	Não é possível através destes indicadores avaliar a fixação de mais habitantes no concelho nem a perda de população qualificada, nem o esbatimento das assimetrias sociais. O número de equipamentos não informa acerca da adequação da sua capacidade e valências às necessidades da população.
		Melhores salários e regalias para os trabalhadores							
		Redução da taxa de desemprego							
		Fixação de mais habitantes no Concelho Renovação da população, que apresenta uma tendência de envelhecimento, com acréscimo da população em idade ativa							
		Perda de população qualificada por incapacidade de a atrair de volta para o concelho após saída para realizar estudos superiores							
		Diminuição das assimetrias pela melhoria das condições sociais nas áreas mais interiores do concelho							
		Pouca atratividade do investimento nos núcleos serranos face aos constrangimentos causados pela crise económica Abandono das zonas serranas e rurais. Perda da identidade e da riqueza cultural destes espaços.							
FCD5 Desenvolvimento regional e local	Dinâmica turística	Aumento de atratividade do Concelho, aumento do investimento no sector do turístico e do número de visitantes		População Bens materiais Património cultural Paisagem	QE3	IM30 Dinâmica turística (fluxos de turistas e proveitos hoteleiros) IM31 Novos projetos turísticos no concelho	3. Adequar a dinamização de cursos de formação profissional e tecnológica às tipologias económicas emergentes no Município. 7. Criar ações incentivadoras da recuperação, regeneração e ocupação de construções abandonadas e/ou degradadas nos núcleos históricos. 8. Implementar ações de revitalização e proteção de património edificado e dos recursos naturais, promoção, entre outros, da recuperação gradual das linhas de água e das faixas ripícolas contíguas. 9. Definir critérios para o desenvolvimento de atividades e equipamentos turísticos em áreas sensíveis (como os espaços Rede Natura 2000), de forma a assegurar a integridade biofísica e paisagística dos ecossistemas.	O fluxo de turistas medido pelo número de visitantes ao posto de turismo de Águeda não foi considerado por forte discrepância na série de dados a partir de 2018. Os proveitos hoteleiros medidos por proxy, através do VAB do alojamento turístico, aumentaram consideravelmente no período em estudo. O número de projetos de alojamentos e de animação turística implementados aumentou, com ritmo de crescimento mais alto nos últimos anos. Também a	Dada a questão de fiabilidade que se levanta pela discrepância dos valores de 2018 e 2019 no indicador de fluxo de turistas, deve procurar-se uma alternativa. Os indicadores não estão a medir o desenvolvimento do turismo de natureza e em espaço rural.
		Desenvolvimento do Turismo da Natureza e em Espaço Rural (TER)							
		Retorno financeiro para gestão dos espaços, para os operadores turísticos e para as populações locais							



FCD	Critérios de avaliação	Efeitos descritos no RA2012		Fatores ambientais afetados	QE Prosseguidas Afetadas	Indicadores de monitorização	Diretrizes de seguimento	Concretização dos efeitos com base no painel de indicadores de monitorização	Notas sobre indicadores e diretrizes de seguimento
		Positivo	Negativo						
							<p><b>12.</b> Requalificar espaços verdes e de utilização coletiva, em termos de estrutura verde (promovendo a gestão ecossustentável, através da aplicação de boas práticas ambientais, a adoção de redes secundárias de rega) e de mobiliário urbano para utilização comunitária, em momentos de lazer e convívio.</p> <p><b>13.</b> Fomentar a dinamização de atividades ligadas ao rio, criando ainda espaços qualificados que funcionem como âncoras junto à frente ribeirinha.</p> <p><b>14.</b> Assegurar a continuidade dos corredores ecológicos até ao rio, dinamizando espaços de acesso e fruição sustentável do mesmo.</p> <p><b>15.</b> Incentivar o desenvolvimento de atividades típicas no meio rural, apostando na preservação de tradições, métodos de cultivo e culturas tradicionais, visando a criação de "produtos" turísticos atrativos nestes espaços.</p> <p><b>27.</b> Desenvolver e promover as atividades e produtos tradicionais/típicos do Município</p>	<p>implementação de percursos pedestres viu grande crescimento, no entanto, retirando os que entretanto foram encerrados o número efetivo de novos projetos por ano não é tão significativo.</p>	



## 6.1. Nota sobre incertezas e efeitos imprevistos

O PDM de 2012 não define incertezas além da relacionada com a capacidade de fixar população jovem dado o mercado de habitação. Uma análise da variação da população em geral (Figura 6) indica 2018 como um ano de viragem em que a população estimada para de diminuir e começa a crescer. Deve acompanhar-se este crescimento e perceber se de facto se entrou num período de inversão da perda populacional.

O PDM de 2012 entrou em vigor em período de crise e a sua implementação tem beneficiado de um contexto de crescimento económico que tem paragem no final do período de avaliação e controlo deste relatório, com o desenvolvimento da pandemia associada ao novo coronavírus e todos os impactes socioeconómicos dela resultantes, bem como dos sucessivos estados de emergência e confinamentos populacionais.

Não se identificaram efeitos imprevistos durante o período em avaliação.

## 7. Diretrizes de seguimento

A descrição da execução das diretrizes de seguimento está apresentada no ANEXO 4. O capítulo 6 apresenta notas sobre a eficiência das diretrizes de seguimento perante a informação sobre a concretização dos efeitos previstos. Os ajustes às diretrizes de seguimento resultantes do enquadramento estratégico atualizado e da evolução do contexto e concretização de efeitos previstos/não, previstos são apresentados no capítulo 8.

Têm sido desenvolvidas várias ações no âmbito das diretrizes de seguimento da AAE. A partir das tabelas do capítulo 6, as diretrizes com execução têm tido, na sua maioria, boa eficácia aparente, destacando-se os efeitos positivos promovidos no âmbito da qualidade da água, da deslocalização de unidades industriais para áreas com aptidão adequada a esse uso, da expansão da rede de saneamento, da recuperação e promoção turística de núcleos patrimoniais, do aumento da eficiência energética na iluminação pública, do apoio ao empreendedorismo, do alargamento da rede de equipamentos sociais, da promoção de eventos de animação turística e de projetos de percursos pedestres.

Por vezes, a mesma ação enquadra-se em mais do que uma diretriz. Destacam-se algumas diretrizes ainda sem qualquer desenvolvimento, nomeadamente o reordenamento cinegético, a implementação do Plano de Desenvolvimento da Sustentabilidade Energética do Concelho, as medidas de redução de ruído e os Guias de Boas Práticas para a implementação das estratégias aos níveis agrícola e silvícola. Note-se que tanto no âmbito do reordenamento cinegético como no do ruído, esta avaliação e controlo não possui indicadores que permitam verificar a evolução da situação no concelho, pelo que não é possível apontar um nível de prioridade ou urgência na concretização destas diretrizes ainda sem ação.

## 8. Recomendações para a AAE

Este capítulo tem como objetivo verificar a adequação do programa de seguimento definido na Declaração Ambiental de 2012 perante:

- Atualizações do QRE;
- Atualizações do contexto e efetiva implementação do plano e respetivos efeitos;
- Melhores práticas e orientações técnicas entretanto publicadas;
- Disponibilidade efetiva de informação, no sentido de aumentar a eficiência dos indicadores, facilitar a realização da avaliação e controlo anual, bem como disponibilidade de atualizações anuais dessa informação, para que faça sentido incluí-la num painel de monitorização em contínuo.

As situações de desadequação e as propostas de alteração do programa de seguimento estão divididas entre as que resultam da atualização do QRE e as que resultam da concretização dos efeitos significativos no ambiente, sendo observadas em todos os casos as orientações entretanto publicadas e as questões de disponibilidade de informação.

O programa de seguimento atualizado apresenta-se no Anexo 3.

### 8.1. Com base na atualização do QRE

A atualização do QRE e respetivas metas motiva as seguintes alterações ao quadro de seguimento da AAE:

- **Atualização do QRE:** Aumento do foco nas alterações climáticas, com novas metas e orientações para vários domínios no sentido de aumentar a resiliência dos territórios.
  - **Ação:** Dada a importância reforçada da floresta como sumidouro para o tema das alterações climáticas, e o enquadramento da Bolsa de Carbono nesta questão, coloca-se o indicador de monitorização **IM17 Bolsa de Carbono** sob a alçada do critério *Alterações Climáticas* do *FCD4 Alterações climáticas e riscos naturais*.
  - **Ação:** O indicador *IM17 Bolsa de Carbono* carece de especificação, passando a chamar-se:

*IM17 Bolsa de Carbono Municipal – área plantada e toneladas de CO<sub>2</sub> compensadas* (usando como fonte de informação os serviços da CMA responsáveis pela implementação do projeto)
  - **Ação:** Alterar a diretriz de seguimento n.º 4, associada à gestão florestal e capacidade de sumidouro, no sentido de apoiar a criação da Bolsa de Carbono municipal, ação ainda sem execução. Tendo em conta que o PROF-CL indica uma percentagem de floresta já perto da desejada no território municipal, a diretriz deverá avaliar a possibilidade de as ações de florestação da Bolsa de Carbono estarem associadas à recuperação de áreas ardidas ou com dano, ou à florestação em espaços urbanos e periurbanos, devendo associar-se a esta diretriz o parceiro AFBV.

4. Incentivar a gestão florestal, reajustando o coberto florestal no sentido de se criarem núcleos de espécies arbóreas autóctones, fomentando o aumento da capacidade de sumidouro de carbono dos sistemas naturais presentes e apoiando o desenvolvimento do projeto do PDM *Bolsa de Carbono*, nomeadamente através da avaliação da possibilidade de as ações de florestação da Bolsa de Carbono estarem associadas à recuperação de áreas ardidas ou com dano, ou à florestação em espaços urbanos e periurbanos, bem como da avaliação da

possibilidade de alargamento do projeto aos cidadãos e não só empresas, angariando como parceiros para esta ação a AFBV e as empresas florestais do concelho.

- **Ação:** Reforçar a monitorização do estado do solo, associando à medição da progressão da artificialização do território (*IM18 Expansão urbana*) uma avaliação do teor de carbono no solo, nos anos de monitorização em que este indicador seja disponibilizado nos geo-dados abertos do ICNF (não estando planeada uma periodicidade no processamento e disponibilização desta informação, opta-se por manter um indicador de base que poderá ser complementado quando houver publicação da informação adicional).
- **Ação:** Monitorizar não só os trabalhos de prevenção e proteção contra cheias e inundações, mas também a sua ocorrência e impacte no concelho, tal como para os incêndios (através do *IM23 Área Ardida*). Neste caso, procuraram-se os indicadores adotados pelo PGRI para caracterizar as inundações em zonas críticas – Número de ocorrências de inundação com impacte negativo, número de perdas de vidas humanas ou desaparecidas, número de pessoas afetadas, evacuados ou desalojados. Cria-se assim o indicador:

*IM32 Ocorrência de inundações com impacte negativo e seus efeitos: número de perdas de vida humanas ou desaparecidas, número de pessoas afetadas, evacuadas ou desalojadas* (usando como fonte de informação os serviços de proteção civil municipais)

— **Atualização do QRE:** Economia circular.

- **Ação:** Reformular a diretriz de seguimento número 24 dedicada à questão dos resíduos no sentido de contemplar o desenvolvimento de projetos que promovam o fecho do ciclo dos materiais, incluindo a criação de simbioses industriais.

24. Promover e divulgar formas de minimização, valorização e reciclagem junto dos cidadãos e das empresas, desenvolver projetos que fomentem o fecho do ciclo dos materiais (incluindo simbioses industriais e Zonas Empresariais Responsáveis) e adequar o sistema de gestão de RSU às necessidades concelhias.

— **Atualização do QRE:** Maior exigência dos objetivos de formação e educação.

- **Ação:** Eliminar o indicador *IM28 Nível de ensino da população* e substituí-lo por um cuja fonte de informação seja capaz de monitorizar a formação e educação da população anualmente, sem depender apenas dos censos decenais. Tendo em conta que os indicadores anuais de escolaridade se reportam sempre ao município do estabelecimento de ensino, a partir do ensino superior não há informação periódica relevante para os efeitos a monitorizar exceto a Proporção da população empregada por conta de outrem com ensino superior (%) por Localização geográfica (Anual). Apesar de este indicador não contemplar uma parte dos trabalhadores do município, informa sobre a melhoria da qualificação dos recursos humanos.

*IM33. Proporção da população empregada por conta de outrem com ensino superior* (usando como fonte de informação o indicador com o mesmo nome na base de dados do INE)

— **Atualização do QRE:** Desenvolvimento das orientações no âmbito dos modos ativos de transporte e respetiva infraestrutura e introdução de soluções de partilha de veículos (*carsharing, bikesharing*), de soluções de transporte flexível e de mobilidade elétrica.

- **Ação:** Ampliar a ação no âmbito da diretriz de seguimento 6. *Reforçar a rede de transportes públicos, bem como a rede de pistas cicláveis e pedonais, aumentando a oportunidade de utilização de outros meios de transporte, desincentivando a utilização frequente do meio de transporte privado e movido a partir de combustíveis fósseis.* Tendo em conta que a escala intermunicipal é de grande relevância no domínio da

mobilidade e transportes para este concelho, e tendo em conta os fenómenos de polarização das viagens em torno das áreas industriais / parques empresariais, o reforço da ação no âmbito da diretriz deverá incluir:

Apoiar a implementação do Observatório da Mobilidade preconizado na Estratégia de Mobilidade Sustentável 2020 de Águeda e procurar junto da CIM da Região de Aveiro promover a efetiva implementação do Observatório da Mobilidade preconizado pelo PIMT-RA

Trabalhar em conjunto com os Observatórios da Mobilidade municipal e regional no sentido de implementar a Estratégia de Mobilidade Sustentável 2020 e o PIMT-RA e apoiar nos trabalhos das suas revisões, quando ocorrerem.

Promover junto das áreas industriais / empresariais, grandes empresas e instituições o desenvolvimento de parcerias para a ação (preconizadas na Estratégia Mobilidade Sustentável 2020) e de Planos de Mobilidade de empresas e polos geradores/attractores de deslocações, com o objetivo de reduzir o número de deslocações, promover a transferência modal, corrigir ineficiências nas frotas, aproveitar sinergias e partilhar recursos, aumentando a eficiência energética e económica das empresas, bem como as condições dos seus trabalhadores.

Procurar formas eficientes de promover a mobilidade elétrica no concelho

Assim, a diretriz n.º 6 reformulada fica:

6. Reforçar a rede de transportes públicos, bem como a rede de pistas cicláveis e pedonais, aumentando a oportunidade de utilização de outros meios de transporte, desincentivando a utilização frequente do meio de transporte privado e movido a partir de combustíveis fósseis, apoiando a implementação do Observatório da Mobilidade municipal em articulação com o regional, e procurando implementar a Estratégia de Mobilidade Sustentável 2020 e o PIMT-RA, nomeadamente nas suas vertentes de promoção do desenvolvimento de parcerias para a ação e de planos de mobilidade de empresas e polos geradores

- Com a entrada em vigor do novo enquadramento legal da política de solos, ordenamento do território e urbanismo e a publicação do novo PNPOT, bem como de um conjunto de outros instrumentos focados no desenvolvimento sustentável, reforçam-se as orientações acerca da contenção de perímetros urbanos e a promoção da regeneração e reabilitação urbana.
- **Ação:** Manter, no âmbito da diretriz de seguimento 7. *Criar ações incentivadoras da recuperação, regeneração e ocupação de construções abandonadas e/ou degradadas nos núcleos históricos*, o trabalho de implementação de ORU para as ARU delimitadas no concelho, onde esse desenvolvimento seja avaliado como possível.

## 8.2. Com base na análise do contexto e da concretização de efeitos significativos no ambiente

- **FCD1, critério Ecossistemas e habitats:** Os indicadores *IM01 Corredores verdes* e *IM02 Área classificada e área protegida no concelho* referem-se a delimitações que sofrem pouca dinâmica ao longo do período de vigência do PDM. Apesar das delimitações e classificações terem um impacto determinante na proteção dos ecossistemas e habitats (efeitos que se pretende monitorizar), como indicadores não são capazes de dar informação abrangente sobre o real estado da conservação dessas áreas. Da mesma forma, o *IM04 Ações de gestão na Rede Natura 2000* permite aferir se está a ser realizado trabalho de conservação, no entanto não informa sobre os seus efeitos. Assim, propõe-se a eliminação dos indicadores *IM01* e *IM02* e a adoção de um novo indicador associado à avaliação do estado de conservação dos habitats, de acordo com os relatórios periódicos do ICNF da Diretiva Habitats (publicados de 6 em 6 anos).
  - **Ação:** Eliminar os indicadores *IM01 Corredores verdes* e *IM02 Área classificada e área protegida no concelho*,
  - **Ação:** Criar o indicador:
 

*IM34 Avaliação global do estado de conservação dos habitats presentes no concelho* (usando como fonte de informação os relatórios da Diretiva Habitats do ICNF)
- **FCD1, critério Floresta:** O efeito esperado *Qualificação do coberto florestal do Concelho com o fomento da diversificação de culturas florestais* não se concretizou da forma esperada, i.e., não se registou no indicador *IM03* um aumento da área coberta por espécies arbóreas autóctones, mas sim uma diminuição. Importa assim reforçar a ação no âmbito das diretrizes de seguimento 4, 15 e 30. Propõe-se a continuação do desenvolvimento das ações de formação e orientação no âmbito das diretrizes 15 e 30 bem como, numa primeira fase, que se procurem parceiros para a definição de novas ações no âmbito da diretriz 4 que permitam inverter a tendência verificada, reavaliando-se a situação no próximo relatório da AAE.
  - **Ação:** Procura ativa de parceiros para a definição de novas ações no âmbito da diretriz 4 reformulada (gestão florestal, espécies autóctones e bolsa de carbono) no sentido de incentivar o aumento da área coberta por espécies arbóreas autóctones. Definição de propostas de ação e reavaliação da diretriz no próximo relatório de avaliação e controlo da AAE.
- **FCD1, critério Floresta:** Propõe-se clarificar o nome do indicador *IM05 Florestas certificadas* no município
  - **Ação:** O indicador *IM05* passa a chamar-se:
 

*IM05 Área de florestas certificadas no município* (usando como fonte de informação os serviços dos sistemas de certificação florestal implementados em Portugal – PEFC e FSC)
- **FCD2, critério Política e Ocupação do Solo:** Em relação ao número de parques empresariais de iniciativa municipal, não se espera que tenha grande variação no período de vigência do PDM. E se por um lado cada parque industrial oferece oportunidades de aglomeração únicas (pelo que pode interessar saber o número de parques), importa também saber a capacidade de acolhimento criada e espaços de atividades económicas planeados e infraestruturados e a respetiva procura. O número de deslocalizações para parques empresariais também se revela incompleto na avaliação do efeito pretendido de libertar os espaços urbanos e florestais de

unidades industriais, já que apenas se medem as deslocalizações para o PEC. Esse acompanhamento está a ser realizado no âmbito da AAE do PEC. Assim, este indicador perde a sua relevância para o solo industrial.

- **Ação:** Eliminar os dois indicadores IM06 e IM07 (ver racional acerca da componente de habitação a custos controlados no ponto seguinte).

— **FCD2, critério Política e Ocupação do Solo:** No âmbito da habitação a custos controlados, o indicador IM06 apenas avalia a oferta, propondo-se antes um indicador que permita avaliar a capacidade de resposta às necessidades de apoio à habitação.

- **Ação:** Eliminar o indicador IM06 (ver racional acerca da componente de indústria no ponto anterior).
- **Ação:** Criar o indicador:

*IM35. Percentagem de pedidos de apoio à habitação atendidos (usando como fonte de informação os serviços sociais da CMA).*

— **FCD2, critério Política e Ocupação do Solo:** O indicador *IM12 Custo do solo* é medido por *proxy* e refere-se a usos industriais e habitacionais, pelo que se propõe a sua melhor especificação.

- **Ação:** Eliminar o indicador *IM12 Custo do solo*.
- **Ação:** Criar os indicadores:

*IM36. Preço do solo industrial (usando como fonte de informação os trabalhos de avaliação e controlo do PEC)*

*IM37. Preços medianos do aluguer e compra de habitação (usando como fonte de informação os seguintes indicadores anuais do INE: Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares por Localização geográfica e Valor mediano de avaliação bancária (€/ m<sup>2</sup>) por Localização geográfica e Tipo de construção)*

— **FCD2, critério Política e Ocupação do Solo:** Os indicadores propostos para este critério não permitem avaliar se a política de habitação está de facto a atrair mais população para o concelho, pelo que se propõe adicionar um indicador do crescimento da população.

- **Ação:** Criar um indicador que avalie o crescimento da população:

*IM38. Variação da população residente (usando como fonte de informação as estimativas da população do INE)*

— **FCD2, critério Política e Ocupação do Solo:** O aumento do custo da habitação, contrariamente ao esperado, e possivelmente contrariando o efeito de atração de população ao município, depende de muitos fatores, pelo que não se espera conseguir definir neste âmbito alterações ao programa de seguimento que sejam eficazes no baixar do custo da habitação. O que se propõe, tendo em conta que o efeito pretendido é a fixação de população no concelho, é que se reforcem as diretrizes de seguimento n.º 26 e 29, proporcionando programas de apoio à habitação jovem e o desenvolvimento dos equipamentos de apoio às famílias.

- **Ação:** Reformular as diretrizes de seguimento n.º 26 e 29, reforçando a ação no seu âmbito:

26. Desenvolver no Concelho fatores de atratividade para as gerações mais jovens, **incluindo o apoio à habitação**, incentivando a sua participação ativa e sentido de identidade pelo Município.



29. Criar e/ou reforçar redes sociais intra-concelhias e inter-freguesias, no combate a desigualdades e assimetrias de oportunidades, em áreas sociais de **apoio à família**, à criança, ao idoso, ao deficiente, áreas de desenvolvimento como desportivas e culturais, bem como de educação e saúde.

- **FCD2, critério coesão territorial:** O indicador *IM08 Níveis de infraestruturação do concelho* é extremamente abrangente e no caso de algumas infraestruturas não é de mensurabilidade simples à periodicidade anual. A análise abrangente do nível de infraestruturação é realizada periodicamente noutros contextos (REOT – Versão preliminar de 2019, alterações e revisão do PDM). Tendo em conta que o quadro-problema indica que atualmente que as infraestruturas críticas são as de saneamento e algumas ligações viárias, propõe-se a redução do âmbito do indicador IM08 e o reforço da ação no âmbito da diretiva de seguimento associada à mobilidade. Esta opção deverá ser revista nos próximos exercícios de avaliação e controlo ou em sede de AAE da alteração ou revisão do PDM, perante atualizações do contexto, quadro-problema ou do QRE.

- **Ação:** Eliminar o indicador *IM08 Níveis de infraestruturação do concelho*
- **Ação:** Criar o indicador:

*IM39. Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais* (usando como fonte de informação o indicador com o mesmo nome na base de dados do INE).

- **Ação:** No âmbito da diretriz de seguimento número 25, dar relevância à concretização das ligações viárias previstas no PDM2012 e no PIMT-RA, ficando assim a diretriz reformulada mais orientada para a redução ou eliminação do efeito negativo previsto (da inviabilização de ligações viárias para salvaguarda de valores naturais), bem como para o reforço dos efeitos positivos previstos associados com a competitividade do território para localização de empresas e famílias:

25. Concluir a cobertura do Concelho no que diz respeito a infraestruturas, incentivando a efetiva ligação de edifícios à rede de saneamento e tratamento de águas residuais e de abastecimento de água e promovendo a concretização das ligações viárias que tornam o concelho mais competitivo.

- **FCD2, critério coesão territorial:** O indicador *IM09 Número de equipamentos sociais* não informa acerca da adequação das valências e respetivas capacidades à situação social do concelho. A análise da cobertura dos equipamentos sociais implica um conhecimento em contínuo das capacidades, das taxas de ocupação, das necessidades presentes e previstas. Não sendo viável a sua execução em sede de avaliação e controlo anuais da AAE do PDM, é preferível fazer-se uso dos recursos da CMA para instalar uma monitorização permanente da situação em termos de equipamentos, capaz de identificar necessidades não atendidas e realizar o planeamento das redes de equipamentos municipais, bem como incentivar a instalação de valências em falta junto de parceiros. Instalando-se essa capacidade de monitorização, poderão introduzir-se, nos próximos exercícios de avaliação e controlo, os seguintes indicadores: Taxa de cobertura das respostas sociais aos idosos; Taxa de cobertura das respostas sociais à primeira infância.

- **Ação:** Eliminar o indicador *IM09 Número de equipamentos sociais*.
- **Ação:** Reformular a diretriz de seguimento 29 para que inclua uma monitorização e planeamento ativo das redes de equipamentos:

29. Monitorizar a situação do concelho em termos de equipamentos, conhecendo em contínuo as capacidades, taxas de ocupação, necessidades presentes atendidas e não atendidas e previstas, apoiando o planeamento das redes de equipamentos municipais, bem como criando e/ou reforçando redes sociais intra-concelhias e inter-freguesias, no combate a desigualdades e assimetrias de oportunidades, em áreas sociais de apoio à família, à

criança, ao idoso, ao deficiente, áreas de desenvolvimento como desportivas e culturais, bem como de educação e saúde.

— **FCD2, critério coesão territorial:** Os efeitos socioeconómicos positivos nas populações do interior/serras, e a recuperação do edificado e espaço público nessas áreas não são medidos. Aguarda-se o desenvolvimento dos indicadores propostos pela DGT (2020) para a avaliação da articulação urbano-rural como possíveis candidatos à entrada no painel de indicadores de monitorização desta AAE. Um exemplo é o Nº de parcerias institucionais de redes urbano-rurais.

— **FCD2, critério Qualificação urbana:** Propõe-se clarificar o nome do indicador *IM10 Taxa de visitação dos núcleos patrimoniais*.

- **Ação:** O indicador IM10 passa a chamar-se:

*IM10 Número de visitantes dos núcleos patrimoniais* (usando como fonte de informação os dados da CMA).

— **FCD2, critério Qualificação urbana:** Não é avaliada a situação dos espaços de onde saem as indústrias que se relocalizam nem o efeito da melhor qualificação urbana. Tendo em conta as dificuldades de medição do espaço público e sua qualidade, propõe-se testar a capacidade de apuramento de um indicador de satisfação da população com o espaço público, usando um inquérito simples para a totalidade do concelho, de duas perguntas, tendo por referência o do Urban Audit da Comissão Europeia, com as adaptações necessárias. O ANEXO 6 apresenta a metodologia de referência em que se deve basear o inquérito. Nos relatórios de avaliação e controlo futuros em que este indicador for calculado a metodologia deve ser apresentada.

- **Ação:** Criar o indicador:

*IM40 Satisfação com o espaço público* (usando como fonte de informação um inquérito anual de duas perguntas baseado no Indicador de qualidade do espaço público do Urban Audit da Comissão Europeia, apresentado no website [https://ec.europa.eu/transport/themes/quality-public-spaces-indicator\\_en](https://ec.europa.eu/transport/themes/quality-public-spaces-indicator_en))

— **FCD3, critério Qualidade do Ar:** Procurou-se avaliar o índice de qualidade do ar, mas na ausência de estações da rede QualAR no concelho, optou-se por avaliar as emissões espacializadas disponibilizadas pela APA para 2015-2017. O indicador é muito abrangente, tendo-se selecionado a emissão de CO2 por estar destacada no relatório ambiental, no entanto, sendo o foco deste critério os efeitos sobre a saúde humana, deveriam ser tidas em conta pelo menos as emissões de NOx e de PM10 (por esta razão, todas as emissões retratadas no documento adotado como fonte foram analisadas, apesar de apenas os valores de CO2 estarem registados na tabela). Para a avaliação subsequente, caso não seja repetido o trabalho de espacialização pela APA, será necessário encontrar outra solução. Tendo em conta que está instalada uma rede municipal de medição da qualidade do ar, propõe-se no próximo exercício, caso seja garantida a fiabilidade dos dados (questão que impossibilitou a sua utilização neste período de análise), a análise das excedências nas estações municipais através da substituição do indicador *IM13 Qualidade do ar e ruído* por outro (ver análise da questão do ruído no ponto correspondente). Em resultado de uma análise mais aprofundada do documento das emissões espacializadas da APA, determina-se que é sobre os fogos florestais, e em menor escala os setores residencial e serviços, transportes e agricultura que se deve reforçar a ação pois são os que apresentam aumento de emissões no período 2015-2017.

- **Ação:** Eliminar o indicador *IM13 Qualidade do ar e ruído*.

- **Ação:** Criar o indicador:

*IM41 Número de dias com qualidade do ar fraca ou má nas estações da rede municipal de monitorização da qualidade do ar, por poluente* (usando como fonte de informação a rede municipal de estações de medição da qualidade do ar e a metodologia de cálculo do índice de qualidade do ar da APA, adotado para a rede QualAR).

- **Ação:** Reforçar a ação no âmbito das diretrizes: 4 (gestão florestal e floresta como sumidouro, já reformulada em ponto anterior); 6 (transportes públicos, modos ativos, transferência modal, *idem*); 22 (modo ferroviário, em que se aguarda execução do projeto de realocação de apeadeiros); 5 (prevenção de incêndios, a realizar no âmbito da revisão do PMDFCI, não se prevendo a necessidade de ação por parte da AAE); 16/17 (agricultura e gestão ambiental dos seus impactes, que requerem maior atenção à questão das emissões no âmbito da sua execução).

- **FCD3, critério Resíduos:** O indicador *IM16 Valorização dos resíduos* não caracteriza a eficiência da recolha e da separação. A valorização de resíduos recolhidos no concelho, correspondente ao que é medido pelo indicador, não ocorre necessariamente no concelho. Seria desejável adotar um indicador associado às metas do PERSU (redução da quantidade de resíduos produzida ou proporção de preparação para reutilização e reciclagem, por exemplo), assim, propõe-se substituir o indicador.

- **Ação:** Eliminar o indicador *IM16 Valorização dos resíduos*

- **Ação:** Criar o indicador:

*IM42 Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem* (usando como fonte de informação o indicador com o mesmo nome na base de dados do INE).

- **FCD3, critério Recursos hídricos:** Propõe-se clarificar o nome do indicador *IM14 Qualidade dos recursos hídricos*. Apesar de ter sido analisado em termos de proporção da superfície das massas de água para o período em estudo, propõe-se que passe a ser medido da mesma forma que nas metas nacionais, através do número de massas de água de acordo com a qualidade.

- **Ação:** O indicador IM14 passa a chamar-se:

*IM14 Proporção de massas de água em estado Bom ou Superior* (usando como fonte de informação os seguintes indicadores do trienal do INE: Massas de água superficiais por Localização geográfica e Classificação do estado químico; Massas de água subterrâneas por Localização geográfica e Classificação do estado global).

- **FCD3, critério Recursos hídricos:** O indicador *IM15 Taxa de consumo e valorização de água*, na sua componente de consumo foi medido pela água distribuída por habitante, o que não permite tirar conclusões sobre a eficiência no uso da água por setor. Dada a dificuldade de medição da eficiência hídrica do lado do consumo, propõe-se acompanhar esta questão através de outra dimensão mais facilmente mensurável – as perdas na rede de distribuição. Quanto à valorização da água, propõe-se a divisão deste indicador, para que seja mais clara a sua análise.

- **Ação:** Eliminar o indicador *IM15 Taxa de consumo e valorização de água*.

- **Ação:** Criar os indicadores:

*IM43 Perdas no sistema de abastecimento de água* (usando como fonte de informação o indicador com o mesmo nome na base de dados do INE).

*IM44 Águas residuais tratadas reutilizadas* (usando como fonte de informação a AdRA).

- **FCD3, critério Recursos hídricos:** Apesar de pouco conclusivo, o indicador *IM15 Taxa de consumo e valorização de água*, na sua componente de consumo indica um aumento de consumo por habitante. Por uma questão de prevenção, propõe-se o reforço das seguintes diretrizes de seguimento com ações no sentido de promover mais eficazmente a eficiência hídrica nos vários setores: para o urbano, diretriz 12 (redes secundárias de rega – continuar a averiguar a existência de ineficiências no uso de água municipal) e 25 (aposta no controlo de perdas de água), para o agrícola, diretrizes 16 e 30 (manter as orientações e formação para uma agricultura mais sustentável no âmbito da eficiência hídrica).
- **FCD3, critério Ruído:** O indicador *IM13 Qualidade do ar e ruído* foi já proposto para eliminação em ponto acima. Em relação ao ruído, apesar da grande relevância da questão da exposição da população a ruído elevado, especialmente nas zonas classificadas como sensíveis, o indicador não é capaz de oferecer uma imagem suficientemente atualizada do estado do território. A avaliação do ruído depende dos mapas de ruído (datados de 2008) e da espacialização da informação sobre residentes (BGRI), ambos elementos com períodos de atualização idênticos ao da vigência do PDM, pelo que não é desejável enquadrá-los num painel de avaliação anual. A proposta, assim, é alargar o âmbito de ação da diretriz de seguimento 23. *Implementar medidas relacionadas com a redução do ruído* para que inclua a efetiva monitorização periódica do ruído, em particular junto a zonas sensíveis, bem como medidas de mitigação.
  - **Ação:** Reformular a diretriz de seguimento número 23:

*23. Avaliar excedências de ruído e implementar medidas relacionadas com a sua redução e mitigação, em particular nas zonas sensíveis.*
- **FCD3, critério Solo:** O indicador *IM18 Expansão urbana* não informa diretamente sobre o estado do solo, pelo que, como se indicou em ponto acima, deve ser desdobrado nos anos em que se publiquem novas avaliações do teor de carbono no solo, para incluir também essa informação. Tendo em conta o atual regime jurídico do Ordenamento do Território e Urbanismo, os fenómenos de expansão urbana estão mais contidos, no entanto, importa continuar a olhar para progressão da artificialização do solo, pelo que se propõe a clarificação do indicador para que se refira especificamente a essa informação.
  - **Ação:** O indicador IM18 passa a chamar-se:

*IM18 Área de território com solo artificializado* (usando como fonte de informação a medição dos territórios artificializados nas sucessivas publicações da COS) e teor de carbono no solo (nos anos em que seja publicado, usando como fonte de informação os geo-dados abertos do ICNF)
- **FCD 4 Alterações climáticas e riscos naturais:** Tendo em conta a prevalência de riscos mistos e tecnológicos no concelho, propõe-se a alteração do nome do FCD para Alterações climáticas e riscos (englobando riscos naturais, mistos e tecnológicos). Propõe-se que a reestruturação dos critérios e indicadores, no sentido de incluir uma avaliação de riscos mais abrangente, seja realizada no âmbito da AAE da alteração do PDMA. Nesse âmbito, o nível de análise é suficientemente detalhado para se determinarem as necessidades de monitorização nesses domínios.
  - **Ação:** O FCD 4 passa a chamar-se:

*FCD 4 Alterações climáticas e riscos.*

- **FCD4, critério Eficiência energética:** O indicador *IM19 Consumo de energia* é pouco específico. Sendo as medidas de eficiência do âmbito do PDM dirigidas principalmente para a energia elétrica, deve restringir-se à avaliação do consumo elétrico. Poderia dar informação mais relevante ao longo do tempo caso fosse especificado com o setor de consumo e, no doméstico, o consumo por habitante. Não informa sobre a implementação das energias renováveis, no entanto este indicador não é publicado à escala municipal.

- **Ação:** O indicador IM19 passa a chamar-se:

*IM19 Consumo de energia elétrica por setor* (usando como fonte de informação o seguinte indicador anual do INE: Consumo de energia elétrica (kWh) por Localização geográfica e Tipo de consumo).

- **FCD4, critério Eficiência energética:** O indicador *IM24 Edifícios certificados energeticamente* informa pouco sobre a eficiência energética do parque habitacional, já que é obrigatório em cada transação (o número de edifícios com certificado estará mais correlacionado com o número de transações). Assim, pretende especificar-se o indicador.

- **Ação:** O indicador IM24 passa a chamar-se:

*IM24 Edifícios com certificação energética com classificação A a C* (usando como fonte de informação o website do Sistema de Certificação Energética de Edifícios <https://www.sce.pt/estatisticas/>).

- **FCD4, critério Alterações climáticas:** Os indicadores associados ao critério não estão a medir adequadamente os efeitos previstos no âmbito das alterações climáticas. No entanto, são de relevância para o critério Floresta. Por questões de parcimónia, e no sentido de seguir as melhores práticas (que indicam que o painel de indicadores de monitorização deve ter de preferência 20 indicadores) mantém-se apenas um – o *IM21 Área florestada com eucalipto* – a colocar sob a alçada do FCD1, critério Floresta. Tendo em conta que as emissões de CO<sub>2</sub> são avaliadas no âmbito do critério qualidade do ar, podendo ser utilizada informação desse indicador para este critério, propõe-se acrescentar um indicador que meça a evolução do consumo de combustíveis fósseis no concelho, adequando então a monitorização aos efeitos previstos.

- **Ação:** O indicador *IM21 Área florestada com eucalipto* para a alçada do FCD1, critério Floresta.

- **Ação:** Eliminar o indicador *IM20 Zonas de Intervenção Florestal*

- **Ação:** Criar o indicador:

*IM45 Consumo de combustíveis fósseis* (usando como proxy a venda de combustíveis, com fonte de informação o indicador anual do INE: Vendas de combustíveis líquidos e gasosos (t) das empresas por Localização geográfica e Tipo de combustível).

- **FCD4, critério Cheias:** Propõe-se clarificar a denominação do critério para que inclua inundações.

- **Ação:** O critério Cheias passa a chamar-se:

*Critério Cheias e inundações.*

- **FCD4, critério Cheias:** O indicador *IM22 Prevenção de riscos naturais* é pouco específico, tendo-se considerado que inclui ações de prevenção e intervenções de proteção contra cheias/inundações. Por outro lado, a efetiva ocorrência de cheias e inundações não está a ser avaliada. Em ponto anterior, criou-se um indicador para colmatar essa necessidade.

- **Ação:** O indicador IM22 passa a chamar-se:

*IM22 Intervenções concluídas de prevenção e proteção contra riscos naturais e mistos* (usando como fontes de informação os serviços da CMA e contabilizando especificamente ações de DFCI, intervenções e obras de prevenção e proteção contra inundações e outras associadas ao risco de movimento de massas, por exemplo).

Note-se que nas intervenções de prevenção e proteção se incluem projetos de engenharia natural tais como o adensamento de vegetação ripária para estabilização de margens e minimização dos impactos de cheias e enchentes nas linhas de água e a substituição de floresta de monocultura por floresta autóctone para redução da capacidade de propagação de incêndios.

- **FCD4, critério Incêndios:** Tendo em conta as extensões de área ardida:

- **Ação:** Manter o desenvolvimento de ações no âmbito da diretriz n.º 5 e analisar a necessidade de reforço da mesma no próximo período de avaliação, com a entrada em vigor do novo PMFCI revisto.

- **FCD5, critério Competitividade e dinâmica empresarial:** O indicador *IM25 Número de empresas* tem algumas fraquezas, nomeadamente não permite caracterizar o crescimento do tecido industrial e em particular das empresas de alta tecnologia. Sendo o resultado do número de empresas criadas menos as extintas, também não permite concluir acerca da dinâmica empreendedora. Este indicador também não permite avaliar o efeito do crescimento do rendimento na exploração silvícola. No entanto, por questões de parcimónia, e por não estar disponível à escala municipal um indicador de número de empresas de alta tecnologia, não se propõe neste exercício nenhum indicador em alternativa.

- **Ação:** No âmbito da avaliação e controlo dos próximos anos, é necessário acompanhar e avaliar com maior detalhe e o devido enquadramento a quebra do crescimento do número de empresas.

- **FCD5, critério Desenvolvimento humano:** Não é possível através dos indicadores selecionados avaliar a fixação de mais habitantes no concelho nem a perda de população qualificada, nem o esbatimento das assimetrias sociais. O desemprego não é um problema no concelho, no entanto pode manter-se o indicador associado dado o risco expresso no RA. Quanto ao nível de ensino, foi criticado em ponto anterior e substituído por outro de atualização anual. Em relação ao número de equipamentos e serviços, este não informa acerca da adequação da sua capacidade e valências às necessidades da população, pelo que se propõe a sua eliminação (esta matéria é analisada de forma abrangente noutros âmbitos).

- **Ação:** Eliminar o indicador *IM29 Equipamentos e serviços de utilização coletiva*.

- **FCD5, critério Dinâmica turística:** O indicador *IM30 Dinâmica turística* (fluxos de turistas e proveitos hoteleiros) tem interesse por integrar informação sobre visitantes que pernoitam e visitantes que não pernoitam, no entanto, apresenta grandes fraquezas, nomeadamente a questão da fiabilidade dos dados de base do indicador de fluxo de turistas (que apresenta uma discrepância de grande expressão entre 2018 e 2019). Propõe-se retirar essa componente do indicador, substituindo-se ainda a componente hoteleira por um indicador incluído nas metas das estratégias do setor do turismo, o número anual de dormidas, que permite distinguir os tipos de alojamento turístico com maior procura e assim verificar o efeito do desenvolvimento do turismo em espaço rural.

- **Ação:** Eliminar o indicador *IM30 Dinâmica turística*.

- **Ação:** Criar o indicador.

*IM46 Número de dormidas em alojamentos turísticos por tipo de alojamento (usando como fonte de informação o indicador do INE como o mesmo nome).*

- **FCD5, critério Dinâmica turística:** O indicador *IM31 Novos projetos turísticos no concelho* é pouco específico na sua forma de medir o desenvolvimento turístico (um novo projeto pode ser um percurso, um novo hotel, um evento); além disso, apresenta uma fraqueza importante por não ter em conta alguns projetos novos são abandonados ou cancelados nos anos subsequentes (alojamentos e trilhos que fecham). Por questões de parcimónia, propõe-se eliminar este indicador, já que já se mede a dinâmica turística em termos de número de dormidas.

- **Ação:** Eliminar o indicador *IM31 Novos projetos turísticos*.

### 8.3. Programa de seguimento atualizado

A tabela e a lista que se seguem apresentam o programa de seguimento atualizado com base nas recomendações indicadas neste capítulo. O ANEXO 5 apresenta o programa de seguimento anotado com indicação das alterações efetuadas.

Tabela 20 - Indicadores de seguimento atualizados

FCD	Crítérios	Indicadores de monitorização	Notas
<b>FCD1</b> Conservação da natureza e biodiversidade	Ecossistemas e habitats	IM34 Avaliação global do estado de conservação dos habitats presentes no concelho	Usando como fonte de informação os relatórios da Diretiva Habitats do ICNF.
		IM04 Ações de gestão na Rede Natura 2000	
	Floresta	IM03 Povoamentos de espécies autóctones	
		IM05 Área de florestas certificadas no município	Usando como fonte de informação os serviços dos sistemas de certificação florestal implementados em Portugal – PEFC e FSC.
		IM21 Área florestada com eucalipto	

FCD	Critérios	Indicadores de monitorização	Notas	
FCD2	Política e ocupação de solo	IM35	Percentagem de pedidos de apoio à habitação atendidos	Usando como fonte de informação os serviços sociais da CMA.
		IM36	Preço do solo industrial	Usando como fonte de informação os trabalhos de avaliação e controlo do PEC.
		IM37	Preços medianos do aluguer e compra de habitação	Usando como fonte de informação os seguintes indicadores anuais do INE: Valor mediano das rendas por m <sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares por Localização geográfica e Valor mediano de avaliação bancária (€/m <sup>2</sup> ) por Localização geográfica e Tipo de construção.
		IM38	Variação da população residente	Usando como fonte de informação as estimativas da população do INE.
	Coesão territorial	IM39	Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais	Usando como fonte de informação o indicador com o mesmo nome na base de dados do INE.
	Qualificação urbana	IM10	Número de visitantes dos núcleos patrimoniais	Usando como fonte de informação os dados da CMA.
		IM11	Património classificado	
IM40		Satisfação com o espaço público	Usando como fonte de informação um inquérito anual de duas perguntas baseado no Indicador de qualidade do espaço público do <i>Urban Audit</i> da Comissão Europeia, apresentado no <i>website</i> <a href="https://ec.europa.eu/transport/themes/quality-public-spaces-indicator_en">https://ec.europa.eu/transport/themes/quality-public-spaces-indicator_en</a> .	



<b>FCD</b>	<b>Critérios</b>	<b>Indicadores de monitorização</b>	<b>Notas</b>
<b>FCD3</b> Qualidade Ambiental	Qualidade do ar	IM41 Número de dias com qualidade do ar fraca ou má nas estações da rede municipal de monitorização da qualidade do ar, por poluente	Usando como fonte de informação a rede municipal de estações de medição da qualidade do ar e a metodologia de cálculo do índice de qualidade do ar da APA, adotado para a rede QualAR.
	Resíduos	IM42 Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem	Usando como fonte de informação o indicador com o mesmo nome na base de dados do INE
	Recursos hídricos	IM14 Proporção de massas de água em estado Bom ou Superior	Usando como fonte de informação os seguintes indicadores trienais do INE: Massas de água superficiais por Localização geográfica e Classificação do estado químico; Massas de água subterrâneas por Localização geográfica e Classificação do estado global.
		IM43 Perdas no sistema de abastecimento de água	Usando como fonte de informação o indicador com o mesmo nome na base de dados do INE.
		IM44 Águas residuais tratadas reutilizadas	Usando como fonte de informação a AdRA.
	Ruído	- -	-
	Solo	IM18 IM18 Área de território com solo artificializado e teor de carbono no solo	Usando como fonte de informação a medição dos territórios artificializados nas sucessivas publicações da COS.  Incluir o teor de carbono no solo nos anos em que seja publicado, usando como fonte de informação os geo-dados abertos do ICNF

FCD	Critérios	Indicadores de monitorização	Notas
<b>FC D4</b> Alterações climáticas e riscos	Eficiência energética	IM19 Consumo de energia elétrica por setor	Usando como fonte de informação o seguinte indicador anual do INE: Consumo de energia elétrica (kWh) por Localização geográfica e Tipo de consumo.
		IM24 Edifícios com certificação energética com classificação A a C	Usando como fonte de informação o website do Sistema de Certificação Energética de Edifícios <a href="https://www.sce.pt/estatisticas/">https://www.sce.pt/estatisticas/</a> .
	Alterações climáticas	IM17 Bolsa de Carbono Municipal – área plantada e toneladas de CO2 compensadas	Usando como fonte de informação os serviços da CMA responsáveis pela implementação do projeto.
		IM45 Consumo de combustíveis fósseis	Usando como <i>proxy</i> a venda de combustíveis, com fonte de informação o indicador anual do INE: Vendas de combustíveis líquidos e gasosos (t) das empresas por Localização geográfica e Tipo de combustível.
	Cheias e Inundações	IM22 Intervenções concluídas de prevenção e proteção contra riscos naturais e mistos	Usando como fontes de informação os serviços da CMA e contabilizando especificamente ações de DFCI, intervenções e obras de prevenção e proteção contra inundações e outras associadas ao risco de movimento de massas, por exemplo.
		IM32 Ocorrência de inundações e seus efeitos – número de perdas de vida humanas ou desaparecidas, número de pessoas afetadas, evacuadas ou desalojadas	Usando como fonte de informação os serviços de proteção civil municipais.
	Incêndios	IM23 Área ardida	
<b>FC D5</b> Desenvolvimento regional e local	Competitividade e dinâmica empresarial	IM25 Número de empresas	No âmbito da avaliação e controlo dos próximos anos, é necessário acompanhar e avaliar com maior detalhe e o devido enquadramento a quebra do crescimento do número de empresas.
		IM26 Dinâmica empresarial (novas patentes, empresas e países de exportação)	
	Desenvolvimento humano	IM27 Taxa de desemprego	
		IM33 Proporção da população empregada por conta de outrem com ensino superior	Usando como fonte de informação o indicador com o mesmo nome na base de dados do INE.
	Dinâmica turística	IM46 Número de dormidas em alojamentos turísticos por tipo de alojamento	Usando como fonte de informação o indicador do INE como o mesmo nome.

**Diretrizes de Seguimento atualizadas:**

1. A par com a criação dos parques empresariais de génese municipal, incentivar a deslocalização de unidades industriais localizadas em áreas urbanas e florestais para áreas industriais devidamente adequadas à atividade.
2. Promover o desenvolvimento de programas e projetos como o RICÁgueda e alguns projetos no âmbito do programa europeu URBACT, entre outros que já decorrem em Águeda, que promovam a inovação e a lógica de disseminação do conhecimento e da transferência de saber entre as entidades, agentes e empresas existentes no Município, fomentado a criação de redes formais e informais a este nível.
3. Adequar a dinamização de cursos de formação profissional e tecnológica às tipologias económicas emergentes no Município.
4. Incentivar a gestão florestal, reajustando o coberto florestal no sentido de se criarem núcleos de espécies arbóreas autóctones, fomentando o aumento da capacidade de sumidouro de carbono dos sistemas naturais presentes e apoiando o desenvolvimento do projeto do PDM Bolsa de Carbono, nomeadamente através da avaliação da possibilidade de as ações de florestação da Bolsa de Carbono estarem associadas à recuperação de áreas ardidas ou com dano, ou à florestação em espaços urbanos e periurbanos, bem como da avaliação da possibilidade de alargamento do projeto aos cidadãos e não só empresas, angariando como parceiros para esta ação a AFBV e as empresas florestais do concelho.

**Nota:** Procura ativa de parceiros para a definição de novas ações no âmbito desta diretriz, no sentido de incentivar o aumento da área coberta por espécies arbóreas autóctones. Reforçar ação no âmbito da promoção da qualidade do ar.

5. Reforçar a rede de vigilância e prevenção de acidentes naturais, promovendo a partilha de informação e meios de prevenção e combate a incêndios na floresta e cheias, entre as entidades com responsabilidades específicas.

**Nota:** Reforçar a ação, a par da execução do PMDFCI revisto.

6. Reforçar a rede de transportes públicos, bem como a rede de pistas cicláveis e pedonais, aumentando a oportunidade de utilização de outros meios de transporte, desincentivando a utilização frequente do meio de transporte privado e movido a partir de combustíveis fósseis, apoiando a implementação do Observatório da Mobilidade municipal em articulação com o regional, e procurando implementar a Estratégia de Mobilidade Sustentável 2020 e o PIMT-RA, nomeadamente nas suas vertentes de promoção do desenvolvimento de parcerias para a ação e de planos de mobilidade de empresas e polos geradores.

**Nota:** Reforçar ação no âmbito da promoção da qualidade do ar.

7. Criar ações incentivadoras da recuperação, regeneração e ocupação de construções abandonadas e/ou degradadas nos núcleos históricos.

**Nota:** Manter o trabalho de implementação de ORU para as ARU delimitadas no concelho, onde esse desenvolvimento seja avaliado como possível.

8. Implementar ações de revitalização e proteção de património edificado e dos recursos naturais, promoção, entre outros, da recuperação gradual das linhas de água e das faixas ripícolas contíguas.

9. Definir critérios para o desenvolvimento de atividades e equipamentos turísticos em áreas sensíveis (como os espaços Rede Natura 2000), de forma a assegurar a integridade biofísica e paisagística dos ecossistemas.

10. Desenvolver e implementar ações de proteção e conservação da biodiversidade concelhia de espaços naturais não classificados.

11. Promover o reordenamento cinegético no Concelho.

12. Requalificar espaços verdes e de utilização coletiva, em termos de estrutura verde (promovendo a gestão ecossustentável, através da aplicação de boas práticas ambientais, a adoção de redes secundárias de rega) e de mobiliário urbano para utilização comunitária, em momentos de lazer e convívio.

**Nota:** Continuar a averiguar a existência de ineficiências no uso de água municipal.

13. Fomentar a dinamização de atividades ligadas ao rio, criando ainda espaços qualificados que funcionem como âncoras junto à frente ribeirinha.

14. Assegurar a continuidade dos corredores ecológicos até ao rio, dinamizando espaços de acesso e fruição sustentável do mesmo.

15. Incentivar o desenvolvimento de atividades típicas no meio rural, apostando na preservação de tradições, métodos de cultivo e culturas tradicionais, visando a criação de "produtos" turísticos atrativos nestes espaços.

**Nota:** Reforçar ação. Propõe-se a continuação do desenvolvimento das ações de formação e orientação.

16. Promover o potencial agrícola concelhio, através de sessões de esclarecimento e da realização de formação específica em termos de técnicas, práticas e rentabilidade das culturas, com vista na revitalização e melhoria da atividade agrícola concelhia, nomeadamente da agricultura biológica.

**Nota:** Dar maior atenção às questões das emissões poluentes do ar no âmbito da sua execução. No âmbito da eficiência hídrica manter as orientações e formação para uma agricultura mais sustentável.

- 17.** Desenvolver e implementar um programa municipal de acompanhamento e gestão ambiental das atividades agrícolas, de modo a contribuir para a redução da contaminação do solo e aquíferos.  
**Nota:** Dar maior atenção às questões das emissões poluentes do ar no âmbito da sua execução.
- 18.** Evitar a programação de infraestruturas em leito de cheia que possam ser suscetíveis de degradação e/ou impacte ao nível do escoamento da água aquando de inundações.
- 19.** Avaliar e promover o potencial de aproveitamento de recursos endógenos -de energias renováveis, nomeadamente de origem eólica, hídrica, solar e florestal.
- 20.** Promover a certificação energética de edifícios (residenciais, turísticos e industriais), bem como implementar sistemas de iluminação pública mais eficiente do ponto de vista energético.
- 21.** Implementar o Plano de Desenvolvimento da Sustentabilidade Energética do Concelho.
- 22.** Dinamizar e promover a utilização da Linha do Vouga em alternativa ao automóvel.  
**Nota:** aguarda-se execução do projeto de realocização de apeadeiros para avaliar a necessidade de reforçar a ação no âmbito da qualidade do ar.
- 23.** Avaliar excedências de ruído e implementar medidas relacionadas com a sua redução e mitigação, em particular nas zonas sensíveis.
- 24.** Promover e divulgar formas de minimização, valorização e reciclagem junto dos cidadãos e das empresas, desenvolver projetos que fomentem o fecho do ciclo dos materiais (incluindo simbioses industriais e Zonas Empresariais Responsáveis) e adequar o sistema de gestão de RSU às necessidades concelhias.
- 25.** Concluir a cobertura do Concelho no que diz respeito a infraestruturas, incentivando a efetiva ligação de edifícios à rede de saneamento e tratamento de águas residuais e de abastecimento de água e promovendo a concretização das ligações viárias que tornam o concelho mais competitivo.  
**Nota:** Reforçar ação no sentido de promover mais eficazmente a eficiência hídrica nos vários setores.
- 26.** Desenvolver no Concelho fatores de atratividade para as gerações mais jovens, incluindo o apoio à habitação, incentivando a sua participação ativa e sentido de identidade pelo Município.
- 27.** Desenvolver e promover as atividades e produtos tradicionais/típicos do Município.

- 28.** Valorizar o capital humano, através da criação de mecanismos de participação e discussão pública de assuntos e temáticas importantes para o Município.
- 29.** Monitorizar a situação do concelho em termos de equipamentos, conhecendo em contínuo as capacidades, taxas de ocupação, necessidades presentes atendidas e não atendidas e previstas, apoiando o planeamento das redes de equipamentos municipais, bem como criando e/ou reforçando redes sociais intra-concelhias e inter-freguesias, no combate a desigualdades e assimetrias de oportunidades, em áreas sociais de apoio à família, à criança, ao idoso, ao deficiente, áreas de desenvolvimento como desportivas e culturais, bem como de educação e saúde.
- 30.** Desenvolver Guias de Boas Práticas para a implementação das estratégias aos níveis agrícola e silvícola.

**Nota:** Reforçar a ação e no âmbito da eficiência hídrica manter as orientações e formação para uma agricultura mais sustentável.

#### 8.4. Recomendações adicionais

- **Acerca da extensão do QRE:** Como foi referido anteriormente, houve uma grande atualização do QRE do PDMA desde 2012, com a publicação de dezenas de instrumentos com incidência no ordenamento do território, naturalmente, por ser um domínio de convergência de múltiplas macropolíticas. Neste relatório, reuniram-se os instrumentos considerados mais relevantes para a sustentabilidade do PDMA, que excedem o máximo recomendado de 30. Pretende-se uma tabela de orientações e metas concisa, facilitando o foco da AAE e a análise dos contributos do plano para atingir as metas do QRE. Assim, no próximo exercício de AAE (seja avaliação e controlo, AAE da alteração ou revisão do PDM) é prioritário continuar a análise de sobreposições e repetições e o trabalho de síntese das orientações e metas do QRE.
- **Acerca da estruturação de critérios:** A alteração em curso do PDMA, cuja AAE recebeu já pareceres das ERAE quanto ao RFCD, deverá ter em conta as questões levantadas nesses pareceres, o que implicará uma reestruturação do referencial de avaliação em termos de critérios e indicadores. Nesse trabalho, devem observar-se as orientações disponíveis e em particular as melhores práticas da AAE, que indicam entre outros a necessidade e de não sobrecarregar o referencial de avaliação com critérios ou indicadores, mantendo o foco.

## 9. Conclusão

O período em análise corresponde aos primeiros 7 anos de implementação da revisão do PDMA. Em termos de enquadramento, verificou-se um contexto de crescimento económico que beneficiou a implementação do plano. Ao longo dos 7 anos em análise, a CMA conseguiu um grau de concretização considerável em muitos dos efeitos positivos previstos, tendo para isso contribuído várias ações colocadas em prática no âmbito das diretrizes de seguimento da AAE. Nesse domínio destacam-se a deslocalização de empresas para os parques industriais, as iniciativas de melhoria da eficiência energética e hídrica da CMA, bem como a produção municipal de energia solar, e o projeto integrado de conservação da natureza LIFE Águeda. Destaca-se ainda o desenvolvimento ativo do interesse e das condições para o usufruto da natureza através da implementação de percursos temáticos e ações vocacionadas para crianças e jovens.

O período em análise foi também uma fase de consolidação das questões da sustentabilidade nas macropolíticas nacionais, com a produção de uma grande quantidade de estratégias, planos e programas refletindo preocupações acrescidas com a resiliência dos territórios às alterações climáticas, questão já contemplada na AAE de 2012 e agora reforçada tanto do ponto de vista da monitorização como também nas diretrizes de seguimento.

A atualização do quadro de referência estratégico, do contexto e da própria concretização dos efeitos do PDMA motiva uma série de alterações ao programa de seguimento, destinadas a reajustar a ação e o controlo na salvaguarda dos objetivos de sustentabilidade. Destacam-se os ajustes relacionados com a Bolsa de Carbono, ainda sem implementação, com o decréscimo da área de povoamentos de espécies autóctones e com a qualidade do ar, em que não se identificam melhorias. No âmbito do custo da habitação, a tendência também é inversa à prevista, registando-se um aumento do custo e o risco perda de atratividade do concelho, o que motivou ajustes às diretrizes de seguimento no sentido de se promoverem programas de apoio à habitação jovem e o desenvolvimento dos equipamentos de apoio às famílias. No domínio dos incêndios florestais, com vários anos de área ardida elevada, optou-se por aguardar o arranque da implementação da revisão do PMDFCI antes de se introduzirem ajustes no programa de seguimento.

Finalmente, durante este período foi-se também consolidando a prática de AAE de planos territoriais no país, e com a publicação de guias, orientações e melhores práticas, foi possível nesta data realizar uma revisão de algumas questões para aperfeiçoamento do programa de seguimento e melhoria da sua eficiência. Assim, procurou-se realizar ajustes aos indicadores no sentido de os aproximar do efeito que pretendem medir, de os tornar mais mensuráveis, específicos, acessíveis e com atualizações periódicas, facilitando ainda a elaboração da avaliação e controlo anual da AAE.

## 10. Bibliografia

ADENE – Agência para a Energia: *Certificação Energética dos Edifícios*. Consultado no endereço [www.sce.pt](http://www.sce.pt) em maio de 2021.

Agência Portuguesa do Ambiente (2019): *Emissões de Poluentes Atmosféricos por Concelho 2015 e 2017: Gases acidificantes e eutrofizantes, precursores de ozono, partículas, metais pesados, poluentes orgânicos persistentes e gases com efeito de estufa*. Descarregado do endereço [www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=150&sub2ref=1408](http://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=150&sub2ref=1408) em fevereiro de 2021.

Agência Portuguesa do Ambiente: *QualAR Informação sobre qualidade do ar*. Consultado no endereço <https://qualar.apambiente.pt/> em fevereiro e maio de 2021.

Arquivo.pt: *Website*. Consultado no endereço [www.arquivo.pt](http://www.arquivo.pt) em maio de 2021.

Câmara Municipal de Águeda: *Website*. Consultado no endereço [www.cm-agueada.pt](http://www.cm-agueada.pt) em fevereiro e maio de 2021.

Comissão Europeia, Mobilidade e Transportes: *Clean transport, Urban transport – Quality of public spaces indicator*. Consultado no endereço [https://ec.europa.eu/transport/themes/quality-public-spaces-indicator\\_en](https://ec.europa.eu/transport/themes/quality-public-spaces-indicator_en) em maio de 2021.

Direção-Geral do Território (2020): *Formação dos planos territoriais Matérias no âmbito das atribuições da DGT. Versão 0 | janeiro 2020*.

ERSAR (2012-2019): *Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal*. Descarregado de [www.ersar.pt/pt/site-publicacoes/Paginas/edicoes-anuais-do-RASARP.aspx](http://www.ersar.pt/pt/site-publicacoes/Paginas/edicoes-anuais-do-RASARP.aspx) em fevereiro de 2021.

ICNF: *Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) da Conservação da Natureza e das Florestas*. Consultado em <https://geocatalogo.icnf.pt/> em fevereiro e maio de 2021.

Instituto Nacional de Estatística: *Base de dados*. Consultado no endereço [www.ine.pt/](http://www.ine.pt/) em fevereiro e maio de 2021.

Partidário, M.R. (2012): *Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE*. Agência Portuguesa do Ambiente com o apoio de Redes Energéticas Nacionais (REN), SA.

PORData: *Base de dados Portugal Contemporâneo*. Consultado no endereço [www.pordata.pt/](http://www.pordata.pt/) em fevereiro e maio de 2021.



## **ANEXOS**

### **Anexo 1**

Quadro-Problema anotado

### **Anexo 2**

Quadro de Referência Estratégico anotado

### **Anexo 3**

Quadro de Referência Estratégico – Orientações, Objetivos e Metas

### **Anexo 4**

Execução das diretrizes de seguimento da AAE 2012

### **Anexo 5**

Programa de seguimento anotado

### **Anexo 6**

Ficha metodológica para o indicador *Satisfação com o espaço público*

### **Anexo 7**

Fundamentação da atualização do Quadro-Problema da AAE

### **Anexo 8**

Critérios de medição dos Indicadores da Declaração Ambiental de 2012





# **Anexo 1**

**Quadro-Problema anotado**



## Quadro-Problema anotado

### Legenda:

- Reformulados, acrescentados e retirados – Elementos reformulados, acrescentados e retirados com base nos trabalhos do REOT – Versão preliminar de 2019.
- Reformulados, acrescentados e eliminados – Elementos reformulados, acrescentados e eliminados com base nos trabalhos da AAE.
- Elementos para os quais não se dispõe, à data, da informação necessária para a respetiva validação.

### PRINCIPAIS PROBLEMAS

#### Vulnerabilidade social:

- Envelhecimento e diminuição da população.
- Litoralização da população.
- Fraca escolarização e qualificação da população.
- Mercado de aluguer de habitação reduzido e oferta de fogos a custos controlados insuficiente.
- Equipamentos capazes de servir a população de forma satisfatória, mas revelando elevadas taxas de ocupação e necessidade de melhorias, e que se podem tornar insuficientes face ao envelhecimento da população.
- Desenraizamento dos naturais relativamente ao Concelho.
- Aumento da população migrante

#### Degradação ambiental:

- Assoreamento, destruição e desvio de linhas de água. Poluição do sistema hídrico.
- Cheias e inundações, nomeadamente nas áreas urbanas.
- Perda de biodiversidade devido à deficiente gestão do Espaço Florestal, à proliferação de espécies exóticas e à insuficiente falta de proteção dos habitats e espécies classificadas.

### PRINCIPAIS SENSIBILIDADES

- Património cultural material e imaterial.
- Habitats protegidos associados ao sistema hídrico (Rede Natura 2000).
- Floresta.
- Zona serrana.
- Biodiversidade faunística e florística.
- Coesão social.

### PRINCIPAIS RISCOS

- Exclusão social da população idosa.
- Êxodo rural e degradação do tecido urbano na zona serrana.
- Fuga da população com maior escolarização/qualificação e dos jovens, face ao elevado custo da habitação.
- Destruição de pessoas e bens pelas cheias e inundações.
- Assoreamento e destruição progressiva do sistema hídrico, com depleção da biodiversidade.
- Aumento das áreas ardidas face à composição da floresta.
- Substituição dos solos rurais por matos face ao abandono das atividades agrícolas e povoações.

- Florestação intensiva em regime de monocultura de eucalipto.
- Baixas taxas de separação e valorização de resíduos.
- Existência de locais ilegais de deposição de resíduos.
- Abandono dos barreiros/pedreiras sem ações de recuperação.
- Insuficiente taxa de cobertura de saneamento.
- Sistema de monitorização dos gases emitidos e GEE existente, mas com fraco desenvolvimento.
- Utilização de agroquímicos sem controlo.
- Promiscuidade da agropecuária com as áreas urbanas.
- Espaços naturais com poucos equipamentos de apoio, desadequado das necessidades dos utilizadores.

**Debilidades económicas, na indústria e no aproveitamento de recursos:**

- Minifúndio, ordenamento agrícola pouco desenvolvido, áreas florestais em meio urbano.
- Fileira florestal pouco organizada do ponto de vista produtivo e insuficiente exploração de recursos florestais com reduzida diversidade dos produtos agrícolas.
- Envelhecimento da população dedicada à agricultura e associações agrícolas com deficiente capacidade técnica e poucos recursos.
- Reduzido investimento da indústria em fatores avançados de competitividade, incluindo insuficiente articulação com as universidades e centros de saber.
- Baixo nível de instrução / qualificação da mão-de-obra, quadros superiores insuficientes.
- Falta de solo industrial infraestruturado e elevado custo do solo industrial face à especulação fundiária.
- Problemas de acessibilidade aos principais eixos viários do país.
- Problemas de legalização de instalações industriais.
- Reduzida diversidade da oferta hoteleira, desfasada das novas necessidades.

- Fuga de investimento face ao valor do solo industrial e à falta de ligações rápidas à A1/Sul e consequente aumento da taxa de desemprego, tendo em conta o peso que o sector secundário tem em termos de emprego no Concelho.
- Aumento do congestionamento automóvel, nomeadamente nas vias de acesso intermunicipal.
- Descaracterização do tecido urbano com o aumento das discontinuidades tipológicas.
- Perda da memória cultural comum (edificado, usos e costumes).
- Degradação, delapidação e descaracterização do património.
- Aumento contínuo das emissões de GEE.
- Dependência das flutuações dos valores de mercado dos combustíveis fósseis.
- Diminuição do associativismo.
- Diminuição da coesão social.

**PRINCIPAIS POTENCIALIDADES**

- Grandes movimentos pendulares diários de entrada no Concelho.
- Peso significativo da população em idade escolar (3º CEB e Secundário).
- Presença da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda (ESTGA) (formação e fomentador de mercado de arrendamento).
- Número significativo de proprietários de alojamentos com menos de 30 anos.
- Existência de necessidades para habitação a custos controlados.
- Potencial de pesca em águas interiores no sistema hídrico extenso e diversificado.
- Património natural de relevo, Zona de Proteção Especial da Ria de Aveiro, Zonas Especiais de Conservação da Ria de Aveiro e Rio Vouga, Pateira

- Insuficiente inovação e promoção turística e dos produtos endógenos / típicos.

**Insuficiência da infraestruturização e do sistema de transportes:**

- Deficiente ligação rodoviária ao nó da A1, a Aveiro e a Coimbra.
- Deficitárias ligações internas este-oeste, sobretudo na zona serrana.
- Linha de caminho-de-ferro com reduzida atratividade comercial.
- Rede de transportes públicos deficitária.
- Grande utilização do automóvel nos movimentos pendulares.
- Insuficiência da infraestruturização e do sistema de transportes, com necessidade de requalificação das vias, ocorrência de conflitos peão/automóvel e tempos de viagem pouco otimizados.
- Insuficiente cobertura do sistema de saneamento (apenas 78% do Concelho).
- Rede de gás natural ainda muito reduzida no Concelho.

**Elevados consumos energéticos e emissões:**

- Elevado consumo de combustíveis fósseis.
- Reduzida utilização das fontes de energia renováveis na produção e consumo.
- Grande peso do sector industrial no consumo de energia.
- ~~Peso ainda reduzido nas ações de eco-eficiência (edifícios transportes...).~~

de Fermentelos, biodiversidade faunística e florística (elevado potencial turístico associado ao impulsionar do turismo de natureza e ecoturismo).

- Abundantes recursos geológicos (barro) / Presença da Área de Argilas Cativas.
- Existência de sistemas de tratamento de efluentes industriais – ECTRI.
- 73% do Concelho coberto por manto florestal.
- Grandes empresas do ramo florestal a operarem no Concelho e capacidade científica instalada.
- ~~Tendência regressiva da área queimada.~~
- Elevado potencial para o recreio e lazer nos espaços florestais.
- Solos com elevado potencial agrícola, para vários setores.
- Projetos de emparcelamento dos rios Águeda e Vouga.
- Projetos integrado de conservação da natureza LifeÁgueda, na reversão da degradação ambiental.
- Estrutura agrícola com capacidade de potenciação para a produção biológica.
- Denominações de Origem Controlada (raça marinhoa, vinho da Bairrada...).
- Forte presença industrial (Concelho líder no distrito com posição de destaque na região e no País) e economia de aglomeração.
- Disponibilidade de solo industrial infraestruturado, com preços acessíveis, captação de investimento e realocação de indústria.
- Freguesias de Aguada de Cima e de Fermentelos como lugares atrativos para novas áreas habitacionais. (boa acessibilidade ao emprego).
- Atratividade do parque habitacional pela sua idade média inferior à nacional e regional.
- Elevada taxa de atividade, forte espírito empreendedor.
- Cultura técnica industrial de base.
- Oferta de emprego (operários/quadros técnicos).
- Diversidade produtiva na indústria transformadora.

#### Ocupação urbana dispersa e desarticulada:

- Povoamento linear disperso e desarticulado, com descontinuidades funcionais e tipológicas.
- Aumento da dispersão associada à minoria das funções rurais.
- Hierarquia viária pouco legível e desarticulada da respetiva hierarquia dimensional.
- Misturas morfotipológicas.
- Espaços intersticiais subaproveitados (frentes de quarteirões fechadas).
- Espaço público escasso e informe.
- Perímetros urbanos desarticulados dos espaços urbanos existentes e das necessidades reais das populações.
- Desarticulação dos tecidos urbanos com a hidrografia envolvente.
- Insuficientes condições de mobilidade nos aglomerados urbanos.
- Elevado custo do solo urbano.
- Elevado custo da habitação.

#### Insuficiente valorização do património:

- Degradação progressiva dos Imóveis de Interesse Histórico-Cultural.
- Falta de conhecimento do património existente pela população do Concelho.
- Insuficiente valorização do património edificado e imaterial.
- Insuficiente valorização do património arqueológico existente.
- Degradação de núcleos tradicionais com características arquitetónicas singulares (aldeias de xisto e granito).
- Existência de elementos dissonantes nas construções de valor patrimonial subsequentes a reabilitações e restauros mal projetados.
- Núcleos museológicos a necessitarem de valorização e requalificação.

- Sector elétrico, mobiliário e ferragens líder ao nível nacional.
- Boa ligação rodoviária a Espanha através da A25.
- Potencialidade na expansão do Aeródromo de Águeda para serviços comerciais e combate a incêndios.
- Atravessamento do Concelho pela Linha do Vouga.
- Rede viária que permite que os principais centros urbanos estejam ligados por distâncias inferiores a 15 minutos.
- Taxa de cobertura de abastecimento de água elevada.
- Bom sistema de tratamento em alta dos efluentes (SIMRIA).
- Aumento progressivo da rede de acesso SMT e acesso à Internet.
- Extensa mancha urbana ribeirinha passível de se apresentar como elemento de qualificação do espaço urbano existente.
- Espaços intersticiais, a ocupar, como alternativa à expansão dos perímetros urbanos.
- Existência de equipamentos dinamizadores da qualificação urbana.
- Pequenos aglomerados na zona serrana constituídos por construções em xisto e granito, formando conjuntos de valor patrimonial com potencial turístico.
- Alguns exemplos de relevo do património edificado (séc. XVII e XVIII), e várias classificações incluindo 3 Monumentos de Interesse Público e 1 de interesse Municipal.
- Património arqueológico, história industrial e componente ferroviária forte.
- Hospital distrital com valências diversas e lista de espera reduzida.
- Várias IPSS de apoio à infância e à terceira idade, algumas com cariz inovador.
- Bons equipamentos de ensino e formação, equipamentos culturais e de apoio à comunidade (biblioteca, fórum da juventude, entre outros).
- Grande número de equipamentos de culto.



- Existência de equipamentos com potencial desportivo e turístico, como o Crossódromo (com a associação aos desportos motorizados) e o Aeródromo.
- Potencial nos desportos radicais.
- Recursos fluviais extensos e associados à tradição nos desportos associados à água.
- [Crescimento do número de visitantes no concelho.](#)
- Elevado número de coletividades com maturidade e capacidade inovadora, capazes de contribuir para maior coesão social, preservação da cultural tradicional, projeção da imagem do Concelho e criação de grandes eventos a vários níveis (artístico, recreativo, desportivo).
- Potencial de utilização da rede hídrica para instalação de mini-hídricas, regime de ventos e altimetria favoráveis à instalação de parques eólicos, extensa mancha florestal com potencial de produção de biomassa, boas condições de exposição para energia solar térmica e setor agropecuário com resíduos para produção de biogás.





## **Anexo 2**

**Quadro de Referência Estratégico  
anotado**



## Quadro de Referência Estratégico (QRE) anotado

### Quadro de Referência Estratégico (QRE)

Âmbito: **Internacional**

Documento	Abreviatura	Dinâmica desde 2012 (a)
Agenda Territorial da União Europeia	ATUE	Retirado
Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da União Europeia	EDSUE	Retirado
Estratégia Europeia para a Conservação da Biodiversidade	EECB	Retirado
Protocolo de Quioto e Acordo de Partilha de Responsabilidades da União Europeia	PQAPRUE	Retirado

Âmbito: **Nacional**

Documento	Abreviatura	Dinâmica desde 2012 (b)
Plano Nacional da Água 2022-2027	PNA	Revisto
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	PNUEA	Mantém-se
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020	PENSAAR	Revisto *
<del>Programa Nacional para as Alterações Climáticas</del>		Substituído (PNEC 2030) Adicionado
Plano Nacional Energia Clima 2030	PNEC	
<del>Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável</del>		Substituído (CCV 2020-2030) Adicionado
Compromisso para o Crescimento Verde 2020-2030	CCV	
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020	ENAAC	Adicionado
Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas 2020-2030	P-3AC	Adicionado
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050	RNC2050	Adicionado
Estratégia Nacional para o Ar 2020	ENAR	Adicionado
Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2014-2020	PNGR	Adicionado
Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 2020+	PERSU 2020+	Revisto *
<del>Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013</del>		Substituído (EPT2030)
Estratégia Portugal 2030	EPT2030	
Programa Nacional de Reformas 2016-2023	PNRef	Adicionado
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030	ENCNB 2030	Revisto
Plano Setorial Rede Natura 2000	PSRN2000	Mantém-se
Estratégia Nacional para as Florestas 2030	ENF	Adicionado
Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território 2030	PNPOT	Revisto
Estratégia Nacional para as Cidades Sustentáveis 2020	ENCS	Adicionado
Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020	PET13+	Adicionado

Âmbito: **Nacional**

Documento	Abreviatura	Dinâmica desde 2012 (b)
Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030	ENMAC	Adicionado
<del>Plano Estratégico Nacional do Turismo</del>		
Estratégia Turismo 2027	ET27	Substituído (ET27)
Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios	PNDFCI	Adicionado
Plano Rodoviário Nacional	PRN 2000	Adicionado
Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva	ENPCP	Adicionado (c)
<del>Programa de Eficiência Energética na Administração Pública</del>		
Programa de Eficiência Energética na Administração Pública 2030	ECO.AP2030	Retirado (d)
Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão 2008-2012	PNALE II	Retirado (e)
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação 2014-2024	PANCD	Retirado (f)

Âmbito: **Regional**

Documento	Abreviatura	Dinâmica desde 2012 (b)
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4)	PGRH	Adicionado *
Plano Regional do Ordenamento do Território do Centro	PROT-C	Mantém-se
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral	PROF-CL	Retificado
<del>Programa Operacional (PO) Regional do Centro 2007-2013 — Mais Centro</del>		
Programa Operacional Regional do Centro 2020	POR	Retirado (d)
Plano de Gestão dos Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis 2016-2021	PGRI	Adicionado
Plano Regional Desenvolvimento Turístico do Centro 2020-2030	PRDT	Adicionado *
Plano Distrital de Emergência e Proteção Civil de Aveiro	PDEPC	Adicionado (c)

Âmbito: **Municipal/Intermunicipal**

Documento	Abreviatura	Dinâmica desde 2012 (b)
Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro	Unir@Ria	Retirado (g)
Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios	PMDFCI	Revisto
Agenda 21 Local	A21L	Adicionado
Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro	PIMT-RA	Adicionado
Plano de Adaptação às Alterações Climáticas do Município de Águeda	PAAC-MC	Adicionado
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Águeda	PMEPC	Adicionado

---

**Legenda:**

- (a) Os instrumentos de âmbito internacional que integravam o QRE da AAE de 2012 são aqui retirados por se considerar que as suas orientações estratégicas foram já vertidas em instrumentos nacionais.
- (b) Mantém-se – Instrumentos que já estavam incluídos no QRE e não sofreram alteração desde 2012.
- Revisto – Instrumentos que já estavam incluídos no QRE e que foram revistos ou alterados de forma significativa desde 2012.
- Retificado – Instrumentos que já estavam incluídos no QRE e que foram retificados ou alterados de forma pouco significativa desde 2012.
- Adicionado – Instrumentos que não estavam incluídos no QRE e que se julgou pertinente adicionar ao QRE.
- Substituído – Instrumentos que já estavam incluídos no QRE e que foram substituídos por outros desde 2012.
- \* - Em revisão, adotando-se nesta avaliação a versão do instrumento que se encontra em vigor.
- ~~Plano~~ - Instrumentos incluídos no QRE de 2012 que se encontram substituídos pelo instrumento na linha abaixo do mesmo, tendo este sido analisado neste QRE.
- Retirado – Instrumentos retirados do QRE pelas razões indicadas na nota
- (c) Instrumentos introduzidos por sugestão do parecer da ANEPC ao RFCD da 2.ª alteração ao PDMA
- (d) Instrumentos retirados porque, apesar de enquadrarem o plano, são de natureza mais operativa do que estratégica, destinados à implementação de estratégias que já estão incluídas no QRE; as suas medidas específicas para o município são tidas em conta na elaboração de alterações/revisões pela equipa do plano, mas não são tão relevantes do ponto de vista da avaliação estratégica.
- (e) Instrumentos retirados por terem menor sobreposição com os conteúdos do PDM, i.e., aquilo que ele deve regular
- (f) Instrumento retirado por não se encontrarem áreas suscetíveis à desertificação no Concelho de Águeda
- (g) Instrumentos retirados porque, apesar de enquadrarem o plano, são de natureza mais normativa do que estratégica, pelo que são tidos em conta na elaboração de alterações/revisões pela equipa do plano, mas não são tão relevantes do ponto de vista da avaliação estratégica.
-







# Anexo 3

## **Quadro de Referência Estratégico**

Orientações, Objetivos e Metas





**Quadro de Referência Estratégico**  
Âmbito Nacional



**Política, Programa, Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

**Âmbito: Nacional**

<p><b>Plano Nacional da Água</b> (PNA) Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro</p> <p>(continua)</p>	<p>O PNA é um instrumento de política setorial de âmbito nacional e estratégico que se refere às águas superficiais, naturais, fortemente modificadas e artificiais. Prossegue cinco objetivos estratégicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Garantir bom estado/bom potencial de todas as massas de água, superficiais, subterrâneas, costeiras e de transição, evitando qualquer degradação adicional.</li> <li>2) Assegurar disponibilidade de água numa base sustentável para as populações, as atividades económicas e os ecossistemas.</li> <li>3) Aumentar a eficiência da utilização da água, reduzindo a pegada hídrica das atividades de produção e consumo e aumentando a produtividade física e económica da água.</li> <li>4) Proteger e restaurar os ecossistemas naturais, por forma a garantir a conservação do capital natural e assegurar a provisão dos serviços dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres deles dependentes.</li> <li>5) Promover a resiliência e adaptabilidade dos sistemas hídricos, naturais e humanizados, para minimizar as consequências de riscos associados a alterações climáticas, fenómenos meteorológicos extremos e outros eventos.</li> </ol> <p>O PDMA deve refletir o PNA, tendo em consideração a importância dos recursos hídricos presentes no Concelho.</p> <p>Neste contexto são particularmente relevantes os objetivos e medidas do PNA vertidos nos Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas, as medidas relacionadas com o uso eficiente da água preconizadas no PNUEA e os investimentos em infraestruturas</p>	<p>O PNA remete para os PGRH a definição de metas e medidas específicas para cada bacia hidrográfica.</p>
--	--	---

**Política, Programa, Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

	de abastecimento de água e saneamento de águas residuais preconizados no PENSAAR 2020 (ver linhas respetivas).	
<p><b>Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água</b> (PNUEA) 2016-2020</p> <p>(continua)</p>	<p>O PNUEA incide nas questões associadas ao consumo da água. O seu principal objetivo é a melhoria da eficiência de utilização da água associada à consolidação de uma nova cultura de água em Portugal, de valorização pela sua importância para o desenvolvimento humano e económico e preservação do meio natural. Os seus objetivos estratégicos são:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Criar uma atitude duradoura de preservação da água junto dos cidadãos e, em particular, na população infantil e juvenil, como garante do potencial transformador de comportamentos.</li> <li>2) Criar uma consciência nos cidadãos em geral e em particular nos gestores dos sistemas de abastecimento de água, quanto à importância do uso eficiente da água.</li> <li>3) Habilitar e capacitar os agentes responsáveis pela conceção e gestão dos sistemas de abastecimentos e dos equipamentos, através da produção e disponibilização de ferramentas de informação e de suporte à formação.</li> <li>4) Eliminar os desperdícios de água e reduzir a níveis aceitáveis as perdas de água nos sistemas, dando prioridade para os que são potencialmente mais significativos (sistemas de natureza pública e/ou coletiva).</li> <li>5) Promover iniciativas concretas com base em parcerias entre entidades públicas e/ou privadas.</li> <li>6) Garantir a avaliação periódica e sistemática das ações que permitam conhecer a evolução do PNUEA.</li> </ol>	<p>Pretende atingir as seguintes metas de eficiência nacional no uso da água em 2020 nos seguintes setores:</p> <p>Urbano: 80%   Agrícola: 65%.   Industrial: 85%.</p> <p>Este indicador depende de uma estimativa da procura efetiva de água, versus a medição do consumo útil de água, por setor.</p>

**Política, Programa, Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

O PDMA deverá seguir as orientações estratégicas PNUEA, bem como integrar as suas medidas específicas para os setores urbano, rural e industrial, onde aplicável.

Destas destacam-se pela sua relevância para o PDMA:

Setor Urbano

- Conhecer o nível de ineficiência dos sistemas públicos de abastecimento de água.
- Dirigir os maiores esforços para os sistemas públicos, (não domésticos), e para as maiores concentrações humanas onde os custos não são suportados diretamente pelos utilizadores da água.
- Reduzir ao mínimo o uso da água potável em atividades que possam ter o mesmo desempenho com águas de qualidade alternativa e de outras origens que não a rede pública de água potável, promovendo a utilização de água da chuva e a eventual reutilização de águas residuais tratadas.

Setor agrícola

- Redução das perdas de água nos sistemas de condução de água para rega.

Setor industrial:

- Redução do consumo de água na unidade industrial através da diminuição das perdas reais nos sistemas de distribuição.
- Utilização na unidade industrial de águas residuais ou remanescentes, provenientes de outros processos nos sistemas de aquecimento, arrefecimento e na lavagem de equipamentos.

**Política, Programa, Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

**Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais**

(PENSAAR 2020)

Despacho n.º 4385/2015 do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente, de 30 de abril.

O PENSAAR 2020 estabelece as orientações e fixa os objetivos de gestão e proteção dos valores ambientais associados aos recursos hídricos no setor do abastecimento de águas e saneamento de águas residuais, no horizonte 2020.

A visão do PENSAAR 2020 é ter um setor ao serviço da população e da economia do país que presta serviços de qualidade e sustentáveis em termos ambientais, económico-financeiros e sociais. Pretende orientar um desenvolvimento do setor com base numa governança em parceria e sustentada pela estratégia. Os eixos estratégicos do PENSAAR 2020 são:

- A) Proteção do ambiente e melhoria da qualidade das massas de água.
- B) Melhoria da qualidade dos serviços prestados.
- C) Otimização e gestão eficiente dos recursos.
- D) Sustentabilidade económico-financeira e social.
- E) Condições básicas e transversais.

O PDMA deverá seguir as orientações estratégicas PENSAAR 2020, bem como integrar os seus objetivos operacionais, onde aplicável.

Destacam-se pela sua relevância para o PDMA:

1) Redução da poluição urbana nas massas de água, com a meta de:

- Atingir os 72% da percentagem nacional de massas de água cuja concentração dos elementos físico-químicos gerais de suporte aos elementos biológicos cumpre os limiares do Bom estado ecológico.

2) Aumento da acessibilidade física ao serviço de saneamento de águas residuais, com as metas de:

- Atingir 100% de alojamentos abrangidos por serviços com avaliação satisfatória no indicador Acessibilidade física do serviço.
- Gerar uma tendência crescente na percentagem de alojamentos abrangidos por soluções individuais de saneamento satisfatórias relativamente ao total de alojamentos sem acessibilidade física ao serviço.

3) Melhoria da qualidade dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, com as metas de:

- Atingir 99% no indicador Água segura.

(continua)



**Política, Programa, Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

<p>(continua)</p>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atingir 100% de alojamentos abrangidos por serviços com avaliação satisfatória na ocorrência de falhas no abastecimento.</li> <li>• Atingir 90% de alojamentos abrangidos por serviços com avaliação satisfatória na ocorrência avarias em condutas.</li> <li>• Gerar uma tendência crescente no grau de satisfação dos utilizadores do serviço de abastecimento de água.</li> <li>• Atingir 80% de alojamentos abrangidos por serviços com avaliação satisfatória na ocorrência de inundações.</li> <li>• Atingir 80% de alojamentos abrangidos por serviços com avaliação satisfatória na ocorrência de colapsos estruturais em coletores.</li> <li>• Gerar uma tendência crescente no grau de satisfação dos utilizadores do serviço de águas residuais.</li> </ul> <p>4) Otimização da utilização da capacidade instalada, com as metas de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atingir 80% de alojamentos abrangidos por serviços com avaliação satisfatória na adequação da capacidade de tratamento.</li> </ul> <p>5) Redução das perdas de água, com a meta de:</p>
-------------------	--	---

**Política, Programa, Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

<p>(continua)</p>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atingir 80% de alojamentos abrangidos por serviços com avaliação satisfatória nas perdas reais de água.</li> </ul> <p>6) Gestão eficiente de ativos e aumento da sua reabilitação, com a meta de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atingir 80% de alojamentos abrangidos por serviços com avaliação satisfatória na reabilitação de condutas e coletores.</li> </ul> <p>7) Valorização de recursos e subprodutos, com as metas de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gerar uma tendência crescente na água residual reutilizada/recolhida, na % de lamas valorizadas relativamente a volumes produzidos e na produção própria de energia relativamente ao consumo.</li> </ul> <p>8) Alocação e uso eficiente dos recursos hídricos, com a meta de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atingir 100% de alojamentos abrangidos por serviços com avaliação satisfatória no cumprimento do licenciamento das captações.</li> </ul> <p>9) Alterações climáticas, desastres naturais, riscos – mitigação e adaptação, com a meta de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gerar uma tendência crescente da percentagem de alojamentos abrangidos por serviços com planos e ações de contingência, de eficiência energética, de segurança e de adaptação das</li> </ul>
-------------------	--	--

**Política, Programa, Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

		infraestruturas aprovados e em implementação.
<p><b>Plano Nacional Integrado Energia-Clima 2030</b> (PNEC) Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020 de 10 de julho.</p> <p>(continua)</p>	<p>O Plano Nacional Integrado Energia-Clima 2030 (PNEC) vem substituir os planos de ação em vigor relativos a alterações climáticas (PNAC), energias renováveis (PNAER) e eficiência energética (PNAEE), implementando uma visão estratégica comum de promoção da descarbonização da economia e da transição energética, visando a neutralidade carbónica em 2050, enquanto oportunidade para o país, assente num modelo democrático e justo de coesão territorial que potencie a geração de riqueza e uso eficiente de recursos. O Plano enquadra 5 dimensões, todas com incidência no ordenamento do território.</p> <p>Das linhas de atuação definidas, são especialmente relevantes ao nível do PDM as seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Reduzir a intensidade carbónica do parque de edifícios (residencial e serviços).</li> <li>2) Promover a renovação energética do parque imobiliário e os edifícios <i>NZEB</i> (<i>near zero energy buildings</i>).</li> <li>3) Promover a renovação energética de edifícios e infraestruturas na Administração Pública.</li> <li>4) Descarbonizar os transportes e promover a mobilidade sustentável.</li> <li>5) Promover as transferências modais através da melhoria da oferta e do acesso ao transporte público.</li> <li>6) Promover e apoiar a mobilidade elétrica, através do incentivo à introdução de veículos elétricos e do reforço das infraestruturas de carregamento.</li> <li>7) Promover os serviços de partilha de veículos, com enfoque na mobilidade elétrica.</li> </ol>	<p>As metas do PNEC para 2030 integram os compromissos nacionais em matéria de clima e energia, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Emissão de gases com efeitos de estufa: redução de 45% a 55% face a 2005.</li> <li>• Eficiência energética: redução de 35% no consumo energético face às previsões de 2007.</li> <li>• Energias renováveis: 47% da produção.</li> <li>• Energias renováveis nos transportes: 20% do consumo.</li> <li>• Interligações elétricas: 15%.</li> </ul>

**Política, Programa, Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

- 8) Reforçar a infraestrutura de abastecimento de combustíveis alternativos no que respeita a combustíveis limpos.
- 9) Promover o transporte de mercadorias por via ferroviária e marítima.
- 10) Promover a mobilidade ativa e comportamentos mais eficientes.
- 11) Descarbonizar as cidades.
- 12) Promover a requalificação energética ao nível da Iluminação Pública
- 13) Promover o desenvolvimento urbano sustentável e alavancar a capacidade de intervenção a nível local.
- 14) Acelerar a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis de energia, com enfoque no solar.
- 15) Promover a utilização de sistemas renováveis nos sistemas de aquecimento e arrefecimento.
- 16) Incentivar a aquisição e a utilização de sistemas de produção descentralizada e de produção de calor e frio a partir de fontes renováveis de energia.
- 17) Reforçar a diversificação de fontes endógenas de energia.
- 18) Promoção da produção e utilização de fontes de energia renovável no sector agrícola.
- 19) Aumentar a capacidade de sumidouro natural da floresta e de outros usos do solo.
- 20) Promover uma gestão mais efetiva da floresta com redução da área ardida.
- 21) Incentivar o papel da bio-economia através do aumento da florestação ativa, promoção de práticas silvícolas mais eficientes e valorização dos serviços de ecossistemas.
- 22) Promover as simbioses industriais (urbanas, locais, regionais).

(continua)

**Política, Programa, Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

<p><b>Compromisso para o Crescimento Verde 2020/2030</b></p> <p>(CCV)</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2015 de 30 de Abril</p> <p>(continua)</p>	<p>23) Apoiar o desenvolvimento de <i>clusters</i> industriais em novas áreas de desenvolvimento tecnológico.</p> <p>24) Promover a utilização sustentável e racional do território numa perspetiva de maior coesão e valorização territorial.</p> <p>Constitui uma estratégia nacional para a promoção do desenvolvimento, baseado na criação de valor assente na conciliação do crescimento económico e da sustentabilidade, da competitividade do País e da sua afirmação internacional como referência do crescimento verde. Define 14 objetivos quantificados para 2020 e 2030 e 111 iniciativas repartidas por vários pilares de atuação todos com alguma forma de incidência territorial e relevância para o PDMA:</p> <p><u>Água.</u></p> <p><u>Resíduos.</u></p> <p><u>Agricultura e floresta.</u></p> <p><u>Energia e clima.</u></p> <p><u>Mobilidade e transportes.</u></p> <p><u>Indústria transformadora e extrativa.</u></p> <p><u>Biodiversidade e serviços dos ecossistemas.</u></p> <p><u>Cidades e território.</u></p> <p><u>Mar.</u></p> <p><u>Turismo.</u></p>	<p>Os objetivos (OBJ) quantificados do CCV são os seguintes:</p> <p>1) Aumentar o VAB “verde” de 1500 milhões de euros em 2013, para 2100 milhões de euros em 2020 e 3400 milhões de euros em 2030.</p> <p>2) Incrementar as exportações “verdes” de 560 milhões de euros em 2013, para 790 milhões de euros em 2020 e 1280 milhões de euros em 2030.</p> <p>3) Criar postos de trabalho “verdes” de 75 500 pessoas ao serviço em 2013, para 100 400 pessoas ao serviço em 2020 e 151 000 pessoas ao serviço em 2030.</p> <p>4) Aumentar a produtividade dos materiais de 1,14 €PIB/kg material consumido em 2013, para 1,17 em 2020 e 1,72 em 2030 (assegurando o objetivo europeu de crescimento de 30% até 2030).</p> <p>5) Aumentar a incorporação de resíduos na economia de 56% em 2012, para 68% em 2020 e 86% em 2030.</p>
--	--	--

**Política, Programa, Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

<p>(continua)</p>	<p>Consideram-se na avaliação dos cenários de desenvolvimento do PDMA as iniciativas por este documento para atingir os objetivos de crescimento verde.</p>	<p>6) Privilegiar a reabilitação urbana: de 10,3% de peso da reabilitação no conjunto do sector da construção em 2013, para 17% em 2020 e 23% em 2030.</p> <p>7) Aumentar a eficiência energética, Intensidade energética: de 129 tep/M€'2011 PIB em 2013, para 122 tep/M€ PIB em 2020 e 101 tep/M€ PIB em 2030.</p> <p>8) Aumentar a eficiência hídrica: de 35% de água não faturada no total da água colocada na rede em 2012, para um máximo de 25% em 2020 e 20% em 2030.</p> <p>9) Aumentar a utilização de transportes públicos: de 10 894 milhões de pkm transportados nos serviços públicos de transporte de passageiros em 2013, para 12 528 milhões em 2020 e 15 296 milhões em 2030.</p> <p>10) Reduzir as emissões de CO2: de 87,8 Mt CO2 em 2005, para 68,0-72,0 Mt CO2 em 2020 e 52,7-61,5 Mt CO2 em 2030 (contingente aos resultados das negociações europeias).</p> <p>11) Reforçar o peso das energias renováveis: de um peso de 25,7% no consumo final bruto de energia em 2013, para 31% em 2020 e 40% em 2030.</p>
-------------------	---	--

**Política, Programa, Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

		<p>12) Melhorar o estado das massas de água: de 52% das massas de água nacionais com qualidade "Boa ou Superior" em 2010, para 79,8% em 2021 e 100% em 2027.</p> <p>13) Melhorar a qualidade do ar: de 14 dias em média com IQAr - Índice de Qualidade do Ar "fraco" ou "mau" em 2013, até um máximo de 9 dias em média em 2020 e 2 dias em média em 2030.</p> <p>14) Valorizar a biodiversidade: de 81 espécies e 46 habitats com estado de conservação "favorável", estabelecido por região biogeográfica, em 2012, para 96 espécies e 53 habitats em 2030 com estado de conservação "favorável", garantindo que, em 2020, todas as espécies e habitats mantêm ou melhoram o seu estado de conservação.</p>
--	--	---

**Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020**

(ENAAAC)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho

+

**Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas**

(P-3AC)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019

A ENAAAC 2020 tem como visão: *um país adaptado aos efeitos das alterações climáticas, através da contínua implementação de soluções baseadas no conhecimento técnico-científico e em boas práticas.*

Constituem objetivos da ENAAAC 2020:

- Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas.
- Implementar medidas de adaptação.
- Promover a integração da adaptação em políticas sectoriais.

Do ponto de vista do ordenamento do território, a ENAAAC pretende integrar a adaptação às alterações climáticas nos instrumentos de política e gestão territorial, a todas as escalas relevantes. Neste sentido, a ENAAAC promove, entre outros:

- A análise e o mapeamento dos perigos com origem climática, bem como a consequente alteração e adaptação dos principais instrumentos de política e gestão territoriais.
- A elaboração de orientações técnicas com vista a assegurar a integração da adaptação às alterações climáticas nos instrumentos de gestão territorial.
- A integração da adaptação às Alterações Climáticas no Programa de Ação do PNPT.
- A integração da adaptação às alterações climáticas nas Agendas de Desenvolvimento Urbano Sustentável.

O programa AdaPT, o programa piloto para a adaptação em Portugal associado à primeira fase da ENAAAC, originou projetos estruturantes impulsionadores da atuação efetiva na adaptação às alterações climáticas. Os seus resultados são a base do financiamento para a adaptação do POSEUR e informaram o programa de ação de nível nacional, o P-3AC. Este visa a concretização do 2.º objetivo da ENAAAC particularmente ao nível de intervenções físicas com impacto direto no território. Identifica então as ações de concretização prioritária, à luz do conhecimento atual e do estado dos diversos exercícios setoriais, com vista à redução das vulnerabilidades

O P-3AC apresenta como metas os seguintes resultados:

- Municípios abrangidos por planos de adaptação (municipais, intermunicipais ou regionais): 100%
- Municípios com planos de defesa da floresta contra incêndios que integram avaliações de vulnerabilidade climática futura e medidas de adaptação: 100%
- Eficiência no uso da água no consumo urbano: 85%
- Eficiência no uso da água no consumo industrial: 90%
- Eficiência no uso da água no consumo agrícola: 80%
- População alvo de campanhas de sensibilização ou divulgação relacionadas com impactes das alterações climáticas e medidas de adaptação: 25%
- Entidades gestoras de infraestruturas de transportes que dispõem de planos de adaptação ou planos de contingências para eventos extremos: 50%
- Empresas de produção, transporte e distribuição de energia que dispõem de planos de adaptação ou planos de contingências para eventos extremos: 100%

(continua)



principais do território nacional, aumentando a sua resiliência e contribuindo para o bem-estar da população, em particular dos grupos mais vulneráveis. Define 9 linhas de ação, as quais são detalhadas designadamente no que diz respeito aos financiamentos disponíveis para a sua concretização:

- 1) Prevenção de incêndios rurais — intervenções estruturantes em áreas agrícolas e florestais.
- 2) Implementação de técnicas de conservação e de melhoria da fertilidade do solo.
- 3) Implementação de boas práticas de gestão de água na agricultura, na indústria e no setor urbano para prevenção dos impactos decorrentes de fenómenos de seca e escassez.
- 4) Aumento da resiliência dos ecossistemas, espécies e habitats aos efeitos das alterações climáticas.
- 5) Redução da vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor e ao aumento da temperatura máxima.
- 6) Prevenção da instalação e expansão de espécies exóticas invasoras, de doenças transmitidas por vetores e de doenças e pragas agrícolas e florestais.
- 7) Redução ou minimização dos riscos associados a fenómenos de cheia e de inundações.
- 8) Aumento da resiliência e proteção costeira em zonas de risco elevado de erosão e de galgamento e inundação.
- 9) Desenvolvimento de ferramentas de suporte à decisão, de ações de capacitação e sensibilização.

No âmbito das ações preconizadas pela ENAAC, foram criadas orientações para o desenvolvimento de planos de adaptação às alterações climáticas. O Município de Águeda já tem um plano, cujas medidas e respetivas ações de domínio territorial deverão ser incorporadas onde relevantes no PDMA (ver QRE Municipal e intermunicipal).

- Empresas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais que dispõem de planos de adaptação ou planos de contingências para eventos extremos: 100%
- Empresas de telecomunicações que dispõem de planos de adaptação ou planos de contingências para eventos extremos: 100%
- Linha de costa continental em situação crítica de erosão: 10%
- Área infraestruturada de regadio que dispõe de tecnologias de precisão que promovem uso eficiente da água: 50%
- Redução do n.º de pessoas afetadas em episódios de cheias e inundações em zonas de risco identificadas nos Planos de Gestão de Riscos de Inundações (face ao anterior ciclo dos PGRI): 25%
- Redução da área de distribuição geográfica das espécies exóticas invasoras (face ao ano de referência): 10%
- Redução do nº de casos de doenças humanas transmitidas por vetores associados a alterações climáticas (média decadal): 10%

**Roteiro para a  
Neutralidade Carbónica  
2050**

(RNC2050)

Resolução do Conselho de  
Ministros n.º 107/2019 de 1  
de julho.

O RNC2050 corresponde a um instrumento, elaborado e aprovado no seguimento da indicação de apresentação até 2020 da estratégia de cada país no Acordo de Paris 2015. O roteiro irá apoiar o compromisso assumido pelo governo em 2016 para alcançar a neutralidade carbónica até 2050, contribuindo assim para os objetivos/princípios mais ambiciosos no quadro do Acordo de Paris de 2015, nomeadamente atingir um balanço a nível global entre emissões e remoções antropogénicas - neutralidade carbónica - na segunda metade do século.

O RNC2050 pretende traçar uma visão clara relativamente à descarbonização da economia nacional e delinear o melhor caminho para alcançar neutralidade carbónica até 2050, alinhando a ação em áreas -chave, investindo em soluções tecnológicas realistas e custo-eficientes.

O objetivo do RNC2050 reside em explorar a viabilidade de trajetórias que conduzam à neutralidade carbónica, de identificar os principais vetores de descarbonização e de estimar o potencial de redução dos vários setores da economia nacional, como sejam a energia e indústria, a mobilidade e os transportes, a agricultura, florestas e outros usos de solo, e os resíduos e águas residuais.

A visão terá necessariamente de ser traduzida nos diversos planos e instrumentos de política setorial nas áreas da energia, dos transportes, da indústria, do comércio, dos serviços, dos resíduos, da agricultura e florestas.

A concretização desta visão estratégica assenta em oito premissas fundamentais:

- A) Promover a transição para uma economia competitiva, circular, resiliente e neutra em carbono, gerando mais riqueza, emprego e bem-estar.
- B) Identificar vetores de descarbonização e linhas de atuação subjacentes a trajetórias para a neutralidade carbónica em 2050.
- C) Contribuir para a resiliência e para a capacidade nacional de adaptação às vulnerabilidades e impactes das alterações climáticas.
- D) Estimular a investigação, a inovação e a produção de conhecimento em áreas-chave para a concretização do objetivo da neutralidade carbónica.

(continua)

O RNC2050 define trajetórias de evolução e as medidas a implementar para que o país as percorra. Com base em três indicadores síntese, caracterizam-se as trajetórias preconizadas:

- Redução de emissões de GEE versus 2005: 45-55% (2030), 65-75% (2040), 85-90% (2050)
- Emissões de GEE: 39-48MtCO<sub>2</sub>eq (2030), 22-30MtCO<sub>2</sub>eq (2040), 9-13 MtCO<sub>2</sub>eq (2050)
- Sequestro de carbono: 9-13MtCO<sub>2</sub> (2050)

- E) Garantir condições de financiamento e aumentar os níveis de investimento.
- F) Assegurar uma transição justa e coesa que contribua para a valorização do território.
- G) Garantir condições eficazes de acompanhamento do progresso alcançado rumo ao objetivo da neutralidade carbónica (governação) e assegurar a integração dos objetivos de neutralidade carbónica nos domínios setoriais.
- H) Envolver a sociedade nos desafios das alterações climáticas, apostando na educação, informação e sensibilização, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva.

Para a concretização das premissas fundamentais o RNC2050 delimitou vetores de descarbonização e linhas de atuação, que se listam sumariamente:

- 1) Eliminar a produção de eletricidade a partir do carvão até 2030, apostando nos recursos endógenos renováveis.
- 2) Eficiência energética em todos os setores da economia, apostando nos recursos endógenos renováveis.
- 3) Descentralizar e democratizar a produção de energia, consumidor enquanto parte ativa do sistema energético. Promover a descarbonização no setor residencial, aumento da eficiência energética nos edifícios, privilegiando a reabilitação urbana.
- 4) Descarbonizar a mobilidade, privilegiando transporte coletivo, descarbonização das frotas, transporte de mercadorias de curta e longa distância, redução da intensidade carbónica dos transportes marítimos e aéreos, reafirmando o papel do transporte marítimo e fluvial conjugado com o transporte ferroviário de mercadorias.
- 5) Transição energética na indústria, a incorporação de processos de produção de baixo carbono.
- 6) Agricultura sustentável, através da expansão significativa da agricultura de conservação e da agricultura de precisão, reduzindo substancialmente as emissões associadas à pecuária e ao uso de fertilizantes e promovendo a inovação.

(continua)

- 7) Gestão agrícola e florestal ativa no sequestro de carbono.
  - 8) Transição para um modelo económico circular e de baixo carbono.
  - 9) Prevenir a produção de resíduos, aumentar as taxas de reciclagem e reduzir muito significativamente a deposição de resíduos em aterro.
  - 10) Dinamizar a participação das cidades e das administrações locais na descarbonização estimulando uma abordagem integrada aos seus diferentes vetores, em particular mobilidade, edifícios, serviços e gestão de resíduos, e potenciando o papel que têm vindo a desempenhar na mitigação das alterações climáticas.
  - 11) Estimular a investigação, a inovação e a produção de conhecimento para a neutralidade.
  - 12) Tornar a fiscalidade um instrumento da transição para a neutralidade, prosseguindo com a eliminação dos subsídios prejudiciais ao ambiente.
  - 13) Desenvolvimento de um quadro favorável ao financiamento sustentável.
  - 14) Envolvimento da sociedade na transição, através da educação e sensibilização ambientais.
  - 15) Promover o desenvolvimento de competência.
  - 16) Desenvolvimento de novos *clusters* industriais e a geração de novas oportunidades empresariais.
  - 17) Promover uma transição justa e coesa.
- A concretização será feita através do quadro do PNEC, SPeM, e o SNIERPA.

**Estratégia Nacional para o Ar 2020** (ENAR)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2016, de 26 de agosto.

(continua)

A visão da ENAR 2020 consiste em melhorar a qualidade do ar, com vista à proteção da saúde humana, da qualidade de vida dos cidadãos e à preservação dos ecossistemas. Os objetivos principais da ENAR 2020 são:

- a) Cumprimento em 2020 dos objetivos de emissões e de qualidade do ar.
- b) Cumprimento das metas para a melhoria da qualidade do ar preconizadas para 2020.

Absorvendo as metas nacionais para 2020, a ENAR não quantifica metas, mas sim define as medidas e ações necessárias para que elas sejam atingidas e para que, em 2030, Portugal se posicione mais próximo dos objetivos recomendados pela OMS para a proteção da saúde.

- c) Delinear o caminho para que sejam atingidos a longo prazo objetivos de qualidade do ar recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS).
- d) Alinhar medidas com a Política Climática que incidam simultaneamente nos poluentes atmosféricos e nos gases com efeito de estufa com cobenefício para a qualidade do ar e alterações climáticas.

Os três eixos da ENAR 2020 na prossecução destes objetivos são:

- A) «Avaliar», com o diagnóstico das emissões e da qualidade do ar.
- B) «Antecipar», através das projeções das emissões atmosféricas e qualidade do ar previstas para 2020.
- C) «Atuar», com a definição dos vetores estratégicos de atuação e a identificação das respetivas medidas.

No âmbito do eixo Atuar, com base nos resultados dos restantes eixos, a ENAR 2020 enquadra as suas medidas e ações a curto e médio prazo em vetores estratégicos:

Conhecimento e Informação.

Iniciativas Setoriais para as Emissões Atmosféricas.

Investigação e Desenvolvimento.

Governança.

São de especial relevância as iniciativas propostas pela ENAR nos setores dos transportes e residencial/comércio, nomeadamente:

- ISEA4. Gestão Sustentável da Mobilidade Urbana e do Transporte de Passageiros:
  - AP13. Criação de Zonas de Emissão Reduzidas (ZER) em cidades de média e grande dimensão.
  - AP15. Promoção de Planos de Mobilidade de empresas e polos geradores e atratores de deslocações e Planos de Mobilidade Escolar.

(continua)

- AP16. Criação de instrumentos de regulação para acolher novas formas de mobilidade, incluindo o transporte flexível, o carsharing e o bikesharing, entre outros.
- AP17. Promoção do uso do transporte público e de alternância modal — desincentivo ao transporte individual e melhoria do transporte coletivo em meio urbano (otimização da gestão de estacionamento; desenvolvimento de políticas de bilhética multimodais; alargamento de sistemas de transporte complementar, por exemplo, park & ride junto a interfaces de TC).
- AP19. Incentivo à mobilidade suave (em particular, no que toca à promoção do uso da bicicleta), através de iniciativas locais e da criação de condições para a intermodalidade com sistemas de transporte público.
- ISEA10. Promoção da adoção de soluções de climatização eficientes
  - AP32. Promoção de infraestruturas verdes.

**Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2014-2020**

(PNGR)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-C/2015, de 16 de março.

(continua)

A visão do PNGR é: Promover a prevenção e gestão de resíduos integrados no ciclo de vida dos produtos, centradas numa economia tendencialmente circular e que garantam uma maior eficiência na utilização dos recursos naturais. Os objetivos estratégicos do PNGR são:

- a) Promover a eficiência da utilização de recursos naturais na economia, através da promoção de padrões de produção e consumo responsáveis, da prevenção da produção de resíduos e da redução da extração dos recursos materiais e energéticos e do reaproveitamento dos materiais utilizados e valorizados no ciclo de vida dos produtos.
- b) Prevenir ou reduzir os impactes adversos decorrentes da produção e gestão de resíduos, através do aumento de eficiência dos processos e tecnologias envolvidas na gestão de resíduos, numa lógica de ciclo de vida, evitando-se a transferência de impactes entre fases do ciclo de vida dos produtos/materiais, nomeadamente através da adoção de critérios que conjuguem a exequibilidade técnica e a viabilidade económica com a proteção da saúde e do ambiente.

As metas do PNGR a considerar para a avaliação do PDMA são as seguintes:

- Dissociar o crescimento económico do consumo de materiais, indicador medido pelo quociente entre o rendimento nacional (PIB) e o consumo interno de materiais, com uma meta de 0,98 k€ de riqueza gerada por tonelada de materiais consumidos para 2020.
- Dissociar o crescimento económico da produção de resíduos, indicador medido pelo quociente entre a produção de resíduos e o rendimento nacional (PIB), com uma meta de 0,082 toneladas de resíduo produzido por k€ de riqueza gerada para 2020.

Na prossecução dos objetivos estratégicos do PNGR, definem-se as metas indicadas à direita e vários objetivos operacionais, dos quais se destacam com maior relevância para o ordenamento do território os seguintes:

1) Consolidar e otimizar a rede de gestão de resíduos (OP2):

- OP2.A1 – Incentivar a proximidade da rede de recolha ao utilizador e a separação seletiva

2) Promover o fecho dos ciclos dos materiais e o aproveitamento da energia em cascata (OP3):

- OP3.A3 – Promover o estabelecimento de novas áreas industriais desenvolvidas numa ótica de simbiose industrial, com planos de racionalização de materiais e energia e a reabilitação de áreas industriais existentes.

3) Gerir e recuperar os passivos ambientais (OP4):

- OP4.A1 - Implementar a estratégia de recuperação dos passivos ambientais.
- OP4.A2 - Promover a monitorização e controlo dos locais pós-encerramento.

- Aumentar a integração de resíduos na economia, indicador medido pelo quociente entre a valorização (exceto valorização energética) e a produção de resíduos, com uma meta de 68% de preparação para reutilização e reciclagem para 2020. Esta meta pressupõe o cumprimento das metas para preparação para reutilização, reciclagem e outras formas de recuperação material para os resíduos de construção e demolição (RCD, 70% em 2020) e da meta do PERSU 2020 para os resíduos urbanos (53% da fração reciclável dos resíduos urbanos) e considera um aumento de 5% da capacidade de valorização (exceto valorização energética) dos resíduos não urbanos (excluindo os RCD).
- Reduzir a produção de resíduos, indicador medido através da percentagem de redução de resíduos produzidos pelo país face ao valor de referência de 2008-2012 (16,8Mt), com uma meta de diminuição absoluta de 15%, alicerçada em ações de prevenção de resíduos, quer a nível dos RU, quer a nível dos resíduos não urbanos.
- Reduzir a quantidade de resíduos eliminados, indicador medido através da percentagem de redução de resíduos eliminados face ao valor de referência de 2008-2012 (6,4Mt), com uma meta de 2,6Mt para 2020, correspondente a uma diminuição de cerca de 60 % dos resíduos

(continua)

		<p>eliminados, para a qual contribuem a evolução da quantidade de resíduos produzidos a nível nacional e a taxa de integração de resíduos na economia, à qual acresce o contributo da valorização energética.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzir a emissão de gases com efeitos de estufa do sector dos resíduos, medido através da quantidade de CO<sub>2</sub> equivalente emitido pelas operações de gestão de resíduos, com uma meta de 4,0 Mt de CO<sub>2</sub> equivalente para 2020.</li> </ul>
<p><b>Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2014-2020 e 2020+</b></p> <p>(PERSU 2020+)</p> <p>Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro</p> <p>Portaria n.º 241-B/2019, de 31 de julho.</p> <p>(continua)</p>	<p>A visão do PERSU 2020 é promover a prevenção e a gestão de resíduos integrados no ciclo de vida dos produtos, centrada numa economia tendencialmente circular e que garanta uma maior eficiência na utilização dos recursos naturais.</p> <p>Os objetivos que orientam o PERSU 2020 são os seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Prevenção da produção e perigosidade dos RU.</li> <li>2) Aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis.</li> <li>3) Redução da deposição de RU em aterro.</li> <li>4) Valorização económica e escoamento dos recicláveis e outros materiais do tratamento dos RU.</li> <li>5) Reforço dos instrumentos económico-financeiros.</li> <li>6) Incremento da eficácia e capacidade institucional e operacional do setor.</li> <li>7) Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico, da inovação e da internacionalização do setor.</li> </ol>	<p>As metas do PERSU 2020 são as que se seguem, devendo o PDMA contribuir para as tornar possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução mínima da produção de resíduos por habitante de 10% em peso relativamente ao valor verificado em 2012.</li> <li>• Um aumento mínimo global para 50% em peso relativamente à preparação para a reutilização e a reciclagem de resíduos urbanos, incluindo o papel, o cartão, o plástico, o vidro, o metal, a madeira e os resíduos urbanos biodegradáveis.</li> <li>• Garantia, a nível nacional, da reciclagem de, no mínimo, 70%, em peso dos resíduos de embalagens.</li> <li>• Redução dos resíduos urbanos biodegradáveis destinados a aterro para 35% da quantidade total, em peso, dos</li> </ul>



8) Aumento do contributo do setor para outras estratégias e planos nacionais.

Com base nestes objetivos, o PERSU 2020 definiu metas que devem ser cumpridas até 2020, apresentadas à direita, e medidas nas quais se envolvem os municípios. Apesar de serem medidas com incidência reduzida no âmbito do ordenamento do território, e portanto nos trabalhos do PDMA, este deverá contribuir para possibilitar e facilitar a efetivação dessas medidas.

O Relatório de Avaliação de 2017 do PERSU 2020 concluiu que a tendência de aproximação às metas para 2020 era insuficiente, assinalando a necessidade urgente de ajustamentos na estratégia nacional para os resíduos urbanos. Assim, foi iniciado um processo de realinhamento do PERSU 2020, mantendo-se os objetivos e metas próprias de cada um dos sistemas de gestão de resíduos urbanos, e ajustando-se os modelos técnicos e de gestão de forma a criar economias de escala, otimizando meios e equipamentos de forma a atingir de forma mais eficiente os objetivos para 2020 em 2022.

resíduos urbanos biodegradáveis produzidos em 1995.

**Estratégia Portugal 2030**

(EPT2030)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro.

(continua)

A Estratégia Portugal 2030 é o referencial principal de planeamento das políticas públicas de promoção do desenvolvimento económico e social do País (no horizonte de 2030).

Assenta nas seguintes quatro agendas:

- (agenda temática 1) As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade.
- (agenda temática 2) Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento.
- (agenda temática 3) Transição climática e sustentabilidade dos recursos.
- (agenda temática 4) Um país competitivo externamente e coeso internamente.

A nível nacional encontra-se alinhada com as grandes linhas do Plano de Melhoria da Resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS), do Plano de Ação para a Transição

Alguns dos objetivos da Estratégia Portugal 2030 são quantificados:

- Convergência para os níveis médios da EU dos indicadores de desigualdade e de precariedade laboral
- Aumento da despesa total em investigação e desenvolvimento (I&D) para 3 % do produto interno bruto (PIB) em 2030
- Redução da percentagem de adultos, incluindo jovens, em idade ativa sem o nível de ensino secundário
- Alcançar um nível de 60 % dos jovens com 20 anos que frequentem o ensino superior

Digital (Portugal Digital), do Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), do Plano Nacional de Investimentos 2030, do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT), do Programa Internacionalizar 2030 e do Programa de Valorização do Interior, documentos de natureza estratégica que se destacam pela sua relevância.

A Estratégia Portugal 2030 considera também os problemas que a recente pandemia revelou e acentuou, desde a necessidade de aumentar a resiliência da economia, da sociedade e dos territórios, a dar uma resposta ativa às disrupções socioeconómicas nos modos de organização, cujo impacte global ainda não é conhecido na plenitude da sua dimensão ou intensidade.

Assume-se assim como a base estratégica para documentos de natureza programática transversal, como são as Grandes Opções e o Programa Nacional de Reformas, bem como dos programas estratégicos de mobilização de fundos europeus (Acordo de Parceria, PRR e o PEPAC) e os programas e planos setoriais que a venham a concretizar.

A agenda temática 1 visa garantir a sustentabilidade demográfica e uma sociedade menos desigual e com elevados níveis de inclusão. Incorpora intervenções focadas em cinco domínios estratégicos:

- A) Sustentabilidade demográfica.
- B) Promoção da inclusão e luta contra a exclusão.
- C) Resiliência do sistema de saúde.
- D) Garantia de habitação condigna e acessível:
  - 1) Promover uma nova oferta de habitação pública (habitação social e habitação a custos acessíveis).
  - 2) Reabilitar o parque público de habitação existente.
- E) Combate às desigualdades e à discriminação.

(continua)

- 50 % dos graduados de educação terciária na faixa etária dos 30 -34 anos até 2030
- Volume de exportações equivalente a 50 % do PIB na segunda metade desta década, com enfoque na performance da balança tecnológica
- Aproximar os níveis de investimento em capital de risco à média da Europa
- Reforçar a atração de investimento direto estrangeiro (IDE)
- Reduzir as emissões globais de gases com efeito de estufa (GEE) em 45 % a 55 % face a 2005;
- Reduzir as emissões globais de gases com efeito de estufa (GEE) em 40 % no setor dos transportes
- Aumentar para 47 % do peso das energias renováveis no consumo final bruto de energia
- Reduzir em 35 % o consumo de energia primária
- Reduzir para metade a área ardida
- Assegurar que todas as regiões NUTS II convergem em PIB per capita com a média europeia

A agenda temática 2 surge estruturada em torno do objetivo de promover uma recuperação e um crescimento inteligente, sustentável e resiliente da economia portuguesa, alicerçado nas qualificações, no conhecimento, na digitalização e na inovação, materializando uma estratégia de especialização inteligente da economia portuguesa e das suas regiões que contribua também para uma maior autonomia estratégica.

A agenda é estruturada em quatro domínios estratégicos fundamentais:

- A) Promoção da sociedade do conhecimento.
- B) Digitalização e inovação empresarial.
- C) Qualificação dos recursos humanos.
- D) Qualificação das instituições.

A agenda temática 3 tem como objetivo central promover uma utilização eficiente dos recursos, valorizando a dimensão de sustentabilidade e potenciando todas as oportunidades associadas aos mesmos em termos de geração de valor económico e de melhoria do desempenho ambiental, em particular em termos da transição climática. Está estruturada em cinco domínios estratégicos:

- A) Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética:
  - 1) Promover a mobilidade sustentável (um dos objetivos do PNEC).
  - 2) Descarbonizar a indústria.
  - 3) Promover a transição e eficiência energética.
- B) Tornar a economia circular:
  - 1) Transformar resíduos em recursos.
- C) Reduzir os riscos e valorizar os ativos ambientais:
  - 1) Gerir os recursos hídricos.
  - 2) Proteger e valorizar o Litoral.

(continua)

3) Melhorar a qualidade dos solos, do ar e do ambiente nas cidades.

4) Conservar a natureza e a biodiversidade.

5) Reduzir os riscos de catástrofes.

D) Agricultura e florestas sustentáveis:

1) Promover o potencial económico da agricultura e seu contributo para a sustentabilidade do território.

2) Promover a gestão sustentável das florestas e seu contributo para a sustentabilidade do território.

3) Utilizar eficientemente os recursos nos setores agrícola, alimentar e florestal.

4) Proteger os ecossistemas e a biodiversidade.

E) Economia do mar sustentável.

A agenda temática 4 tem por visão potenciar a competitividade externa e a coesão interna do conjunto do território nacional. Está estruturada em quatro domínios fundamentais:

A) Competitividade das redes urbanas:

1) Melhorar a atratividade e sustentabilidade das cidades e reforçar o sistema urbano e a articulação urbano-rural.

2) Apoiar a regeneração física, económica e social das zonas urbanas onde residam comunidades desfavorecidas.

B) Competitividade e coesão na baixa densidade:

1) Promover o crescimento económico e emprego com base no potencial endógeno e nas possibilidades que o teletrabalho pode proporcionar na fixação de trabalhadores qualificados atraídos pelas características destes territórios, promovendo a valorização em toda a sua plenitude dos recursos

(continua)

	<p>endógenos, com particular realce para a aposta no turismo enquanto elemento agregador da estratégia de afirmação dos territórios.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>2) Conservar, proteger, promover e desenvolver o património natural e cultural.</li> <li>3) Diversificar a base económica, promovendo o aparecimento de novas atividades geradoras de valor e criadoras de emprego.</li> <li>4) Otimizar a gestão e prestação em rede dos serviços coletivos existentes nas áreas da educação, desporto, saúde, cultura, social e de índole económica e associativa, assegurando níveis adequados de provisão de bens e serviços públicos e acesso às redes digitais, potenciando as ligações rural-urbano.</li> <li>5) Potenciar o papel da economia social na gestão da rede de serviços coletivos.</li> </ol> <p>C) Projeção da faixa atlântica.</p> <p>D) Inserção territorial no mercado ibérico.</p>	
<p><b>Programa Nacional de Reformas 2016-2023</b> (PNRef) (atualização de 2019).</p> <p>(continua)</p>	<p>O Programa Nacional de Reformas apresenta a estratégia de médio prazo para o desenvolvimento do país, assentando em 6 pilares, dos quais se destaca como sendo de maior relevância para o PDMA o associado à Valorização do Território. Não obstante, o território serve de suporte aos restantes pilares, em especial no que diz respeito à tipologia e qualificação dos equipamentos públicos e infraestruturas e às reservas de espaço necessárias ao desenvolvimento das medidas preconizadas pelo plano. Os 6 pilares são:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>A) Qualificação dos portugueses.</li> <li>B) Promoção da inovação na economia.</li> <li>C) Valorização do Território.</li> <li>D) Modernização do Estado.</li> <li>E) Capitalização das empresas.</li> <li>F) Coesão e igualdade social.</li> </ol>	<p>Sendo este um instrumento agregador de várias reformas implementadas através de planos e programas governamentais, muitos dos quais englobados neste quadro de referência, cumpre aos PDM a compatibilização com os mesmos, bem como a consideração da sua contribuição para as metas definidas PNRef. Das metas nacionais da Estratégia Europa 2020 associadas aos pilares do Plano Nacional de Reformas e por ele assumidas, destacam-se pela sua relevância para o PDMA as seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Investimento em I&amp;D em percentagem do PIB de 2,7% (relevante pela proximidade ao campus da Universidade de Aveiro)</li> </ol>

Dentro do pilar de Valorização do Território, definem-se as seguintes dimensões estratégicas:

Território competitivo: assente no forte investimento em habitação e regeneração urbana, enquanto motor da qualificação dos territórios urbanos, garantindo a mobilidade urbana sustentável (com impactes no povoamento dos territórios, na promoção do emprego, na eficiência energética e inovação social)

Território coeso e resiliente: com a aposta na resiliência dos territórios (nomeadamente em resposta às alterações climáticas) e na otimização da utilização dos recursos endógenos tais como:

- O mar, com o desenvolvimento da aquicultura, o aproveitamento das energias renováveis oceânicas, a investigação ligada aos setores emergentes da economia do mar, e a melhoria da competitividade portuária.
- O interior, com o reforço de centralidades, a expansão da área irrigável e a dinamização de projetos no setor extrativo.
- A floresta, com medidas de aumento de produtividade e rentabilidade, de melhoria do ordenamento e da respetiva informação de base incluindo cadastro, incentivos para a dinamização do mercado da biomassa florestal e para o aproveitamento dos terrenos agrícolas e florestais, incluindo financiamentos, e medidas de promoção de boas práticas silvícolas e de gestão florestal sustentável, incluindo fortalecimento da fiscalização.
- O sistema de proteção civil.
- E em suporte destas utilizações, a melhoria da rede de infraestruturas de transporte que as suportam, bem como da mobilidade dos portugueses, incluindo o aumento da mobilidade ferroviária, o reforço do sistema aeroportuário e a melhoria dos acessos a áreas de acolhimento empresarial consolidadas para redução de tempos de ligação e aumento da segurança rodoviária.

Território sustentável, promovendo a utilização e gestão eficiente dos recursos e a transição para um sistema económico restaurador e regenerativo, neutro em carbono, e baseado nos princípios da economia circular, bem como a melhoria da qualidade do ar e a redução do ruído:

2) Emissões de Gases com Efeito de Estufa (variação percentual face a 2005 em emissões não CELE) de 101,0%

3) Percentagem de energias renováveis no consumo de energia final de 31,0%

4) Eficiência energética (ganho no consumo de energia primária) de 22,5 Mtep

5) Taxa de emprego da população de 20 a 64 anos de 75%

6) Pessoas em risco pobreza ou exclusão social (variação face a 2008) de -200 mil

Consideram-se ainda de grande relevância para o PDMA duas metas adicionais associadas aos resíduos:

- Percentagem de resíduos urbanos preparados para reciclagem: 50%
- Percentagem de resíduos urbanos biodegradáveis depositados em aterro: 35%

(continua)

- Mobilidade sustentável, apoiando a descarbonização do transporte público de passageiros, a mobilidade elétrica e a mobilidade suave.
- Economia circular, resiliente e neutra em carbono, procurando-se impulsionar o uso eficiente dos recursos mobilizados na economia através de alterações à fiscalidade verde, da disseminação de informação, e de um modelo revisto de contrapartidas e novos investimentos no setor dos resíduos; incluem-se também medidas para a qualidade do ar e a estratégia nacional de ruído.
- Sustentabilidade e eficiência na gestão de resíduos, implementando metas mais ambiciosas no âmbito da reciclagem, da redução na conceção de embalagens, e da proibição de produtos de base descartável, entre outros.
- Sustentabilidade e eficiência do ciclo urbano da água e dos recursos hídricos, com a reorganização do setor das águas, apoios para a redução da poluição urbana nas massas de água, medidas de avaliação e gestão dos riscos de inundação e promoção da reutilização de águas residuais tratadas.
- Promoção dos valores naturais e da biodiversidade, incluindo medidas de valorização das áreas classificadas, o apoio a projetos de conservação ativa e de promoção da participação de jovens da proteção e conservação da natureza.
- Proteção e defesa do litoral, promovendo-se o planeamento e implementação de intervenções costeiras estruturantes e sistémicas visando a manutenção da linha de costa a médio e longo prazo.

Energia, com a redução da dependência energética, contribuindo para a descarbonização dos territórios, a promoção da interligação energética com os países vizinhos, a reestruturação do mercado do gás e a aposta na eficiência energética.

**Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030**

(ENCNB 2030)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio.

(continua)

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030 (ENCNB 2030) assenta no reconhecimento de que o património natural português concorre decisivamente para a afirmação do país internacionalmente e, deste modo, contribui para a concretização de um modelo de desenvolvimento assente na valorização do seu território e dos seus valores naturais. Neste mesmo sentido, o Programa do XXI Governo Constitucional estabelece que Portugal se deve posicionar na vanguarda da valorização económica da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas, encarando-os como ativos estratégicos essenciais para a coesão territorial, social e intergeracional.

A matriz estratégica da ENCNB 2030, referente à concretização das matérias propostas nos três eixos estratégicos fundamentais de execução da política de conservação da natureza e biodiversidade, com um total de 30 objetivos (11 no Eixo 1, cinco no Eixo 2 e 14 no Eixo 3) e 104 medidas de concretização, consta no Quadro Síntese.

A visão para ENCNB 2030 constrói-se a partir da ambição e da lógica dinâmica que se lhe pretende conferir, com que se pretende:

*Alcançar o bom estado de conservação do património natural até 2050, assente na progressiva apropriação do desígnio da biodiversidade pela sociedade, por via do reconhecimento do seu valor, para o desenvolvimento do país e na prossecução de modelos de gestão mais próximos de quem está no território.*

Os objetivos por eixos estratégicos, mais relevantes são as seguintes.

Eixo 1 - Melhorar o estado de conservação do património natural:

1.2. - Assegurar que as espécies (flora e fauna) e os *habitats* protegidos melhoram o seu estado de conservação ou tendência populacional.

1.3. - Programar e executar intervenções de conservação e de recuperação de espécies (fauna, flora) e *habitats* ao nível nacional.

1.4. - Reforçar a prevenção e controlo de espécies exóticas invasoras a nível nacional e no quadro da UE.

A ENCNB 2030 não quantifica metas, mas sistematiza objetivos ordenados por prioridades a prosseguir até 2030, que se desdobram num conjunto de medidas de concretização, para as quais se definem indicadores, prioridades, prazos, meios de verificação, instrumentos e responsabilidades.



1.9. - Garantir a estruturação de um sistema coerente e útil de monitorização continuada do estado de conservação dos valores naturais.

Eixo 2 - Promover o reconhecimento do valor do património natural:

2.2 - Evidenciar a economia da biodiversidade e dos ecossistemas, em particular o seu papel para o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.

2.3 - Aumentar o investimento público em conservação da natureza e biodiversidade.

2.4 - Consolidar o contributo dos instrumentos fiscais para a conservação da natureza e utilização sustentável da biodiversidade.

2.5 - Assegurar uma aplicação coerente dos sistemas de incentivos e subsídios com os objetivos de conservação e utilização sustentável da biodiversidade.

Eixo 3 - Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade pela sociedade:

3.1 - Aprofundar o contributo da agricultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade.

3.2 - Aprofundar o contributo da silvicultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade.

3.4 - Promover e articular a integração dos objetivos da conservação da natureza e biodiversidade nos planos, programas, instrumentos e normas do espaço marítimo.

3.5 - Garantir a utilização sustentável dos recursos em águas interiores e sistemas fluviais.

3.6 - Promover a articulação das metas de clima e energia com os objetivos de conservação da natureza e biodiversidade.

3.7 - Assegurar a conservação da biodiversidade e da geodiversidade nas atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais.

3.8 - Promover a oferta e qualificação dos serviços no domínio do Turismo de Natureza, que concorram para a gestão sustentável dos territórios e salvaguardem o património natural e identidade cultural.

3.9 - Assegurar a sustentabilidade da utilização de recursos genéticos marinhos e terrestres.

(continua)

3.10 - Assegurar a sustentabilidade das infraestruturas de transporte e comunicações.

3.11 - Aumentar a qualificação da oferta de produtos e serviços, integradores do património natural e cultural, contribuindo para a sustentabilidade da gestão dos territórios das áreas classificadas.

3.12 - Promover e valorizar a integração da conservação da natureza e da biodiversidade nas estratégias, políticas e processos operacionais das empresas

3.13 - Garantir a integração dos objetivos de conservação da natureza e biodiversidade nos instrumentos de ordenamento, estratégias, planos e programas, assegurando a coerência de aplicação de regimes nas áreas classificadas e sua conectividade.

O contexto em que a ENCNB 2030 é desenvolvida é marcado por três apostas que moldam a política de ambiente:

- A descarbonização da economia, tendo em vista a convergência com o propósito de combate às alterações climáticas e redução do seu efeito a nível global.
- A economia circular, promovendo a maior eficiência dos processos produtivos e de consumo, reduzindo a utilização de recursos naturais e o seu desperdício nos processos de consumo.
- A valorização do território, adotando modelos de desenvolvimento que se diferenciem pela combinação de características singulares que o país apresenta e que são a sua marca única e intransponível.

**Plano Sectorial da Rede  
Natura 2000**

(PSRN2000)

Resolução do Conselho de  
Ministros n.º 115-A/2008 de  
21 de julho

+

Decreto Regulamentar n.º  
1/2020, de 16 de março

**ZEP da Ria de Aveiro**

(PTZPE0004)

Decreto-Lei n.º 384-B/99 de  
23 de setembro

**Zona Especial de  
Conservação do Rio  
Vouga**

(PTCON0026)

Resolução do Conselho de  
Ministros n.º 142/97 de 28  
de agosto

+

(continua)

O PSRN2000 constitui um instrumento de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização dos Sítios e ZPE, bem como a manutenção nestas áreas das espécies e habitats num estado de conservação favorável.

As orientações do plano dirigem-se aos valores efetivamente existentes no território e não aos territórios por si só, não constituindo assim o PSRN2000 um plano definidor de classes de uso ou de níveis de proteção do território, mas um instrumento de gestão da biodiversidade cuja tradução territorial decorre diretamente do conteúdo biológico real de cada território.

O plano, visa dar diretrizes para o zonamento/ordenamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação a estabelecer nos PMOT e PEOT, nos quais deverão ser fixados e zonados os usos do território e os regimes de gestão a estabelecer, com vista à utilização sustentável do território.

Os objetivos estabelecidos para a concretização e salvaguarda da rede natura enquadram-se no disposto da Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2001, de 6 de Junho que determina a elaboração da mesma:

- a) Estabelecer orientações para a gestão territorial das ZPE e Sítios.
- b) Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território.
- c) Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats presentes nos Sítios e ZPE.
- d) Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação.
- e) Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger.

Não são quantificadas metas no âmbito do PSRN2000.

**Zona Especial de  
Conservação Ria de  
Aveiro**

(PTCON0061)

- f) Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores.
- g) Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacte ambiental e na análise de incidências ambientais.

A aplicação das orientações de gestão e normas programáticas estabelecidas no PSRN2000 são da responsabilidade da administração central e local, e assumindo as seguintes formas:

- 1) Criação ou revisão do quadro legislativo.
- 2) Revisão ou alteração de outros instrumentos de gestão territorial, nomeadamente planos municipais, planos especiais de ordenamento do território e planos de génese sectorial ou regional.
- 3) Elaboração de Planos de Gestão territoriais.
- 4) Elaboração de Planos de Acção orientados para espécies ou habitats.
- 5) Integração e orientação de medidas programáticas ou de política sectorial tais como, e a título de exemplo, as enquadradas no Programa de Desenvolvimento Rural - Continente (2008-2013), na política da água ou de transportes ou nas políticas costeira e marinha.
- 6) Elaboração de acordos, parcerias ou medidas contratuais (com atores públicos ou privados).
- 7) Estabelecimento de medidas de carácter administrativo.

No que respeita às prioridades de conservação, as fichas dos Sítios e ZPE relevam nos textos de caracterização quais os principais valores naturais que motivaram a classificação da respetiva área, destacando-se ainda nos textos enquadradores das orientações de gestão, qual o âmbito e as principais medidas a ter em conta para a sua conservação.

(continua)

O PDMA deve refletir o PSRN2000, tendo em conta a presença da ZEP da Ria de Aveiro (PTZPE0004) e Sítio do Rio Vouga (PTCON0026, designado após publicação do Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março, Zona Especial de Conservação do Rio Vouga), e mais recentemente com a identificação da área do concelho classificada como Sítio de Importância Comunitária da Ria de Aveiro (PTCONOO61, designado após publicação do Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março, Zona Especial de Conservação da Ria de Aveiro) no âmbito da Rede Natura 2000, no seguimento da entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2014, de 8 de julho, integração esta que integrará uma das alterações do PDMA com o aumento de cerca de 190ha de Rede Natura dentro do território do concelho.

Neste contexto são particularmente relevantes as Orientações Específicas vertidos nas fichas dos Sítios e ZPE acima mencionados.

**ZEP da Ria de Aveiro (PTZPE0004):**

- 1) Condicionar Drenagem.
- 2) Monitorizar/Mante/Melhorar a qualidade da água.
- 3) Conservar/recuperar vegetação ribeirinha autóctone.
- 4) Conservar/recuperar vegetação palustre.
- 5) Recuperação zonas húmidas.
- 6) Controlar a predação e/ou parasitismo e/ou competição interespecífica.
- 7) Controlar efetivos de animais assilvestrados.
- 8) Controlar os níveis de água nas zonas de nidificação.
- 9) Criar novos locais de reprodução, conservar/recuperar os existentes.
- 10) Promover alimentação artificial.

**Zona Especial de Conservação do Rio Vouga (PTCON0026):**

- 1) Controlar a predação e/ou parasitismo e/ou competição interespecífica.

(continua)

- 2) Criar novos locais de reprodução, conservar/recuperar os existentes.
- 3) Estabelecer programa de repovoamento/reintrodução.
- 4) Impedir introdução de espécies não autóctones/controlar existentes.
- 5) Manter/recuperar habitats contíguos.

**Zona Especial de Conservação Ria de Aveiro (PTCONOO61):**

A ficha produzida pelo ICNF para o Sítio, hoje ZEC, da ria de Aveiro não integra em si Orientações Específicas, pelo que pela leitura dos tópicos relativos aos Fatores de Ameaça e Gestão, entende-se que as orientações vão no sentido de:

- 1) Conservação dos habitats lagunares, ripícolas e dunares.
- 2) Preservação dos diversos habitats associados ao ecossistema estuarino.
- 3) Condicionando as intervenções nas margens e leito de linhas de água, fundamentais ainda à conservação de diversas espécies da fauna.
- 4) Manutenção da conectividade longitudinal entre o mar e as áreas propícias para a desova.
- 5) Condicionar Drenagem.
- 6) Corrigidas algumas práticas de pesca lesivas para os recursos haliêuticos.
- 7) Preservação dos sistemas dunares, nomeadamente assegurando um correto ordenamento da ocupação urbana, agrícola e turística sobre esta faixa costeira.
- 8) Monitorizar/Mante/Melhorar a qualidade da água.
- 9) Controlo e mitigação da poluição da água, proveniente sobretudo de efluentes industriais.
- 10) Recuperação zonas húmidas.
- 11) Impedir introdução de espécies não autóctones/controlar existentes.

**Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015 de 4 de fevereiro.

(continua)

A ENF constitui um elemento de referência das orientações e planos de ação públicos e privados para o desenvolvimento do setor florestal.

Na atualização foi considerada a necessidade de desenvolvimento de algumas áreas fulcrais para incorporação de temas emergentes, sendo todavia mantidas as grandes linhas de orientação estratégica e a estrutura global da ENF de 2006 (sendo os objetivos estratégicos aprofundados e melhorados ao nível das ações propostas) de acordo com os resultados do estudo de avaliação. Desta forma foi reformulada a matriz

A principal meta da ENF para 2030 é de, pelo menos, manter a área de floresta existente em 2010 e, no limite superior (aberto) alcançar a meta definida na ENF em 2006, de 3500 mil hectares e que corresponde à taxa máxima de arborização historicamente atingida. As metas globais da ENF são:

de operacionalização, refletindo também à evolução da situação económico-financeira do País e da organização dos diferentes agentes do setor florestal, a par de novos dados sobre a situação dos espaços florestais, obtidos pelos 5.º e 6.º Inventários Florestais Nacionais, bem como a informação obtida através da avaliação do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013, dos estudos de diagnóstico do Programa de Desenvolvimento Rural 2020, do Programa Operacional para a Sanidade Florestal, da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas de 2012 e do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação.

O horizonte mantém-se para o ano de 2030, salvaguardando, porém, o enquadramento da programação dos instrumentos financeiros para o período 2014-2020, que são fundamentais para alavancar as ações identificadas.

A visão para a sustentabilidade da gestão florestal assume os critérios assumidos Portugal no âmbito no processo Pan-Europeu da Conferência Ministerial para a Proteção das Florestas na Europa (*FOREST EUROPE*) e do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (FNUF), bem como nos restantes desenvolvimentos internacionais, nomeadamente nova Estratégia Florestal da União Europeia, a Estratégia da União Europeia para a Biodiversidade 2020, e a Estratégia Europeia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo para a próxima década (Europa 2020), em particular no que respeita à Economia Verde.

A ENF optou por uma abordagem global, ao invés de uma abordagem por Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF), na medida em que estes, já em fase de revisão, poderão a breve prazo concretizar, à escala regional, a orientação territorial específica que a ENF.

Os seis objetivos estratégicos são:

- A) Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos:
- a) Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.
  - b) Redução da incidência dos incêndios.
  - c) Garantir o cumprimento do PNDFCI.

(continua)

— Diminuição gradual da taxa anual de área ardida até atingir em 2030 e no cenário mais otimista, a meta de 0,8% ao ano para o pinheiro-bravo e eucalipto e valores, em média, inferiores para as restantes espécies.

— Aumento substancial da percentagem de floresta regenerada após incêndio para 80-100%.

— Aposta na florestação (de superfícies agrícolas marginais e de matos), por via da instalação de povoamentos e por via de regeneração natural, com a arborização de cerca de 12 mil a 22 mil hectares por ano.

— Reconversão de povoamentos de eucalipto instalados em condições ecológicas desajustadas para a espécie, substituindo-os por espécies mais adaptadas às condições edafoclimáticas locais. As áreas a reconverter situam-se entre os 25 e os 45 mil hectares.

— Desflorestação resultante de outras causas que não os incêndios entre os 0,1 e os 0,2% ao ano.

As metas de variação de área florestal nacional para 2030, por espécie, face a 2010, são as seguintes:

- Pinheiro-bravo: 10 %
- Pinheiro-manso: 33 %
- Outras resinosas: 56 %

<p>(continua)</p>	<p>d) Aumentar o conhecimento sobre a presença de agentes bióticos nocivos.</p> <p>e) Reduzir os danos nos ecossistemas florestais e consequentes perdas económicas.</p> <p>f) Reduzir o potencial de introdução e instalação de novos agentes bióticos nocivos.</p> <p>g) Aumentar o conhecimento científico sobre os agentes bióticos nocivos.</p> <p>h) Diminuir os riscos de ocorrência, de desenvolvimento e de dispersão de espécies invasoras lenhosas.</p> <p>i) Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados.</p> <p>B) Especialização do território:</p> <p>a) Planear a abordagem regional.</p> <p>b) Conservar o solo e da água em áreas suscetíveis a processos de desertificação.</p> <p>c) Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade.</p> <p>d) Promover a proteção das áreas costeiras.</p> <p>e) Conservar o regime hídrico.</p> <p>f) Adequar as espécies às características da estação.</p> <p>g) Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas.</p> <p>h) Promover a resiliência da floresta.</p> <p>i) Desenvolver a importância da floresta enquanto componentes da Infraestrutura Verde.</p> <p>C) Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos:</p> <p>a) Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos.</p> <p>b) Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sobreiro: 13 %</li> <li>• Azinheira: 4 %</li> <li>• Carvalhos: 40 %</li> <li>• Castanheiro: 40 %</li> <li>• Eucaliptos: 0 %</li> <li>• Outras folhosas: 22 %</li> <li>• Variação da área florestal nacional de total: 12 %</li> </ul> <p>As metas definidas pela ENF para a região onde se localiza o concelho de Águeda são pormenorizadas pelo PROF-CL, sendo as metas específicas nacionais com maior relevância para o PDMA as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• % da média móvel de 10 anos, de povoamentos florestais arditos face à área total de floresta, a calcular anualmente no período 2018 a 2030: 0,8%</li> <li>• % do total da rede primária planeada em PDDFCI que foi implementada até 2020: 100%</li> <li>• Área de mosaicos de parcelas de gestão de combustível, prevista em PEIF e PDFCI, que foi implementada até 2020: 100%</li> <li>• Área de rede secundária, prevista nos PMDFCI, com intervenção até 2020: 100%</li> </ul>
-------------------	---	---



<p>(continua)</p>	<p>D) Internacionalização e aumento do valor dos produtos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Responder às exigências de mercado no sentido de fornecimento de produtos certificados.</li> <li>b) Reforçar a orientação para o mercado.</li> <li>c) Reforçar a integração horizontal e vertical das fileiras.</li> <li>d) Modernizar e capacitar as empresas florestais.</li> </ul> <p>E) Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Recolher e processar informação do setor de forma sistemática.</li> <li>b) Promover o Inventário da propriedade florestal.</li> <li>c) Aumentar a representatividade e sustentabilidade das organizações do setor.</li> <li>d) Dinamizar novas formas de organização e gestão dos espaços florestais.</li> <li>e) Desenvolver a inovação e a investigação florestal, nomeadamente através da criação de Centros de Competência para cada uma das principais fileiras florestais.</li> <li>f) Qualificar os agentes do setor.</li> <li>g) Fomentar a cooperação internacional.</li> </ul> <p>F) Racionalização e simplificação dos instrumentos de política:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Consolidar a coordenação das políticas e instrumentos de aplicação.</li> <li>b) Melhorar o desempenho dos instrumentos de política florestal.</li> <li>c) Racionalizar e simplificar o quadro legislativo.</li> <li>d) Conferir enquadramento fiscal favorável ao investimento e gestão florestal.</li> </ul> <p>A ENF é operacionalizada, na sub-região em que se insere Águeda, através do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral – PROF-CL (de 2019), que constitui, para este efeito, o interface com o PDMA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quantidade de infraestruturas, previstas em PMDFCI, executada até 2025: 100%</li> <li>• % da média móvel de 10 anos do número de ocorrências de incêndio, a calcular anualmente entre 2015 e 2030: 20%</li> <li>• Área com ocupação de espécies invasoras lenhosas, até 2030: estabiliza</li> <li>• Estado de conservação dos habitats florestais na Rede natura: evolução positiva de 2013 para 2020</li> <li>• Habitats/Áreas florestais de elevado valor natural beneficiadas e mantidas, entre 2014 e 2020: 30 mil hectares</li> <li>• % da área arborizada nas zonas sensíveis para a proteção do solo no âmbito da conservação do regime hídrico, em 2020, face a 2010: aumento de 10%</li> <li>• Área de povoamentos instalados em condições ecológicas desajustadas reconvertido, em 2020: 30 mil hectares</li> <li>• Stock e fluxo anual de carbono orgânico no solo e na biomassa florestal em 2025, face a 2010: aumento</li> <li>• Densidade dos povoamentos de sobreiro, face a 2010: não diminui</li> <li>• Recorrência de incêndios em área de pinheiro bravo, face a 2010: diminui</li> </ul>
-------------------	--	--

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – PMDFCI (de 2019) deverá ter proceder à transposição de objetivos da ENF para o território de Águeda que deverão ser incorporados no PDM.

- Extensão de povoamentos florestais acompanhando estruturas lineares, face a 2010: aumenta
- Área de floresta urbana e periurbana, face a 2010: aumenta
- Percentagem de área florestal em espaço urbano e periurbano, até 2020: 10% (até 2020, criadas normas e um programa de ação específico)
- Volume/ha dos povoamentos das espécies dos principais sistemas silvo-lenhosos, face ao valor do IFN6, até 2030: aumenta
- Área de povoamentos sujeitos a melhoria produtiva, até 2020: 100 000 hectares
- Valor total das jornadas de caça e de pesca e valor da resina e de outros produtos não lenhosos, face a 2010, até 2030: aumenta
- % da área florestal que implementa os modelos de silvicultura e modelos de gestão dos PROF, até 2030: pelo menos 30%
- Volume de madeira e outros produtos florestais certificados transacionados no mercado, face a 2010, até 2020: aumento de 50%
- Volume (e valor) dos produtos florestais transacionados, face a 2009-2013, em 2026-2030: superior

(continua)

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Peso das exportações dos produtos de base florestal para novos mercados, em 2020: aumenta 1%</li> <li>• Volume (e valor) dos produtos florestais transacionados, até 2030: aumento sustentado</li> <li>• Área florestal gerida de forma agrupada face a 2014, em 2030: +40%</li> <li>• Área florestal inscrita em ZIF até 2020: +30%</li> <li>• Volume de investimento em I&amp;D+i em 2014-2020, face a 2007-2013: aumenta</li> <li>• Novas patentes licenciadas relacionadas com o setor florestal em 2014-2020, face a 2007-2013: aumenta</li> </ul>
<p><b>Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território</b></p> <p>(PNPOT)</p> <p>Lei n.º 99/2019 de 5 de setembro.</p> <p>(continua)</p>	<p>O PNPOT corresponde ao quadro de referência, relativamente aos princípios da coesão territorial e da competitividade externa, aos desafios e opções estratégicas e o modelo territorial, bem como as medidas de política, os compromissos e as diretrizes constantes do programa de ação para a elaboração de estratégias, de programas e de planos territoriais ou com incidência territorial.</p> <p>A Estratégia Portugal 2030 tem no seu referencial territorial correspondência com o PNPOT.</p> <p>O PNPOT sofreu a sua primeira revisão em 2019 tendo desta forma sido revogado a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro. As grandes alterações tiveram em particular consideração: os resultados da avaliação da execução do Programa em vigor; as</p>	<p>Não são quantificadas metas no PNPOT.</p>

orientações da Estratégia Cidades Sustentáveis 2020; a crescente importância da dimensão territorial das políticas públicas; a necessidade de dar enquadramento territorial à programação estratégica e operacional do ciclo de fundos comunitários pós 2020; os objetivos do Governo no domínio da valorização do território e da promoção da coesão territorial incluindo a consideração das diversidades territoriais e a aposta no desenvolvimento do interior; bem como os objetivos de desenvolvimento sustentável, os compromissos do acordo de Paris em matéria de alterações climáticas e os desígnios do Programa Nacional de Reformas.

Os Princípios e os Desafios Territoriais resultam do cruzamento entre quer dos problemas e dos recursos estratégicos territoriais identificados e das Mudanças Críticas a longo prazo (2050) e Tendências Territoriais.

Mudanças Críticas:

- Mudanças Ambientais e Climáticas.
- Mudanças Sociodemográficas.
- Mudanças Tecnológicas.
- Mudanças Económicas e Sociais.

Tendo por base o conceito de coesão territorial, o PNPOT assume os seguintes princípios territoriais:

- A) Enfatizar a importância da Governança Territorial (...)
- B) Promover dinâmicas preferenciais de Organização Territorial (...)
- C) Valorizar a Diversidade e a Especificidade Territoriais (...)

(continua)

- D) Reforçar a Solidariedade e a Equidade Territoriais (...)
- E) Promover a Sustentabilidade da Utilização dos Recursos nos diversos Territórios (...)
- F) Incentivar as Abordagens Territoriais Integradas (...)
- Os Desafios Territoriais representam as grandes orientações estratégicas do PNPOT. Estas orientações subdividem-se em 15 políticas de base territorial que vão informar o Modelo Territorial:
1. Gerir os recursos naturais de forma sustentável:
    - 1.1. Valorizar o capital natural.
    - 1.2. Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano.
    - 1.3. Aumentar a resiliência socio ecológica.
  2. Promover um sistema urbano policêntrico:
    - 2.1. Afirmar as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização e competitividade externa.
    - 2.2. Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna.
    - 2.3. Promover a qualidade urbana.
  3. Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial:
    - 3.1. Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral.

(continua)

3.2. Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização.

3.3. Promover o desenvolvimento transfronteiriço.

4. Reforçar a conectividade interna e externa:

4.1. Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica.

4.2. Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade.

4.3. Dinamizar as redes digitais.

5. Promover a governança territorial:

5.1. Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível.

5.2. Promover redes colaborativas de base territorial.

5.3. Aumentar a Cultura Territorial.

Na Agenda para o Território constitui o Programa de Ação 2030 do PNPOT, resultaram para os 15 Desafios Territoriais da Estratégia 113 medidas de política que foram objeto de agregação de forma concertada e articulada com os sectores, resultando em 50 medidas de política.

Da identificação dos Desafios Territoriais foram também sistematizados 10 Compromissos para o Território:

a) Robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades.

b) Atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica.

(continua)

- c) Adaptar os territórios e gerar resiliência.
- d) Descarbonizar acelerando a transição energética e material.
- e) Remunerar os serviços prestados pelo capital natural.
- f) Alargar a base económica territorial com mais conhecimento, inovação e capacitação.
- g) Incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território.
- h) Integrar nos IGT novas abordagens para a sustentabilidade.
- i) Garantir nos IGT a diminuição da exposição a riscos.
- j) Reforçar a eficiência territorial nos IGT.

Estes compromissos estão em coerência com as grandes linhas de orientação estratégica internacional, no quadro da Agenda 2030, e dos seus objetivos de desenvolvimento sustentável e do Acordo de Paris.

Os 10 Compromissos para o Território são operacionalizados no quadro de 5 Domínios de Intervenção: D1 Domínio Natural; D2 Domínio Social; D3 Domínio Económico; D4 Domínio da Conetividade e D5 Domínio da Governança Territorial.

Os 5 Domínios de Intervenção enquadram as 50 medidas de políticas estabelecidas.

Incumbe ao Governo, aos órgãos próprios das regiões autónomas, às entidades intermunicipais e às autarquias locais o desenvolvimento e a concretização do

(continua)

programa de ação, designadamente através da execução das medidas de política e dos compromissos e das diretrizes constantes do mesmo.

A relação do PNPOT com o PDM de Águeda realiza-se ou deverá realizar-se, com maior rigor, através do PROT-Centro.

Contudo o PNPOT considera que (...) *os PROT do Centro e do Norte, não chegaram a ser aprovados, que o novo quadro legal veio prever a recondução dos planos regionais em vigor a programas regionais e que a entrada em vigor do PNPOT2018 irá alterar significativamente o quadro de referência anterior, configura-se uma necessidade de atualizar e completar o quadro de planeamento regional.* (...)

(...) *49. O PNPOT aponta para a necessidade de se ponderar a essência do PDM e de se adotarem orientações e práticas consentâneas com a necessidade de um planeamento mais explícito e firme nos princípios e regras gerais de organização e de regime de uso do solo e de salvaguarda de riscos e mais flexível nas regras de gestão, incorporando dispositivos orientadores da sua dinâmica futura, mecanismos de programação em função de informação de gestão e soluções de remissão para outras figuras de gestão territorial (planos de urbanização e planos de pormenor) e para regulamentos municipais.* (...)

Desta forma no âmbito da observação da estratégia preconizada no PNPOT para o território Português, tendo esta análise sido apoiada na análise tanto quanto possível dos mapeamentos do modelo territorial nomeadamente os Territórios que mais estarão sob pressão às Mudanças Críticas.

(continua)



Neste contexto, para além dos princípios territoriais do PNPOT e da observação das mudanças e desafios identificados, que deverão ser vertidos no PDM consideram-se contudo de maior relevância para a avaliação da estratégia ambiental a observação dos seguintes Domínios e medidas de políticas estabelecidas:

**Domínios** (medidas):

**1.1 Valorizar o capital natural:** (1.1 Gerir o recurso água num clima em mudança | 1.2 Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício | 1.3 Afirmar a biodiversidade como um ativo territorial | 1.4 Valorizar o território através da paisagem | 1.6 Ordenar e revitalizar os territórios da floresta.)

**1.3 Aumentar a resiliência socio ecológica:** (1.3 Afirmar a biodiversidade como um ativo territorial | 1.7 Prevenir riscos e adaptar o território à mudança climática.)

**2.1 Afirmar as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização e competitividade externa:** (2.7 Promover a inclusão social, estimular a igualdade de oportunidades e reforçar as redes de apoio de proximidade.)

**2.3 Promover a qualidade urbana:** (2.2 Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna | 4.1 Otimizar as infraestruturas ambientais e de energia.)

**4.1 Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica:** (1.3 Afirmar a biodiversidade como um ativo territorial | 1.4 Valorizar o território através da paisagem | 1.6 Ordenar e revitalizar os territórios da floresta.)

**4.2 Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade:** (4.5 Promover a mobilidade metropolitana e interurbana)

(continua)

**4.3 Dinamizar as redes digitais:** (3.9 Reindustrializar com base na Revolução 4.0 | 4.9 Reforçar os serviços de banda larga e implementação de redes da nova geração 5G.)

**Estratégia Nacional para as Cidades Sustentáveis 2020**

(ENCS)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2015, de 11 de agosto de 2015.

O principal objeto da ENCS *a cidade nas suas múltiplas dimensões*

A ENCS pretende evidenciar um caminho para o desenvolvimento territorial, centrado nas cidades e no papel crítico que estas desempenham na estruturação dos territórios, no seu desenvolvimento e coesão. Assim, focada no desenvolvimento urbano sustentável, a proposta aqui apresentada para as cidades:

A) Sustenta-se nas opções estratégicas de base territorial estabelecidas no quadro da política de ordenamento do território e urbanismo e seus instrumentos de referência, designadamente o modelo territorial e o sistema urbano vertidos, respetivamente à escala nacional e à escala regional, no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e nos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), assim como as opções próprias de desenvolvimento estratégico local dos planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal.

B) Estrutura-se de acordo com os princípios de uma abordagem integrada de desenvolvimento territorial, considerando a incorporação das diferentes políticas setoriais (ambiente, emprego, transportes, educação, saúde, etc.) a diversas escalas e níveis organizacionais (nacional, regional, sub-regional, local), e defendendo a participação e cooperação coordenada de diferentes agentes, públicos e privados.

A ENCS ambiciona responder às debilidades e necessidades de estruturação urbana do território e atuar no sentido de fortalecer e consolidar a visão de desenvolvimento territorial partilhada entre os agentes do território, contribuindo para a promoção das condições necessárias à competitividade, sustentabilidade e coesão nacional.

Visão:

- Cidades + prósperas.

(continua)

- Cidades + resilientes.
- Cidades + saudáveis.
- Cidades + justas.
- Cidades + inclusivas.
- Cidades + conectadas.

Eixos Estratégicos:

Eixo 1 — Inteligência & Competitividade.

Eixo 2 — Sustentabilidade & Eficiência.

Eixo 3 — Inclusão & Capital Humano.

Eixo 4 — Territorialização & Governança.

São indicadas de seguida as medidas integradas que mais se destacam:

As medidas integradas nos eixos estratégicos devem ser entendidas como um quadro de referência orientador, sendo as cidades livres de optar pelo conjunto de diretrizes e orientações estratégicas que considerem prioritárias, selecionadas de acordo com as especificidades próprias dos seus territórios, com as opções políticas locais e com a estratégia de desenvolvimento urbano sustentável que venham a consolidar.

**Eixo 1 — Inteligência & Competitividade:**

B - Emprego e valorização empresarial e institucional:

5. Reforçar, a partir das estratégias de atração e apoio à localização empresarial e institucional, a diversidade e vitalidade económica urbanas, fortalecendo a qualificação funcional, social e ambiental dos centros urbanos e a sua capacidade de fixação de população jovem e qualificada.

C - Inovação urbana:

6. Fomentar e apoiar a constituição de redes e nichos de empreendedorismo e inovação urbana ao nível local, dinamizando territórios-piloto de teste e

(continua)

demonstração, laboratórios vivos urbanos, incubadoras de negócios e ninhos de empresas, e promovendo a integração urbana de parques empresariais e tecnológicos.

7. Fortalecer a ligação entre as cidades e as suas frentes marítimas e ribeirinhas e núcleos piscatórios, contribuindo para a «economia azul» das áreas urbanas costeiras, em várias vertentes, de que se destacam a energia azul, a aquicultura, o desporto e o recreio azul e o turismo marítimo costeiro e de cruzeiros.

8. Apostar na «economia verde» como forma de operacionalização do desenvolvimento sustentável e no papel que a contratação pública tem neste contexto, incentivando a adoção, pelas empresas e instituições sediadas na cidade, de estratégias de baixo carbono, proteção do ambiente e eficiência no uso dos recursos, e potenciando a inovação, a investigação e o desenvolvimento de modelos de negócio, de processos de produção e produtos mais sustentáveis.

9. Incentivar a adoção de soluções urbanas inovadoras aplicadas ao espaço urbano, de carácter social e tecnológico, promovendo, em parceria com a sociedade civil, a provisão de bens e serviços melhor ajustados à procura local.

D - Identidade e atratividade:

11. Apoiar o desenvolvimento turístico numa perspetiva de sustentabilidade e mitigação da sazonalidade, através da aposta nos segmentos urbanos, como o turismo cultural, de negócios, de saúde ou associado ao mar, e através da estruturação dos serviços urbanos de apoio à atividade turística da região urbana funcional, envolvendo as comunidades locais nestas estratégias.

E - Tecnologias de Informação e comunicação:

12. Conceber e implementar sistemas inteligentes de monitorização e gestão integrada dos subsistemas urbanos que potenciem ganhos de equidade, eficiência e fiabilidade.

**Eixo 2 – Sustentabilidade & Eficiência:**

A - Regeneração e reabilitação urbana:

(continua)

14. Conter a expansão dos perímetros urbanos, estruturando e requalificando as frentes urbanas e protegendo os terrenos rústicos envolventes da urbanização avulsa e discriminando positivamente a ocupação dos vazios urbanos existentes, sem prejuízo da possibilidade de eventuais e excepcionais necessidades de crescimento, devidamente enquadradas e programadas.

15. Promover ações de reabilitação urbana nos centros históricos e em áreas urbanas e periurbanas com carências multidimensionais, fomentando a recuperação, beneficiação e reconstrução do edificado, a requalificação e reconversão de zonas industriais abandonadas e a qualificação do espaço público e das infraestruturas, garantindo condições de conservação, segurança, salubridade, estética, paisagem e ambiente.

16. Fomentar a regeneração urbana na perspetiva da valorização integrada do território, incluindo, não apenas a valorização física e a diversificação funcional, mas ações materiais e imateriais complementares de revitalização económica, social, cultural e ambiental, em especial em territórios urbanos desfavorecidos.

B - Habitação:

17. Promover e dinamizar o mercado de arrendamento, privilegiando intervenções no parque habitacional já existente ou associadas a operações de regeneração urbana.

C - Ambiente urbano:

19. Reforçar o equilíbrio e a sustentabilidade ambiental, económico-financeira e social dos subsistemas de infraestruturização urbana, com relevo para a água, saneamento, energia, resíduos e mobilidade, desenvolvendo soluções conjuntas com os serviços e fornecedores e assegurando a adequação à matriz de uso e ocupação do solo.

20. Fomentar a criação, qualificação, integração, acessibilidade e legibilidade dos espaços exteriores urbanos, constituindo sistemas de espaços coletivos, nomeadamente praças, passeios arborizados, áreas pedonais, zonas de acalmia de tráfego, hortas, jardins, quintas e parques, valorizando as suas funções enquanto áreas livres de recreio, lazer, sociabilidade, cultura e desporto, potenciando o seu

(continua)

papel no equilíbrio microclimatológico, dos ecossistemas, dos ciclos biogeoquímicos, da biodiversidade e da paisagem, e contribuindo para a infraestrutura verde.

21. Limitar a pressão urbana sobre os recursos hídricos, promovendo a melhoria do balanço hídrico urbano, a gestão do stress hídrico, a racionalização dos consumos públicos, domésticos e industriais, a reutilização das águas cinzentas e pluviais e a requalificação ambiental dos efluentes industriais.

22. Incrementar a eficiência do metabolismo urbano, assumindo a prioridade de redução e valorização do resíduo como um recurso, ampliando o quadro de soluções de reutilização, reciclagem e valorização energética e orgânica dos resíduos e fomentando o consumo de produtos locais e o combate ao desperdício.

23. Assegurar a informação atualizada e fidedigna da qualidade do ar e do ruído nas cidades, identificando zonas críticas de intervenção e promovendo a conciliação das atividades poluidoras com o direito a um ambiente de qualidade para a saúde humana, os modelos de mobilidade limpa e a melhoria do envelope acústico dos edifícios e espaços públicos.

D - Baixo carbono:

24. Reduzir a intensidade energética das cidades, assumindo respostas diferenciadas de gestão da procura, redução do consumo e promoção da eficiência energética dos distintos agentes urbanos e, em particular, dos setores público, empresarial e residencial, assim como dos subsistemas de iluminação, mobilidade, gestão da água e de resíduos, incluindo a integração e a utilização de fontes de energia renovável, assegurando a transição para um modelo de baixo carbono e a redução da pegada carbónica dos sistemas urbanos.

25. Mitigar a vulnerabilidade energética das cidades por via da oferta endógena, fomentando a produção descentralizada para autoconsumo tanto renovável como através de sistemas de elevada eficiência, a gestão inteligente do sistema eletroprodutor e da rede de distribuição, e a ampliação do mix energético, através da adoção de tecnologias custo-eficientes.

(continua)

26. Diminuir a intensidade carbónica da mobilidade urbana, incluindo mercadorias e passageiros, desincentivando o transporte individual motorizado, promovendo a intermodalidade e reforçando a adequação, cobertura, conetividade, serviço, informação e sustentabilidade do transporte coletivo, incrementando o peso e a diversidade das opções de mobilidade baixo carbono na repartição modal, incluindo a mobilidade suave e elétrica renovável, e promovendo a integração funcional e tarifária da rede intermodal urbana, suburbana e interurbana.

27. Estimular a mobilidade sustentável nos processos de regeneração urbana, promovendo a diversificação da oferta de proximidade, a atratividade das áreas urbanas com bons níveis de acessibilidade, as respostas de mobilidade segura dirigidas a crianças, jovens, famílias e idosos, a logística urbana residencial, comercial, empresarial e industrial e a reestruturação do espaço canal em favor do transporte coletivo e da mobilidade suave e condicionada.

E - Alterações climáticas e riscos:

28. Moderar a vulnerabilidade dos sistemas urbanos, aumentando a sua resiliência aos riscos económicos, naturais, tecnológicos e mistos, incluindo aqueles que resultam das alterações climáticas e de fenómenos climatéricos extremos, e estimulando a emergência de uma cultura urbana de gestão da incerteza e prevenção e redução de riscos.

30. Implementar estratégias de adaptação das cidades às alterações climáticas em função das suas vulnerabilidades específicas, perfil climatológico e características físicas e funcionais (composição atmosférica, circulação do vento, balanço hídrico e ilha de calor), assegurando a resiliência dos seus subsistemas urbanos e potenciando as interações com as suas zonas costeiras e ribeirinhas, com a envolvente rural e natural.

F - Integração urbano-rural:

31. Estimular a articulação entre as cidades e a sua envolvente rústica, incluindo áreas agrícolas e florestais do hinterland e dos interfaces urbano-rurais, explorando as complementaridades económicas, sociais e culturais que resultam dessa relação

(continua)

de proximidade, melhorando as condições de transporte e logística e promovendo a oferta de produções regionais nomeadamente no setor hortofrutícola.

32. Obviar à proliferação indiscriminada da edificação dispersa nos solos rústicos periurbanos, especialmente para habitação, precavendo deseconomias urbanas, e promover a afetação desses solos a atividades produtivas, nomeadamente agrícolas e florestais, desmotivando o seu abandono e ajudando a neutralizar procuras e interesses adventícios.

33. Potenciar espaços silvestres periurbanos e metropolitanos, criando ou requalificando parques de recreio e lazer, parques florestais de uso múltiplo e redes de percursos nas áreas de influência das cidades, aumentando a sensibilização da população urbana para os valores naturais.

34. Fomentar o investimento em infraestruturas verdes urbanas e nos interfaces urbano-rural e urbano-ribeirinho, assentes no capital natural e nos serviços sociais, económicos e ambientais fornecidos pelos ecossistemas, e favorecer a integração urbano-ribeirinha, valorizando os ecossistemas fluviais, lagunares e marinhos e as atividades económicas conexas.

35. Impulsionar a valorização económica e social do património natural, das áreas protegidas e classificadas para efeitos de conservação da natureza, promovendo em meio urbano os produtos e serviços associados a estas áreas e reforçando o seu papel fundamental na defesa da biodiversidade e na afirmação da cidade-região.

### **Eixo 3 – Inclusão & Capital Humano:**

A - Inclusão social:

37. Assegurar a adequada extensão, intensidade e qualidade das redes de infraestruturas urbanas e de equipamentos e serviços sociais, através de uma perspetiva funcional e não tão só administrativa, de forma a responder às procuras e necessidades específicas e emergentes dos idosos, crianças, jovens, famílias e cidadãos com mobilidade reduzida.

B - Capacitação e iniciativa:

(continua)



39. Valorizar o capital humano das cidades, promovendo a capacitação de potenciais empreendedores, empresários e gestores empresariais, nomeadamente nas pequenas e médias empresas (PME), e a adequação da qualificação dos trabalhadores ao mercado de trabalho, visando a (re)integração laboral dos jovens e desempregados.

40. Promover e dinamizar o empreendedorismo e as oportunidades de emprego em meio urbano, de forma a valorizar os ativos desempregados e a criação de novas empresas que permitam gerar emprego com sustentabilidade e continuidade.

C - Cultura, cidadania e responsabilidade:

44. Salvaguardar e valorizar o património cultural e natural existente, material e imaterial, como fator de diferenciação dos territórios, potenciar a utilização dos equipamentos culturais existentes através da criação de parcerias e de redes culturais e investir nas atividades culturais enquanto fator decisivo de valorização económica e social dos cidadãos e dos territórios, promovendo a expressão, o acesso e a pluralidade de culturas locais, tradicionais e contemporâneas.

D - Comunidades urbanas:

45. Valorizar a escala de proximidade para o desenvolvimento de processos inclusivos de cidadania e sensibilização, incentivando abordagens inclusivas, inteligentes e sustentáveis de base comunitária, que tirem partido e reforcem a capacidade instalada do tecido associativo e da rede de intervenção pública locais.

46. Apoiar a estruturação de economias de base comunitária, promovendo o comércio de proximidade e o emprego local, nomeadamente mediante o recurso a sistemas de incentivos que promovam a dinâmica económica e o emprego.

**Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020**

(PETI3+)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61-A/2015, de 20 agosto.

Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014 -2020 (PETI3+) surge como uma atualização do PET 2011 -2015, projetando uma segunda fase de reformas estruturais a empreender neste sector, bem como o conjunto de investimentos em infraestruturas de transportes a concretizar até ao fim da presente década.

O PPETI3+ está assente em três objetivos estratégicos para o horizonte 2014-2020:

- a) Contribuir para o crescimento económico, apoiando as empresas portuguesas e a criação de emprego.
- b) Assegurar a competitividade do sector dos transportes e a sua sustentabilidade financeira para os contribuintes portugueses.
- c) Promover a coesão social e territorial, assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens em todo o país e a sustentabilidade ambiental:
  - Assegurar a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens em todo o território nacional, de forma eficiente e adequada às necessidades.
  - Implementar o princípio da equidade de oportunidades no acesso ao sistema de transportes, promovendo a coesão social e territorial.
  - Reorganizar e fortalecer o papel da regulação no sector dos transportes.
  - Assegurar uma clara, racional e equilibrada alocação de competências na planificação, organização e financiamento do sistema de transportes.
  - Promover uma redução continuada dos impactes ambientais do sector dos transportes, promovendo a utilização dos modos de transporte mais sustentáveis do ponto de vista energético e ambiental.

Inclui um projeto de destaque que abrange o Concelho de Águeda:

- Modernização/Eletrificação da Linha do Vouga nos troços Aveiro-Águeda - projeto de requalificação da via e a automatização de Passagem de Nível, a sua conclusão prevista após 2016 e antes do fim do quadro comunitário de apoio.

Estabelecem metas de resultados para o horizonte 2014-2020 (referência os dados relativos ao ano de 2013):

- N.º de TEU movimentadas nos principais portos Portugueses: +50%
- N.º de toneladas.km transportadas em modo ferroviário: +40%
- N.º de passageiros.km transportados nos serviços públicos de transporte de passageiros: +15%
- N.º de passageiros movimentados nos aeroportos nacionais: +25%
- N.º de veículos.km anuais na rede de autoestradas nacionais: +15%
- N.º de turistas de cruzeiro que escalem os portos nacionais: +50%
- Resultado líquido anual consolidado das empresas públicas do sector dos transportes e infraestruturas: Positivo
- Redução de emissões de CO2e: -247 kT
- Redução de emissões de NOX: -0,32 kT
- Redução de emissões de partículas: -0,031 kT

**Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030**

(ENMAC)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2019, de 2 de agosto.

(continua)

A ENMAC tem como visão um país “orgulhosamente ativo”, onde pedalar é uma atividade segura e amplamente praticada, constituindo opção de mobilidade acessível e atrativa, maximizando benefícios para a saúde, economia e emprego, ambiente e cidadania. Assume como missão incentivar e generalizar o “andar de bicicleta” nas deslocações quotidianas e de lazer, tornando a mobilidade ativa a forma mais popular para percorrer curtas distâncias, potenciando sinergias com o transporte público em todo o território nacional e melhorando significativamente a qualidade de vida dos portugueses.

Inclui um conjunto de medidas, algumas das quais se destacam pela sua relevância do âmbito do PDM:

- 4.1.6. Melhorar a legislação sobre condições de trabalho, que indiretamente implicará normas para a instalação de equipamentos em edifícios de serviços, complexos industriais e parques empresariais, questões que poderão ser antecipadamente acauteladas em sede de PDM.
- 4.2.1. Contemplar as redes e cicláveis nos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente no PDM, como instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais e outros documentos orientadores, que deverá explicitar a estratégia e as opções de base territorial para o favorecimento dos modos ativos em geral e, em particular, das redes de percursos cicláveis estruturantes, especificando os parâmetros de referência.
- 4.2.2. Assegurar a articulação intermunicipal no desenvolvimento de redes, concertando com as CIM desenhos compatíveis, continuidade de traçados e adequada manutenção.
- 4.2.3. Incluir mecanismos de promoção da mobilidade ativa na legislação, nomeadamente nos regulamentos municipais realizados no âmbito da urbanização e ou de edificação, garantido a concretização e execução de lugares para o estacionamento de bicicletas e privilegiando a garantia de requisitos mínimos para bicicleta e de limites máximos para estacionamento automóvel.
- 4.2.4. Regular cargas e descargas de mercadorias em zonas urbanas, potenciando a implementação de normas de promoção de bicicletas de carga nos sistemas de logística, explorando as vantagens relativas dos veículos híbridos

A ENMAC indica como metas para 2030:

- Quota modal de viagens em bicicleta no território nacional de 7,5%.
- Quota modal de viagens em bicicleta nas cidades de 10%.
- Extensão total de ciclovias de 10 000 Km.
- Redução da sinistralidade rodoviária de ciclistas em 50%.

para entregas e recolhas, em particular no primeiro e último Km, face a outros modos de transporte.

- 6.1.2. Privilegiar, priorizar e promover a implementação de intervenções ligeiras, tais como zonas sem carros, que podem ser progressivamente alargadas.
- 6.1.3. Eliminar descontinuidades e obstruções nas vias para ciclistas.
- 6.1.4. Generalizar medidas de acalmia de tráfego em zonas urbanas, com implementação de zonas de coexistência, e redução de tráfego de atravessamento no centro das localidades, em particular nas imediações de estabelecimentos escolares.
- 6.1.5. Tornar as interseções para ciclistas seguras e confortáveis.
- 6.1.6. Massificar a instalação de estacionamentos de bicicleta, nomeadamente em todos os destinos que constituam polos geradores e atratores de deslocações, privilegiando o recurso a soluções técnicas padronizadas.
- 6.1.7. Facilitar a mobilidade ativa nas zonas urbanas, através da construção, adaptação e manutenção de infraestruturas dedicadas para a encurtar e tornar os trajetos com bicicleta os mais atrativos, da promoção da qualidade do espaço público e do índice de «caminhabilidade» em áreas envolventes a equipamentos geradores e atratores de deslocações (interfaces de transportes, hospitais, escolas e outros edifícios públicos), do desenvolvimento de planos de mobilidade ativa nas zonas urbanas com elevado potencial de utilização, com definição de vias radiais (primárias e diretas) e vias tranquilas (menos diretas, com acesso a comércio e equipamentos). Deverá também ser promovida a arborização de canais e zonas de circulação a pé e com bicicleta, articulando as infraestruturas verdes com as infraestruturas cinzentas de circulação, garantindo mais sombra, conforto térmico e psicológico, e contribuindo para reduzir a exposição de ciclistas a fontes de poluição atmosférica e sonora.
- 6.1.8. Criar e mapear redes cicláveis intermunicipais de excelência com ligações diretas e interconectadas e potenciando redes já existentes ou em execução; fora das localidades, estimular o desenvolvimento de ecovias com percursos calmos e atrativos; sempre que possível, as redes devem ser compatíveis com o tráfego pedonal.
- 6.1.9. Promover percursos cicláveis para desporto e lazer, explorando sinergias com percursos pedestres, bem como com a Rede Nacional de Ecopistas, os

(continua)

	<p>Centros e Percursos «Cyclin’ Portugal», ou a rede Eurovelo, para bicicletas, bem como o Portuguese Trails enquanto projeto nacional de dinamização e promoção nacional e internacional da oferta de percursos pedestres e cicláveis.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>6.2.2. Fomentar a implementação de sistemas públicos de bicicletas assegurando uma adequada cobertura territorial com estações bem localizadas e visíveis, junto de equipamentos e interfaces de transporte.</li> </ul>	
<p><b>Estratégia para o Turismo 2027</b> (ET27)</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, 27 de setembro.</p> <p>(continua)</p>	<p>A Estratégia para o Turismo 2027 é o referencial estratégico para o turismo em Portugal na próxima década, cuja construção teve por base um processo participativo, alargado e criativo, no qual o Estado assume a sua responsabilidade e mobiliza os agentes e a sociedade.</p> <p>Consubstancia uma visão de longo prazo, combinada com uma ação no curto prazo, permitindo atuar com maior sentido estratégico no presente e enquadrar o futuro quadro comunitário de apoio 2021-2027.</p> <p>A presente estratégia visa os seguintes objetivos:</p> <p>a) Proporcionar um quadro referencial estratégico a 10 anos para o turismo nacional.</p>	<p>A ET27 apresenta metas que abrangem as três dimensões da sustentabilidade: económica, social e ambiental.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Objetivo</u>: aumentar a procura turística no país e nas várias regiões. <u>Meta</u>: 80 milhões de dormidas, aumento de 31 milhões dormidas entre 2017 e 2027, traduzindo-se numa taxa de variação média anual (TVMA) de 4,2 %.</li> <li><u>Objetivo</u>: crescer em valor e crescer mais que os nossos principais concorrentes. <u>Meta</u>: 26 mil milhões € representando um</li> </ul>

- b) Assegurar a estabilidade e a assunção de compromissos quanto às opções estratégicas para o turismo nacional.
- c) Promover uma integração das políticas setoriais.
- d) Gerar uma contínua articulação entre os vários agentes.
- e) Agir com sentido estratégico no presente e no curto/médio prazo.

A visão estratégica da ET27 espelha o que se pretende alcançar para o turismo em 2027: afirmar o turismo como hub para o desenvolvimento económico, social e ambiental em todo o território, posicionando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo.

Estabelece prioridades, definindo cinco eixos estratégicos, com as respetivas linhas de atuação (onde elencamos as mais relevantes tendo em conta o âmbito):

Eixo 1 — Valorizar o território e as comunidades:

- 1) Conservar, valorizar e usufruir do património histórico-cultural e identitário.
- 2) Valorizar e preservar a autenticidade do País e a vivência das comunidades locais.
- 3) Afirmar o turismo na economia do mar.
- 4) Potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação.
- 5) Promover a regeneração urbana das cidades e regiões e o desenvolvimento turístico sustentável dos territórios/destinos.

Eixo 2 — Impulsionar a economia:

- a) Assegurar a competitividade das empresas de turismo numa perspetiva de curto, médio e longo prazo.
- b) Atrair investimento e qualificar a oferta turística.

crescimento de 14 mil milhões € de 2017 a 2027, traduzindo -se numa TVMA de 7 %.

- Objetivo: aumentar as qualificações dos trabalhadores na atividade turística. Meta: duplicar o nível de habilitações do ensino secundário e pós -secundário no turismo — de 30 % para 60 %.
- Objetivo: alargar o turismo durante todo o ano. Meta: reduzir o índice de sazonalidade de 37,5 % para 33,5 %.
- Objetivo: assegurar uma integração positiva do turismo nas populações residentes. Meta: mais de 90 % da população residente considera positivo o impacto do turismo no seu território (A aferir nos territórios/locais com maior densidade turística).
- Objetivo: incrementar os níveis de eficiência energética nas empresas do turismo. Meta: mais de 90 % das empresas do turismo adotam medidas de utilização eficiente da energia.
- Objetivo: impulsionar uma gestão racional do recurso água no Turismo. Meta: mais de 90 % das empresas turísticas promovem uma utilização eficiente da água nas suas operações.

(continua)

c) Afirmar Portugal como um polo de referência internacional na inovação, no empreendedorismo e na produção de bens e serviços para o turismo.

d) Estimular a economia circular no turismo.

Eixo 3 — Potenciar o conhecimento:

a) Prestigiar as profissões do turismo e formar massa crítica adaptada às necessidades do mercado e promover a igualdade do género e de oportunidades.

Eixo 4 — Gerar redes e conectividade:

a) Melhorar os sistemas de mobilidade rodoferroviária e de navegabilidade.

b) Promover o «turismo para todos» numa ótica inclusiva que acolha os diferentes mercados/segmentos turísticos.

c) Envolver ativamente a sociedade no processo de desenvolvimento turístico do país e das regiões.

d) Mobilizar o trabalho em rede e a promoção conjunta entre os vários setores.

Eixo 5 — Projetar Portugal:

a) Posicionar o turismo interno como fator de competitividade e de alavanca da economia nacional.

b) Tornar Portugal como um destino de congressos e eventos culturais e desportivos de âmbito internacional.

**Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios**

(PNDFCI)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006 de 26 de maio.

(continua)

O PNDFCI corresponde a um plano de ação transversal para a concretização da política e estratégias relativas à política de defesa da floresta contra incêndios, pela sua vital importância para o País, não pode ser implementada de forma isolada, mas antes inserindo-se num contexto mais alargado de ambiente e ordenamento do território, de desenvolvimento rural e de proteção civil, envolvendo responsabilidades de todos, Governo, autarquias, organismos, cidadãos, no desenvolvimento de uma maior transversalidade e convergência de esforços de todas as partes envolvidas, de forma direta ou indireta.

O PNDFCI aprova a estratégia e determina os objetivos, as prioridades e as intervenções a desenvolver para atingir as metas preconizadas.

Para alcançar os objetivos, ações e metas o PNDFCI, estrutura a implementação dos mesmos articulada e estruturada em cinco eixos estratégicos de atuação e seus objetivos principais:

Eixo 1 - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais:

- a) Rever e integrar políticas e legislação.
- b) Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas.

Eixo 2 - Redução da incidência dos incêndios:

- a) Educar e sensibilizar as populações.
- b) Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações.
- c) Capacidade de dissuasão e fiscalização.

Eixo 3 - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios:

- a) Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.ª intervenção.
- b) Reforço da capacidade de 1.ª intervenção.
- c) Reforço da capacidade do ataque ampliado.

O PMDFCI pormenoriza as metas do PNDFCI à escala municipal.



- d) Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós rescaldo.
- e) Melhoria das comunicações.
- f) Melhoria dos meios de planeamento previsão e apoio à decisão.
- g) Melhoria das Infraestruturas e logística de suporte à DFCI.

Eixo 4 - Recuperar e reabilitar os ecossistemas.

Eixo 5 - Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

Os períodos temporais para a concretização dos objetivos e ações os períodos que vão de 2006 a 2012 e de 2012 a 2018. A monitorização do PNDFCI será objeto de relatório anual de acompanhamento elaborado pela Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Neste PNDFCI são estabelecidas linhas de atuação com a indicação clara da fase de planeamento, execução e controlo, calendarização de medidas e indicadores de execução, tornando simples, objetiva e operacional a implementação deste instrumento estratégico.

Ao nível municipal a concretização dos objetivos distritais, regionais e nacionais da defesa da floresta contra incêndios, é de operacionalização feita através dos PMDFCI, sendo que este integra um plano operacional municipal (POM). Acresce que se no caso do PMDFCI não se encontrar válido o POM este deverá ser elaborado de acordo com o modelo previsto neste plano.

O PMDFCI deverá ter proceder à transposição de objetivos e estratégias do PNDFCI para o território de Águeda que deverão ser incorporados no PDM.

Neste contexto, para além dos objetivos específicos que deverão ser vertidos nos Planos acima indicados consideram-se de maior relevância para a AAE do PDMA a observação dos seguintes eixos e objetivos estratégicos na estratégia municipal (na listagem são também indicados os Objetivos Operacionais (OP) e as Ações a Desenvolver (AD) no âmbito dos mesmos):

Eixo 1 - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais:

(continua)

- b) Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas:
- (OP) Criar e aplicar orientações estratégicas para a gestão das áreas florestais:
    - (AD) Adoção do modelo ZIF como referência para a introdução de princípios e estratégias de defesa da floresta contra incêndios, canalizando para esta ação os recursos financeiros existentes.
  - (OP) Definir as prioridades de planeamento e execução das infraestruturas de DFCI face ao risco:
    - (AD) Operacionalizar a ação das CMDFCI.
    - (AD) Apoiar a atividade dos Gabinetes Técnicos Florestais.
  - (OP) Proteger as zonas de interface urbano/florestal:
    - (AD) Criar e manter faixas exteriores de proteção, nos aglomerados populacionais, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios.
    - (AD) Criar e manter faixas exteriores de proteção em parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações.
  - (OP) Implementar programa de redução de combustíveis:
    - (AD) Criar redes de gestão de combustível, através da redução parcial ou total da vegetação em faixas e parcelas estrategicamente localizadas para a defesa de pessoas e edificações e de povoamentos florestais. (apoio e/ou articulação com as entidades responsáveis).
  - (OP) Condicionar trabalhos/acessos a áreas florestais durante o período crítico:
    - (AD) Sinalização de condicionamento de acesso, de execução de trabalhos e sinalização informativa sobre o risco de incêndio. (apoio e/ou articulação com as entidades responsáveis).

(continua)

Eixo 2 - Redução da incidência dos incêndios:

- a) Educar e sensibilizar as populações:
- (OP) Sensibilização da população:
    - (AD) Programas a desenvolver ao nível local, e dirigido a grupos específicos da população rural, em função das informações históricas de investigação das causas dos incêndios. (apoio e/ou articulação com as entidades responsáveis).
  - (OP) Sensibilização e educação escolar:
    - (AD) Promover as práticas no domínio da educação florestal e ambiental, e recuperar para esta área iniciativas como a da "Ciência Viva". (apoio e/ou articulação com as entidades responsáveis).
- Eixo 3 - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios:
- a) Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª Intervenção:
- (OP) Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e deteção) de cariz municipal:
    - (AD) Acompanhar, permanente, em sede própria, os resultados das ações de deteção ao nível Municipal, Distrital e Nacional. (apoio e/ou articulação com as entidades responsáveis).
- b) Reforço da capacidade de 1ª Intervenção:
- (OP) Estruturar o nível Municipal de 1ª Intervenção:
    - (AD) Na elaboração dos PMDFCI/POM, integrar a atuação dos Bombeiros, das Equipas de Sapadores Florestais da DGRF e do ICN, das Equipas da AFOLCELCA, das Equipas do SEPNA e do GIPS da GNR, e, outros Agentes presentes no terreno. (apoio e/ou articulação com as entidades responsáveis).

(continua)

- (AD) Dar continuidade aos projetos comuns de proteção coletiva, desenvolvidos no âmbito do sistema de vigilância e deteção. (apoio e/ou articulação com as entidades responsáveis).

c) Reforço da capacidade do ataque ampliado:

- (OP) Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal:
  - (AD) Levantamento dos recursos (materiais e efetivos mobilizáveis) existentes em cada Corpo de Bombeiros (CB), com vista à avaliação da sua capacidade operacional e do respetivo Município. (apoio e/ou articulação com as entidades responsáveis).
  - (AD) Distribuir os meios no terreno atendendo ao risco de incêndio, fazendo recurso de destacamentos temporários. (apoio e/ou articulação com as entidades responsáveis).
  - (AD) Fazer o levantamento e mobilização dos meios municipais logísticos e de apoio e operacionalizar a sua integração no dispositivo logístico Nacional. (apoio e/ou articulação com as entidades responsáveis).
- (OP) Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Distrital. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios):
  - (AD) Implantar e articular os meios de ataque ao nível municipal. (apoio e/ou articulação com as entidades responsáveis).
  - (AD) Integrar ao nível Distrital, na parte correspondente, os Planos da Operacionais Municipais (POM) elaborados ao nível do Concelho. (apoio e/ou articulação com as entidades responsáveis).

d) Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós rescaldo:

- (OP) Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo:
  - (AD) Implementar por parte das autarquias as medidas que levem as populações, através das Juntas de Freguesia, a aderir a projetos comuns de

(continua)

proteção coletiva, sustentado por medidas de autodefesa, e colaborar nestas Ações. (apoio e/ou articulação com as entidades responsáveis).

- o (AD) Estabelecer medidas Operacionais adequadas. (apoio e/ou articulação com as entidades responsáveis).

g) Melhoria das Infraestruturas e logística de suporte à DFCI:

- (OP) Organizar uma Estrutura Nacional de Apoio Logístico, assente nas estruturas Municipais e Distritais, pensada e articulada não só para fazer face às situações de socorro e combate aos incêndios florestais mas também constituir uma base sustentada de uma primeira célula de primeira resposta a situações de emergência.
  - o (AD) Criar uma adequada estrutura logística de suporte às ações de supressão. (apoio e/ou articulação com as entidades responsáveis).

Eixo 4 - Recuperar e reabilitar os ecossistemas

a) Recuperar e reabilitar os ecossistemas:

- (OP) Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo:
  - o (AD) Conduzir um programa específico dirigido à recuperação de áreas ardidas, aplicando as orientações estratégicas do Conselho Nacional de Reflorestação, dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal e as recomendações técnicas do Centro PHOENIX do Instituto Florestal Europeu. (apoio e/ou articulação com as entidades responsáveis).
  - o (AD) Avaliar os trabalhos de reabilitação das áreas afetadas. (apoio e/ou articulação com as entidades responsáveis).
  - o (AD) Avaliar a capacidade de recuperação das áreas ardidas. (apoio e/ou articulação com as entidades responsáveis).

Eixo 5 - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

(continua)

- (OP) Preparar uma estrutura para sustentar as Ações e metas antes abordadas aos níveis Municipal, Distrital e Nacional:
    - (AD) Estabelecer a tão necessária relação de proximidade entre os níveis Nacional, Distrital e Municipal.
    - (AD) Potenciar os recursos (humanos e materiais) para uma adequada capacidade de intervenção nos diversos Teatros de Operações.
    - (AD) Implementar uma adequada cultura logística suportada por uma estrutura integrada e sustentada ao nível Nacional, Distrital e Municipal.
    - (AD) Integrar os PDFCI, elaborados ao nível do Concelho (Estrutura Municipal), numa ótica Distrital, e Nacional, sem prejuízo da necessária articulação, consolidação (através da implementação de exercícios de âmbito Municipal, Distrital e Nacional) e consequente adaptação aos três níveis.
  - (OP) Ao nível municipal, monitorizar as operações de socorro e assistência, e, garantir o necessário apoio técnico e logístico:
    - (AD) A CMDFCI é o elo de ligação das várias entidades, sendo o PMDFCI o instrumento orientador das diferentes acções. Anualmente, as CMDFCI devem assentar a sua atividade da vigilância, deteção, fiscalização, 1ª intervenção e combate, em planos expeditos de carácter operacional municipal (POM) mobilizando e tirando partido de todos os agentes na área de influência municipal.
- (AD) Os SMPC deverão garantir, em sede de POM a coordenação de todas as operações e forças, de socorro, emergência e assistência e consequentemente da atividade operacional, garantir a ligação operacional permanente do município ao CDOS, e o apoio aos órgãos e às operações de socorro, emergência e assistência.

**Plano Rodoviário Nacional**

(PRN 2000)

Decreto-Lei n.º 222/98 de 17 de julho.

O PRN corresponde a um plano de ordenamento transversal ao território português, corresponde a um dos instrumentos estruturantes para a harmoniosa da política do ordenamento do território,

Na definição da Nova Rede Rodoviária Nacional adotam-se critérios funcionais, operacionais e de acessibilidade. Em termos de funcionalidade, serão assegurados por estradas nacionais as seguintes ligações:

- A) Da sede de cada Distrito com os contíguos.
- B) Da sede de cada Distrito com os Centros Urbanos do mesmo.
- C) Entre a Sede de cada Distrito o porto e a fronteira mais importantes desse distrito, quando existentes.

Sob o ponto de vista operacional, serão servidos por estrada nacional os percursos de extensão superior a 10 km e tráfego médio diário superior a 2000 veículos relativo ao ano de 1975 (4300 em 1990), bem como aqueles que, com tráfego médio diário superior a 1 000 veículos, estabeleçam a ligação entre sedes de concelho.

Estabeleceu-se que todas as Sedes de Concelho terão acesso por Estrada Nacional à rede definida a partir dos critérios acima enunciados. Importa salientar que, para aquela determinação, se procedeu ao agrupamento dos centros urbanos, em função do seu potencial demográfico, dos serviços de apoio às atividades económicas e às populações e da sua capacidade exterior, em três grupos:

Sede de Distrito e Centros Urbanos equiparados.

Centros Urbanos de influência supraconcelhia, mas infra-distrital.

Centros Urbanos só com influência concelhia.

A Rede Nacional integra apenas duas categorias de estradas, a Rede Nacional Fundamental e a Rede Nacional Complementar.

A Rede Nacional Fundamental tem menor extensão, a fim de a dotar de características técnicas indispensáveis num período de tempo aceitável. Assim,

Além dos objetivos quantificados definidos na coluna anterior, não são quantificadas metas no PRN 2000 a assumir pelo PDMA.

(continuar)

definiram-se nove Itinerários Principais, três longitudinais e seis transversais, numa extensão de cerca de 2 500 km. Os Itinerários longitudinais terão o nível de serviço B, o que significa que asseguram correntes de tráfego estáveis, permitindo a circulação em excelentes condições de comodidade e segurança.

A Rede Nacional Complementar, com a extensão total de 7 500 km, assegura as ligações entre os centros urbanos de nível B e C, assim como as ligações operacionais e as resultantes do critério de acessibilidade. Esta rede integra quatro Itinerários Complementares longitudinais, dez transversais, as vias de acesso e envolventes das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, bem como outros lanços de estrada. As vias da Rede Nacional Complementar terão o nível de serviço C, que proporciona boas condições de circulação.

A execução de infraestruturas viárias previstas no PRN para Águeda, tem como objetivo influenciar o desenvolvimento concelhio, reforçando nomeadamente a ligação ao eixo transfronteiriço Aveiro - Vilar Formoso (IP5).

O Modelo Estratégico que informa o PDMA é, assim, desenvolvido no pressuposto da concretização das ações do PRN e dos seus efeitos sobre o Concelho ao nível do desenvolvimento socioeconómico e demográfico.

No caso de Águeda concretiza-se em:

- EN333 - Oiã-Águeda - Oiã (entroncamento da EN 235) | Perrães-Águeda (IC 2).
- ER 230 Águeda-Carregal do Sal - Águeda (IC 2) | Bolfiar-Campo de Besteiros-Tondel | Carregal do Sal (IC 12).

**Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva (ENPCP)**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 160/2017(continua)

A ENPCP constitui como um instrumento de orientação para a Administração Central e Local, no horizonte temporal de 2020. Pretende -se em articulação com os demais instrumentos, planos e programas de ação setoriais que contribuam para os mesmos fins, enfatizar a vertente preventiva da proteção civil como fator determinante para a atenuação das vulnerabilidades existentes e para o controlo do surgimento de novos elementos expostos a riscos coletivos.

A ENPCP não apresenta metas quantificadas.



Assume-se como uma efetiva estratégia nacional para a redução do risco de catástrofes e demonstra o comprometimento nacional com as metas traçadas pelo Quadro de SENDAI para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030, em particular no que respeita à governança para o risco e à capacitação das autoridades locais, enquanto pilares basilares à mudança de paradigma que se pretende fomentar.

A Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva define cinco objetivos estratégicos (e áreas prioritárias), alinhados com as prioridades do Quadro de Sendai, designadamente:

Objetivos estratégicos (OE) e Áreas prioritárias (AP):

OE1 - Fortalecer a governança na gestão de riscos;

AP 1.1 - Governança — nível nacional;

AP 1.2 - Governança — nível local;

b) Melhorar o conhecimento sobre os riscos;

AP 2.1 - Avaliação de riscos;

AP 2.2 - Avaliação de danos;

**c) Estabelecer estratégias para redução de riscos;**

**AP 3.1 - Ações de prevenção imaterial;**

**AP 3.2 - Ações de prevenção estrutural;**

**d) Melhorar a preparação face à ocorrência de riscos;**

**AP 4.1 - Sistemas de monitorização, alerta e aviso;**

**AP 4.2 - Planeamento de emergência;**

e) Envolver os cidadãos no conhecimento dos riscos.

AP 5.1 - Educação para o risco;

AP 5.2 - Sensibilização e informação pública.

(continuar)

Cada uma das Áreas Prioritárias têm associado um conjunto de Objetivos Operacionais (OP), os quais traduzem projetos e atividades a implementar de acordo com um Programa de Ação específico.

Destacam-se para o âmbito do PDMA os seguintes objetivos operacionais:

OP.3.1.32- Consagrar nos instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal a existência de medidas de prevenção e de mecanismos de incentivo à minimização de riscos em áreas de suscetibilidade elevada e moderada

OP.3.1.33 - Garantir a integração do princípio da prevenção aos riscos nas opções de ordenamento e planeamento territorial

OP.3.2.36 - Implementar programas de intervenção para aumento da resistência estrutural e reforço das condições de segurança de infraestruturas e edifícios públicos

OP.3.2.37 - Implementar programas especiais de intervenção para a redução da vulnerabilidade de elementos patrimoniais com valor cultural, histórico ou arquitetónico

OP.3.2.38 - Promover ações de reabilitação urbana nos centros históricos, fomentando a recuperação e beneficiação do edificado e tendo em consideração a minimização dos riscos existentes

OP.3.2.40 - Aumentar a capacidade de retenção de água para utilização em períodos de seca

OP.3.2.41 - Implementar intervenções estruturais de desobstrução, regularização fluvial e controlo de cheias, em zonas de inundações frequentes e danos elevados

OP.3.2.42 - Executar obras hidráulicas necessárias à gestão adequada de caudais extremos em zonas de inundações frequentes e com danos elevados

OP.3.2.44 - Implementar medidas de defesa da floresta, ao nível da gestão de combustível e da acessibilidade de pontos de água, tendo em vista a diminuição do

(continua)

risco de incêndio florestal e o aumento da resistência da vegetação à passagem do fogo

OP.3.2.45 - Executar intervenções estruturais para estabilização de vertentes em áreas suscetíveis a movimentos de massa em vertentes, que possam colocar em risco pessoas e bens

OP.4.1.54 - Implementar procedimentos para monitorização sistemática dos riscos ao nível local, prevendo a integração com o patamar nacional sempre que justificável

OP.4.1.55 - Consolidar uma Rede Nacional de Videovigilância Florestal e modernizar a Rede Nacional de Postos de Vigia





**Quadro de Referência Estratégico**  
Âmbito Regional



**Política, Programa,  
Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

**Âmbito: Regional**

**Plano de Gestão da  
Região Hidrográfica  
do Vouga, Mondego  
e Lis (RH4)**

(PGRH)

Resolução do  
Conselho de Ministros  
n.º 52/2016, de 20 de  
setembro.

(continua)

Os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas visam a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível da região hidrográfica. É através destes planos que se atingem os objetivos estabelecidos na Diretiva Quadro da Água e na Lei da Água, pela definição de medidas específicas tendo em conta a viabilidade da sua aplicação, o trabalho técnico e científico que implicam, a sua eficácia e os custos operacionais envolvidos.

O PGRH da região hidrográfica 4 define como objetivos estratégicos:

- a) Adequar a administração pública na gestão da água.
- b) Atingir o bom estado/potencial das massas de água.
- c) Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras.
- d) Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos.
- e) Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água.
- f) Promover a sustentabilidade económica da gestão da água.
- g) Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água.
- h) Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais.
- i) Posicionar Portugal no contexto luso-espanhol.

O PGRH estabelece medidas específicas para o concelho de Águeda, tais como:

- PTE1P01M02\_SUP\_RH4 Intervenções nos sistemas de saneamento da Águas da Região de Aveiro no concelho de Águeda.

Do ponto de vista estratégico, o PDMA deverá integrar os objetivos do PGRH e o respetivo desenvolvimento, nomeadamente contribuir para atingir as suas metas:

- Alcançar o Bom estado das massas de água para as massas de água superficiais (implica classificação Bom simultânea para o estado ecológico e para o estado químico).
- Alcançar o Bom estado das águas fortemente modificadas ou artificiais (implica classificação Bom simultânea para o potencial ecológico e para o estado químico).
- Alcançar o Bom estado das massas de água subterrâneas (implica classificação Bom simultânea para o estado químico e para o estado quantitativo, para o qual importa garantir equilíbrio entre captações e recargas médias anuais).

Assim, devem considerar-se as seguintes metas no PDMA:

- Percentagem de massas de água superficiais com Bom estado: 83% em 2021 e 100% em 2027

**Política, Programa,  
Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

- PTE1P15M09\_SUP\_RH4 Obras de construção e reabilitação de sistemas de transporte de águas residuais em alta, para mitigação de escorrências de águas residuais urbanas nos concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mira, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar e Vagos.
- PTE1P15M11\_SUP\_RH4 Intervenções nos sistemas de saneamento dos subsistemas de Vouga e Sul nos concelhos de Águeda e Vagos.

- Percentagem de massas de água subterrâneas com Bom estado: 91% em 2021 e 100% em 2027

**Plano Regional do  
Ordenamento do  
Território do Centro**  
(PROT-C)

Tal como indicado na análise ao PNPOT a relação deste com o PDM de Águeda realiza-se ou deverá realizar-se, com maior rigor, através do PROT-Centro.

O PROT-Centro não tendo tido ainda uma aprovação formal é indicado pela entidade competente que o mesmo deverá ser observado tal como ocorrido na AAE de 2012. Desta forma indica-se sumariamente o conteúdo do Plano em matéria de estratégia.

A Visão estratégica de suporte do PROT-C consubstancia-se nos seguintes objetivos:

- a) Proposta de geoestratégia territorial:
- Estruturar um modelo territorial para a região que afirme a sua autonomia face às regiões urbanas de Lisboa e do Porto.
  - Alargar a base de recursos endógenos mobilizáveis para o desenvolvimento.

Não são quantificadas metas no âmbito do PROT-C.

(continua)



**Política, Programa,  
Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

<p>(continua)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar níveis mínimos de serviços e de funções públicos nos territórios de mais baixa densidade, assegurando nesses territórios a concretização do direito de cidadania e de acesso a padrões de dignidade em matéria de qualidade de vida.</li> <li>b) Valorizar estrategicamente os ativos específicos de internacionalização da Região:             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceder especial notoriedade a ativos específicos de internacionalização suscetíveis de ser valorizados.</li> </ul> </li> <li>c) Viabilizar a transição sustentada da Região para a Sociedade inclusiva do conhecimento.</li> <li>d) Visão estratégica territorialmente diferenciada para o mundo rural.             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer e valorizar as atividades e os empreendimentos agroflorestais.</li> </ul> </li> <li>e) Valorizar complementaridades e sinergias entre recursos turísticos suscetíveis de reconhecimento de procura.</li> <li>f) Valorizar o potencial de energias renováveis na Região como fator de diferenciação competitiva.             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Território de referência a nível continental em termos de instalação de fontes de energia eólica e de valorização da biomassa como um dos mais relevantes recursos endógenos da Região.</li> </ul> </li> <li>g) Valorizar os recursos culturais e patrimoniais da Região como ativos específicos de afirmação identitária nacional e internacional.             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Proteção, salvaguarda, valorização e fruição do património histórico-arqueológico e arquitetónico como fator de desenvolvimento e de garantia de originalidade, diferenciação e afirmação de identidade e memória.</li> </ul> </li> </ul>	
-------------------	---	--

**Política, Programa,  
 Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

<p>(continua)</p>	<p>h) Organizar e valorizar o policentrismo potencial da Região.</p> <p>i) Potenciar a biodiversidade da Região e as suas mais-valias ambientais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade, o Plano assume como prioridade estruturante a promoção do valor social e económico das zonas de valia ambiental e dos recursos naturais, garantindo a definição de uma rede de áreas classificadas integradas numa estrutura de corredores ecológicos suscetíveis de assegurar a conservação e valorização do património natural.</li> </ul> <p>j) Uma visão estratégica para as políticas de mitigação de riscos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Para além dos riscos associados à estrutura natural (Florestar e sistema hídrico) identifica-se nomeadamente a redução estrutural da vulnerabilidade social numa lógica de desconcentração urbana e de diversificação dos investimentos produtivos, constituindo a lógica policêntrica da Região Centro uma oportunidade e um potencial para a redução da vulnerabilidade social. Tal poderá ser conseguido, contrariando a atual tendência macrocéfala dos grandes centros urbanos, com:             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ A recuperação do edificado e a melhoria da qualidade de vida nos hinterlands dos grandes centros urbanos, nomeadamente com a construção de equipamentos sociais e de qualificação ambiental, fomentando, nomeadamente o conforto e a eficiência térmica das habitações.</li> <li>○ A aplicação de políticas de qualificação e de requalificação profissional dos indivíduos e dos grupos mais vulneráveis.</li> </ul> </li> </ul>	
-------------------	--	--

**Política, Programa,  
Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

<p>(continua)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ O envolvimento nas políticas de prevenção e de mitigação dos riscos e nas estruturas de socorro e emergência, os cidadãos e as suas estruturas associativas.</li> <li>○ O apoio à diversificação das atividades económicas e as iniciativas empresariais de pequena escala.</li> </ul> <p>No âmbito do PDM destacamos a persecução das seguintes medidas estratégicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Porto de Aveiro, plataforma logística associada e sua conexão com o eixo internacional A 25.</li> <li>• Eixos viários de conexão da Região com os principais eixos de disseminação de tráfego no território europeu.</li> <li>• Pontos de amarração da Região à rede de alta velocidade Porto-Lisboa-Madrid.</li> <li>• Potencial de inserção em redes de produção do conhecimento do sistema universitário e politécnico da Região e da rede de instituições de base tecnológica que organizam a oferta de serviços avançados às empresas inseridas nos principais sistemas produtivos da Região.</li> <li>• Espaços de valia ambiental da Região com maior destaque em termos de visibilidade e atratividade internacional.</li> <li>• Ativos culturais e patrimoniais, instituições responsáveis pela sua gestão e territórios sob a sua influência com contributo marcante para a imagem identitária da Região numa lógica de valorização da perspetiva de mosaico de culturas locais e do valor da descentralização cultural.</li> <li>• Reestruturar a indústria tradicional forte e internacionalizada.</li> </ul>	
-------------------	--	--

**Política, Programa,  
Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

- Promover a transferência, apropriação e uso do conhecimento potenciando a abrangência territorial do sistema científico e de formação.
- Promover e coordenar novas oportunidades de investimento e desenvolvimento em torno da qualidade do património natural, construído e cultural.
- Valorizar e aproveitar as amenidades rurais associadas à agricultura, floresta, espaço não agrícola nem florestal, e aos povoados rurais.
- Aproveitar novas oportunidades de investimento em domínios como as energias renováveis, indústria agroalimentar, hotelaria e restauração, empresas de distribuição, prestação de serviços ambientais e agro-rurais, etc.
- Explorar na Região oportunidades decorrentes do quadro de produtos estratégicos e complementares definidos em sede do Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT).
- Favorecer os movimentos, já hoje com grande expressão, de visitantes ligados a alojamentos familiares de uso sazonal ou temporário.
- Favorecer a instalação de novos residentes, permanentes ou temporários, nomeadamente os portadores de ideias de negócios.
- Favorecer a emergência e o fortalecimento dos interesses, organizações e instituições, empenhados num modelo territorial e que possam constituir uma alternativa à tradicional visão agrícola do rural e do espaço.
- Mobilizar o conhecimento relevante e pertinente para a construção de marcas-território, criando as condições para a valorização integrada de territórios e de produtos orientados para nichos de procura.
- Exploração do potencial associado à valorização da tecnologia dos biocombustíveis como fonte de energias renováveis e à valorização da produção

(continua)

**Política, Programa,  
Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

<p>(continua)</p>	<p>de combustível derivado de resíduos designadamente no âmbito da pré-deposição em aterro de resíduos sólidos urbanos e no aproveitamento do seu potencial energético;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorização a médio-longo prazo do potencial da energia das ondas na costa da Região com aposta em projetos-pilotos de demonstração do potencial existente.</li> <li>• Valorizar a gestão sustentável do recurso ar, tendo em consideração os efeitos decorrentes das alterações climáticas.</li> <li>• Promover condições de utilização sustentável dos recursos hídricos enquanto recursos com valor económico, social e ambiental.</li> <li>• Valorizar as condições de uso sustentável do solo assegurando todas as suas funções e serviços vitais para o Homem e ecossistemas.</li> <li>• A transposição para os vários planos e instrumentos de gestão territorial das condicionantes relacionadas com os riscos.</li> <li>• O fomento do associativismo florestal e incremento da área florestal com planos de gestão, e simultaneamente aumento do conhecimento sobre a temática dos incêndios florestais.</li> <li>• A articulação das políticas de gestão e ordenamento florestal com as políticas energéticas.</li> <li>• O desenvolvimento de unidades de saúde e de equipas especializadas de socorro e emergência que cubram de forma eficaz e densa os municípios com maior vulnerabilidade social.</li> <li>• A aplicação do conceito de modos de vida sustentáveis, que incorpore as desigualdades sociais e o acesso diferenciado aos recursos e bens, fornecendo</li> </ul>	
-------------------	---	--

**Política, Programa,  
Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

	<p>melhores ferramentas e parâmetros de atuação na prevenção e mitigação dos riscos.</p>	
<p><b>Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral</b> (PROF CL) Portaria n.º 56/2019 de 11 de fevereiro. Declaração de retificação n.º 16/2019, de 12 de abril  (continua)</p>	<p>Os programas regionais de ordenamento florestal (PROF) são instrumentos de política setorial de âmbito nacional, definem para os espaços florestais o quadro estratégico, as diretrizes de enquadramento e as normas específicas quanto ao uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, à escala regional, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.</p> <p>Em linha com a Estratégia Nacional para as Florestas os PROF assumem a visão para as Florestas Europeias 2020, que considera:</p> <p><i>Um futuro onde as florestas sejam vitais, produtivas e multifuncionais. Onde as florestas contribuam efetivamente para o desenvolvimento sustentável, por via da promoção e incremento dos bens e serviços providos pelos ecossistemas, assegurando bem-estar humano, um ambiente saudável e o desenvolvimento económico. Onde o potencial único das florestas para apoiar uma economia verde, providenciar meios de subsistência, mitigação das alterações climáticas, conservação da biodiversidade, melhorando a qualidade da água e combate à desertificação, é realizado em benefício da sociedade.</i></p> <p>No processo de revisão do PROF CL teve-se em especial consideração a necessidade de reforçar a articulação com a Estratégia Nacional para as Florestas, aprofundando o alinhamento com as suas orientações estratégicas, nomeadamente nos domínios da valorização das funções ambientais dos espaços florestais e da adaptação às alterações climáticas, e ainda com a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade.</p>	<p>Define como limite máximo de área a ocupar por eucalipto para efeitos de aplicação do Decreto -Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na sua redação atual, para o concelho de Águeda, 20700 hectares, correspondente ao valor já verificado em 2010.</p> <p>Define ainda uma evolução da percentagem de floresta em relação à superfície total da região PROF, de 48%, em 2010, para 50% em 2050, com os seguintes valores de meta para as sub-regiões homogéneas com sobreposição com o concelho de Águeda:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Entre Vouga e Mondego (parte este do concelho): de 9% em 2010 para 9,1% em 2050</li> <li>• Ria e Foz do Vouga (parte oeste do concelho): mantém-se em menor que 1%</li> <li>• Gândaras Norte (ponta oeste do concelho): de 3,3% em 2010 para 3,4% em 2050</li> </ul> <p>Assim, o PROF-CL prevê praticamente uma manutenção da percentagem de área de floresta no concelho de Águeda.</p>

**Política, Programa,  
Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

As normas do PROF CL que condicionem a ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, são obrigatoriamente integradas nos planos territoriais de âmbito municipal (PTM) e nos planos territoriais de âmbito intermunicipal (PTIM).

O PROF prossegue os seguintes objetivos estratégicos:

- a) Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos.
- b) Especialização do território.
- c) Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos.
- d) Internacionalização e aumento do valor dos produtos.
- e) Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor.
- f) Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

O PROF CL estabelece Sub-Regiões Homogéneas (SRH), Neste âmbito o concelho de Águeda subdivide-se em três sub-regiões homogéneas, para as quais estão estabelecidas funções a privilegiar para os espaços florestais e modelos de organização territorial. São elas a SRH Entre Vouga e Mondego, que abrange as freguesias consideradas com maior risco de incêndio, a SRH Ria e Foz do Vouga na qual estão inseridos os espaços de elevado valor ecológico enquadrados na Rede Natura 2000, e a SRH Gândaras Norte, com uma área bastante menor do que as anteriores.

No Documento Estratégico foram definidos objetivos gerais de ordenamento, salientando-se:

- 1) Aumentar o rendimento potencial da exploração florestal através do ajustamento das atividades à aptidão produtiva.

Define como previsão de metas, para 2030 e 2050 (aqui identificadas as de 2050), valores para a superfície a ocupar pelas várias espécies florestais, indicando ainda a variação em relação à superfície de floresta atual da região PROF:

- Acácias: -100%
- Azinheira: +560%
- Carvalhos: +223%
- Castanheiro: +380%
- Eucaliptos: -3%
- Outras folhosas: +15%
- Outras resinosas: +2%
- Pinheiro-bravo: -3%
- Pinheiro-manso: +171%
- Povoamentos ardidos: 0%
- Sobreiro: +10500%
- Matos: -30%
- Pastagem: +59%

As metas propostas incluem um aumento na superfície de sobreiro, castanheiro, carvalho-português, carvalho-negral, carvalho-alvarinho, outras folhosas

(continua)

**Política, Programa,  
 Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

- 2) Diminuir a perigosidade de incêndio florestal na componente associada ao ordenamento de cada SRH tendo em conta a orientação da resposta Nacional aos incêndios de 2017 e as consequências desses incêndios em cada uma das SRH.
  - 3) Contribuir para a conservação do solo e da água em geral e em particular para a conservação da água nas bacias das albufeiras de águas públicas.
  - 4) Contribuir para a conservação da natureza e da biodiversidade, em particular para os objetivos de conservação das áreas classificadas.
  - 5) Aumentar a superfície média das áreas de gestão florestal, aumentando a superfície sob gestão conjunta.
  - 6) Promover sistemas florestais articulados com o ordenamento cinegético e silvo pastoril em sistemas de produção, numa lógica de aumento de rendimento, DFCI e promoção da biodiversidade.
  - 7) Promover o aproveitamento do mel, das plantas aromáticas e medicinais e dos cogumelos no quadro dos sistemas de exploração florestal a promover.
  - 8) Promover a utilização turística dos espaços florestais.
  - 9) Melhorar a gestão e aumentar o apoio técnico aos proprietários e gestores florestais, com base no desenvolvimento da extensão florestal.
- Foram também definidas as espécies e sistemas de silvicultura a privilegiar em cada SRH e um conjunto de objetivos específicos que orientam o modo como os objetivos gerais serão atingidos.

(essencialmente ripícolas), pinheiro-manso, medronheiro e um aumento muito sensível na superfície de pastagens. Este último aumento está essencialmente ligado à estratégia de DFCI. A superfície de matos deverá diminuir 15% em 2030 permitindo acomodar o crescimento da área arborizada e das áreas de pastagem promovendo o mosaico de habitats e uma sensível diminuição de combustível nos espaços florestais.

Em 2050 a variação pretendida mantém a estrutura de 2030, mas com uma maior intensidade, diminuindo no total a superfície de matos cerca de 30% em relação a 2010.



**Política, Programa,  
Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

<p><b>Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis 2016-2021</b></p> <p>(PGRI)</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 22-A/2016 de 18 de novembro.</p> <p>(continua)</p>	<p>Os Planos de Gestão de Riscos de Inundações têm como objetivos estratégicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Aumentar a perceção do risco de inundação e das estratégias de atuação na população e nos agentes sociais e económicos.</li> <li>Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para a adequada gestão do risco de inundação.</li> <li>Melhorar o ordenamento do território e a gestão da exposição nas áreas inundáveis.</li> <li>Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas áreas de possível inundação.</li> <li>Contribuir para a melhoria ou a manutenção do bom estado das massas de água.</li> </ol> <p>Tendo em conta que Águeda constitui uma das zonas críticas da RH4, o PGRI define medidas específicas a cumprir neste território, que deverão ser integradas onde relevante no PDMA:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(1) Preparação: Levantamento topográfico para melhor conhecimento do leito do rio, que permita melhorar os modelos de previsão (medida a executar pela APA).</li> <li>(2) Prevenção: Propor Zonas Adjacentes correspondentes ao cenário hidrológico de T=100 anos, com edificação proibida para o T=20 anos e condicionada até extensão à inundação de T=100 anos e guia das boas práticas (medida a executar pela APA).</li> <li>(3) Proteção:</li> </ul>	<p>Os indicadores de implementação ou execução dos instrumentos do QRE são concebidos para avaliação interna do próprio instrumento. Neste caso, dada a importância do fator água no concelho e a ocorrência de inundações, é especialmente relevante perceber se o PDMA está a contribuir para a efetiva implementação destas medidas, ou se pelo contrário as suas disposições as dificultam. Assim, identificam-se no PGRI indicadores da implementação das medidas às quais estão associadas metas, sendo as que apresentam incidência no concelho de Águeda as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>PTVGAgeda_PROT23_RH4 Requalificação do rio Águeda/Campo: 100% de intervenção efetuada relativamente à prevista, até 2018</li> <li>PTVGAgeda_PROT29_RH4 Requalificação do rio Águeda/Óis da Ribeira: 100% de intervenção efetuada relativamente à prevista, até 2017</li> </ul> <p>No âmbito da descrição das medidas, identifica-se ainda um indicador que se pode considerar no âmbito do PDMA:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>PTVGAgeda_PROT33_RH4 Reabilitação e valorização das margens do rio Águeda, tendo em conta as especificidades territoriais: Troço reabilitado (m) / troço total (m) deve atingir 100% até 2018</li> </ul>
---	---	--

**Política, Programa,  
Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

	<ul style="list-style-type: none"> <li>o (3.1) Reabilitação e valorização das margens do rio Águeda, tendo em conta as especificidades territoriais (a executar pela CMA).</li> <li>o (3.2) Construção do viaduto em Óis da Ribeira, e remoção do aterro existente no leito de cheia do rio Águeda (a executar pela CMA).</li> <li>o (3.3) Construção da Ponte do Campo-Águeda e remoção do aterro existente no leito de cheia do rio Águeda (a executar pela CMA).</li> <li>o (3.4) Desassorear, desobstruir e remover material dos cursos de água e de albufeiras (a executar pela APA e proprietários).</li> </ul> <p>(4) Recuperação e aprendizagem: Programa de intervenção nas massas de água para recuperar as condições naturais da rede hidrográfica nas Zonas Críticas (a executar pela APA, CMA e proprietários).</p>	
<p><b>Plano Regional de Desenvolvimento Turístico da Região Centro 2020-2030</b> (PRDT)</p> <p>Apresentação do Turismo Centro de Portugal 2019.</p> <p>(continua)</p>	<p>O Plano Regional de Desenvolvimento Turístico da Região Centro preconiza um conjunto de metas turísticas e drivers orientadores, os quais estão alicerçados em linhas estratégicas de ação e pilares estratégicos.</p> <p>Os <i>Drivers</i> estão definidos com intuito de reafirmação e consolidação da Proposta de Valor do Destino e são os seguintes:</p> <p><u>Recursos Humanos:</u> qualificar e valorizar todos os intervenientes na cadeia de valor do setor do Turismo.</p> <p><u>Destino-Território:</u> promover o desenvolvimento integrado, sustentado e coeso do território.</p> <p><u>Diferenciação:</u> estruturar, qualificar, consolidar e diversificar transversalmente a qualidade da oferta.</p>	<p>Metas turísticas a alcançar no horizonte 2020-2030:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Médio prazo (2023):</li> <li>o 1ª Meta - Alcançar 9 milhões de dormidas nos mercados interno alargado e externo com base na evolução histórica evidenciada na última década.</li> <li>o 2ª Meta - Aumentar a estada média da Região Centro com base num crescimento anual moderado de 0,5%, recuperando gradualmente os valores registados no período à recessão económica (alcançar 1,78noites de estada média).</li> <li>o 3ª Meta – Aumentar a taxa líquida de ocupação-cama da Região Centro com base na evolução</li> </ul>

**Política, Programa,  
Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

Notoriedade: contribuir para o desenvolvimento da notoriedade da Região Centro e solidificação da marca Centro no mercado.

Investimento: potenciar o investimento turístico na Região Centro e incentivar a inovação e empreendedorismo.

Para cada *Driver* foram definidas Linhas Estratégicas de Ação através das quais serão estabelecidos os Programas e Projetos a implementar:

- 1) Valorização e Capacitação dos Recursos Humanos.
- 2) Sustentabilidade, Alterações Climáticas, Mobilidade, Coesão e Valorização Territorial.
- 3) Estruturação e Qualificação de Produtos / Posicionamento.
- 4) Desenvolvimento e Qualificação da Oferta / Agentes Turísticos.
- 5) Marketing Digital e Marketing Relacional.
- 6) Internacionalização e Dinamização Comercial junto dos Mercados Externos.
- 7) Análise prospetiva, Monitorização e Inovação.
- 8) Networks de *Stakeholders* e Empreendedorismo.

Pilares Estratégicos:

- A) Cultura, História, Património e Gastronomia e Vinhos.
- B) Natureza, *Wellness*, Turismo Ativo e Desportivo e Mar.
- C) *Lifestyle*, *Inspirational* e novas tendências.
- D) Turismo Espiritual e Religioso.

histórica evidenciada na última década (alcançar 35% de taxa de ocupação).

- 4ª Meta – Aumentar o *Revenue per Available Room* da Região Centro com base na evolução histórica evidenciada na última década (alcançar 28% de RevPAR).
- Longo prazo (2030):
- Alcançar 13,2 milhões de dormidas.
- Alcançar 1,85 noites de estada média.
- Alcançar 37% de taxa de ocupação.
- Alcançar 35% RevPAR.

(continua)

**Política, Programa,  
 Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

	<p>E) Turismo <i>Corporate</i> e Empresarial.</p> <p>Relativamente à região de Aveiro, caracteriza-se pela sua forte presença ao nível do Turismo de Natureza e Gastronomia e Vinhos, assim como ao nível do Mar e Desporto, devido à sua costa litoral e à Ria de Aveiro e Rio Vouga.</p> <p>Pilares estratégicos que se destacam:</p> <p>A) Cultura, História, Património e Gastronomia e Vinhos.</p> <p>B) Natureza, Wellness, Turismo Ativo e Desportivo e Mar.</p>	
<p><b>Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil de Aveiro - Maio 2016</b>          (PDEPC de Aveiro)</p> <p>(continua)</p>	<p>O PDEPC de Aveiro é um instrumento flexível e dinâmico, que define as regras de orientação para as ações de prevenção e resposta operacional, de modo a garantir a unidade de direção e controlo, bem como uma adequada articulação e coordenação dos agentes de proteção civil e dos organismos e entidades de apoio a empenhar na iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes.</p> <p>O PDEPC de Aveiro articula-se com o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil, com os Planos Distritais de Emergência dos distritos vizinhos (Coimbra, Porto e Viseu) e com Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil do distrito de Aveiro os quais descrevem, nos respetivos níveis territoriais, a atuação das estruturas de proteção civil e referenciam as responsabilidades, o modo de organização e o conceito de operação, bem como a forma de mobilização e coordenação dos meios e recursos indispensáveis na gestão do socorro.</p> <p>Objetivos Gerais:</p>	<p>Não são quantificadas metas no âmbito do PDEPC.</p>

**Política, Programa,  
Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

<p>(continua)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;</li> <li>• Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;</li> <li>• Definir a unidade de direção, coordenação, comando e controlo das ações a desenvolver;</li> <li>• Coordenar e sistematizar as ações de apoio e de reforço, promovendo maior eficácia e rapidez de atuação das entidades intervenientes;</li> <li>• Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe, criando condições para o seu rápido e eficiente empenhamento;</li> <li>• Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;</li> <li>• Habilitar as entidades envolvidas no Plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;</li> <li>• Promover o aviso e informação permanente da população, de modo a que esta possa seguir as instruções das autoridades e adotar as medidas de autoproteção mais convenientes.</li> </ul> <p>O PDEPC de Aveiro destina-se a dar resposta à globalidade dos riscos que possam afetar o território, de acordo com a hierarquia do grau de risco para as ocorrências-tipo definidas (Tabela I1 do PDEPC de Aveiro) destacam-se como sendo de risco elevado as Inundações, o risco de Onda de calor, Cheias, Inundações e galgamentos costeiros, Erosão costeira, Incêndios urbanos, Incêndios em centros históricos,</p>	
-------------------	--	--

**Política, Programa,  
Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

<p>(continua)</p>	<p>Movimentos de massa em vertentes, Infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos; Colapso de túneis, pontes e infraestruturas, Colapso de edifícios de utilização coletiva, Acidentes aéreos e Rutura de barragens. Destacam-se como sendo de risco extremo os riscos de Incêndios florestais e de Substâncias perigosas.</p> <p>O PDEPC de Aveiro indica que mitigar o impacto das catástrofes, pressupõe o reconhecimento/ identificação dos perigos e áreas de suscetibilidade à ameaça, a identificação dos fatores que contribuem para as vulnerabilidades presentes, bem como a consideração da capacidade de adaptação que as comunidades vão desenvolvendo face às situações presentes, devendo esta compreender os mecanismos de resposta já implementados.</p> <p>As medidas de mitigação devem por isso, estar previstas em todas as fases do ciclo da catástrofe podendo ser estruturais ou não estruturais, como são as estratégias de desenvolvimento propostas nos instrumentos de gestão territorial ou os programas de sensibilização/educação destinados à comunidade ou à sensibilização de decisores dos setores público e privado.</p> <p>Importa ter em conta nas estratégias de mitigação de carácter geral, no que respeita ao PDMA, a articulação com os instrumentos de gestão territorial, complementando as estratégias ali definidas para a diminuição das vulnerabilidades e para a minimização dos riscos identificados.</p> <p>Como estratégias específicas de mitigação para cada risco, destacam-se os seguintes:</p> <p>a) Risco de origem natural:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Para cheias e inundações, realizar, com especial incidência junto da administração local, ações de sensibilização que sustentem a necessidade de observar distâncias entre os aglomerados urbanos e as albufeiras;</li> <li>• Ao nível das inundações e galgamentos costeiros, importa indicar que este tipo de evento poderá ser igualmente mitigado através de instrumentos de ordenamento do território, como previsto na Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), a qual define no seu artigo 40.º a necessidade de se</li> </ul>	
-------------------	--	--

**Política, Programa,  
Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

<p>(continua)</p>	<p>condicionar o uso do solo em zonas suscetíveis a inundações, assim como criar sistemas de alerta;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ao nível dos sismos, acompanhar a evolução dos planos diretores municipais ao nível da introdução de condicionantes de uso do solo nas zonas definidas como de elevada suscetibilidade sísmica.</li> <li>• Relativamente aos movimentos de massa em vertentes, articular com os instrumentos de gestão territorial o cumprimento de condicionantes de uso do solo nas zonas definidas como de elevada suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes em especial nas áreas urbanas. Definir, nas zonas de elevada suscetibilidade, em sede de PMOT, as medidas preventivas relativamente à segurança de pessoas e bens face à instabilização de vertentes, os quais poderão incluir: Proibição da construção de hospitais, escolas, edifícios com importância na gestão da emergência e edifícios de habitação; Realização de obras de estabilização e reforço a fim de aumentar a segurança de estruturas já existentes. Garantir o cumprimento da legislação relativa a Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012, de 3 de outubro, que estabelece as orientações estratégicas e o quadro metodológico de definição da Reserva Ecológica Nacional (REN), e que integra como uma das áreas de prevenção e redução de riscos naturais as "Áreas de Instabilidade de Vertentes", definidas como áreas que, devido às suas características de solo e subsolo, declive, dimensão e forma da vertente ou escarpa e condições hidrogeológicas, estão sujeitas à ocorrência de movimentos de massa em vertentes, incluindo os deslizamentos, os desabamentos e a queda de blocos.</li> </ul> <p>b) Riscos Tecnológicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Relativamente à mitigação para acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos, no que se refere à legislação para além da introdução de restrições de uso do solo em zonas de influência (nomeadamente ao nível dos planos diretores municipais) importa salientar a Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), a qual define medidas</li> </ul>	
-------------------	---	--

**Política, Programa,  
Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

	<p>de proteção contra acidentes graves de poluição, nomeadamente (artigo 42.º) medidas e informação a incluir nos planos de recursos hídricos.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Relativamente às substâncias perigosas (acidentes industriais), o nível da legislação em vigor importará fazer cumprir o previsto no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 05 de agosto, nomeadamente: Garantir a incorporação nos Planos Diretores Municipais das distâncias de segurança entre os estabelecimentos e zonas residenciais, vias de comunicação, locais frequentados pelo público e zonas ambientalmente sensíveis.</li></ul> <p>c) Riscos Mistos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• No que respeita aos incêndios florestais, planear a gestão de faixas de combustível, Recuperar e reabilitar os ecossistemas.</li></ul>	
--	--	--





**Quadro de Referência Estratégico**  
Âmbito Intermunicipal e Municipal



**Política, Programa,  
Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

**Âmbito: Intermunicipal e Municipal**

<p><b>Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios</b> (PMDFCI) Regulamento n.º 452/2021 publicado no Diário da República n.º 96/2021, Série II de 2021-05-18</p> <p>(continua)</p>	<p>O PMDFCI seguiu as orientações emanadas pelo PNDFCI na definição da política e medidas a médio e longo prazo, nomeadamente através de planos de prevenção, de sensibilização, de vigilância, de deteção, de supressão, de investigação e desenvolvimento.</p> <p>Objetivos por eixos:</p> <p><u>1º Eixo estratégico</u> – Aumento de resiliência do território aos incêndios florestais:</p> <p>a) Objetivo estratégico: promoção da gestão florestal e intenção preventiva em áreas estratégicas</p> <p>b) Objetivos operacionais: proteção das zonas de interface urbano/florestal e implementação do programa de redução de combustíveis (implementação das faixas de gestão de combustível, construção de pontos de água e construção da rede viária florestal)</p> <p><u>2º Eixo estratégico</u> – Redução da incidência de incêndios:</p> <p>a) Objetivos estratégicos: Educar e sensibilizar as populações; melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações.</p> <p>b) Objetivos operacionais: sensibilização da população, educação da população escolar e fiscalização.</p> <p><u>3º Eixo estratégico</u> – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios</p> <p>a) Objetivos estratégicos: Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª intervenção, adequar a capacidade de 1.ª intervenção e melhorar a eficácia do rescaldo e vigilância pós-incêndio.</p> <p>b) Objetivos operacionais: estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado, estruturar o nível municipal de 1.ª intervenção, garantir a correta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância pós-incêndio e integração e melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.</p>	<p>Os objetivos e metas definidos para o concelho de Águeda, apresentados de seguida, constituem uma tentativa de acompanhar metas e objetivos nacionais definidos no PNDFCI.</p> <p>a) Reduzir o número de incêndios superiores a 1000ha.</p> <p>b) Manter o tempo da 1.ª intervenção para 20 minutos.</p> <p>c) Reduzir o número de reacendimentos.</p> <p>d) Reduzir a área ardida em espaços florestais.</p> <p>O PMDFCI define metas para o período 2021-2030:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter a 1.ª Intervenção em menos de 20 minutos</li> <li>• Eliminar tempos de intervenção superiores a 60 minutos.</li> <li>• Reduzir a área ardida para menos de 1476 hectares.</li> <li>• Reduzir a área ardida em espaços florestais a menos de 1800 hectares.</li> <li>• Reduzir o número de reacendimentos para menos de 10.</li> </ul>
---	---	---

**Política, Programa,  
Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

	<p><u>4º Eixo estratégico</u> – Recuperar e reabilitar os ecossistemas.</p> <p><u>5º Eixo estratégico</u> – Adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.</p>	<p>Para o primeiro eixo estratégico, há ainda um conjunto de metas e indicadores específicos para 2030 que são de especial relevância para o PDM:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação das faixas de gestão de combustível, por tipo, num total de 4123,96 ha</li> <li>• Construção de novos pontos de água, num total de 3</li> <li>• Manutenção da rede viária florestal, num total de 103,2 km</li> </ul>
<p><b>Agenda 21 Local de Águeda</b> (A21L)</p> <p>Candidatura ao Eixo 4 do Programa Operacional Regional do Centro – Proteção e Valorização Ambiental e aprovado em 2008</p>	<p>A Agenda 21 Local é um processo participativo, multisectorial, que visa atingir os objetivos da Agenda 21 ao nível local, através da preparação e implementação de um Plano de Ação Estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável.”</p> <p>A Agenda 21 Local de Águeda é uma iniciativa promovida pela Câmara Municipal para fazer do concelho um exemplo a nível ambiental, social e económico, construindo um município mais justo, com uma melhor qualidade de vida para todos e que assume as suas responsabilidades pelo ambiente global.</p> <p>Apresentam-se de seguida os 10 compromissos de Águeda pela Sustentabilidade e destacam-se parte das linhas de ação:</p> <p>1) Estimular as atividades económicas sustentáveis e de base local:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Encorajar o mercado de produtos locais e regionais.</li> <li>• Difundir e reconhecer as empresas com boas práticas de responsabilidade social e ambiental.</li> <li>• Aumentar as ofertas de turismo ecológico e sustentável.</li> </ul>	<p>Metas da Agenda 21 Local Águeda:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alcançar até 2020 as metas nacionais, obter 31% da energia consumida a partir de fontes renováveis, aumentando a eficiência energética em 20%, e reduzindo as emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) em 20%.</li> <li>• A proporção de utilização de automóveis nas deslocações diárias caminhar no sentido de representar 50% das deslocações totais, aumentando a utilização de formas de mobilidade sustentável.</li> <li>• Os recursos hídricos têm de ser inteligentemente usados. A eficiência do consumo tem de chegar a 80% no setor doméstico, 66% no setor agrícola e 84% na indústria. Garantir até 2013, que 10% das águas residuais tratadas são reutilizadas, e</li> </ul>

<b>Política, Programa, Plano</b>	<b>Descrição sumária e relação com o PDMA</b>	<b>Metas</b>
(continua)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomentar a criação de emprego local e a formação de novas empresas.</li> <li>2) Reduzir a dependência energética e as emissões de carbono:           <ul style="list-style-type: none"> <li>• Investir na utilização de energias renováveis.</li> <li>• Reduzir o consumo de energia e melhorar a eficiência energética.</li> <li>• Reduzir as emissões de carbono.</li> </ul> </li> <li>3) Melhorar a mobilidade:           <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar o uso dos transportes públicos.</li> <li>• Privilegiar o uso de bicicletas e/ou a mobilidade pedonal.</li> <li>• Investir em veículos menos poluentes.</li> <li>• Garantir a acessibilidade e circulação, no espaço público, a pessoas com mobilidade condicionada.</li> </ul> </li> <li>4) Proteger os recursos hídricos:           <ul style="list-style-type: none"> <li>• Poupar água e usá-la de forma eficiente.</li> <li>• Melhorar a qualidade dos rios e das ribeiras.</li> </ul> </li> <li>5) Proteger as áreas naturais, a biodiversidade e melhorar os espaços verdes:           <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar e melhorar os espaços verdes de Águeda.</li> <li>• Proteger as áreas naturais e a biodiversidade.</li> </ul> </li> <li>6) Promover núcleos urbanos compactos, diversos e espaços públicos de qualidade:           <ul style="list-style-type: none"> <li>• Investir na reabilitação de zonas urbanas degradadas.</li> <li>• Conter a dispersão do edificado.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>até 2015 que todas as águas de superfície e subterrâneas se encontram em bom estado.</li> <li>• Garantir um mínimo de 40m<sup>2</sup> de espaços verdes por habitante, e que estes espaços são valorizados com a progressiva remoção de espécies infestantes e a introdução de espécies autóctones, tornando Águeda líder regional em termos de valorização e preservação da biodiversidade dos espaços naturais.</li> <li>• Aumentar a taxa de recuperação de edifícios, face ao total de licenças concedidas pela Câmara Municipal para construção, para valores iguais ou superiores a 25%. Ao mesmo tempo, o novo edificado deverá observar regras de consolidação do espaço urbano.</li> <li>• Envolver 1000 cidadãos por ano em processos de voluntariado e de consulta pública e aumentar o indicador de transparência municipal para um valor médio de 70%</li> <li>• Aumentar a Superfície Agrícola Útil dedicada à agricultura biológica para 10% e a floresta deve ser vista como um meio para minimizar os efeitos das alterações climática, compensando emissões de gases geradores do efeito de estufa.</li> <li>• Garantir que até 2016 cada habitante não produz mais do que 416kg de resíduos urbanos por ano.</li> </ul>

Política, Programa, Plano	Descrição sumária e relação com o PDMA	Metas
(continua)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar a diversidade de atividades (residencial, comércio, serviços, entre outras) dentro das áreas urbanas.</li> <li>• Desenvolver e/ou apoiar projetos de arquitetura sustentável.</li> <li>• Aumentar o sentimento de segurança da comunidade.</li> </ul> <p>7) Aperfeiçoar o sistema de gestão da sustentabilidade municipal</p> <p>8) Fortalecer a participação pública e a gestão transparente.</p> <p>9) Proteger o solo e promover atividades que aumentem a resiliência local.</p> <p>10) Reduzir a produção de resíduos, reutilizar e reciclar mais.</p>	
<p><b>Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro</b> (PIMT-RA) Maio 2014.</p>	<p>O PIMT-RA tem como principal objetivo dotar a Região de um documento estratégico e operacional que sirva de “instrumento de atuação e sensibilização, que fomente a articulação entre os diferentes modos de transporte visando a implementação de um sistema integrado de mobilidade (...) com o mínimo custo de investimento e de exploração, que permita diminuir o uso do transporte individual e, simultaneamente, garanta a adequada mobilidade das populações, promova a inclusão social, a qualidade de vida urbana e a preservação do património histórico, edificado e ambiental”.</p> <p>Os objetivos estratégicos do PIMT-RA são os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Promover a qualidade de vida para residentes, trabalhadores e visitantes.</li> <li>b) Contribuir para uma economia mais eficiente e sustentável.</li> <li>c) Promover uma repartição modal favorável aos modos de transporte mais eficientes e sustentáveis.</li> <li>d) Promover a acessibilidade, inclusão social e justiça social.</li> </ul>	<p>O PIMT-RA apresenta uma bateria de indicadores destinados ao acompanhamento, gestão e apoio à decisão no âmbito da aplicação do plano, nomeadamente com o objetivo de avaliar progressos e resultados da implementação, de identificar desvios e de corrigir trajetórias. Dos vários indicadores apresentados, são especialmente relevantes para o PDMA os indicadores de síntese (de resultados) e as metas a alcançar no horizonte 2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Repartição modal:</li> </ul> <p>I.1 Repartição modal nas viagens intra-concelhias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) A pé – 22%</li> <li>b) Em bicicleta - 9%</li> <li>c) Em transporte coletivo – 7%</li> <li>d) Em transporte individual – 62%</li> <li>e) Outras combinações – 1%</li> </ul>
(continua)		

**Política, Programa,  
Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

<p>(continua)</p>	<p>e) Aumentar a segurança de todos os utilizadores.</p> <p>f) Contribuir para reduzir os impactes ambientais associados ao sector dos transportes.</p> <p>E define os seguintes objetivos específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Promover serviços de transporte público de boa qualidade e adequados à procura.</li> <li>2) Promover a intermodalidade no sistema de transporte coletivo.</li> <li>3) Promover as deslocações em modos suaves, reforçando o seu papel no sistema de deslocações urbanas.</li> <li>4) Desenvolver políticas de estacionamento diferenciadas que contribuam para uma repartição modal mais equilibrada.</li> <li>5) Desenvolver uma estratégia articulada de qualificação do espaço rodoviário em contexto urbano e encaminhamento dos fluxos de tráfego para as vias adequadas.</li> <li>6) Promover a minimização os impactes associados ao tráfego de pesados e organização das cargas e descargas nos centros urbanos.</li> <li>7) Promover a integração entre a organização do sistema de transportes e os usos do solo.</li> <li>8) Apostar em medidas inovadoras de gestão da mobilidade.</li> <li>9) Sensibilizar, informar e envolver todos os atores sobre as opções modais mais eficiente.</li> </ol>	<p>I.2 Repartição modal nas viagens inter-concelhias:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>c) Em transporte coletivo – 15%</li> <li>d) Em transporte individual – 80%</li> <li>e) Outras combinações – 5%</li> </ol> <p>I.3 Repartição modal nas viagens casa-escola dos alunos entre os 10 e os 14 anos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) A pé – 11%</li> <li>b) Em bicicleta - 7%</li> <li>c) Em transporte coletivo – 22%</li> <li>d) Em transporte individual – 52%</li> <li>e) Outras combinações – 9%</li> </ol> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acessibilidade em transportes coletivos</li> </ul> <p>I.4 População residente servida por TP (% da população residente na área de influência dos 400 m da rede TP, com pelo menos 2 serviços por hora) - PERÍODO ESCOLAR</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Período de ponta da manhã (PPM) – 52%</li> <li>b) Corpo do dia (CD) - 34%</li> </ol> <p>I.5 População residente servida por TP (% da população residente na área de influência dos 400 m da rede TP, com pelo menos 2 serviços por hora) - PERÍODO NÃO ESCOLAR</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Período de ponta da manhã (PPM) – 48%</li> <li>b) Corpo do dia (CD) - 33%</li> </ol> <p>I.6 Trabalhadores servidos por TP (% do emprego localizado na área de influência dos 400 metros da rede TP, com pelo menos 2 serviços por hora) - PERÍODO ESCOLAR</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Período de ponta da manhã (PPM) – 46%</li> </ol>
-------------------	--	---

**Política, Programa,  
 Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

		<p>b) Corpo do dia (CD) - 33%</p> <p>I.7 Trabalhadores servidos por TP (% do emprego localizado na área de influência dos 400 metros da rede TP, com pelo menos 2 serviços por hora) - PERÍODO NÃO ESCOLAR</p> <p>a) Período de ponta da manhã (PPM) - 45%</p> <p>b) Corpo do dia (CD) - 33%</p> <p>I.8 População com acesso em TP aos principais equipamentos de saúde (hospitais do Centro Hospitalar do Baixo Vouga) com tempos de deslocação inferiores a 60 minutos - 80%</p> <p>I.9 População com acesso em TP aos equipamentos de ensino superior com tempos de deslocação inferiores a 60 minutos - 85%</p> <p>I.10 Passageiros transportados em TP (anual) (por modo) - indicador sem meta definida</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acessibilidade em modos suaves</li> </ul> <p>I.11 Capitação da rede ciclável estruturante (mobilidade quotidiana e mista) (m / 100 habitantes) - 131 m/100 habitantes</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Segurança rodoviária</li> </ul> <p>I.12 N.º de vítimas de acidentes: mortos, feridos graves e feridos ligeiros - redução continuada</p> <p>I.13 N.º de atropelamentos - redução continuada</p>
--	--	---



<b>Política, Programa, Plano</b>	<b>Descrição sumária e relação com o PDMA</b>	<b>Metas</b>
<p><b>Plano de Adaptação às Alterações Climáticas do Município de Águeda</b> PAAC-MC</p>	<p>As medidas e respetivas ações de domínio territorial do PAAC-MC deverão ser incorporadas onde relevantes no PDMA, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Melhorar o uso eficiente da água e reduzir desperdícios (p.e. criação de sistemas de retenção).</li> <li>b) Planos de gestão setoriais (p.e. drenagens, mobilidade, contingência).</li> <li>c) Operacionalização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.</li> <li>d) Promover o ordenamento e a sua gestão (incluindo a redução de zonas impermeáveis, a plantação de espécies autóctones, o desenvolvimento de ecoparques e a renaturalização de zonas específicas).</li> <li>e) Gestão de Áreas da Rede Fundamental de Conservação da Natureza (p.e. potenciar o cultivo de terrenos abandonados).</li> <li>f) Ordenamento e construção sustentáveis (p.e. promover soluções de construção eficientes, criação e recuperação de espaços verdes públicos).</li> <li>g) Mobilidade (p.e. criação de zonas de emissões reduzidas, qualificação da rede pedonal).</li> <li>h) Eficiência energética.</li> </ul>	<p>O PAAC-MC não quantifica metas, apesar de todas as suas medidas serem concebidas tendo em vista o cumprimento do objetivo 13 da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, dedicado à ação climática, e dos que lhes estão associados.</p>
<p><b>Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Águeda</b> (PMEPC) 2013 (continua)</p>	<p>O PMEPC é um documento formal no qual as autoridades de proteção civil, nos seus diferentes níveis, definem as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil e que prevê a reposição da normalidade das áreas afetadas, de forma a minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe sobre as pessoas, bens e o ambiente. Este documento corresponde a um plano geral, elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem no âmbito territorial e administrativo do município de Águeda.</p>	<p>Não são quantificadas metas no âmbito do PMEPC.</p>

**Política, Programa,  
Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

A elaboração deste documento justifica-se pela necessidade de eliminar os constrangimentos e/ou bloqueios existentes no território municipal e de o adaptar aos critérios e normas técnicas para a sua realização em vigor, permitindo identificar a tipologia dos riscos e vulnerabilidades mais significativos presentes, inventariar os meios e recursos disponíveis para fazer face a uma situação de emergência e organizar a resposta, através da definição das estruturas de direção, comando e controlo e das missões atribuídas a cada entidade.

Os riscos que assumem maior relevância no território municipal são as cheias e inundações e os incêndios florestais.

Os objetivos principais a que se destina o PMEPC são os seguintes:

- a) Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe.
- b) Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil.
- c) Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver.
- d) Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes.
- e) Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe.
- f) Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade.
- g) Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique.

(continua)

**Política, Programa,  
Plano**

**Descrição sumária e relação com o PDMA**

**Metas**

- h) Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes.
- i) Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.
- Em termos de instrumentos de planeamento e ordenamento do território, o PMEPC estabeleceu a articulação com os instrumentos de planeamento e ordenamento do território vigentes no município de Águeda, nomeadamente com o Plano Diretor Municipal (PDM), com o Plano Operacional Municipal (POM) e com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).
- Ao nível do PDM, é observada a carta de condicionantes, cuja atualização deve ter em consideração as áreas de risco identificadas no PMEPC. Do mesmo modo, a elaboração do PMEPC pode ainda auxiliar o PDMA através da caracterização das infraestruturas relevantes para a gestão de situações de emergência e da indicação dos estrangulamentos que condicionam a sua operacionalidade.





# **Anexo 4**

## **Diretrizes de Seguimento**



**Diretrizes de seguimento:**

1. A par com a criação dos parques empresariais de génese municipal, incentivar a deslocalização de unidades industriais localizadas em áreas urbanas e florestais para áreas industriais devidamente adequadas à atividade.

Deslocalização de unidades industriais/empresarias para os parques empresariais.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:** Município torna-se mais competitivo e atrativo em termos empresariais.

Melhoria na qualidade do ar Redução das emissões de gases poluentes, em particular de CO2.

Gabinete de Apoio ao Empresário (2014 - Cont.).

**Medidas/Ações desenvolvidas:** Incubadora de Empresas de Águeda - IE Águeda (2014 - Cont.).

Estratégia Mobilidade Sustentável 2020 para Águeda (2013).

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:** Plataforma de Ideias.

**Diretrizes de seguimento:**

2. Promover o desenvolvimento de programas e projetos como o RICÁgueda e alguns projetos no âmbito do programa europeu URBACT, entre outros que já decorrem em Águeda, que promovam a inovação e a lógica de disseminação do conhecimento e da transferência de saber entre as entidades, agentes e empresas existentes no Município, fomentado a criação de redes formais e informais a este nível.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:**

Impactos positivos ao nível do crescimento do tecido industrial e da economia.

Instalação de novas empresas de diferentes ramos e de formação.

Consolidação e expansão das existentes.

Instalação de empresas de base tecnológica ou com tecnologias mais avançadas.

**Medidas/Ações desenvolvidas:**

Participação no projeto piloto *Trace* (2015 – Cont.).

Participação no Projeto *CISMOB* (2016 - 2019).

Águeda *Sm@rt City Lab* - App para registo de comportamentos/desafios à comunidade (2017 – Cont.).

Águeda *Sm@rt City Lab* - Newsletter (2018 – Cont.).

Projeto *SMARTA 2* – Promoção da Mobilidade Sustentável partilhada nas Zonas Rurais (2019 – Cont.).

Agenda local 21 - Compromissos de Aalborg - Estado da Sustentabilidade de Águeda - ESA (2010).

Prémio ÁGUEDA 21 - Compromissos de Aalborg – para iniciativas e/ou projetos para a concretização ESA (2010 – Cont.).

Projeto *Hortas D'Águeda* - Sensibilização e Cursos de Educação/Formação - Produção e Comercialização (2012 – Cont.).

Cálculo e divulgação do Índice de Sustentabilidade de Águeda (2018, 2019 - cont.) tendo em conta os ODS 2030.

Associação *Lighting Living Lab* - LLL - Promoção da partilha de experiências e conhecimento (2009- Cont.).

Projeto *C-Change* do programa URBACT (2019 e 2020).

Projeto *INFINITE Solutions* (2014 - 2017).

Plataforma do Associativismo (2017 – Cont.).

Incubadora Cultural de Águeda (2015 – Cont.).

Centro de Artes de Águeda – CAA – (2017 – Cont.).



**Diretrizes de seguimento:**

2. Promover o desenvolvimento de programas e projetos como o RICÁgueda e alguns projetos no âmbito do programa europeu URBACT, entre outros que já decorrem em Águeda, que promovam a inovação e a lógica de disseminação do conhecimento e da transferência de saber entre as entidades, agentes e empresas existentes no Município, fomentado a criação de redes formais e informais a este nível.

*AgitLab* - Residências Artísticas (2019 – Cont.).

Incubadora de Empresas de Águeda - IE Águeda (2014 - Cont.).

Centro de Juventude de Águeda - CJA (2016 – Cont.).

App Águeda *Cityfy* (2017 – Cont.).

App Pegada Ecológica - no âmbito da agenda21local Águeda e do Águeda *Living Lab* (2013 - Cont.).

*smartcity.agueda.pt* - Águeda *Smart City Platform* plataforma de sensores em tempo real. (2019 - Cont.).

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:** Plataforma de Ideias.

**Diretrizes de seguimento:**

3. Adequar a dinamização de cursos de formação profissional e tecnológica às tipologias económicas emergentes no Município.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:**

Geração de emprego e de mão-de-obra qualificada dentro e fora do Município.  
Aumento da qualificação.

**Medidas/Ações desenvolvidas:**

Incubadora Cultural de Águeda (2015 – Cont.).  
Gabinete de Apoio ao Empresário (2014 - Cont.).  
Incubadora de Empresas de Águeda - IE Águeda (2014 - Cont.).  
Águeda *Living Lab* – ALL - (2015 - Cont.).  
Centro de Juventude de Águeda - CJA (2016 – Cont.).  
Projeto *Hortas D'Águeda* - Sensibilização e Cursos de Educação/Formação - Produção e Comercialização (2012 – Cont.).

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:**

Plataforma de Ideias.

**Diretrizes de seguimento:**

4. Incentivar a gestão florestal com o aumento da capacidade de sumidouro de carbono dos sistemas naturais presentes, reajustando o coberto florestal no sentido de criarem-se núcleos de espécies arbóreas autóctones.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:**

Efeitos positivos da implementação da Bolsa de Carbono Municipal na geração de interesse e investimento da indústria para a qualificação e revitalização de áreas verdes e florestadas, contribuindo, por exemplo, para recuperação de áreas ardidas e criação de bosques de espécies autóctones.

Melhoria na qualidade do ar.

Redução das emissões de gases poluentes, em particular de CO2.

**Medidas/Ações desenvolvidas:**

Águeda *Sm@rt City Lab* - App para registo de comportamentos/desafios à comunidade (2017 - Cont.).

Águeda *Sm@rt City Lab* - Newsletter - (2019 - Cont.).

Elaboração periódica do Relatório de Sustentabilidade da Câmara Municipal de Águeda (2015 - Cont.).

Ação de controlo de espécies invasoras no Projeto Cabeço Santo - Quercus - (2018).

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:**

Plataforma de Ideias.

**Diretrizes de seguimento:**

5. Reforçar a rede de vigilância e prevenção de acidentes naturais, promovendo a partilha de informação e meios de prevenção e combate a incêndios na floresta e cheias, entre as entidades com responsabilidades específicas.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:**

Diminuição do número de ignições e área ardida.

Com a diminuição de áreas ardidas, promove-se menor velocidade de escorrência nas encostas e transporte de sedimentos para o leito dos cursos de água, e retardamento ou impedimento de cheia com intensidade a jusante destas áreas.

**Medidas/Ações desenvolvidas:**

Águeda *Sm@rt City Lab* - App para registo de comportamentos/desafios à comunidade (2017 - Cont.).

Elaboração periódica do Relatório de Sustentabilidade da Câmara Municipal de Águeda (2015 - Cont.).

Observatório de Energia e Sustentabilidade (2017 - Cont.).

Cálculo e divulgação do Índice de Sustentabilidade de Águeda (2018, 2019 - Cont.) tendo em conta os ODS 2030.

Plano Geral de Drenagem da Cidade (2018 - 2022).

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:**

Plataforma de Ideias.

**Diretrizes de seguimento:**

- 6.** Reforçar a rede de transportes públicos, bem como a rede de pistas cicláveis e pedonais, aumentando a oportunidade de utilização de outros meios de transporte, desincentivando a utilização frequente do meio de transporte privado e movido a partir de combustíveis fósseis.

Melhoria da mobilidade.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:** Melhoria na qualidade do ar. Redução das emissões de gases poluentes, em particular de CO<sub>2</sub>.  
Redução da dependência (e consumo) de combustíveis fósseis. Redução das emissões de GEE.

Publicação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – PEDU – (2014 -2020).

Publicação do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro - PIMT-RA – (2014).

Participação no projeto piloto *Trace* (2015 - 2021).

Participação no Projeto *CISMOB* (2016 - 2019).

Águeda *Sm@rt City Lab* - Implementação de medidas de promoção/monitorização da qualidade do ar (2017 - Cont.).

Águeda *Sm@rt City Lab* - Instalação de mobiliário urbano inteligente (2019 - Cont.).

Águeda *Sm@rt City Lab* - App para registo de comportamentos/desafios à comunidade (2017 – Cont.).

Águeda *Sm@rt City Lab* – Newsletter - n.º2, 3 e 4 (2019 – Cont.).

**Medidas/Ações desenvolvidas:** Projeto *BeÁgueda* - bicicletas elétricas (2011 - Cont.).

Elaboração periódica do Relatório de Sustentabilidade da Câmara Municipal de Águeda (2015 - Cont.).

Observatório de Energia e Sustentabilidade (2017 - Cont.).

Cálculo e divulgação do Índice de Sustentabilidade de Águeda (2018, 2019 - cont.) tendo em conta os ODS 2030.

Projeto *C-Change* do programa *URBACT* (2019 e 2020).

Centro Municipal de Marcha e Corrida (2014 - Cont.).

App Pegada Ecológica - no âmbito da *agenda21local* Águeda e do Águeda *Living Lab* - (2013 – Cont.).

Rede de Estacionamento da Cidade de Águeda - (2007 - Cont.).

*smartcity.ageda.pt* - Águeda *Smart City Platform* plataforma de sensores em tempo real. (2019 - Cont.).

**Diretrizes de seguimento:**

6. Reforçar a rede de transportes públicos, bem como a rede de pistas cicláveis e pedonais, aumentando a oportunidade de utilização de outros meios de transporte, desincentivando a utilização frequente do meio de transporte privado e movido a partir de combustíveis fósseis.

---

Rede de Pistas Cicláveis de Águeda (2009 - cont.).

---

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:**

Plataforma de Ideias.

Sistema de gestão e informação para soluções inovadoras e experimentais de transporte” (Candidatura em preparação).

---

**Diretrizes de seguimento:**

- 7.** Criar ações incentivadoras da recuperação, regeneração e ocupação de construções abandonadas e/ou degradadas nos núcleos históricos.

<b>Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:</b>	<p>Aumento da atratividade de investimento na recuperação do edificado e qualificação do espaço público na região interior.          Maior deterioração da imagem, qualidade e descaracterização desses espaços.</p>
<b>Medidas/Ações desenvolvidas:</b>	<p>Publicação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – PEDU – (2014 -2020).          Prémio ÁGUEDA 21 - Compromissos de Aalborg – para iniciativas e/ou projetos para a concretização ESA (2010 – Cont.).          Cálculo e divulgação do Índice de Sustentabilidade de Águeda (2018, 2019 - cont.) tendo em conta os ODS 2030.          Projeto INFINITE Solutions (2014 - 2017).          AgitLab - Residências Artísticas (2019 – Cont.).          Centro de Atividades Náuticas – Bério Marques (2017 - Cont.).          Incubadora de Empresas de Águeda - IE Águeda (2014 - Cont.).          Centro de Juventude de Águeda - CJA (2016 – Cont.).          Áreas de Reabilitação Urbana – ARU e Operações de Reabilitação Urbana – ORU (2019 – Cont.).          Comboio Histórico do Vouga (2017 - Cont.).</p>
<b>Medidas/Ações ainda por desenvolver:</b>	<p>Plataforma de Ideias.          Plano Local de Acessibilidade para Todos (RAMPA).          Projeto de Regeneração Urbana.</p>

**Diretrizes de seguimento:**

8. Implementar ações de revitalização e proteção de património edificado e dos recursos naturais, promoção, entre outros, da recuperação gradual das linhas de água e das faixas ripícolas contíguas.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:**

Salvaguarda das espécies florísticas e faunísticas que ocorrem nos principais núcleos de conservação, áreas naturais, em particular zonas húmidas, da pressão antrópica das áreas adjacentes, permitindo o fluxo entre os corredores estabelecidos.

Aumento da atratividade de investimento na recuperação do edificado e qualificação do espaço público na região interior.  
Desenvolvimento do Turismo da Natureza e em Espaço Rural (TER).

**Medidas/Ações desenvolvidas:**

Publicação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - PEDU - (2014 -2020).

Projeto *LIFE* Águeda (2019 - Cont.).

Águeda *Sm@rt City Lab* - Implementação de medidas de promoção/monitorização da qualidade do ar (2017 - Cont.).

Águeda *Sm@rt City Lab* - Newsletter (2019 - Cont.).

Prémio *ÁGUEDA 21* - Compromissos de Aalborg – para iniciativas e/ou projetos para a concretização ESA (2010 – Cont.).

Pista *Check-Up* (2013 - Cont.).

Áreas de Reabilitação Urbana – ARU e Operações de Reabilitação Urbana – ORU (2019 – Cont.)

Ação de controlo de espécies invasoras no Projeto Cabeço Santo – Quercus – (2018).

Aldeia Pedagógica do Milho Antigo - Macieira de Alcôba - (2014 - Cont.).

Percursos Pedestres de Águeda (2009 – Cont.).

Trilhos Adaptados *LIFE* Águeda - *e-CaR* para mobilidade reduzida - (2019 – Cont.).

Águeda - Férias em Movimento (2013 - Cont.).

Ações de controle de infestantes (2006-Cont.).

Ação limpeza/remoção jacinto de água (2006 – Cont.).

Ação limpeza/remoção erva-pinheirinha (2006 – Cont.).



**Diretrizes de seguimento:**

8. Implementar ações de revitalização e proteção de património edificado e dos recursos naturais, promoção, entre outros, da recuperação gradual das linhas de água e das faixas ripícolas contíguas.

Ação de controlo espécies infestantes no rio Águeda, entre a cidade e a foz no Vouga (POSEUR) (2018-2019).

Iniciativas de recuperação do Rio Cértima, remoção de invasoras e reabilitação de habitats (2019-2020).

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:** Estudo de Mobilidade e Navegabilidade na Ria de Aveiro (Polis).

**Diretrizes de seguimento:**

9. Definir critérios para o desenvolvimento de atividades e equipamentos turísticos em áreas sensíveis (como os espaços Rede Natura 2000), de forma a assegurar a integridade biofísica e paisagística dos ecossistemas.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:**

O desenvolvimento de iniciativas turísticas em áreas classificadas pode ter repercussões ao nível da conservação e integridade biofísica de zonas sensíveis.

**Medidas/Ações desenvolvidas:**

Classificação do Rio Cértima/Pateira de Fermentelos a uma das classificações RAMSAR de zonas húmidas (2013).

Águeda - Férias em Movimento (2013 - Cont.).

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:**

-

**Diretrizes de seguimento:**

- 10.** Desenvolver e implementar ações de proteção e conservação da biodiversidade concelhia de espaços naturais não classificados.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:**

Geração de um *continuum naturale* entre áreas classificadas e outros espaços naturais, dentro e fora da estrutura urbana  
Erradicação da fragmentação de habitats e ecossistemas, minimizando os impactes sobre o meio.  
Melhoria do controlo de incêndios com repercussões ao nível da fauna e da flora nestas áreas.

**Medidas/Ações desenvolvidas:**

Projeto *LIFE* Águeda (2019 - Cont.).  
Ação de controlo de espécies invasoras no Projeto Cabeço Santo – Quercus – (2018).  
Percursos Pedestres de Águeda (2009 – Cont.).  
Trilhos Adaptados *LIFE* Águeda - e-CaR para mobilidade reduzida - (2019 - Cont.).

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:**

-

**Diretrizes de seguimento:**

- 11.** Promover o reordenamento cinegético no Concelho.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:**

Ameaça à conservação e proteção de importantes valores da fauna pela sobreposição de zonas de caça com áreas classificadas.

**Medidas/Ações desenvolvidas:**

-

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:**

-

**Nota:** A CM de Águeda indica que não foram desenvolvidas ações no âmbito.

**Diretrizes de seguimento:**

- 12.** Requalificar espaços verdes e de utilização coletiva, em termos de estrutura verde (promovendo a gestão ecossustentável, através da aplicação de boas práticas ambientais, a adoção de redes secundárias de rega) e de mobiliário urbano para utilização comunitária, em momentos de lazer e convívio.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:**

Geração de um *continuum naturale* entre áreas classificadas e outros espaços naturais, dentro e fora da estrutura urbana  
Erradicação da fragmentação de habitats e ecossistemas, minimizando os impactes sobre o meio.  
Melhoria da qualidade de vida das populações, com provisão de infraestruturas e equipamentos adequados.

**Medidas/Ações desenvolvidas:**

Publicação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – PEDU – (2014 -2020).  
Águeda *Sm@rt City Lab* - Sistema inteligente de gestão de iluminação pública e de análise de fluxos (2013 - Cont.).  
Águeda *Sm@rt City Lab* - Instalação de mobiliário urbano inteligente (2019 - Cont.).  
Águeda *Sm@rt City Lab* - App para registo de comportamentos/desafios à comunidade (2017 – Cont.).  
Centro Municipal de Marcha e Corrida (2014 - Cont.).  
Pista *Check-Up* (2013 - Cont.).  
Áreas de Reabilitação Urbana – ARU e Operações de Reabilitação Urbana – ORU (2019 – Cont.).  
*smartcity.ageda.pt* - Águeda *Smart City Platform* plataforma de sensores em tempo real (2019 – Cont.).  
Sistema de Rede de Rega Secundária | inclui a rede de rega cuja água é proveniente de uma captação (sem qualquer tratamento de água) e a rede de rega proveniente de águas pluviais existentes e/ou previstas (2014 – Cont.).

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:** Plataforma de Ideias.

**Diretrizes de seguimento:**

- 13.** Fomentar a dinamização de atividades ligadas ao rio, criando ainda espaços qualificados que funcionem como âncoras junto à frente ribeirinha.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:**

Melhoria da qualidade dos recursos hídricos, bem como o seu uso eficiente. Menor ocorrência de focos de poluição da água.

Melhoria da qualidade de vida das populações, com provisão de infraestruturas e equipamentos adequados.

Aumento de atratividade do Concelho, aumento do investimento no sector do turístico e do número de visitantes.

**Medidas/Ações desenvolvidas:**

Publicação do Plano Municipal do Desporto (2016).

Águeda *Sm@rt City Lab* - App para registo de comportamentos/desafios à comunidade (2017 - Cont.).

Prémio ÁGUEDA 21 - Compromissos de Aalborg - para iniciativas e/ou projetos para a concretização ESA (2010 - Cont.).

Centro Municipal de Marcha e Corrida (2014 - Cont.).

Pista Check-Up (2013 - Cont.).

Centro de Atividades Náuticas - Bério Marques (2017 - Cont.).

Realização de Eventos Desportivos - Náuticos / Trail / Adventure Race / Enduro / Ciclocrosse / BTT / Open XCO, etc.

Projeto Developing Intereuropean Resources Trail Builder Training - DIRTT - (2019 - 2022).

Delimitação e disponibilização de informação sobre os Trilhos BTT de Águeda - (2017 - Cont.).

App Águeda *Cityfy* (2017 - Cont.).

Percursos Pedestres de Águeda (2009 - Cont.).

Trilhos Adaptados *LIFE* Águeda - *e-CaR* para mobilidade reduzida - (2019 - Cont.).

Comboio Histórico do Vouga (2017 - Cont.).

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:**

Plataforma de Ideias.

Estudo de Mobilidade e Navegabilidade na Ria de Aveiro (Polis).

**Diretrizes de seguimento:**

- 14.** Assegurar a continuidade dos corredores ecológicos até ao rio, dinamizando espaços de acesso e fruição sustentável do mesmo.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:**

Geração de um *continuum naturale* entre áreas classificadas e outros espaços naturais, dentro e fora da estrutura urbana  
Erradicação da fragmentação de habitats e ecossistemas, minimizando os impactes sobre o meio.

Salvaguarda das espécies florísticas e faunísticas que ocorrem nos principais núcleos de conservação, áreas naturais, em particular zonas húmidas, da pressão antrópica das áreas adjacentes, permitindo o fluxo entre os corredores estabelecidos.

Desenvolvimento do Turismo da Natureza e em Espaço Rural (TER).

**Medidas/Ações desenvolvidas:**

Águeda *Sm@rt City Lab* - App para registo de comportamentos/desafios à comunidade (2017 – Cont.).

Centro Municipal de Marcha e Corrida (2014 - Cont.).

Pista Check-Up (2013 - Cont.).

Projeto Developing Intereuropean Resources Trail Builder Training – DIRTT – (2019 – 2022).

Delimitação e disponibilização de informação sobre os Trilhos BTT de Águeda - (2017 – Cont.).

App Águeda *Cityfy* (2017 – Cont.).

Percursos Pedestres de Águeda (2009 – Cont.).

Trilhos Adaptados *LIFE* Águeda - *e-CaR* para mobilidade reduzida - (2019 - Cont.).

Comboio Histórico do Vouga (2017 - Cont.).

Centro de Atividades Náuticas – Bério Marques (2017 - Cont.).

Classificação do Rio Cértima/Pateira de Fermentelos a uma das classificações RAMSAR de zonas húmidas (2013).

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:** Estudo de Mobilidade e Navegabilidade na Ria de Aveiro (Polis).

**Diretrizes de seguimento:**

- 15.** Incentivar o desenvolvimento de atividades típicas no meio rural, apostando na preservação de tradições, métodos de cultivo e culturas tradicionais, visando a criação de "produtos" turísticos atrativos nestes espaços.

Desenvolvimento do Turismo da Natureza e em Espaço Rural (TER).

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:** Pouca atratividade do investimento nos núcleos serranos face aos constrangimentos causados pela crise económica.  
Abandono das zonas serranas e rurais. Perda da identidade e da riqueza cultural destes espaços.

Prémio *ÁGUEDA 21* - Compromissos de *Aalborg* – para iniciativas e/ou projetos para a concretização ESA (2010 – Cont.).

**Medidas/Ações desenvolvidas:** Projeto *Hortas D'Águeda* - Sensibilização e Cursos de Educação/Formação - Produção e Comercialização (2012 – Cont.).

Aldeia Pedagógica do Milho Antigo - Macieira de Alcôba - (2014 - Cont.).

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:** Plataforma de Ideias.

**Diretrizes de seguimento:**

- 16.** Promover o potencial agrícola concelhio, através de sessões de esclarecimento e da realização de formação específica em termos de técnicas, práticas e rentabilidade das culturas, com vista na revitalização e melhoramento da atividade agrícola concelhia, nomeadamente da agricultura biológica.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:**

Adoção de boas práticas agrícolas com impacte positivo sobre os recursos hídricos.  
Adoção de boas práticas agrícolas e diversificação de culturas florestais com impacte positivo sobre o recurso solo.

**Medidas/Ações desenvolvidas:**

Projeto *Hortas D'Águeda* - Sensibilização e Cursos de Educação/Formação - Produção e Comercialização (2012 - Cont.).  
Gabinete de municipal de apoio ao agricultor (2018 - Cont.).

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:**

Plataforma de Ideias.

**Diretrizes de seguimento:**

- 17.** Desenvolver e implementar um programa municipal de acompanhamento e gestão ambiental das atividades agrícolas, de modo a contribuir para a redução da contaminação do solo e aquíferos.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:**

Adoção de boas práticas agrícolas com impacte positivo sobre os recursos hídricos.  
Adoção de boas práticas agrícolas e diversificação de culturas florestais com impacte positivo sobre o recurso solo.

**Medidas/Ações desenvolvidas:**

Elaboração periódica do Relatório de Sustentabilidade da Câmara Municipal de Águeda (2015 - Cont.).  
Observatório de Energia e Sustentabilidade (2017 - Cont.).  
Gabinete de municipal de apoio ao agricultor (2018 - Cont.).  
Cálculo e divulgação do Índice de Sustentabilidade de Águeda (2018, 2019 - cont.) tendo em conta os ODS 2030.

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:**

Plataforma de Ideias.

**Diretrizes de seguimento:**

- 18.** Evitar a programação de infraestruturas em leito de cheia que possam ser suscetíveis de degradação e/ou impacte ao nível do escoamento da água aquando de inundação.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:** Risco de cheia e a sua intensidade.

**Medidas/Ações desenvolvidas:** Publicação do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro - PIMT-RA – (2014).  
Plano Geral de Drenagem da Cidade (2018 - 2022).

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:**

-



**Diretrizes de seguimento:**

**19.** Avaliar e promover o potencial de aproveitamento de recursos endógenos de energias renováveis, nomeadamente de origem eólica, hídrica, solar e florestal.

<b>Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:</b>	Gestão mais eficiente do consumo energético concelhio. Criação de oportunidades para a exploração do potencial de produção de energias renováveis.
<b>Medidas/Ações desenvolvidas:</b>	Projeto <i>LIFE</i> Águeda (2019 - Cont.). Águeda <i>Sm@rt City Lab</i> - Newsletter (2019 - Cont.). Prémio <i>ÁGUEDA 21</i> - Compromissos de Aalborg - para iniciativas e/ou projetos para a concretização ESA (2010 - Cont.). Elaboração periódica do Relatório de Sustentabilidade da Câmara Municipal de Águeda (2015 - Cont.). Observatório de Energia e Sustentabilidade (2017 - Cont.). Cálculo e divulgação do Índice de Sustentabilidade de Águeda (2018, 2019 - cont.) tendo em conta os ODS 2030. Projeto <i>C-Change</i> do programa <i>URBACT</i> (2019 e 2020). Fundo de Eficiência Energética e Hídrica - FEEH - (2017 - Cont.). App Pegada Ecológica - no âmbito da agenda21local Águeda e do Águeda Living Lab - (2013 - Cont.). <i>smartcity.ageda.pt</i> - Águeda <i>Smart City Platform</i> plataforma de sensores em tempo real. (2019 - Cont.).
<b>Medidas/Ações ainda por desenvolver:</b>	Plataforma de Ideias.

**Diretrizes de seguimento:**

- 20.** Promover a certificação energética de edifícios (residenciais, turísticos e industriais), bem como implementar sistemas de iluminação pública mais eficiente do ponto de vista energético.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:**

Gestão mais eficiente do consumo energético concelhio.  
Criação de oportunidades para a exploração do potencial de produção de energias renováveis.

**Medidas/Ações desenvolvidas:**

Águeda *Sm@rt City Lab* - Sistema inteligente de gestão de iluminação pública e de análise de fluxos (2013 - Cont.).  
Águeda *Sm@rt City Lab* - App para registo de comportamentos/desafios à comunidade (2017 - Cont.).  
*Lighting Living Lab* (LLL) - Substituição das lâmpadas existentes por *LED's* (2009 - Cont.).  
*Lighting Living Lab* (LLL) - Elaboração de um Plano Diretor Municipal de Iluminação Exterior de Águeda (2017 - Cont.).  
Projeto *INFINITE Solutions* (2014 - 2017).  
Fundo de Eficiência Energética e Hídrica - FEEH - ((2017 - Cont.).  
Avaliação e otimização do uso eficiência da energia no setor residencial (equipamentos no comércio local e residências - *GEM Global Energy meter* - contadores inteligentes (2019 - Cont.).  
Certificação energética, auditorias, planos de melhoria/racionalização energética, iniciativas de eficiência energética (2013 - Cont.).  
*smartcity.ageda.pt* - Águeda *Smart City Platform* plataforma de sensores em tempo real. (2019 - Cont.)

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:**

Plataforma de Ideias.

**Diretrizes de seguimento:**

**21.** Implementar o Plano de Desenvolvimento da Sustentabilidade Energética do Concelho.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:** Gestão mais eficiente do consumo energético concelhio.  
 Criação de oportunidades para a exploração do potencial de produção de energias renováveis.

**Medidas/Ações desenvolvidas:** -

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:** -

**Nota:** A CM de Águeda indica que não foram desenvolvidas ações no âmbito.

**Diretrizes de seguimento:**

**22.** Dinamizar e promover a utilização da Linha do Vouga em alternativa ao automóvel.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:** Melhoria na qualidade do ar. Redução das emissões de gases poluentes, em particular de CO2.  
 Redução da dependência (e consumo) de combustíveis fósseis. Redução das emissões de GEE.

**Medidas/Ações desenvolvidas:** Publicação do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro - PIMT-RA – (2014).  
 Participação no Projeto *CISMOB* (2016 - 2019).  
 Águeda *Sm@rt City Lab* - App para registo de comportamentos/desafios à comunidade (2017 – Cont.).  
 Comboio Histórico do Vouga (2017 - Cont.).

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:** Projeto de relocalização das Estações/Apeadeiros.

**Diretrizes de seguimento:**

**23.** Implementar medidas relacionadas com a redução do ruído.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:**

Redução dos índices de ruído a que as populações estão expostas.

Aumento dos níveis de emissões de ruído nas áreas restritas às atividades industriais.

**Medidas/Ações desenvolvidas:**

-

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:**

Plataforma de Ideias.

**Nota:** A CM de Águeda indica que não foram desenvolvidas ações no âmbito.

**Diretrizes de seguimento:**

**24.** Promover e divulgar formas de minimização, valorização e reciclagem, bem como adequar o sistema de gestão de RSU às necessidades concelhias.

<p><b>Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:</b></p>	<p>Criação de sinergias para a valorização dos resíduos gerados.          Recolha e utilização mais eficiente dos resíduos produzidos.          Aumento na taxa de separação e valorização dos resíduos.</p>
<p><b>Medidas/Ações desenvolvidas:</b></p>	<p>Águeda <i>Sm@rt City Lab</i> - Implementação de sistema de gestão de resíduos diferenciados (2018/2019 – Cont.).          Águeda <i>Sm@rt City Lab</i> - App para registo de comportamentos/desafios à comunidade (2017 – Cont.).          Águeda <i>Sm@rt City Lab</i> - Newsletter (2019 – Cont.).          Projetos de Recolhas Especiais (Cont.).          Prémio ÁGUEDA 21 - Compromissos de <i>Aalborg</i> – para iniciativas e/ou projetos para a concretização ESA (2010 – Cont.).          Elaboração periódica do Relatório de Sustentabilidade da Câmara Municipal de Águeda (2015 - Cont.).          Observatório de Energia e Sustentabilidade (2017 - Cont.).          Cálculo e divulgação do Índice de Sustentabilidade de Águeda (2018, 2019 - cont.) tendo em conta os ODS 2030.          App Pegada Ecológica - no âmbito da agenda21local Águeda e do Águeda Living Lab - (2013 – Cont.).  <i>smartcity.agueda.pt</i> - Águeda <i>Smart City Platform</i> plataforma de sensores em tempo real. (2019 - Cont.).</p>
<p><b>Medidas/Ações ainda por desenvolver:</b></p>	<p>Plataforma de Ideias.          Criação da plataforma "Lixo que não é lixo".</p>

**Diretrizes de seguimento:**

- 25.** Concluir a cobertura do Concelho no que diz respeito a infraestruturas, incentivando a efetiva ligação de edifícios à rede de saneamento e tratamento de águas residuais e de abastecimento de água.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:** Melhoria da qualidade de vida das populações, com provisão de infraestruturas e equipamentos adequados.

**Medidas/Ações desenvolvidas:** Fundo de Eficiência Energética e Hídrica - FEEH - (2017 – Cont.).  
Contrato de Gestão com a Adra para exploração dos sistemas e execução das redes (2009 – Cont.)

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:** -

**Diretrizes de seguimento:**

**26.** Desenvolver no Concelho fatores de atratividade para as gerações mais jovens, incentivando a sua participação ativa e sentido de identidade pelo Município.

Aumento da atratividade das áreas urbanas para acolher novos habitantes e fixação de jovens famílias.

Melhoria da qualidade de vida das populações, com provisão de infraestruturas e equipamentos adequados.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:**

Fixação de mais habitantes no Concelho. Renovação da população, que apresenta uma tendência de envelhecimento, com acréscimo da população em idade ativa.

Perda de população qualificada por incapacidade de a atrair de volta para o concelho após saída para realizar estudos superiores.

**Medidas/Ações desenvolvidas:**

Participação no projeto piloto *Trace* (2015 - 2021).

Participação no Projeto *CISMOB* (2016 - 2019).

Projeto *BeÁgueda* - bicicletas elétricas (2011 - Cont.).

Águeda Sm@rt City Lab - App para registo de comportamentos/desafios à comunidade (2017 - Cont.).

Águeda Sm@rt City Lab - Newsletter (2019 - Cont.).

Prémio ÁGUEDA 21 - Compromissos de Aalborg - para iniciativas e/ou projetos para a concretização ESA (2010 - Cont.).

Projeto *Hortas D'Águeda* - Sensibilização e Cursos de Educação/Formação - Produção e Comercialização (2012 - Cont.).

Projeto *C-Change* do programa *URBACT* (2019 e 2020).

Plataforma Associativismo (2017 - Cont.).

Incubadora Cultural de Águeda (2015 - Cont.).

Centro de Artes de Águeda - CAA - (2017 - Cont.).

*AgitLab* - Residências Artísticas (2019 - Cont.).

Teatralização lendas de Águeda - Programa Cultura em Rede, CIRA (2019).

Águeda *Bike Park* - Aprovado pela International Mountain Bicycling Association - Europe - IMBA Europe - (2017 - Cont.).

Centro de Atividades Náuticas - Bério Marques (2017 - Cont.).

Eventos Desportivos - BTT / Open XCO / MXGP /Enduro/ Ciclocrosse.

**Diretrizes de seguimento:**

**26.** Desenvolver no Concelho fatores de atratividade para as gerações mais jovens, incentivando a sua participação ativa e sentido de identidade pelo Município.

Eventos Desportivos - Trail/Adventure Race.

Eventos Desportivos - Náuticos.

Eventos Desportivos - Ginástica Aeróbica/V-Promed/marcha e corrida.

Eventos Desportivos - Aerodelismo / Festival Aéreo.

Projeto *Developing Intereuropean Resources Trail Builder Training* - DIRTT - (2019 - 2022).

Delimitação e disponibilização de informação sobre os Trilhos BTT de Águeda - (2017 - Cont.).

Gabinete de Apoio ao Empresário (2014 - Cont.).

Incubadora de Empresas de Águeda - IE Águeda (2014 - Cont.).

Águeda *Living Lab* - ALL - (2015 - Cont.).

Águeda - Férias em Movimento (2013 - Cont.).

Conselho Municipal da Juventude (2013 - Cont.).

Assembleia Municipal Jovem (2016 - Cont.).

Programa de Apoio às Associações Juvenis - PAAJ - (2005 - Cont.).

Centro de Juventude de Águeda - CJA (2016 - Cont.).

Áreas de Reabilitação Urbana - ARU e Operações de Reabilitação Urbana - ORU (2019 - Cont.)

Águeda Tv (2014 - Cont.).

App Águeda *Cityfy* (2017 - Cont.).

Trilhos Adaptados *LIFE* Águeda - e-CaR para mobilidade reduzida - (2019 - Cont.).

*AgitÁgueda* - Jornadas Internacionais de Turismo - (2015 - Cont.).

*smartcity.agueda.pt* - Águeda *Smart City Platform* plataforma de sensores em tempo real. (2019 - Cont.).

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:** Plataforma de Ideias.



**Diretrizes de seguimento:**

**27.** Desenvolver e promover as atividades e produtos tradicionais/típicos do Município.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:**

Melhoria da qualidade de vida das populações, com provisão de infraestruturas e equipamentos adequados.  
Abandono das zonas serranas e rurais. Perda da identidade e da riqueza cultural destes espaços.  
Aumento de atratividade do Concelho, aumento do investimento no sector do turístico e do número de visitantes.  
Retorno financeiro para gestão dos espaços, para os operadores turísticos e para as populações locais.

**Medidas/Ações desenvolvidas:**

Águeda *Sm@rt City Lab* - App para registo de comportamentos/desafios à comunidade (2017 - Cont.).  
Prémio ÁGUEDA 21 - Compromissos de *Aalborg* - para iniciativas e/ou projetos para a concretização ESA (2010 - Cont.).  
Projeto *Hortas D'Águeda* - Sensibilização e Cursos de Educação/Formação - Produção e Comercialização (2012 - Cont.).  
Plataforma Associativismo (2017 - Cont.).  
*AgitLab* - Residências Artísticas (2019 - Cont.).  
Teatralização lendas de Águeda - Programa Cultura em Rede, CIRA (2019).  
Centro Municipal de Marcha e Corrida (2014 - Cont.).  
Centro de Atividades Náuticas - Bério Marques (2017 - Cont.).  
Gabinete de Apoio ao Empresário (2014 - Cont.).  
Incubadora de Empresas de Águeda - IE Águeda (2014 - Cont.).  
Águeda *Living Lab* - ALL - (2015 - Cont.).  
Centro de Juventude de Águeda - CJA (2016 - Cont.).  
Águeda Tv (2014 - Cont.).  
*AgitÁgueda* - Jornadas Internacionais de Turismo - (2015 - Cont.).  
Comboio Histórico do Vouga (2017 - Cont.).

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:** Plataforma de Ideias.

**Diretrizes de seguimento:**

**28.** Valorizar o capital humano, através da criação de mecanismos de participação e discussão pública de assuntos e temáticas importantes para o Município.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:**

Fixação de mais habitantes no Concelho. Renovação da população, que apresenta uma tendência de envelhecimento, com acréscimo da população em idade ativa.

Perda de população qualificada por incapacidade de a atrair de volta para o concelho após saída para realizar estudos superiores.

**Medidas/Ações desenvolvidas:**

Águeda *Sm@rt City Lab* - App para registo de comportamentos/desafios à comunidade (2017 – Cont.).

*AgitLab* - Residências Artísticas (2019 – Cont.).

Teatralização lendas de Águeda - Programa Cultura em Rede, CIRA (2019).

Plataforma *I4C* – Indicadores de monitorização - (2016 - cont).

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:** Plataforma de Ideias.

**Diretrizes de seguimento:**

- 29.** Criar e/ou reforçar redes sociais intra-concelhias e inter-freguesias, no combate a desigualdades e assimetrias de oportunidades, em áreas sociais de apoio à criança, ao idoso, ao deficiente, áreas de desenvolvimento como desportivas e culturais, bem como de educação e saúde.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:**

Impactes socioeconómicos positivos ao nível das populações na região interior.  
Diminuição das assimetrias pela melhoria das condições sociais nas áreas mais interiores do concelho.

**Medidas/Ações desenvolvidas:**

Publicação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – PEDU – (2014 -2020).  
 Publicação do Plano Municipal do Desporto (2016).  
 Publicação do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro - PIMT-RA – (2014).  
 Águeda *Sm@rt City Lab* - App para registo de comportamentos/desafios à comunidade (2017 – Cont.).  
 Projeto SMARTA 2 – Promoção da Mobilidade Sustentável partilhada nas Zonas Rurais (2019 – Cont.).  
 Agenda local 21 - Compromissos de *Aalborg* - Estado da Sustentabilidade de Águeda - ESA (2010).  
 Projeto *Hortas D'Águeda* - Sensibilização e Cursos de Educação/Formação - Produção e Comercialização (2012 – Cont.).  
 Cálculo e divulgação do Índice de Sustentabilidade de Águeda (2018, 2019 - cont.) tendo em conta os ODS 2030.  
 Plataforma Associativismo (2017 – Cont.).  
 Centro de Artes de Águeda – CAA – (2017 – Cont.).  
*AgitLab* - Residências Artísticas (2019 – Cont.).  
 Centro Municipal de Marcha e Corrida (2014 - Cont.).  
 Centro de Atividades Náuticas – Bério Marques (2017 - Cont.).  
 Águeda - Férias em Movimento (2013 – Cont.).  
 Águeda Tv (2014 - Cont.).  
 Trilhos Adaptados *LIFE* Águeda - *e-CaR* para mobilidade reduzida - (2019 – Cont.).  
 Programa “Aldeia Segura, Pessoas Seguras” em Alcafaz (2018 – Cont.).  
 Comboio Histórico do Vouga (2017 - Cont.).

**Diretrizes de seguimento:**

- 29.** Criar e/ou reforçar redes sociais intra-concelhias e inter-freguesias, no combate a desigualdades e assimetrias de oportunidades, em áreas sociais de apoio à criança, ao idoso, ao deficiente, áreas de desenvolvimento como desportivas e culturais, bem como de educação e saúde.

Projeto de Mediação Municipal e Intercultural - 'Igualdade na Diversidade' (2019 - 2022)

*AgitÁgueda* - Linguagem gestual portuguesa – assembleias municipais, atendimento, gabinete de Apoio à deficiência, etc. (2019 – Cont.).

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:** Plataforma de Ideias.

**Diretrizes de seguimento:**

- 30.** Desenvolver Guias de Boas Práticas para a implementação das estratégias aos níveis agrícola e silvícola.

**Efeito que se pretende reforçar ou reduzir:** Qualificação do coberto florestal do Concelho com o fomento da diversificação de culturas florestais.  
Adoção de boas práticas agrícolas com impacte positivo sobre os recursos hídricos.

**Medidas/Ações desenvolvidas:**

-

**Medidas/Ações ainda por desenvolver:**

-

**Nota:** A CM de Águeda indica que não foram desenvolvidas ações no âmbito.



# **Anexo 5**

## **Programa de Seguimiento**



## Programa de seguimento anotado

### Indicadores de seguimento atualizados

FCD	Critérios	Indicadores de monitorização	Notas
		<del>IM01</del> <del>Corredores verdes</del>	
		<del>IM02</del> <del>Área classificada e área protegida no concelho</del>	
	Ecosistemas e habitats	IM34 Avaliação global do estado de conservação dos habitats presentes no concelho.	Usando como fonte de informação os relatórios da Diretiva Habitats do ICNF.
<b>FCD1</b>		IM04 Ações de gestão na Rede Natura 2000.	
		<del>IM03</del> <del>Povoamentos de espécies autóctones.</del>	
	Floresta	<del>Florestas certificadas no município</del> IM05 Área de florestas certificadas no município.	Usando como fonte de informação os serviços dos sistemas de certificação florestal implementados em Portugal – PEFC e FSC.
		IM21 Área florestada com eucalipto.	

**Legenda:** Reformulados, acrescentados e retirados – Elementos reformulados, acrescentados e retirados com base nas recomendações.

FCD	Critérios	Indicadores de monitorização	Notas	
FCD2	Política e ocupação de solo	<del>IM06</del> Parques empresariais de génese municipal e habitação a custos controlados		
		<del>IM07</del> Empresas deslocalizadas para os Parques Empresariais		
		IM35 Percentagem de pedidos de apoio à habitação atendidos	Usando como fonte de informação os serviços sociais da CMA.	
		<del>IM12</del> Custo médio do solo		
		IM36 Preço do solo industrial	Usando como fonte de informação os trabalhos de avaliação e controlo do PEC.	
			IM37 Preços medianos do aluguer e compra de habitação	Usando como fonte de informação os seguintes indicadores anuais do INE: Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares por Localização geográfica e Valor mediano de avaliação bancária (€/ m²) por Localização geográfica e Tipo de construção.
			IM38 Variação da população residente	Usando como fonte de informação as estimativas da população do INE.
	Coesão territorial		<del>IM08</del> Níveis de infraestruturização do concelho	
			IM39 Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais	Usando como fonte de informação o indicador com o mesmo nome na base de dados do INE.
			<del>IM09</del> Número de equipamentos sociais	
Qualificação urbana		<del>IM10</del> Taxa de visitação de núcleos patrimoniais Número de visitantes dos núcleos patrimoniais	Usando como fonte de informação os dados da CMA.	
		IM11 Património classificado		
		IM40 Satisfação com o espaço público	Usando como fonte de informação um inquérito anual de duas perguntas baseado no Indicador de qualidade do espaço público do <i>Urban Audit</i> da Comissão Europeia, apresentado no <i>website</i> <a href="https://ec.europa.eu/transport/themes/quality-public-spaces-indicator_en">https://ec.europa.eu/transport/themes/quality-public-spaces-indicator_en</a> .	

**Legenda:** Reformulados, acrescentados e retirados – Elementos reformulados, acrescentados e retirados com base nas recomendações.



FCD	Critérios	Indicadores de monitorização	Notas	
	Qualidade do ar	<del>IM13</del> <del>Qualidade do ar e ruído</del>	Usando como fonte de informação a rede municipal de estações de medição da qualidade do ar e a metodologia de cálculo do índice de qualidade do ar da APA, adotado para a rede QualAR.	
		IM41		Número de dias com qualidade do ar fraca ou má nas estações da rede municipal de monitorização da qualidade do ar, por poluente
		<del>IM17</del> <del>Bolsa de Carbono</del>		
	Resíduos	<del>IM16</del> <del>Valorização dos resíduos</del>	Usando como fonte de informação o indicador com o mesmo nome na base de dados do INE	
		IM42		Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem
		<del>IM14</del> <del>Qualidade dos recursos hídricos</del> Proporção de massas de água em estado Bom ou Superior		Usando como fonte de informação os seguintes indicadores do trienal do INE: Massas de água superficiais por Localização geográfica e Classificação do estado químico; Massas de água subterrâneas por Localização geográfica e Classificação do estado global.
FCD3	Recursos hídricos	<del>IM15</del> <del>Taxa de consumo e valorização da água</del>	Usando como fonte de informação o indicador com o mesmo nome na base de dados do INE.	
		IM43		Perdas no sistema de abastecimento de água
		IM44		Águas residuais tratadas reutilizadas
	Ruído	<del>IM13</del> <del>Qualidade do ar e ruído</del>	Usando como fonte de informação a medição dos territórios artificializados nas sucessivas publicações da COS.	
	Solo	<del>IM18</del> <del>Expansão urbana</del> IM18 Área de território com solo artificializado e teor de carbono no solo	Incluir o teor de carbono no solo nos anos em que seja publicado, usando como fonte de informação os geo-dados abertos do ICNF	

**Legenda:** Reformulados, acrescentados e retirados – Elementos reformulados, acrescentados e retirados com base nas recomendações.

FCD	Critérios	Indicadores de monitorização	Notas
	Eficiência energética	IM19 <del>Consumo de energia</del> Consumo de energia elétrica por setor	Usando como fonte de informação o seguinte indicador anual do INE: Consumo de energia elétrica (kWh) por Localização geográfica e Tipo de consumo.
		IM24 <del>Edifícios certificados energeticamente</del> Edifícios com certificação energética com classificação A a C	Usando como fonte de informação o website do Sistema de Certificação Energética de Edifícios <a href="https://www.sce.pt/estatisticas/">https://www.sce.pt/estatisticas/</a> .
		IM17 Bolsa de Carbono Municipal – área plantada e toneladas de CO2 compensadas -	Usando como fonte de informação os serviços da CMA responsáveis pela implementação do projeto.
		<del>IM20 Zonas de intervenção florestal</del> <del>IM21 Área florestada com eucalipto</del>	
FCD4*	Alterações climáticas	IM45 Consumo de combustíveis fósseis	Usando como <i>proxy</i> a venda de combustíveis, com fonte de informação o indicador anual do INE: Vendas de combustíveis líquidos e gasosos (t) das empresas por Localização geográfica e Tipo de combustível.
	Cheias e Inundações	IM22 <del>Prevenção de riscos naturais</del> Intervenções concluídas de prevenção e proteção contra riscos naturais e mistos	Usando como fontes de informação os serviços da CMA e contabilizando especificamente ações de DFCI, intervenções e obras de prevenção e proteção contra inundações e outras associadas ao risco de movimento de massas, por exemplo.
		IM32 Ocorrência de inundações e seus efeitos - Número de perdas de vida humanas ou desaparecidas, número de pessoas afetadas, evacuadas ou desalojadas	Usando como fonte de informação os serviços de proteção civil municipais.
	Incêndios	IM23 Área ardida	

\*Nota: FCD4 Alterações climáticas e riscos naturais

**Legenda:** Reformulados, acrescentados e retirados – Elementos reformulados, acrescentados e retirados com base nas recomendações.

FCD	Critérios	Indicadores de monitorização	Notas	
FCD5	Competitividade e dinâmica empresarial	IM25	Número de empresas	No âmbito da avaliação e controlo dos próximos anos, é necessário acompanhar e avaliar com maior detalhe e o devido enquadramento a quebra do crescimento do número de empresas.
		IM26	Dinâmica empresarial (novas patentes, empresas e países de exportação)	
		IM27	Taxa de desemprego	
		IM28	Nível de ensino da população	
	Desenvolvimento humano	IM33	Proporção da população empregada por conta de outrem com ensino superior	Usando como fonte de informação o indicador com o mesmo nome na base de dados do INE.
		IM29	Equipamentos e serviços de utilização coletiva	
		IM30	Dinâmica turística (fluxos de turistas e proveitos hoteleiros)	
	Dinâmica turística	IM31	Novos projetos turísticos no concelho	Usando como fonte de informação o indicador do INE como o mesmo nome.
		IM46	Número de dormidas em alojamentos turísticos por tipo de alojamento	

**Legenda:** Reformulados, acrescentados e retirados – Elementos reformulados, acrescentados e retirados com base nas recomendações.

**Diretrizes de Seguimento atualizadas:**

1. A par com a criação dos parques empresariais de génese municipal, incentivar a deslocalização de unidades industriais localizadas em áreas urbanas e florestais para áreas industriais devidamente adequadas à atividade.
2. Promover o desenvolvimento de programas e projetos como o RICÁgueda e alguns projetos no âmbito do programa europeu URBACT, entre outros que já decorrem em Águeda, que promovam a inovação e a lógica de disseminação do conhecimento e da transferência de saber entre as entidades, agentes e empresas existentes no Município, fomentado a criação de redes formais e informais a este nível.
3. Adequar a dinamização de cursos de formação profissional e tecnológica às tipologias económicas emergentes no Município.

4. Incentivar a gestão florestal, reajustando o coberto florestal no sentido de se criarem núcleos de espécies arbóreas autóctones, fomentando o aumento da capacidade de sumidouro de carbono dos sistemas naturais presentes e apoiando o desenvolvimento do projeto do PDM Bolsa de Carbono, nomeadamente através da avaliação da possibilidade de as ações de florestação da Bolsa de Carbono estarem associadas à recuperação de áreas ardidas ou com dano, ou à florestação em espaços urbanos e periurbanos, bem como da avaliação da possibilidade de alargamento do projeto aos cidadãos e não só empresas, angariando como parceiros para esta ação a AFBV e as empresas florestais do concelho.

**Nota:** Procura ativa de parceiros para a definição de novas ações no âmbito desta diretriz, no sentido de incentivar o aumento da área coberta por espécies arbóreas autóctones. Reforçar ação no âmbito da promoção da qualidade do ar.

5. Reforçar a rede de vigilância e prevenção de acidentes naturais, promovendo a partilha de informação e meios de prevenção e combate a incêndios na floresta e cheias, entre as entidades com responsabilidades específicas.

**Nota:** Reforçar a ação, a par da execução do PMDFCI revisto.

6. Reforçar a rede de transportes públicos, bem como a rede de pistas cicláveis e pedonais, aumentando a oportunidade de utilização de outros meios de transporte, desincentivando a utilização frequente do meio de transporte privado e movido a partir de combustíveis fósseis, apoiando a implementação do Observatório da Mobilidade municipal em articulação com o regional, e procurando implementar a Estratégia de Mobilidade Sustentável 2020 e o PIMT-RA, nomeadamente nas suas vertentes de promoção do desenvolvimento de parcerias para a ação e de planos de mobilidade de empresas e polos geradores.

**Nota:** Reforçar ação no âmbito da promoção da qualidade do ar.

7. Criar ações incentivadoras da recuperação, regeneração e ocupação de construções abandonadas e/ou degradadas nos núcleos históricos.

**Nota:** Manter o trabalho de implementação de ORU para as ARU delimitadas no concelho, onde esse desenvolvimento seja avaliado como possível.

8. Implementar ações de revitalização e proteção de património edificado e dos recursos naturais, promoção, entre outros, da recuperação gradual das linhas de água e das faixas ripícolas contíguas.

9. Definir critérios para o desenvolvimento de atividades e equipamentos turísticos em áreas sensíveis (como os espaços Rede Natura 2000), de forma a assegurar a integridade biofísica e paisagística dos ecossistemas.

10. Desenvolver e implementar ações de proteção e conservação da biodiversidade concelhia de espaços naturais não classificados.

11. Promover o reordenamento cinegético no Concelho.

12. Requalificar espaços verdes e de utilização coletiva, em termos de estrutura verde (promovendo a gestão ecossustentável, através da aplicação de boas práticas ambientais, a adoção de redes secundárias de rega) e de mobiliário urbano para utilização comunitária, em momentos de lazer e convívio.

**Nota:** Continuar a averiguar a existência de ineficiências no uso de água municipal.

13. Fomentar a dinamização de atividades ligadas ao rio, criando ainda espaços qualificados que funcionem como âncoras junto à frente ribeirinha.

14. Assegurar a continuidade dos corredores ecológicos até ao rio, dinamizando espaços de acesso e fruição sustentável do mesmo.

15. Incentivar o desenvolvimento de atividades típicas no meio rural, apostando na preservação de tradições, métodos de cultivo e culturas tradicionais, visando a criação de "produtos" turísticos atrativos nestes espaços.

**Nota:** Reforçar ação. Propõe-se a continuação do desenvolvimento das ações de formação e orientação.

16. Promover o potencial agrícola concelhio, através de sessões de esclarecimento e da realização de formação específica em termos de técnicas, práticas e rentabilidade das culturas, com vista na revitalização e melhoramento da atividade agrícola concelhia, nomeadamente da agricultura biológica.

**Nota:** Dar maior atenção às questões das emissões poluentes do ar no âmbito da sua execução. No âmbito da eficiência hídrica manter as orientações e formação para uma agricultura mais sustentável.

**17.** Desenvolver e implementar um programa municipal de acompanhamento e gestão ambiental das atividades agrícolas, de modo a contribuir para a redução da contaminação do solo e aquíferos.

**Nota:** Dar maior atenção às questões das emissões poluentes do ar no âmbito da sua execução.

**18.** Evitar a programação de infraestruturas em leito de cheia que possam ser suscetíveis de degradação e/ou impacte ao nível do escoamento da água aquando de inundação.

**19.** Avaliar e promover o potencial de aproveitamento de recursos endógenos -de energias renováveis, nomeadamente de origem eólica, hídrica, solar e florestal.

**20.** Promover a certificação energética de edifícios (residenciais, turísticos e industriais), bem como implementar sistemas de iluminação pública mais eficiente do ponto de vista energético.

**21.** Implementar o Plano de Desenvolvimento da Sustentabilidade Energética do Concelho.

**22.** Dinamizar e promover a utilização da Linha do Vouga em alternativa ao automóvel.

**Nota:** aguarda-se execução do projeto de realocização de apeadeiros para avaliar a necessidade de reforçar a ação no âmbito da qualidade do ar.

**23.** Avaliar excedências de ruído e implementar medidas relacionadas com a sua redução e mitigação, em particular nas zonas sensíveis.

**24.** Promover e divulgar formas de minimização, valorização e reciclagem junto dos cidadãos e das empresas, desenvolver projetos que fomentem o fecho do ciclo dos materiais (incluindo simbioses industriais e Zonas Empresariais Responsáveis) e adequar o sistema de gestão de RSU às necessidades concelhias.

**25.** Concluir a cobertura do Concelho no que diz respeito a infraestruturas, incentivando a efetiva ligação de edifícios à rede de saneamento e tratamento de águas residuais e de abastecimento de água e promovendo a concretização das ligações viárias que tornam o concelho mais competitivo.

**Nota:** Reforçar ação no sentido de promover mais eficazmente a eficiência hídrica nos vários setores.

**26.** Desenvolver no Concelho fatores de atratividade para as gerações mais jovens, incluindo o apoio à habitação, incentivando a sua participação ativa e sentido de identidade pelo Município.

**27.** Desenvolver e promover as atividades e produtos tradicionais/típicos do Município.

**28.** Valorizar o capital humano, através da criação de mecanismos de participação e discussão pública de assuntos e temáticas importantes para o Município.

**29.** Monitorizar a situação do concelho em termos de equipamentos, conhecendo em contínuo as capacidades, taxas de ocupação, necessidades presentes atendidas e não atendidas e previstas, apoiando o planeamento das redes de equipamentos municipais, bem como criando e/ou reforçando redes sociais intra-concelhias e inter-freguesias, no combate a desigualdades e assimetrias de oportunidades, em áreas sociais de apoio à família, à criança, ao idoso, ao deficiente, áreas de desenvolvimento como desportivas e culturais, bem como de educação e saúde.

**30.** Desenvolver Guias de Boas Práticas para a implementação das estratégias aos níveis agrícola e silvícola.

**Nota:** Reforçar a ação e no âmbito da eficiência hídrica manter as orientações e formação para uma agricultura mais sustentável.

**Legenda:** Reformulados/Notas de reforço – Elementos reformulados e notas de reforço com base nas recomendações.







## **Anexo 6**

**Ficha metodológica para o indicador  
Satisfação com o espaço público**



## Ficha metodológica para o indicador Satisfação com o espaço público

[Baseada no guia do utilizador disponível no website

[https://ec.europa.eu/transport/themes/quality-public-spaces-indicator\\_en](https://ec.europa.eu/transport/themes/quality-public-spaces-indicator_en)

referente ao indicador 14 Qualidade do Espaço Público do *Urban Audit* da Comissão Europeia]

Nome do indicador
Satisfação com o espaço público
Definição
Perceção da satisfação com os espaços públicos do concelho.
Fontes de informação
<p>Cálculo da média da satisfação reportada em relação a espaços públicos verdes e não verdes em inquérito composto pelas seguintes perguntas:</p> <p><i>De modo geral, está [1] muito satisfeito, [2] bastante satisfeito, [3] bastante insatisfeito, [4] muito insatisfeito, com os seguintes elementos do seu concelho:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> <li><i>Espaços públicos tais como mercados, praças e espaços pedonais</i></li> <li><i>Espaços verdes tais como parques e jardins</i></li> </ol> <p>Documentar tamanho da amostra e modo de realização do inquérito adotados.</p>
Processamento/cálculo
$SAT = \frac{ASP_{m=1} + ASP_{m=2}}{2}$ $ASP_m = \frac{PONT_{m,h=1} \times 10 + PONT_{m,h=2} \times 6,66 + PONT_{m,h=3} \times 3,33 + PONT_{m,h=4} \times 0}{AMOSTRA_m}$ <p>Em que:</p> <p>SAT = Indicador de satisfação com o espaço público</p> <p>m = Aspectos avaliados (m=1 corresponde a Espaços públicos tais como mercados, praças e espaços pedonais; m = 2 corresponde a Espaços verdes tais como parques e jardins)</p> <p>ASP<sub>m</sub> = Indicador de satisfação com o aspeto m</p> <p>h= Grau de satisfação do inquirido (h=1 corresponde a Muito satisfeito; h=2 corresponde a Bastante satisfeito; h=3 corresponde a Bastante insatisfeito; h=4 corresponde a Muito insatisfeito)</p> <p>PONT<sub>m,h</sub> = Número de inquiridos que deu resposta com grau de satisfação h ao aspeto m</p> <p>AMOSTRA<sub>m</sub> = Número total de inquiridos que deram resposta à pergunta relativa ao aspeto m</p>





# **Anexo 7**

**Fundamentação da atualização  
do Quadro-Problema da AAE**



## FUNDAMENTAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DO QUADRO-PROBLEMA DA AAE

O Quadro-Problema da AAE resulta da síntese do SWOT apresentado no PDMA de 2012. A sua atualização baseia-se nos resultados dos trabalhos do REOT, com algumas verificações adicionais realizadas com base nos trabalhos da AAE da 2.ª alteração ao PDMA de 2012. Este documento apresenta as atualizações introduzidas, fundamentando-as com cada um dos pontos de caracterização do REOT, bem como algumas análises da AAE.

### 1. Atualização do quadro-problema da AAE com base nos trabalhos do REOT

N.º	Síntese dos resultados dos trabalhos do REOT	Manter no Quadro problema	Retirar do Quadro problema	Reformular no Quadro problema	Acrescentar no Quadro problema
<b>DINÂMICA DEMOGRÁFICA</b>					
1	Regista-se uma diminuição da população residente desde 2001 até à atualidade, o que, de resto, se compatibiliza com as projeções demográficas inscritas no Relatório do Plano do PDM em vigor.	Envelhecimento e diminuição da população (Principais problemas - vulnerabilidade social). Desenraizamento dos naturais relativamente ao Concelho (Principais Problemas – Vulnerabilidade social).	-	-	-
2	A diminuição da taxa de natalidade e o aumento da taxa de mortalidade, refletem-se em taxas de crescimento natural negativas.	Envelhecimento e diminuição da população (Principais problemas - vulnerabilidade social).	-	-	-
3	Assiste-se ao designado fenómeno de envelhecimento populacional, com um aumento do peso do grupo etário com 65 ou mais anos, face aos grupos mais jovens, o que se espelha nos crescentes índices de dependência e de envelhecimento.	Envelhecimento e diminuição da população (Principais problemas - vulnerabilidade social) Exclusão social da população idosa (Principais Riscos). Diminuição da coesão social (Principais Riscos).	-	-	-
4	No período de 2001 e 2011, todas as freguesias registaram perdas populacionais, à exceção de Aguada de Cima e de Fermentelos. Estas vilas beneficiam grandemente das áreas industriais existentes e das condições de acessibilidade rodoviária que permitem que haja uma boa ligação à sede de concelho, mas também aos territórios limítrofes, fazendo estes lugares atrativos para o estabelecimento de residência.	Envelhecimento e diminuição da população (Principais problemas - vulnerabilidade social) Forte presença industrial (Concelho líder no distrito com posição de destaque na região e no País) e economia de aglomeração (Principais Potencialidades).	-	-	Principais Potencialidades (acrescentar): Freguesias de Aguada de Cima e de Fermentelos como lugares atrativos para novas áreas habitacionais (boa acessibilidade ao emprego).
5	Comparativamente com os concelhos limítrofes, Águeda apresenta o segundo maior volume populacional. O desafio da competitividade territorial prende-se, aqui, com a governação multinível e a articulação com a região, reiterando as dinâmicas de identidade, coesão e sustentabilidade da Região de Aveiro.	-	-	-	-

N.º	Síntese dos resultados dos trabalhos do REOT	Manter no Quadro problema	Retirar do Quadro problema	Reformular no Quadro problema	Acrescentar no Quadro problema
6	Apesar do decréscimo populacional, há um aumento do número de famílias clássicas, que são maioritariamente constituídas por 2 pessoas na totalidade das freguesias.	-	-	-	-
7	O aumento do parque habitacional do concelho, quer ao nível dos edifícios, quer dos alojamentos, no último período intercensitário, poderá ocasionar a fixação da população que entra no concelho para trabalhar ou estudar, dando azo ao mercado de arrendamento de imóveis, podendo promover um ajuste entre a oferta e procura de habitação.	-	-	-	-
8	A idade média dos edifícios é na ordem dos 36 anos, valor esse inferior à média nacional e regional, reforçando a oportunidade de emergirem novos nichos de mercado em termos habitacionais.	-	-	-	Principais Potencialidades (acrescentar): Atratividade do parque habitacional pela sua idade média inferior à nacional e regional.
9	Há o predomínio da residência habitual relativamente ao regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos	-	-	-	-
10	Regista-se o aumento do número de alojamentos de uso sazonal ou secundário no período de entre 2001 e 2011, podendo este facto estar relacionado com a apetência do concelho para a 2ª habitação, sobretudo na zona serrana para fins turísticos e de lazer, ou também com a indústria. O aumento dos alojamentos vagos está relacionado com a diminuição da população, mas também poderá indiciar debilidades no estado de conservação do edificado	Êxodo rural e degradação do tecido urbano na zona serrana. (Principais Riscos)	-	-	-
11	A CMA atribuiu diversos apoios em termos habitacionais, que vão desde o apoio para o pagamento da renda, à construção, adaptação e beneficiação de habitações próprias, passando pelo apoio aos pequenos arranjos nas habitações, através do programa Águeda Solidária.	-	-	-	-



N.º	Síntese dos resultados dos trabalhos do REOT	Manter no Quadro problema	Retirar do Quadro problema	Reformular no Quadro problema	Acrescentar no Quadro problema
12	<p>Todavia, há uma reduzida oferta de alojamentos na cidade de Águeda, criando problemas na procura, uma vez que eleva o preço do metro quadrado de construção e esta situação poderá inibir a fixação de população jovem, bem como de profissionais e trabalhadores indiferenciados que vem laborar na indústria de Águeda.</p>	<p>Fuga da população com maior escolarização/qualificação e dos jovens, face ao elevado custo da habitação. (Principais Riscos)</p> <p>Mercado de aluguer de habitação reduzido e oferta de fogos a custos controlados insuficiente. (Principais problemas - vulnerabilidade social)</p> <p>Existência de necessidades para habitação a custos controlados. (Principais Potencialidades)</p> <p>Elevado custo da habitação. (Principais Problemas - Ocupação urbana dispersa e desarticulada)</p> <p>Presença da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda (ESTGA) (formação e fomentador de mercado de arrendamento). (Principais Potencialidades)</p> <p>Fuga de investimento face ao valor do solo industrial e à falta de ligações rápidas à A1/Sul e consequente aumento da taxa de desemprego, tendo em conta o peso que o sector secundário tem em termos de emprego no Concelho. (Principais Riscos)</p> <p>Número significativo de proprietários de alojamentos com menos de 30 anos. (Principais Potencialidades)</p>	<p>Falta de solo industrial infraestruturado e elevado custo do solo industrial face à especulação fundiária (Principais Problemas - Debilidades económicas, na indústria e no aproveitamento de recursos)</p> <p>Justificação:</p> <p>Com base no relatório de monitorização de 2019 do PP do PEC, o preço de solo industrial no concelho de Águeda diminuiu significativamente, a partir do ano 2017, registando os valores de 24,19€/m2. Os valores antes dessa data rondavam os 40,00 a 75,00€/m2.</p>	<p>Principais Problemas - Ocupação urbana dispersa e desarticulada (reformular):</p> <p>Original: Elevado custo do solo urbano (e especialmente industrial).</p> <p>Reformulado: Elevado custo do solo urbano.</p>	<p>Principais Potencialidades (acrescentar):</p> <p>Disponibilidade de solo industrial infraestruturado, com preços acessíveis, captação de investimento e relocalização de indústria.</p>
13	<p>Por outro lado, para os fogos existentes nas áreas rurais não há procura devido à fraca capacidade de mobilidade ser uma condicionante e ainda por as características do parque edificado não apresentarem a contemporaneidade exigida, nem o contexto urbano que satisfaça as eventuais procuras.</p>	<p>Degradação de núcleos tradicionais com características arquitetónicas singulares (aldeias de xisto e granito). (Principais Problemas - Insuficiente valorização do património)</p>	-	-	-
<b>ECONOMIA, DINÂMICA EMPRESARIAL E TURISMO</b>					
14	<p>A taxa de atividade da população era de 49% em 2011, correspondendo a 23357 indivíduos enquadrados na população ativa.</p>	-	-	-	-
15	<p>Registou-se um aumento da taxa de desemprego no período entre 2001 e 2011. Contudo, as estimativas de 2017 apontam para uma acentuada diminuição, em resultado da situação económica do país ter melhorado nos últimos anos.</p>	<p>Elevada taxa de atividade, forte espírito empreendedor (Principais potencialidades)</p>	-	-	-

N.º	Síntese dos resultados dos trabalhos do REOT	Manter no Quadro problema	Retirar do Quadro problema	Reformular no Quadro problema	Acrescentar no Quadro problema
16	O setor terciário em termos de população ativa é o mais representativo, mas o secundário continua a ter uma posição relevante na estrutura económica do concelho, pese embora o substancial decréscimo de população ativa neste setor, tal como no primário.	Forte presença industrial (Concelho líder no distrito com posição de destaque na região e no País) e economia de aglomeração. (Principais Potencialidades)	-	-	-
17	O número de empresas sediadas no concelho de Águeda, entre 2011 e 2017, aumentou 8,7%, refletindo-se no valor crescente das exportações face às importações, com reflexos positivos no saldo da balança comercial.	<p>Forte presença industrial (Concelho líder no distrito com posição de destaque na região e no País) e economia de aglomeração. (Principais Potencialidades)</p> <p>Elevada taxa de atividade, forte espírito empreendedor. (Principais Potencialidades)</p> <p>Oferta de emprego (operários/quadros técnicos). (Principais Potencialidades)</p>	-	-	-
18	A atividade económica com maior expressão no concelho de Águeda é o comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos e a indústria transformadora. Além disso, destaca-se o crescimento exponencial de setores como a agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas, e ainda, a eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio.	<p>Forte presença industrial (Concelho líder no distrito com posição de destaque na região e no País) e economia de aglomeração. (Principais Potencialidades)</p> <p>Elevada taxa de atividade, forte espírito empreendedor. (Principais Potencialidades)</p> <p>Cultura técnica industrial de base. (Principais Potencialidades)</p> <p>Oferta de emprego (operários/quadros técnicos). (Principais Potencialidades)</p> <p>Diversidade produtiva na indústria transformadora. (Principais Potencialidades)</p> <p>Potencial de pesca em águas interiores no sistema hídrico extenso e diversificado. (Principais Potencialidades)</p> <p>Grandes empresas do ramo florestal a operarem no Concelho e capacidade científica instalada. (Principais Potencialidades)</p> <p>Solos com elevado potencial agrícola, para vários setores. (Principais Potencialidades)</p> <p>Sector elétrico, mobiliário e ferragens líder ao nível nacional. (Principais Potencialidades)</p>	-	-	-
19	A Autarquia tem vindo a desenvolver, de forma contínua, procurando dinamizar diversos eventos e iniciativas, qualificar a oferta turística, aumentar a procura, alcançar notoriedade e o reconhecimento junto dos que visitam o concelho.	Insuficiente inovação e promoção turística e dos produtos endógenos / típicos. (Principais Problemas - Debilidades económicas, na indústria e no aproveitamento de recursos)	-	-	-

N.º	Síntese dos resultados dos trabalhos do REOT	Manter no Quadro problema	Retirar do Quadro problema	Reformular no Quadro problema	Acrescentar no Quadro problema
20	Salienta-se, que a valorização dos espaços naturais inseridos na Rede Natura 2000, nomeadamente a Pateira de Fermentelos e o Sítio do Rio Vouga, que apresentam elevado potencial turístico associado à recuperação das atividades tradicionais e o impulsionar do turismo rural ou ecoturismo.	Habitats protegidos associados ao sistema hídrico (Rede Natura 2000). (Principais sensibilidades) Elevado potencial para o recreio e lazer nos espaços florestais. (Principais Potencialidades)	-	<p>Principais Potencialidades (reformular):</p> <p>Original: Património natural de relevo, Zona de Proteção Especial da Ria de Aveiro e Sítio do Rio Vouga, biodiversidade faunística e florística (elevado potencial de turismo de natureza)</p> <p>Reformulado: Património natural de relevo, Zona de Proteção Especial da Ria de Aveiro, Zonas Especiais de Conservação da Ria de Aveiro e Rio Vouga, Pateira de Fermentelos, biodiversidade faunística e florística (elevado potencial turístico associado ao impulsionar do turismo de natureza e ecoturismo).</p>	-
21	O turismo é um setor em franco crescimento, verificando-se um aumento do número de hóspedes e de dormidas, com consequências nos proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros.	-	Reduzida diversidade da oferta hoteleira, desfasada das novas necessidades. (Principais Problemas - Debilidades económicas, na indústria e no aproveitamento de recursos)	-	<p>Principais Potencialidades (acrescentar):</p> <p>Crescimento do número de visitantes no concelho.</p>
<b>MOBILIDADE E TRANSPORTES</b>					
22	Águeda encontra-se numa situação privilegiada, favorecida por um conjunto de vias que permitem estabelecer importantes ligações ao nível interconcelhio.	Grandes movimentos pendulares diários de entrada no Concelho. (Principais Potencialidades)	-	-	-
23	Continua a existir a necessidade de otimização do sistema viário, que passa não só pela melhoria das condições de circulação e de tempos de viagem, mas pela própria requalificação das vias, com especial atenção para a questão da relação entre o automóvel e o peão.	-	-	<p>Principais Problemas (reformular):</p> <p>Original: Rede Viária dos aglomerados urbanos insuficientemente dimensionada provocando conflitos peão/automóvel.</p> <p>Reformulado: Insuficiência da infraestruturação e do sistema de transportes, com necessidade de requalificação das vias nos aglomerados urbanos, ocorrência de conflitos peão/automóvel e tempos de viagem pouco otimizados</p>	-
24	Em 2011, 18% do total da população saía do concelho para estudar ou trabalhar nouro município, revelando potencial nos fortes movimentos pendulares para dentro do concelho.	Grandes movimentos pendulares diários de entrada no Concelho. (Principais Potencialidades) Grande utilização do automóvel nos movimentos pendulares. (Principais Problemas - Insuficiência da infraestruturação e do sistema de transportes)	-	-	-
25	Em média, o tempo gasto na deslocação trabalho ou estudo é até 15 min, estando este facto associado ao uso elevado do automóvel. Esta situação poderá refletir-se no congestionamento das vias intermunicipais e municipais, uma vez que	Aumento do congestionamento automóvel, nomeadamente nas vias de acesso intermunicipal. (Principais Riscos)	-	-	-

N.º	Síntese dos resultados dos trabalhos do REOT	Manter no Quadro problema	Retirar do Quadro problema	Reformular no Quadro problema	Acrescentar no Quadro problema
	as deslocações internas são bastante superiores às externas.	<p>Rede viária que permite que os principais centros urbanos estejam ligados por distâncias inferiores a 15 minutos. (Principais Potencialidades)</p> <p>Deficitárias ligações internas este-oeste, sobretudo na zona serrana. (Principais Problemas - Insuficiência da infraestruturação e do sistema de transportes)</p>			
26	Em 2011, a porção de população que saía para estudar ou trabalhar era inferior àquela que entrava, podendo este indicador refletir a capacidade do concelho para atrair e fixar a população.	Fuga da população com maior escolarização/qualificação e dos jovens, face ao elevado custo da habitação. (Principais Riscos)	-	-	-
27	Aliando o reduzido tempo médio nas deslocações, ao facto de a generalidade da população residente trabalhar ou estudar no município, estes factos demonstram proximidade entre o local de origem e de destino das deslocações, havendo, por isso, uma elevada porção de movimentos realizados a pé.	-	-	-	-
28	A alteração e reestruturação do sistema atual da Linha do Vouga, poderá constituir, futuramente, uma mais-valia para o concelho e para a Região. Neste âmbito, note-se também o reduzido número de pessoas que utiliza o transporte ferroviário, situação esta motivada pelos horários desajustados, pela longa duração da viagem e ainda pela localização das paragens distantes dos aglomerados.	<p>Atravessamento do Concelho pela Linha do Vouga. (Principais Potencialidades)</p> <p>Linha de caminho-de-ferro com reduzida atratividade comercial. (Principais Problemas - Insuficiência da infraestruturação e do sistema de transportes)</p>	-	<p>Principais Problemas - Insuficiência da infraestruturação e do sistema de transportes (reformular):</p> <p>Original: Rede de transportes públicos deficitária, com poucos operadores.</p> <p>Reformulado: Rede de transportes públicos deficitária.</p>	-
29	No que se refere aos transportes coletivos rodoviários, a oferta em termos de número de operadores tem vindo a diminuir, embora os percursos e os veículos em circulação tenham vindo a ser melhorados ao longo dos últimos anos, os quais são maioritariamente utilizados por estudantes.				
30	A CMA assegura, diretamente ou através de concessão, o transporte de e para os estabelecimentos de educação e ensino.	-	-	-	-

N.º	Síntese dos resultados dos trabalhos do REOT	Manter no Quadro problema	Retirar do Quadro problema	Reformular no Quadro problema	Acrescentar no Quadro problema
<b>SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS</b>					
31	O concelho de Águeda é servido por uma rede de equipamentos e serviços que servem a população de uma forma bastante satisfatória.	<p>Bons equipamentos de ensino e formação, equipamentos culturais e de apoio à comunidade (biblioteca, fórum da juventude, entre outros). (Principais Potencialidades)</p> <p>Várias IPSS de apoio à infância e à terceira idade, algumas com cariz inovador. (Principais Potencialidades)</p> <p>Presença da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda (ESTGA) (formação e fomentador de mercado de arrendamento)</p> <p>Existência de equipamentos dinamizadores da qualificação urbana. (Principais Potencialidades)</p> <p>Grande número de equipamentos de culto. (Principais Potencialidades)</p> <p>Existência de equipamentos com potencial desportivo e turístico, como o Crossódromo (com a associação aos desportos motorizados) e o Aeródromo. (Principais Potencialidades)</p>	-	<p>Principais problemas – vulnerabilidade social (reformular):</p> <p>Original: Equipamentos sociais, escolares e desportivos insuficientes, com elevadas taxas de ocupação e a precisar de melhorias.</p> <p>Reformulado: Equipamentos capazes de servir a população de forma satisfatória, mas revelando elevadas taxas de ocupação e necessidade de melhorias, e que se podem tornar insuficientes face ao envelhecimento da população.</p>	-
32	No domínio da educação verifica-se que a atualização da Carta Educativa é bastante importante, já que é o instrumento principal no planeamento da rede de equipamentos escolares.	-	-	-	-
33	Tendo em conta a tendência de envelhecimento da população torna-se imperativo equacionar a dotação de mais equipamentos de apoio à 3ª idade, visando o acompanhamento contínuo de pessoas idosas e sós.	Exclusão social da população idosa. (Principais Riscos)	-	-	(ver linha 31)
34	Na área da saúde, por escassez de recursos, os profissionais da USP exercem atividades nos 11 centros de saúde do ACeS, nomeadamente em Águeda, pelo que se alerta para a necessidade de melhoramento de algumas destas extensões do Centro de Saúde.	Hospital distrital com valências diversas e lista de espera reduzida. (Principais Potencialidades)	-	-	-
35	Na área cultural, destaque para a criação de museus vivos referentes à atividade e o histórico industrial do concelho, assim como os caminhos-de ferro da Linha do Vouga.	<p>Perda da memória cultural comum (edificado, usos e costumes). (Principais Riscos)</p> <p>Atravessamento do Concelho pela Linha do Vouga (Principais Potencialidades)</p> <p>Património arqueológico, história industrial e componente ferroviária forte (Principais Potencialidades)</p>	-	-	-

N.º	Síntese dos resultados dos trabalhos do REOT	Manter no Quadro problema	Retirar do Quadro problema	Reformular no Quadro problema	Acrescentar no Quadro problema
<b>PATRIMÓNIO</b>					
36	Chega-se à conclusão que apresentam maior número de imóveis de valor patrimonial a União de freguesias de Águeda e Borralha devido ao conjunto que forma o Espaço Histórico-Cultural.	Alguns exemplos de relevo do património edificado (séc. XVII e XVIII). (Principais Potencialidades)	-	-	-
37	Desde a 1ª revisão do PDM, procederam-se a três classificações de imóveis como Monumentos de Interesse Público, nomeadamente a Casa da Boralha, a Igreja de Santa Maria Madalena e a Igreja de São Pedro, e ainda a uma classificação de Monumento de Interesse Municipal relativamente à Casa da Carapeteria.	-	-	Principais potencialidades – reformular: Original: Alguns exemplos de relevo do património edificado (séc. XVII e XVIII). Reformulado: Alguns exemplos de relevo do património edificado (séc. XVII e XVIII), e várias classificações incluindo 3 Monumentos de Interesse Público e 1 de interesse Municipal.	-
38	As freguesias situadas mais no interior do concelho, como Agadão, Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga, Macieira de Alcôba e Préstimo, possuem aglomerados de casas executadas em xisto ou granito que formam conjuntos de valor patrimonial.	Pequenos aglomerados na zona serrana constituídos por construções em xisto e granito, formando conjuntos de valor patrimonial com potencial turístico. (Principais Potencialidades)	-	-	-
39	São exemplos de relevo ao nível do património arqueológico, a Estação Arqueológica do Cabeço do Vouga, Almas Santas do Passal e Mamoas, pelo que se requer a valorização dos vestígios arqueológicos existentes.	Património arqueológico, história industrial e componente ferroviária forte. (Principais Potencialidades)	-	-	Principais Problemas - Insuficiente valorização do património (acrescentar): Insuficiente valorização do património arqueológico existente.
40	Torna-se urgente preservar, valorizar e dinamizar as referências que fazem parte da história e da memória coletiva da população, para que a história do concelho se perpetue.	Perda da memória cultural comum (edificado, usos e costumes). (Principais Riscos) Degradação, delapidação e descaracterização do património. (Principais Riscos) Falta de conhecimento do património existente pela população do Concelho. (Principais Problemas - Insuficiente valorização do património) Insuficiente valorização do património edificado e imaterial. (Principais Problemas - Insuficiente valorização do património) Degradação progressiva dos Imóveis de Interesse Histórico-Cultural. (Principais Problemas - Insuficiente valorização do património) Existência de elementos dissonantes nas construções de valor patrimonial subsequentes a reabilitações e restauros mal projetados. (Principais Problemas - Insuficiente valorização do património)	-	-	-

N.º	Síntese dos resultados dos trabalhos do REOT	Manter no Quadro problema	Retirar do Quadro problema	Reformular no Quadro problema	Acrescentar no Quadro problema
		Núcleos museológicos a necessitarem de valorização e requalificação. (Principais Problemas - Insuficiente valorização do património)			
41	Águeda detém um conjunto alargado de bens imóveis de inestimável valor cultural, certificando a presença de uma riqueza patrimonial identitária, por isso importa reservar, valorizar e dinamizar as referências que fazem parte da história e da memória coletiva da população.	<p>Pequenos aglomerados na zona serrana constituídos por construções em xisto e granito, formando conjuntos de valor patrimonial com potencial turístico. (Principais Potencialidades)</p> <p>Alguns exemplos de relevo do património edificado (séc. XVII e XVIII). (Principais Potencialidades)</p> <p>Falta de conhecimento do património existente pela população do Concelho. (Principais Problemas - Insuficiente valorização do património)</p> <p>Insuficiente valorização do património edificado e imaterial. (Principais Problemas - Insuficiente valorização do património)</p>	-	-	-
<b>AMBIENTE E ENERGIA</b>					
42	Águeda tem alargado a rede de recetáculos de recolha de resíduos urbanos, de forma a dar condições a todos os munícipes para a correta deposição e separação dos resíduos.	Baixas taxas de separação e valorização de resíduos. Existência de locais ilegais de deposição de resíduos. (Principais Problemas - Degradação ambiental)	-	-	-
43	Os indicadores revelam que a qualidade do ar no Centro Interior, no qual se inclui o concelho de Águeda, apresenta-se num nível "Bom".	-	-	-	-
44	Registou-se uma melhoria da qualidade da água em relação à situação verificada à data da 1ª revisão do PDM, atingindo-se o melhor resultado em 2016, ou seja, 99,8% de água segura	-	-	-	-
45	No que diz respeito ao consumo de energia elétrica por parte da iluminação do interior dos edifícios públicos e da via pública, verificou-se uma diminuição, o que indica ter havido um esforço por parte da autarquia.	-	Peso ainda reduzido nas ações de eco eficiência (edifícios transportes...). (Principais Problemas - Elevados consumos energéticos e emissões)	-	-
46	O PMDFCI de Águeda foi elaborado em 2015, constituindo um instrumento com uma vigência de 5 anos, que visa operacionalizar ao nível local e municipal, as ações de defesa da floresta contra incêndios.	-	Tendência regressiva da área queimada. (Principais Potencialidades)	-	-

N.º	Síntese dos resultados dos trabalhos do REOT	Manter no Quadro problema	Retirar do Quadro problema	Reformular no Quadro problema	Acrescentar no Quadro problema
47	As áreas ardidadas estendem-se essencialmente na parte oriental do concelho, o que se relaciona com a dominância de coberto florestal, aliado de uma topografia caracterizada por elevado declive.	Aumento das áreas ardidadas face à composição da floresta. (Principais Riscos)	-	-	-
48	O PMEPC de Águeda, elaborado em 2013, constitui um plano geral, realizado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem no âmbito territorial e administrativo do município.	-	-	-	-
49	Em 2018 foi elaborado o PAAC, que delinea ações de mitigação e de adaptação, a fim de aumentar a resiliência do território.	-	-	-	-

**Legenda:**

-

Reformulados, acrescentados e retirados – Elementos reformulados, acrescentados e retirados com base nos trabalhos do REOT.

Reformulados, acrescentados e eliminados – Elementos reformulados, acrescentados e eliminados com base nos trabalhos da AAE.

Elementos para os quais não se dispõe, à data, da informação necessária para a respetiva validação.

## 2. Verificações realizadas com base nos trabalhos da AAE

N.º	QUADRO PROBLEMA AAE (original)	Ação	NOTAS com base nos trabalhos da AAE
<b>PRINCIPAIS PROBLEMAS / PRINCIPAIS RISCOS / PRINCIPAIS POTENCIALIDADES</b>			
1	Litoralização da população. (Principais Problemas – Vulnerabilidade social)	Manter.	
2	Fraca escolarização e qualificação da população. (Principais Problemas – Vulnerabilidade social)  Peso significativo da população em idade escolar (3º CEB e Secundário). (Principais Potencialidades)	Manter.	De acordo com as estimativas a população em idade escolar diminuiu 1%. Contudo o valor mantem-se próximo da estimativa da população 75+.
3	Assoreamento, destruição e desvio de linhas de água. Poluição do sistema hídrico. (Principais Problemas – degradação ambiental)  Assoreamento e destruição progressiva do sistema hídrico, com depleção da biodiversidade. (Principais Riscos)	Elementos para os quais não se dispõe, à data, da informação necessária para a respetiva validação	



N.º	QUADRO PROBLEMA AAE (original)	Ação	NOTAS com base nos trabalhos da AAE
4	Projetos de emparcelamento dos rios Águeda e Vouga. (Principais Potencialidades)	Acrescentar: Projetos integrado de conservação da natureza LifeÁgueda, na reversão da degradação ambiental.	
5	Original: Cheias, nomeadamente nas áreas urbanas. (Principais Problemas – Degradação ambiental) Original: Destruição de pessoas e bens pelas cheias. (Principais Riscos)	Reformular: Reformulado: Cheias e inundações, nomeadamente nas áreas urbanas. (Principais Problemas – Degradação ambiental) Reformulado: Destruição de pessoas e bens pelas cheias e inundações. (Principais Riscos)	O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Águeda (PMEPC) identifica dois riscos que assumem maior relevância no território municipal, sendo que um deles corresponde às cheias e inundações.
6	Original: 60% do Concelho coberto por manto florestal. (Principais Potencialidades) Perda de biodiversidade devido à deficiente gestão do Espaço Florestal, à proliferação de espécies exóticas e à insuficiente falta de proteção dos habitats e espécies classificadas. (Principais Problemas – degradação ambiental) Florestação intensiva em regime de monocultura de eucalipto. (Principais Problemas – degradação ambiental) Substituição dos solos rurais por matos face ao abandono das atividades agrícolas e povoações. (Principais Riscos) Estrutura agrícola com capacidade de potenciação para a produção biológica. (Principais Potencialidades)	Reformular: Reformulado: 73% do Concelho coberto por manto florestal. (Principais Potencialidades) Manter os restantes.	
7	Abandono dos barreiros/pedreiras sem ações de recuperação. (Principais Problemas – degradação ambiental)	Elementos para os quais não se dispõe, à data, da informação necessária para a respetiva validação	
8	Descaracterização do tecido urbano com o aumento das descontinuidades tipológicas. (Principais Riscos)	Manter.	
9	Insuficiente taxa de cobertura de saneamento. (Principais Problemas – degradação ambiental) Original: Insuficiente cobertura do sistema de saneamento (apenas 63% do Concelho). (Principais Problemas – Insuficiência da infraestruturização e do sistema de transportes)	Reformular: Reformulado: Insuficiente cobertura do sistema de saneamento (apenas 78% do Concelho).	Segundo os dados mais atuais, o saneamento básico observou-se que o território apresenta um sistema de recolha de águas residuais na ordem dos <b>78% de cobertura</b> , estando desta forma abaixo da média nacional. (RA)
10	Original: Insuficiente monitorização dos gases emitidos e GEE. (Principais Problemas – degradação ambiental) Aumento contínuo das emissões de GEE (Principais Riscos)	Reformular: Reformulado: Sistema de monitorização dos gases emitidos e GEE existente, mas subutilizado e com fraco desenvolvimento. Manter o risco.	A CMA tem instalada no território municipal uma rede de monitorização ambiental com várias estações que dispõem de sensores meteorológicos, de partículas e de gases. Esta rede permite monitorizar a qualidade do ar no município, com leituras de médias mensais (e atualmente, semanais), constituindo uma mais-valia na avaliação de efeitos de ações ou ocorrências específicas, bem como no conhecimento em contínuo do estado do ambiente no município. Considerando os fogos florestais as emissões de GEE aumentaram 15,7% entre 2015-2017.
11	Utilização de agroquímicos sem controlo. (Principais Problemas – degradação ambiental)	Elementos para os quais não se dispõe, à data, da informação necessária para a respetiva validação.	
12	Promiscuidade da agropecuária com as áreas urbanas. (Principais Problemas – degradação ambiental)	Elementos para os quais não se dispõe, à data, da informação necessária para a respetiva validação.	

N.º	QUADRO PROBLEMA AAE (original)	Ação	NOTAS com base nos trabalhos da AAE
13	Espaços naturais com poucos equipamentos de apoio, desadequado das necessidades dos utilizadores. (Principais Problemas – degradação ambiental)	Elementos para os quais não se dispõe, à data, da informação necessária para a respetiva validação.	<p>Tendo em conta os dados apresentados, pode-se observar que as áreas planeadas da Estrutura Verde Principal, Secundária e Área do Espaço Verde Público são constantes ao longo do período de referência entre 2012 e 2020, não tendo o PDM sofrido alterações nesse domínio.</p> <p>No período entre 2016 e 2018 a CMA procedeu a reformulações dos espaços verde públicos já existentes, das requalificações mais relevantes, destacam-se a margem norte do rio Águeda, com a criação de espaços verdes e de lazer com qualidade e ainda a zona dos Abadinhos, onde foram plantadas novas árvores para requalificar o espaço. Em 2018 são criados novos espaços verdes públicos com uma área de 25.539,8 m<sup>2</sup>. São estes o Parque Botânico de Vale Domingos, Parque da Miragaia de Aguada de Cima, Parque da Biça de Valongo do Vouga, o Parque da Garganta de Valongo do Vouga, o Centro de BTT.</p>
14.1	Original: Minifúndio e ausência de ordenamento florestal e agrícola. (Principais Problemas – Debilidades económicas, na indústria e no aproveitamento de recursos)	Reformular: Reformulado: Minifúndio, ordenamento agrícola pouco desenvolvido, áreas florestais em meio urbano. (Principais Problemas – Debilidades económicas, na indústria e no aproveitamento de recursos)	<p>Na revisão da fase 5 deste trabalho, foi recebido o seguinte comentário do GTF da CMA em relação a este problema:</p> <p style="text-align: center;"><i>GTF</i></p> <p><i>Não concordo com o 1º ponto, pois existe ordenamento florestal nas áreas florestais (áreas com aptidão para este uso). O problema são as áreas florestais dentro do meio urbano.</i></p> <p>Reformulou-se o problema de acordo com o comentário.</p>
14.2	Fileira florestal pouco organizada do ponto de vista produtivo e insuficiente exploração de recursos florestais com reduzida diversidade dos produtos agrícolas. (Principais Problemas – Debilidades económicas, na indústria e no aproveitamento de recursos)	Elementos para os quais não se dispõe, à data, da informação necessária para a respetiva validação.	<p>Na revisão da fase 5 deste trabalho, foi recebido o seguinte comentário do GTF da CMA em relação a este problema:</p> <p style="text-align: center;"><i>GTF</i></p> <p><i>Relativamente à fileira, não tenho conhecimento suficiente para me manifestar, contudo existe, e muito, exploração dos povoamentos, ou seja, de lenha.</i></p> <p>Manteve-se o problema por haver falta de informação detalhada sobre a evolução da situação da fileira desde 2012.</p>
15	Envelhecimento da população dedicada à agricultura e associações agrícolas com deficiente capacidade técnica e poucos recursos. (Principais Problemas – Debilidades económicas, na indústria e no aproveitamento de recursos)	Manter.	
16	Reduzido investimento da indústria em fatores avançados de competitividade, incluindo insuficiente articulação com as universidades e centros de saber. (Principais Problemas – Debilidades económicas, na indústria e no aproveitamento de recursos)	Elementos para os quais não se dispõe, à data, da informação necessária para a respetiva validação.	
17	Baixo nível de instrução / qualificação da mão-de-obra, quadros superiores insuficientes.	Elementos para os quais não se dispõe, à data, da informação necessária para a respetiva validação.	
18	Problemas de acessibilidade aos principais eixos viários do país. (Principais Problemas – Debilidades económicas, na indústria e no aproveitamento de recursos)	Manter.	
19	Problemas de legalização de instalações industriais. (Principais Problemas – Debilidades económicas, na indústria e no aproveitamento de recursos)	Elementos para os quais não se dispõe, à data, da informação necessária para a respetiva validação.	
20	Deficiente ligação rodoviária ao nó da A1, a Aveiro e a Coimbra. (Principais Problemas – Insuficiência da infraestruturação e do sistema de transportes) Boa ligação rodoviária a Espanha através da A25. (Principais Potencialidades)	Manter.	

N.º	QUADRO PROBLEMA AAE (original)	Ação	NOTAS com base nos trabalhos da AAE
21	Rede de gás natural ainda muito reduzida no Concelho. (Principais Problemas – Insuficiência da infraestruturação e do sistema de transportes)	Manter.	
22	Elevado consumo de combustíveis fósseis. (Principais Problemas – Elevados consumos energéticos e emissões)  Dependência das flutuações dos valores de mercado dos combustíveis fósseis. (Principais Riscos)  Reduzida utilização das fontes de energia renováveis na produção e consumo. (Principais Problemas – Elevados consumos energéticos e emissões)  Grande peso do sector industrial no consumo de energia. (Principais Problemas – Elevados consumos energéticos e emissões)	Manter.	
23	Povoamento linear disperso e desarticulado, com descontinuidades funcionais e tipológicas.  Aumento da dispersão associada à minoria das funções rurais.  Hierarquia viária pouco legível e desarticulada da respetiva hierarquia dimensional.  Misturas morfotipológicas.  Espaços intersticiais subaproveitados (frentes de quarteirões fechadas). Espaço público escasso e informe.  Perímetros urbanos desarticulados dos espaços urbanos existentes e das necessidades reais das populações.  Desarticulação dos tecidos urbanos com a hidrografia envolvente.  Insuficientes condições de mobilidade nos aglomerados urbanos.  (Principais Problemas – Ocupação urbana dispersa e desarticulada)	Manter.	
24	Abundantes recursos geológicos (barro) / Presença da Área de Argilas Cativas. (Principais Potencialidades)	Manter.	O Parecer da Direção-Geral de Energia e Geologia lista os recursos energéticos e geológicos, nomeadamente, Área cativa Águeda/Anadia (argila); Áreas potenciais de recursos geológicos (áreas potenciais de areia e argila e Área potencial “Vale do Vau”.
25	Existência de sistemas de tratamento de efluentes industriais – ECTRI. (Principais Potencialidades)	Manter.	
26	Denominações de Origem Controlada (raça marinhoa, vinho da Bairrada...). (Principais Potencialidades)	Manter.	
27	Potencialidade na expansão do Aeródromo de Águeda para serviços comerciais e combate a incêndios	Manter.	
28	Taxa de cobertura de abastecimento de água elevada. (Principais Potencialidades)	Manter.	
29	Original: Bom sistema de tratamento em alta dos efluentes (SIMRIA). (Principais Potencialidades)	Reformular:	Reformulado: Bom sistema de tratamento em alta dos efluentes. (Principais Potencialidades)

N.º	QUADRO PROBLEMA AAE (original)	Ação	NOTAS com base nos trabalhos da AAE
30	Aumento progressivo da rede de acesso SMT e acesso à Internet. (Principais Potencialidades)	Manter.	Em termos de acesso à Internet de banda larga em lugar fixo Águeda acompanhou o crescimento verificado no país, ao longo do período entre 2012 e 2019 (ver figura seguinte). Registam-se em Águeda cerca de 33 acessos por 100 habitantes.
31	Extensa mancha urbana ribeirinha passível de se apresentar como elemento de qualificação do espaço urbano existente. (Principais Potencialidades)	Manter.	
32	Espaços intersticiais, a ocupar, como alternativa à expansão dos perímetros urbanos. (Principais Potencialidades)	Manter.	
33	Recursos fluviais extensos e associados à tradição nos desportos associados à água. (Principais Potencialidades)	Manter.	
34	Potencial nos desportos radicais. (Principais Potencialidades)	Manter.	
35	<p>Diminuição do associativismo. (Principais Riscos)</p> <p>Elevado número de coletividades com maturidade e capacidade inovadora, capazes de contribuir para maior coesão social, preservação da cultural tradicional, projeção da imagem do Concelho e criação de grandes eventos a vários níveis (artístico, recreativo, desportivo). (Principais Potencialidades)</p>	Manter.	Pelos dados disponibilizados pela CMA verifica-se a potencialidade.
36	Potencial de utilização da rede hídrica para instalação de mini-hídricas, regime de ventos e altimetria favoráveis à instalação de parques eólicos, extensa mancha florestal com potencial de produção de biomassa, boas condições de exposição para energia solar térmica e setor agropecuário com resíduos para produção de biogás. (Principais Potencialidades)	Manter.	
37	(Principais Problemas: Vulnerabilidade social)	<p>Acrescentar</p> <p>Aumento da população migrante</p> <p>Elementos para os quais não se dispõe, à data, da informação necessária para a respetiva validação.</p>	Em revisão do relatório de avaliação e controlo (fase 5), os Serviços de Ação Social da CMA indicaram como problema a acrescentar o aumento da população migrante (que, associado ao mercado de habitação escasso e de preços elevados, poderá originar problemas sociais). Como os indicadores disponíveis para a AAE acerca deste tema se referem à população com estatuto legal de residente e apenas denotam um ligeiro crescimento acrescentou-se a vulnerabilidade, indicando-se a necessidade de mais informação de base.

**Legenda:**

-

Reformulados, acrescentados e retirados – Elementos reformulados, acrescentados e retirados com base nos trabalhos do REOT.

Reformulados, acrescentados e eliminados – Elementos reformulados, acrescentados e eliminados com base nos trabalhos da AAE.

Elementos para os quais não se dispõe, à data, da informação necessária para a respetiva validação.



# **Anexo 8**

**Critérios de medição dos Indicadores  
da Declaração Ambiental de 2012**



Critérios de medição dos Indicadores da Declaração Ambiental de 2012

**IM01 Corredores verdes**

Este indicador foi medido através da informação constante na cartografia temática e informação associada disponibilizada pela CM de Águeda, nomeadamente a Estrutura Ecológica Municipal definida no PDM2012 em vigor.

**IM02 Área classificada e área protegida no concelho**

Para este indicador foi solicitado à CM de Águeda a indicação das áreas classificadas e protegidas no interior do concelho. Apenas existem no interior do concelho áreas classificadas, desta forma para o indicador foram medidas as áreas, neste caso, de Rede Natura 2000. Às áreas delimitadas no PDM2012 como Rede Natura 2000, foi acrescentada a que entretanto foi classificada.

Assim, considera-se que o indicador tem uma tendência positiva dada a classificação do SIC Sítio PTCO0061 - Ria de Aveiro - Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2014, em 2014.

**IM03 Povoamentos de espécies autóctones**

Este indicador foi medido através das manchas de florestas existentes nas COS, utilizando os anos disponíveis para o intervalo temporal que este relatório trata (2012 a 2019). Assim foram utilizadas as COS de 2010, 2015 e 2018. O valor de Florestas/Povoamentos, medidos pela COS de 2010, será o valor de referência para o primeiro ano de avaliação (2012).

Tendo em conta o Relatório Ambiental do PDM de 2012 as espécies autóctones são:

- a. Florestas de Castanheiros.
- b. Florestas de Outras Folhosas (onde poderá ocorrer a presença dos Castanheiros).
- c. Florestas de Pinheiro Bravo.
- d. Florestas de Outras Resinosas e Outros Carvalhos.

Os Castanheiros, indicados como autóctones, não ocorrem em povoamento no interior do concelho.

Tendo em conta as diferenças entre categorias, principalmente entre a COS de 2010 e 2015, listam-se abaixo as categorias consideradas para cada edição da COS:

2010	2015	2018
3.1.1.01.3 Florestas de outros carvalhos	3.1.1.00.3 Florestas de outros carvalhos	5.1.1.3 Florestas de outros carvalhos
3.1.1.01.7 Florestas de outras folhosas	3.1.1.00.7 Florestas de outras folhosas	5.1.1.7 Florestas de outras folhosas
3.1.1.02.3 Florestas de outros carvalhos com folhosas		
3.1.1.02.7 Florestas de outra folhosa com folhosas		
3.1.2.01.1 Florestas de pinheiro bravo	3.1.2.00.1 Florestas de pinheiro bravo	5.1.2.1 Florestas de pinheiro bravo
3.1.2.01.3 Florestas de outras resinosas	3.1.2.00.3 Florestas de outras resinosas	5.1.2.3 Florestas de outras resinosas
3.1.3.01.8 Florestas de misturas de folhosas com resinosas		
3.1.3.02.1 Florestas de pinheiro bravo com folhosas		
3.1.3.02.4 Florestas de misturas de resinosas com folhosas		
3.2.4.01.7 Florestas abertas de outras folhosas		
3.2.4.02.3 Florestas abertas de outros carvalhos com folhosas		
3.2.4.02.7 Florestas abertas de outra folhosa com folhosas		
3.2.4.03.1 Florestas abertas de pinheiro bravo		
3.2.4.05.7 Florestas abertas de outra folhosa com resinosas		
3.2.4.06.1 Florestas abertas de pinheiro bravo com folhosas		
3.2.4.08.7 Cortes rasos de florestas de outras folhosas		
3.2.4.10.7 Novas plantações de florestas de outras folhosas		

Correspondência entre designações.

#### IM04 Ações de gestão na Rede Natura 2000

O número de ações por ano foi indicado pela CMA.

#### IM05 Florestas certificadas no município

Para este indicador foi solicitado às seguintes entidades AFBV, FSC Portugal e PEFC, a seguinte informação:

- Áreas de floresta geridas de forma agrupada no concelho de Águeda.
- Áreas de floresta certificada no concelho de Águeda.

Relativamente às áreas certificadas pela PEFC, tendo em conta que esta entidade apenas regista as áreas por NUT III, apenas se contabilizaram as áreas certificadas pela PEFC pertencentes à AFBV uma vez que a mesma disponibilizou os dados. A informação disponibilizada pela AFBV correspondeu à área por espécies exploradas e proporção de floresta certificada, nos anos de 2013, 2016 e 2019, certificada pela PEFC.

A informação disponibilizada da FSC Portugal – Associação para uma Gestão Florestal responsável, correspondeu à proporção de floresta certificada por espécies exploradas, nos anos de 2017, 2018 e 2019.

A proporção de floresta certificada indicada pela FSC Portugal foi calculada por referência ao total de área de floresta no município medido na COS de 2018, pelo que se procedeu ao mesmo cálculo para as áreas cedidas pela AFBV.



### **IM06 Parques empresariais de génese municipal e habitação a custos controlados**

Este indicador foi medido através da contabilização do número de Parques Empresariais de Génese Municipal e do número de fogos de habitação a custos controlados.

No caso da habitação utilizaram-se os dados disponibilizados no INE para os anos de 2012 e 2015, *Fogos de habitação social (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Destino dos fogos; Anual - INE, Inquérito à caracterização da habitação social*. Para o ano de 2019 utilizaram-se os dados da *Estratégia Local de Habitação (R02) de fevereiro de 2020*, indicados no ponto 1 da página 93.

No caso dos Parques Empresariais de Génese Municipal foi considerada existência de 1 Parque, adicionado na data à qual foi completada a construção das infraestruturas urbanas que possibilitavam a implementação de unidades nos lotes.

### **IM07 Empresas deslocalizadas para os Parques Empresariais**

Este indicador foi medido através da contabilização do número de empresas realocizadas no parque empresarial municipal, tendo como fonte de informação os Relatórios de Monitorização da DA de 2017 do PP do Parque Empresarial do Casarão de 2019.

Para o ano de 2017 não há dados.

Para os anos de 2018 e 2019 utilizou-se o valor do Relatório de Monitorização de 2019, constante do quadro 3 – *Quantificação e Evolução dos indicadores* da página 10 e 11. Importa referir que os valores apurados derivam de inquérito às empresas.

Importa ainda salientar que os valores de 2018 entre os dois documentos do Relatório de Monitorização de 2018 e Relatório de Monitorização de 2019 são muito díspares, sendo de 15 a 5 respetivamente.

Para as restantes áreas empresariais existentes que não são do domínio do município, não foi possível obter informação.

### **IM08 Níveis de infraestruturização do concelho**

Tendo em conta a falta de especificidade e a difícil mensurabilidade do indicador, selecionou-se a infraestrutura mais crítica no quadro-problema, que corresponde ao saneamento. Os valores foram extraídos do INE (Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais (%)) por Localização geográfica (NUTS - 2013) (Anual; Período

de referência dos dados: 2011-2018)), sendo que nos anos de 2012 e 2015 são inexistentes. O valor indicado na tabela para 2012 corresponde ao ano de 2011.

#### **IM09 Número de equipamentos sociais**

Este indicador foi medido através da contabilização do número de equipamentos sociais indicados no Relatório Ambiental do PDM2012, para o ano de 2012 e através da contabilização do número de equipamentos sociais constantes na cartografia temática disponibilizada pela CM de Águeda e a informação associada (*shapefile*).

#### **IM10 Taxa de visitação de núcleos patrimoniais**

Este indicador foi medido através da contabilização do número de visitas e do cálculo da taxa de variação anual, através dos dados fornecidos pela CM de Águeda.

#### **IM11 Património classificado**

Este indicador foi contabilizado através da verificação da cartografia temática disponibilizada pela CM de Águeda e a informação associada (*shapefile*) e através das fichas disponibilizadas no site da Direção Geral do Património e da Cultura.

#### **IM12 Custo médio do solo**

Tendo em conta o contexto, optou-se por verificar os valores de custo médio do solo separadamente para áreas Industriais (tendo em conta as questões associadas à disponibilidade de solo industrial no Quadro de problemas da DA 2012) e para áreas Habitacionais (tendo em conta a possível problemática da fixação de população jovem).

Para o apuramento do custo médio do solo industrial foram recolhidos os dados do Relatório de Monitorização de 2018 e 2019 do PP do PEC. Importa salientar que os valores apurados no Relatório de Monitorização do PP do PEC resultam da consulta de plataformas *online* de divulgação de imóveis para compra e venda em Águeda, neste caso pesquisados terrenos industriais.

Para o apuramento do custo médio do solo para habitação foi extraída a informação disponível no PORDATA relativa aos *Valores médios de avaliação bancária dos alojamentos por m<sup>2</sup>*. Ao valor dos imóveis foram extraídos os 25% que corresponderam ao valor do terreno nos termos do n.º 1 do artigo 39.º do Anexo I - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis 1 - *O valor base dos prédios edificados (Vc) corresponde ao valor médio de construção, por metro quadrado, adicionado do valor do metro quadrado do terreno de implantação fixado em 25% daquele valor.*

### **IM13 Qualidade do ar e ruído**

Tendo em conta a falta de especificidade do indicador, optou-se relativamente ao Ruído por contabilizar a *Taxa de habitantes exposta a índices de ruídos elevados*, cruzando os Mapas de Ruído do PDM de 2012 e a Base Geográfica de Referenciação de Informação - BGRI de 2011. Relativamente ao ar a APA disponibiliza informação sobre emissões espacializadas, tendo-se registado na tabela as Quilotoneladas de CO<sub>2</sub>e, no ar para os períodos de 2015 e 2017 por setores.

No caso da medição para a qualidade do ar foram retirados ao somatório as libertações provocadas por fogos florestais (com fogos florestais: 2015=197 kton CO<sub>2</sub>e | 2017=228 kton CO<sub>2</sub>e).

Para o caso das medições do Ruído não foi possível avaliar a evolução pois os períodos de elaboração das fontes de informação são muito díspares dos períodos de monitorização (um ano).

### **IM14 Qualidade dos recursos hídricos**

Este indicador foi medido através da proporção da superfície das massas de água superficiais segundo a Classificação do estado global, disponível para o município de Águeda (Trienal) de 2013-2015 e 2016-2018 pelo INE *Proporção da superfície das massas de água superficiais (% da área total) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Classificação do estado global; Trienal*.

### **IM15 Taxa de consumo e valorização da água**

Este indicador foi medido através do cálculo de m<sup>3</sup> de água distribuída por habitante, valores que estão disponíveis para o município de Águeda pelo INE *Água distribuída por habitante (Série 2011) (m<sup>3</sup>/hab.) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento*.

Relativamente à Valorização da Água foram solicitados à ADRA os valores das águas reutilizadas do sistema de saneamento por ano, e foi-nos indicado que não é feita reutilização de águas residuais.

### **IM16 Valorização dos resíduos**

Este indicador foi medido através da proporção do total de resíduos urbanos geridos por tipo de destino. Para o cálculo da proporção foram utilizados os dados por toneladas e por tipo de destino disponível para o município de Águeda pelo INE *Resíduos urbanos geridos (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de destino (resíduos); Anual*.

### **IM17 Bolsa de Carbono**

A CM de Águeda indicou que o projeto da Bolsa de Carbono não tem execução pelo que foram zero hectares plantados e zero toneladas de CO<sub>2</sub> consumidas.

### **IM18 Expansão urbana**

Para que fosse mais específico e enquadrado nos indicadores propostos pela DGT para avaliação ambiental (no documento *Formação dos planos territoriais, 2020*), este indicador passou a designar-se *Área de território com solo artificializado* em vez de *Expansão urbana*.

Este indicador foi medido através da informação constante na cartografia temática e informação associada (*shapefile*), disponibilizada pela CM de Águeda nomeadamente a *shapefile* relativa aos perímetros urbanos que integra apenas as áreas de solo urbano urbanizado, não integrando o solo urbanizável do PDM de 2012.

Para os restantes anos, e tendo em conta que as alterações ao PDM até ao ano de 2019, não correspondem a alterações dos perímetros urbanos, optou-se também por medir os territórios artificializados da COS. O valor de referência para o ano de 2012 corresponde à COS de 2010.

### **IM19 Consumo de energia**

Adotam-se os valores disponibilizados pelo INE relativamente ao consumo de energia elétrica e de gás natural: *Consumo de energia elétrica (kWh) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de consumo; Anual - DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia eléctrica e gás natural e Consumo de gás natural por 1000 habitantes (Nm<sup>3</sup>) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia eléctrica e gás natural*.

Em relação aos restantes combustíveis fósseis, não foi possível encontrar fonte de informação relativamente ao seu consumo, apenas relativamente às vendas de combustíveis líquidos e gasosos.

### IM20 Zonas de intervenção florestal

Para este indicador foi solicitada informação à AFBV e consultados os geo-dados abertos do ICNF. A informação originada nas duas entidades confirma a não existência de ZIF no município.

### IM21 Área florestada com eucalipto

Este indicador foi medido através das manchas de florestas de eucalipto existentes nas COS, no caso utilizando os anos disponíveis para o intervalo temporal que este relatório contempla (2012 a 2019). Desta forma foram utilizadas as COS de 2010, 2015 e 2018. O valor de Florestas/Povoamentos, medidos pela COS de 2010 corresponde ao valor de referência para o primeiro ano de avaliação (2012).

Tendo em conta diferenças entre categorias, principalmente entre a COS de 2010 e 2015, listam-se abaixo as categorias consideradas nas sucessivas edições da COS:

2010	2015	2018
3.1.1.01.5 Florestas de eucalipto 3.1.1.02.5 Florestas de eucalipto com folhosas 3.1.3.01.5 Florestas de eucalipto com resinosas 3.2.4.01.5 Florestas abertas de eucalipto 3.2.4.02.5 Florestas abertas de eucalipto com folhosas 3.2.4.05.5 Florestas abertas de eucalipto com resinosas 3.2.4.08.5 Cortes rasos de florestas de eucalipto 3.2.4.10.5 Novas plantações de florestas de eucalipto	3.1.1.00.5 Florestas de eucalipto	5.1.1.5 Florestas de eucalipto

■ Correspondência entre designações.

### IM22 Prevenção de riscos naturais

Tendo em conta a falta de especificidade e mensurabilidade do indicador considerou-se contabilizar o número de medidas e ações desenvolvidas na prevenção proteção e controlo de riscos naturais, nomeadamente os associados às Cheias e aos Incêndios. Relativamente aos Incêndios foram calculadas as áreas de Faixa de Gestão de Combustível executadas, através de informação disponibilizada pela CM de Águeda, tendo em conta que o PMDFCI de 2006 indica uma meta para o ano de 2019, de 1299,04 ha.

Relativamente ao risco de Cheias, contabilizou-se o número de intervenções concluídas no intervalo de tempo 2012 a 2019 do *Plano Geral de Drenagem da Cidade* e da lista das *Ações de controlo de Cheias* do PDM2012 (conforme quadro 22 do Relatório e Programa de Financiamento). Para o apuramento do número cruzaram-se as intervenções indicadas nos planos com o plano de execução de empreitadas (CMA) para verificação das empreitadas com indicação de "Receção provisória", tendo a CMA contribuído com informação adicional para a contabilização das ações do PDMA2012.

### **IM23 Área ardida**

Para este indicador foi utilizada a informação disponível no INE para o concelho de Águeda, *Superfície ardida (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo de superfície ardida; Anual - ICNF, DRRF RAA, IFCN RAM, Estatísticas florestais.*

### **IM24 Edifícios certificados energeticamente**

Para este indicador foi utilizada a informação disponível no *site* Sistema de Certificação Energética de Edifícios <https://www.sce.pt/estatisticas/> relativamente ao número de certificados emitidos por ano.

### **IM25 Número de empresas**

Para este indicador foi utilizada a informação disponível no INE para o concelho de Águeda, *Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) e Forma jurídica; Anual - INE, Sistema de contas integradas das empresas.*

### **IM26 Dinâmica empresarial (novas patentes, empresas e países de exportação)**

Contabilizar o número de Pedidos de Invenções Nacionais apresentados por residentes no Concelho de Águeda, informação disponibilizada pelo INPI, e o volume de negócios de exportação, tendo em conta a informação disponível no INE relativamente às *Exportações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de comércio e Tipo de bens (Nomenclatura combinada - NC2); Anual - INE, Estatísticas do comércio internacional de bens.*

### **IM27 Taxa de desemprego**

Para este indicador foi utilizada a informação disponível no *site* PORDATA a 20-01-2021.

### IM28 Nível de ensino da população

Utilizou-se a informação disponibilizada no INE relativamente à *População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Nível de escolaridade mais elevado completo; Decenal*.

A atualização dos dados para este indicador pelo INE depende dos Censos (Decenal) pelo que os valores disponíveis são iguais para todos os anos a monitorizar. A restante informação disponível assenta na contabilização das matrículas nos diferentes níveis de ensino, não sendo um indicador direto do Nível de ensino da população.

### IM29 Equipamentos e serviços de utilização coletiva

Tendo em conta a falta de especificidade do indicador considerou-se medir ou contabilizar os Equipamentos e serviços de utilização coletiva através das seguintes fontes:

- Na cartografia temática disponibilizada pela CM de Águeda e a informação associada (*shape*) para o ano de 2019.
- Estudos de sectoriais do PDM em vigor, disponíveis no site <https://www.cm-agueda.pt/pages/81>

	2012	2019
Saúde	16	17
Educação	52	41
Solidariedade e Segurança Social	33	38
Formação Profissional	2	2
Desporto	61	107
Administração	27	37
Culto	188	206
Correios	13	12
Cultura e Recreio	55	64
Feiras e Mercados	1	1
Segurança Pública e Proteção Civil	7	10
Recreio e Lazer	34	88
	<b>489</b>	<b>623</b>

<b>Saúde</b>	Hospitais; Centros saúde; Extensões/UCSP.
<b>Educação</b>	Jardim de Infância; Rede de educação pré-escolar pública e privada; 1º ciclo do ensino básico; 2º e 3º ciclo do ensino básico e secundário; Ensino superior.
<b>Solidariedade e Segurança Social</b>	Apoio à infância; apoio a pessoas com grau de deficiência; apoio à terceira idade.
<b>Formação Profissional</b>	Centro de Emprego, Centro de Formação Profissional.
<b>Desporto</b>	Equipamentos Desportivos Especiais para Espetáculos; Equipamentos Desportivos Especializados; Grandes Campos de Jogos; Pequenos campos de Jogos; Pavilhões e Salas de Desporto; Piscinas Cobertas; Piscinas ao Ar Livre.
<b>Administração</b>	Conservatórias; Repartição de Finanças e a Tesouraria da Fazenda Pública; Segurança Social; Tribunais; Câmara Municipal e Juntas de Freguesia.
<b>Culto</b>	Igrejas; Capelas; Capelas mortuárias (parte inseridas em igrejas/capelas e as restantes em cemitérios).
<b>Cultura e Recreio</b>	Arquivo municipal, biblioteca municipal, fórum da juventude, museus, auditórios e salas polivalentes.
<b>Segurança Pública e Proteção Civil</b>	GNR Postos territoriais; Quarteis Bombeiros; Postos de vigia; Unidade local de proteção civil; Cruz vermelha portuguesa.
<b>Recreio e Lazer</b>	Praias fluviais; Parque Urbanos; parques de merendas e largos ou praças com estruturas de apoio; entre outros.

### IM30 Dinâmica turística (fluxos de turistas e proveitos hoteleiros)

Para este indicador foram medidos os fluxos de turistas através da informação disponibilizada pela CM de Águeda nomeadamente o *número de visitantes ao posto de turismo de Águeda* entre os anos 2012 a 2019. Relativamente aos proveitos hoteleiros utilizou-se os dados disponibilizados no INE entre 2012 e 2019 *Valor acrescentado bruto (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) - Alojamentos turísticos*.

### IM31 Novos projetos turísticos no concelho

Tendo em conta a falta de especificidade do indicador considerou-se contabilizar:

- Empreendimentos turísticos.
- Infraestruturas turísticas/lúdicas.
- Grandes eventos de animação.

A contabilização dos novos Empreendimentos turísticos foi feita através da informação disponibilizada no *Site* dos registos do Turismo de Portugal. Relativamente às Infraestruturas turísticas/lúdicas (nomeadamente, percursos temáticos, trilhos adaptados do *Life Águeda*, Comboio histórico do Vouga) e Grandes eventos de animação (nomeadamente, *AgitÁgueda*, Festival "O Gesto Orelhudo", Festival do Leitão, o Águeda é Natal e o Mundial de Motocross MXGP) utilizou-se a informação disponibilizada no *Site* da CM de Águeda.



Em relação às Infraestruturas turísticas/lúdicas, nomeadamente aos percursos pedestres, a medição não teve em conta os que foram encerrados nos períodos seguintes. Esta questão é relevante, principalmente nos percursos pedonais pois, parte dos existentes nos anos seguintes à sua inauguração ficaram temporariamente fechados.



Lisboa, setembro de 2021

---

**Coordenação/Responsabilidade:**

Arq.<sup>a</sup> Urb.<sup>a</sup> Mónica Garcia (Coordenadora do Processo)

M. Eng. Joana Costa (Coordenação Técnica)

---

**Equipa técnica/Função:**

Arq.<sup>a</sup> Urb.<sup>a</sup> Mónica Garcia (Coordenadora Departamento de Urbanismo)

M. Eng. Joana Costa (Engenharia do Território)

Arq.<sup>a</sup> Urb.<sup>a</sup> Eunice Ribeiro (Urbanismo e Planeamento)



ENGENHARIA  
ARQUITECTURA  
URBANISMO

**A1V2 Engenharia Civil  
e Arquitectura, Lda.**

Rua do Mar da China  
Edifício Mar do Oriente  
N.º 1, Fração 3.1  
1990-137 Lisboa  
PORTUGAL

T. +351 218 438 550  
F. +351 218 438 559

[www.a1v2.pt](http://www.a1v2.pt)  
[lisboa@a1v2.pt](mailto:lisboa@a1v2.pt)